



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

ESPECTROS DO PASSADO: Memória, Mito e Poder na trajetória de Júlio de
Mesquita Filho (1925-1969)

MANAUS-AM
2025

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

ESPECTROS DO PASSADO: Memória, Mito e Poder na trajetória de Júlio de
Mesquita Filho (1925-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História
da Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira
Biazo.

MANAUS-AM
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- M141e Macêdo, Francisco Adriano Leal
 Espectros do passado: memória, mito e poder na trajetória de Júlio de
 Mesquita Filho (1925-1969) / Francisco Adriano Leal Macêdo. - 2025.
 308 f. : il., p&b. ; 31 cm.
- Orientador(a): Glauber Cícero Ferreira Biazio.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de
 Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.
1. Trajetórias intelectuais. 2. Intérpretes do Brasil. 3. Burguesia
 brasileira. 4. Júlio de Mesquita Filho. 5. História da Cultura. I. Biazio,
 Glauber Cícero Ferreira. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa
 de Pós-Graduação em História. III. Título
-

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

ESPECTROS DO PASSADO: Memória, Mito e Poder na trajetória de Júlio de Mesquita Filho (1925-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazó.

Aprovada em 27/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazó (Presidente-UFAM)

Prof. Dr. Davi Avelino Leal (Interno – PPGH-UFAM)

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós (Interno – PPGH-UFAM)

Prof. Dra. Marylu Alves de Oliveira (Externo – UFPI-UFC)

Prof. Dra. Beatriz Kushnir (Externo – UNIRIO - PPGARQ)

Prof. Dr. Sinval Carlos Mello Gonçalves (Suplente interno – PPGH-UFAM)

Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva (Suplente externo – UFPI)

Dedicatória

Para Maria Aurisnéia Leal e José Arthur Leal,

Pelas imagens das alegrias possíveis, que se
presentificam a cada instante em forma de coragem.

AGRADECIMENTOS

Há trinta anos, apenas herdeiros das elites rurais do *sertão* teriam acesso garantido ao mundo universitário e possibilidade de dedicação à vida acadêmica. Para filhos de agricultores, um destino otimista no que diz respeito à educação formal, seria improvável. A ditadura civil-militar havia terminado há poucos anos, e já haviam muitas decepções com o alcance popular da recém-fundada “terceira república”, com planos econômicos de foco neoliberal, especialmente excludentes com as populações das chamadas “áreas remotas”.

É por causa disso que quando uma dessas crianças cresce, e tem acesso ao mundo universitário, tem muito a agradecer, a várias gentes, a instituições feitas por gentes, e inclusive aos acasos, por ter sido possível fazer algo como cursos de graduação, mestrado e doutorado. “Vontade”, “determinação” e outras expressões voluntaristas pouco ou nada valem quando não existem condições de possibilidade. Em virtude disso, me prolongarei um pouco nessas notas.

Agradeço ao mundo espiritual que, apesar do meu culto intermitente e precário, me deu forças para ultrapassar os obstáculos a que fui submetido neste e em outros trechos da vida. A conexão com o universo da fé se expressa nos bons encontros, dos quais sou devedor. O ser-no-mundo não pode estar separado da vida universitária por alguma membrana científica intransponível, especialmente hoje, quando o debate epistemológico passa a (mesmo com relutância) admitir a necessidade de unir – ou não mais fingir separar – experiência e pensamento, consciência de si, consciência do mundo e do saber. Acredito que essas experiências humanas, foram essenciais para que me tornasse não apenas quem sou com as pessoas, mas também quem sou quando pego o livro para estudar, ou o teclado para redigir textos e tomar notas. Foi assim que a escrita dessa tese se tornou possível.

À minha mãe, Maria Aurisnéia, devo tudo aquilo que pude me tornar. Foi presença corajosa, sempre me protegendo com ações e orações. Copio um trecho de Florestan Fernandes, emprestando suas palavras como minhas: “Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. [...] Éramos varridos pela ‘tempestade da vida’, e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem.” Em memória do meu irmãozinho, José Arthur, cuja existência milagrosa, por 17 anos, deixou como herança uma marca inigualável de coragem. Este trabalho é dedicado a eles.

Ao Presidente Lula, devo a maior parte das oportunidades que tive na vida. Este nordestino, alvo das mais vis infâmias que podem atingir aqueles que buscam possibilitar uma outra história, tem sido fundamental para mim desde 2003. Graças a ele, eu podia voltar da

roça às 10h – e não apenas às 17h. Com isso, frequentei a escola, tornei-me um leitor competente de livros e do mundo que me cerca. Pude ingressar na universidade e cursar pós-graduação. O preço que ele pagou por tudo isso foi a própria liberdade, perdida por 580 dias. À presidenta Dilma Rousseff, devo principalmente a lição de altivez e coragem que me deu, sem saber, em 2016. Além disso, passei toda a graduação almoçando e jantando com Dilma – no restaurante universitário inaugurado por sua gestão.

Sou grato às minhas tias, Francisca e Solange, pelo encorajamento de sempre e firme exemplo de ética. Às minhas primas, Edinalda e Edineide. Cada palavra e ato delas, concorreram para que eu não esmorecesse perante as dificuldades do caminho.

Identificado e socializado como nordestino do mundo rural, tenho apego às “raízes” do mundo que me formou, ciente de que “o sertão é dentro da gente”, e nunca me abandonou nas minhas andanças pelo mundo, como um fio de Ariadne (embora não desprovido de contradições). Por isso, não poderia esquecer dos meus amigos da meninice, que permanecem no meu mapa afetivo até hoje: Jocélio, Jociel, José Pedro, Gabriel Sousa, Francisco Balbino, José Paulo, Raimundo, Janielson e Danielson. Estendo também às respectivas famílias, que sempre me acolheram em suas casas: Marcelina, uma das minhas queridas mães postíças; Balbino Lura e sua esposa Francisca; Zequinha e sua esposa Rosa; Pedro Lura (*in memoriam*), Maria da Paz, Antônia Maria, Francivaldo Sousa; todos estes, exemplos coragem e generosidade. Agradeço aos amigos historiadores da minha região, formados antes de mim, que se tornaram inspiração em diversos planos da vida: Haroldo Borges, Ernandes Reis e Ricardo Cavalcante. Não poderia esquecer dos amigos Geovane Leal e Luciano Chagas.

Agradeço pela presença iluminadora de Dona Dindô na minha vida. Em meio a esse trabalho, afligido pelas questões que atravessam a existência do sujeito desterritorializado pelos exílios da vida adulta, fui benzido e consolado por esta mulher sábia e querida, amiga de espírito. Estendo a nota de agradecimento à sua família imediata, Gilson e Marilene.

Gratidão às bibliotecárias que encontrei desde o ensino fundamental. Recordo de leituras que fiz sem propósitos maiores, à luz de lamparina a querosene ou diesel, cujos conteúdos e enredos já perderam o frescor na cabeça. Por tantas vezes, fui à escola sem os deveres de casa estarem feitos por pura falta de disciplina, mas com as vistas apuradas por causa de um romance qualquer, lido com paixão, cujas folhas estavam invariavelmente encarvoadas pelos torrões do candeeiro após a virada da noite, rendendo broncas e ameaças de veto da biblioteca. Isso permitiu que me educasse no idioma de maneira quase imperceptível, mas significativa, enquanto tornava a vida possível.

Agradeço a minha madrinha e professora Fabiana Lima, que muito me incentivou e encorajou em vários momentos dessa longa jornada. A Fábiana Lima, também minha professora no ensino básico, pelo suporte de sempre. A Francisco Bahia, Francildo Bahia e Raquel Leite, pela amizade e apoio em muitos momentos delicados e importantes. À minha amiga Neuman Santos, pelo exemplo e pela inspiração na força do sonho audaz.

Aos mestres e mestras, do ensino fundamental ao Doutorado, por tanto me ensinarem, e por me conduzirem ao caminho da curiosidade em desnaturalizar o mundo que experienciamos. Devo especialmente a Mairton Celestino, Luís Filipe, Fábio Leonardo Brito, Erica Lôpo e Marylu Alves de Oliveira, não apenas a minha formação de historiador, mas também humana. Profissionais de grande generosidade, que se tornaram inesquecíveis. Graças e estes, *desconfio de muita coisa*.

Foi também através do contato com a Universidade Federal do Piauí que fiz amizades extraordinárias, em períodos variados. Mesmo com o risco do imperdoável esquecimento de alguém, escrevo alguns nomes importantes: Janayne Ferreira, Rosamaria Barbosa, Vanessa Barbosa, Welligton Costa, Anderson Barão, Lincoln Franco, Lucas Beserra, Matheus Bomfim, Juscimar Barão, Eliersom Sousa, Aline Campos, Stéfany Marquis, Bárbara Bruma, Jardel Alves, Kelly Leal, Elias Rocha, Simoni Portela, Jackson Macêdo, Livia Melo, Natanael Cardoso, Wanderson Dantas, Gabrielly Kayane e José Anderson. Cada um desses encontros contribuiu para a construção de uma boa relação com o mundo universitário e todos se converteram em importantes pontos de apoio. Todos são inspiração para mim.

Na trajetória do curso de doutorado, em Manaus, iniciada ainda durante a pandemia de COVID-19, em 2021, passei a construir amizades que possibilitaram viver numa cidade distante do meu lugar de origem, e atenuaram o amargo da sensação de desterro. Os frequentadores do LHIA: César Aquino, Dhyene Vieira e Michele Pires, pelas trocas e convivência alegre. Meus queridos amigos Adrian Santos, Joelma Melo, Gabriel Cruz e Kadu, encontros que marcam a evidência de uma bênção. A amiga meio-cearense, Carolina Fernandes. Meu amigo de tripla nacionalidade, Arthur Curvelo. Minha amiga Acreana, Emilly, que foi uma valorosa companheira de viagem.

Da graduação em História da UFAM (muitos já graduados, e com brilho!): agradeço as presenças afetuosas de Laís Bier, Gabriel Botelho, Pedro Augusto, Shayrula Alice, Davi Lincon, Thamy Gomes, Nelson Reis, Suriel e o feiticeiro João Victor. Dos trabalhadores da UFAM: ao meu amigo carioca, radicado amazonense, Leandro Coelho, agradeço pela generosidade e franqueza que sempre marcou o seu trato comigo. À minha querida tia eletiva,

Nilza, sou grato pelos afagos, broncas, abraços, lanches e almoços, quando eu passava ranzinza e faminto pela cantina. Dona Jhassy, pelas conversas enquanto eu fazia o café matinal no LHIA, compartilhando a sua coragem e alegria de viver. A experiência de migrante costuma ser contraditória em muitos sentidos. Não são incomuns os sentimentos de solidão e de desconforto, potencializado pela saudade da nossa terra. Essa condição foi apaziguada por esses afetos.

Durante o estágio docente que realizei na FAPSI-UFAM, também tive bons encontros que se converteram em amizade. Cacio Ferreira, *Sensei* querido por seus alunos, intelectual de grande envergadura, e poeta de enorme sensibilidade. Nunca deixou a gravidade da profissão e a rarefação acadêmica destruir o menino sonhador e humilde da infância. Bárbara Bentes, dona de uma inteligência vibrante, com seus comentários argutos e bem humorados, muito contribuiu para a formação da minha identidade de professor. Obrigado a vocês pelo privilégio da amizade!

Aos professores do PPGH e DH da UFAM, com os quais tive contato significativo e enriquecedor ao longo do curso: Átila de Almeida, Rafael Ale, César Augusto Queiroz, Keith Barbosa, Anderson Vieira, Wellington Bernardelli, Auxiliomar Ugarte, Luís Balkar de Sá Peixoto Pinheiro, Almir Diniz Carvalho, Joana Clímaco e Sínval Mello Gonçalves. Cada um destes docentes, se mostraram além de intelectuais refinados, *humanos*.

Agradeço a Maria Helena Capelato e a Durval Muniz de Albuquerque Júnior, mestres historiadores que me inspiram na pesquisa histórica e na profissão. Ao grupo *Corpus*, coordenado pelo professor Durval, pelo encantamento e potência nas manhãs de quinta-feira.

Ao professor Glauber Cícero Ferreira Biazo, devo a orientação respeitosa e segura, bem como os numerosos auxílios durante as diversas contingências enfrentadas ao longo do curso. Sou grato ao coordenador do PPGH quando do meu ingresso, Davi Avelino (que também foi meu professor, além de arguidor da banca de qualificação e defesa), e ao secretário Jailson Soares, pelo auxílio prestado numa época de incertezas. Davi também me acolheu gentilmente no estágio docente, na disciplina de *História da Cultura Amazonense*, além de contribuir com a sua leitura arguta no exame de qualificação. O valioso auxílio destes – que inúmeras vezes ultrapassou as obrigações profissionais – aplacaram muitos focos de aflição.

No segundo ano do curso, final de 2022, conheci a Cassia Costa, que chegou de mansinho e conquistou todo o meu afeto. A ela devo muitas alegrias ao longo dessa travessia. Obrigado por atravessar trechos dessa vereda comigo.

Por fim, toda a minha trajetória acadêmica não seria possível se não fosse pelas bolsas da CAPES, presentes na minha vida desde o PIBIC, cuja economia me ajudou a completar os custos da viagem de pesquisa que fiz em 2017. Agradeço à agência de fomento pelo financiamento, pelas políticas públicas voltadas para a educação.

Uma nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de ziguezagues.

(Florestan Fernandes – A Revolução burguesa no Brasil)

O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, apenas histórias.

(João Ubaldo Ribeiro – Viva o Povo Brasileiro)

Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força de incerto jeito, pode já estar se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertando.

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

Se não nos envolvermos nisso, os outros implantam a república. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude.

(Giuseppe Tomasi di Lampedusa - O Leopardo)

RESUMO

A tese estuda, a partir da trajetória e obra do jornalista Júlio de Mesquita Filho (1892–1969), dirigente e *publisher* do jornal *O Estado de São Paulo*, como foi construída uma interpretação político-cultural do Brasil com base no nativismo mítico das “bandeiras” paulistas. Ao analisar os vestígios escritos que intentam reconstituir uma experiência nativista, o trabalho procura mostrar que essas narrativas não apenas tinham o mote de restabelecer tradições atávicas por meio do mito, mas também articulam formas de ação, engajamento e produção ativa de memória. O estudo delimita o período de análise entre 1925 (ano de publicação do livro *A Crise Nacional*) e 1969 (ano do desaparecimento de Mesquita Filho e da publicação póstuma dos escritos reunidos sob o título *Política e Cultura*). Durante essas décadas, as tendências regionalistas se manifestam em projetos de centros universitários, como a Universidade de São Paulo, e na própria interpretação da História brasileira. A disputa simbólica e política – personificada na figura de Getúlio Vargas, aliados e “herdeiros” – reflete conflitos profundos entre o poder político e os projetos de representação e memória. Além disso, a tese discute como a Filosofia da História teleológica, nascida do mito e empregada para consolidar dirigentes paulistas, configura hierarquias e reivindica legitimidade de tutela em variadas temporalidades. A análise se articula diretamente com a compreensão do conceito de liberalismo, que foi deslocado de modo a integrar ideias de raça, história, economia e modelos de educação, contribuindo para a prefiguração de determinadas visões de sociedade. Metodologicamente, a pesquisa busca evitar hierarquias entre os modelos analíticos, dialogando com as perspectivas da história social da cultura, da história intelectual e da história política. Para fundamentar a exegese proposta e as suas derivações conceituais sobre as relações com o tempo, a formação da burguesia brasileira e os usos políticos da memória e do passado, o estudo se apoia em autores como Karl Marx, Walter Benjamin, Reinhart Koselleck, Michael Löwy, Florestan Fernandes e Muniz Sodré. O título é formulado a partir de uma inspiração derridiana, remetendo à reflexão sobre as ressonâncias e consequências históricas de doutrinas, consensos e virtualidades, elaborada em *Espectros de Marx*.

PALAVRAS-CHAVE. Trajetórias intelectuais; Intérpretes do Brasil; Burguesia brasileira; Júlio de Mesquita Filho; História da Cultura.

ABSTRACT

This dissertation examines the trajectory and works of journalist Júlio de Mesquita Filho (1892–1969), director and publisher of the newspaper *O Estado de S. Paulo*, to analyze how a political-cultural interpretation of Brazil was constructed through the mythical nativism of the São Paulo “bandeiras.” By studying the written traces that sought to reconstruct a nativist experience, the research demonstrates that these narratives not only aimed to revive atavistic traditions through myth but also articulated forms of action, political engagement, and active memory production. The analysis focuses on the period between 1925, marked by the publication of *A Crise Nacional*, and 1969, the year of Mesquita Filho’s death and the posthumous release of *Política e Cultura*. Across these decades, regionalist tendencies shaped university projects, such as the founding of the University of São Paulo, as well as broader interpretations of Brazilian history. The symbolic and political disputes – embodied by Getúlio Vargas, his allies, and “heirs” – reflect deep tensions between political power and projects of representation and memory. Furthermore, the dissertation explores how a teleological philosophy of history, rooted in myth and used to legitimize São Paulo’s leadership, established hierarchies and claimed tutelary authority over various historical periods. The study closely examines how the concept of liberalism was reconfigured to integrate ideas about race, history, economics, and educational models, contributing to particular visions of society. Methodologically, the research avoids privileging any single analytical framework, engaging with approaches from cultural history, intellectual history, and political history. The theoretical foundation draws on authors such as Karl Marx, Walter Benjamin, Reinhart Koselleck, Michael Löwy, Florestan Fernandes, and Muniz Sodré, grounding an exegetical analysis of temporalities, the formation of the Brazilian bourgeoisie, and the political uses of memory and the past. The title is inspired by Jacques Derrida’s *Specters of Marx*, evoking reflection on the historical reverberations and consequences of doctrines, consensuses, and unrealized possibilities.

KEYWORDS: **Keywords:** Intellectual trajectories; Interpreters of Brazil; Brazilian bourgeoisie; Júlio de Mesquita Filho; Cultural History.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Retrato de Júlio de Mesquita Filho no Hall de entrada no Jornal O Estado de São Paulo, fotografia de 2017.....	26
Figura 2: Busto de Júlio César Mesquita, no jornal O Estado de São Paulo, fotografia de 2017.	26
Figura 3: Júlio de Mesquita Filho, Fiel Jordão e Olavo Bilac, fazenda Louveira, 1916. Acervo Ruy Mesquita Filho.	106
Figura 4: "Sérgio Milliet, com cigarro na mão, ao lado de Júlio de mesquita Filho. 'Não posso deixar de aplaudir essa rebelião de uma elite que há de preceder a das massas [...]'".	129
Figura 5: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 ("Álbum exílio", Acervo Ruy Mesquita Filho).	148
Figura 6: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 ("Álbum exílio", Acervo Ruy Mesquita Filho).	156
Figura 7: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) discursando para exilados brasileiros em Buenos Aires. Marina V. de C. Mesquita à esquerda (entre 1939 e 1943) ("Álbum exílio", Acervo Ruy Mesquita Filho).	163
Figura 8: Júlio de Mesquita Filho (Julinho), (em primeiro plano, sentado, 3º da esquerda para a direita) despedindo-se dos colegas da "La Chateleine". Genebra – 1910 ("Álbum Julinho", Acervo Ruy Mesquita Filho).	165
Figura 9: Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e outros ("Álbum Julinho", Acervo Ruy Mesquita Filho).	275

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL – Academia Paulista de Letras

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

OESP – O Estado de São Paulo

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PUC – Pontifícia Universidade Católica

USP – Universidade de São Paulo

UNB – Universidade de Brasília

UDN – União Democrática Nacional

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Prólogo e o pesquisador na tese.....	16
Personagem referencial em cena	27
CAPÍTULO 1 – PASSADOS DE CADA PRESENTE	45
1.1 Memórias sobre um destino, ou o herdeiro legítimo da pauliceia	49
1.2 Formas ideais da sociedade, ou a tradição assombra a República	89
CAPÍTULO 2 – GENEALOGIAS DO NATIVISMO	116
2.1 Templo do saber para a missão ilustrada	125
2.2 Mitopoesia bandeirante	157
CAPÍTULO 3 – ANGÚSTIAS DE NARCISO	198
3.1 No espelho da memória, o (ant)agônico	200
3.2 Ao Atlântico Norte, o futuro	227
CAPÍTULO 4 – HERANÇA E TESTAMENTO.....	242
4.1 Signos da crise para uma revolução regressiva	246
4.2 Tutela liberal para uma utopia golpista.....	271
Conclusões.....	289
REFERÊNCIAS:	297
Bibliografia:	297
Fontes:.....	306

Prólogo e o pesquisador na tese

O essencial é saber ver. Saber sem estar a pensar.

(O guardador de rebanhos, Alberto Caeiro).

I

Na redação de um prólogo está implicado o risco de esvaziar a leitura em si, como um *trailer* muito prologado que prejudica a experiência do filme. Isso, no entanto, não me dissuadiu da ideia de escrever este prolegômeno, na tentativa de prudência contra promessas excessivas ou inexequíveis. Entre as fragilidades de uma tese histórica, pode se acrescentar a obscuridade ou confusão de argumentos. Neste momento, busco ser límpido, na medida do possível, sobre este tema elusivo, que tanto resiste à captura linguística: as representações e interpretações do Brasil, com suas respectivas implicações ético-políticas. Além disso, busco deixar marcado como um documento da época na qual escrevi, e as motivações fundamentais da pesquisa.

O sujeito histórico a partir do qual construí o objeto da presente análise se chamava Júlio de Mesquita Filho, e o jornalismo foi a sua mais reconhecida atividade. Brasileiro, paulista, viveu entre 1892 e 1969. A primeira premissa firmada, elaborada ao longo de trabalhos que realizei anteriormente (2018; 2021),¹ é que Mesquita Filho ocupou uma parcela significativa de sua vida para a elaboração de propostas intelectuais sobre a cultura e a política brasileira, configurando e verbalizando uma “interpretação de Brasil”. Tal processo se dá no interior de condições históricas de possibilidade, que estiveram à revelia ou favoráveis à agência individual.

Ao longo da obra escrita, a voz de Mesquita Filho se alterna entre formulações teóricas, culturais e exercícios memorialísticos. Constitui a expressão do esforço de uma anamnese constante da trajetória pública e política. As representações do Brasil se configuraram no decorrer da própria vida, incluindo agências, contingências e devires. O

¹ MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica**: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964). 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018. Disponível em: <https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2018/Hist%C3%B3ria_2018/Francisco_Adrilano_Leal_Mac%C3%AAdo.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2024.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Seduções tropicais**: Júlio de Mesquita Filho entre intérpretes e ideólogos do Brasil. 2021. 194 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

olhar temporalizado se debruça sobre a trajetória, o lugar social, e segue para eventos como os discursos, os engajamentos, as escritas públicas e privadas. A trajetória se articula a múltiplas temporalizações. Entre elas: heranças reivindicadas e adesões históricas, incorporadas como tradição; o passado longínquo e indefinido, elaborado como mitopoesia; o passado vivido que continua presente no trabalho de memória, visível na luta política e nos antagonismos; e o futuro do passado, que irrompe como roteiro, plano e expectativa e legado.² Essas são as principais articulações visíveis na trajetória de Júlio de Mesquita Filho.

Como proprietário de Jornal de ampla divulgação, *O Estado de São Paulo*, foi um homem que contou com um privilegiado palco de divulgação das suas ideias no debate público, dotando-o de excepcional (no sentido exceção) potencial de alcance. Nesse sentido, os estudos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado são referências essenciais, bem como a tese de Tânia Regina de Lucca sobre a *Revista do Brasil*,³ fundada por Júlio Mesquita (pai de Mesquita Filho).

O arco temporal que propus está atrelado à sua atuação como produtor de textos publicados no formato de livro. Está entre o primeiro (*A crise nacional*, 1925) e o último (*Política e cultura*, 1969). No intervalo entre estes, foram publicados *Ensaio Sul-americanos* (1946), *A Europa que eu vi* (1953), *Memórias de um revolucionário* (1954) e *Nordeste* (1963). As obras supracitadas foram elaboradas como fontes fundamentais para a tradução e problematização do pensamento do jornalista, especialmente pela possibilidade de inferência clara da sua autoria e da pretensão de evento que está imbuída em cada uma. Não obstante, a centralidade dos livros não impediu que outras informações, obtidas por meio de correspondências, notas e depoimentos encontrados em arquivos privados e públicos, fossem tratadas em sua especificidade, sem determinação hierárquica.

A maioria dos livros publicados por Mesquita Filho possuíram a pretensão ensaística. O conteúdo se passa em tempos e ambiência distintos, às vezes no mesmo volume. *A Crise Nacional* se volta ao passado com a pretensão de diagnosticar as raízes da *crise* daquele presente, ao mesmo tempo que projeta a interpretação de Brasil para o futuro de então, que se daria a partir de 1925: é um manifesto, um panfleto propositivo. *Memórias de revolucionário*, por sua vez, se atém a olhar para o hiato pretérito que separava as décadas de 1920-1930 e 1954, situando o autor como personagem ativo dos eventos e reformulando-os, tendo ainda o

² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica aos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

³ DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

mote de “sociologia política”. Já *Política e Cultura*, publicação póstuma ao autor, reúne escritos afastados por décadas entre um e outro.

Ensaio Sul-americanos é a obra cujo escopo ensaístico é mais abrangente, e a interpretação de Brasil do personagem ganha fôlego sistemático para figurar uma Filosofia da História. É singular por ter sido elaborado com vistas ao destino editorial, já que *A crise nacional*, *Memórias de um revolucionário* e *Política e cultura*, em sua maioria são transcrições de editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* que foi reunido sob sua assinatura. No caso dos *Ensaio*s, a nação está conectada à América Latina, visando defender a hegemonia brasileira, que canalizaria o motor da civilização.

O pensamento nativista é questão central na abordagem de capítulos como *Índios Jesuítas e bandeirantes* e *O Brasil e a revolução industrial*, com passagens volumosas citadas e subscritas por intelectuais como Cassiano Ricardo, conhecido apologeta da memória das bandeiras e do bandeirismo. Tal diálogo não se trata de uma mera repetição de pontos de vista postos, e mantinha as próprias características: Ricardo era um aliado de Vargas. Júlio, rigorosamente anti-Vargas, como demonstra na obra, na correspondência e nas ações. As configurações de sua agência política e da criação intelectual se tornam claras, uma vez que foi o livro escrito durante o exílio. Dentro da pluralidade das abordagens acerca do mesmo personagem-conceito, o *bandeirante*, este é retomado por Mesquita Filho com uma designação singular.

Sobre o tratamento metodológico dado a estes documentos, está em foco especialmente os espectros, o caráter fantasmático de atavismos insistentes, ritualizados por discursos míticos com aspiração a revelação de verdades maiores. O cruzamento dos vestígios deixados através da escrita possibilita, entre outras coisas, traçar a inteligibilidade do “espírito paulista”, que com tanta recorrência foi tema de sua escrita e orientador de atuação. A não linearidade narrativa é necessária para verificar como os respectivos *presentes* de cada escrita podem ter se relacionado com cada passado e cada futuro que foi vislumbrado naquele momento.

A mitopoese bandeirista é a espinha dorsal. Parte da proto-história expressa por Júlio de Mesquita Filho, que dedica esforços vitais para reforçar e adicionar arestas de exceção ao discurso mítico.⁴ O jornalista assumiu uma posição semelhante à de alguém que abana uma

⁴ KALIL, Luís Guilherme Assis. A invenção de um passado para a América e os americanos a partir da viagem do apóstolo Tomé ao Novo Mundo. In: ARAÚJO, Rafael. KALIL, Luís Guilherme Assis. SCHURSTER, Karl. **Trajatórias americanas**: volume 1 (séculos XV-XIX). Recife, PE: Edupe, 2022.

fogueira. A imagem do fogo, aliás, vem da própria documentação, e foi Plínio Barreto que afirmou o seguinte sobre o *Estado*, no prefácio para os *Ensaio Sul-americanos*: “uma formosa lareira intelectual”. O fogo serve tanto para aquecer (uma visão intelectual sobre o país), como para afugentar as feras (os personagens marginais da história que concebia). Como no mito de Prometeu, o fogo era um presente, ato heroico pela emancipação dos homens.

A respeito dos mitos na história, a abordagem realizada pela pesquisa do historiador Luís Guilherme Kalil é interessante, quando menos, a título de orientação do trato teórico-metodológico.⁵ Aborda exatamente a circulação de narrativas míticas, que se quiseram transcendentais e inquestionáveis, como forças atuantes no processo de *invenção de espaços, hierarquização de culturas e legitimação de agências*.

Na tese que se desenha aqui, processos análogos se manifestam. O lugar simbólico ocupado por Tomé é assumido por outros personagens – não religiosos, mas igualmente submetidos a processos de sacralização e mistificação histórica. Refiro-me à epopeia bandeirista, largamente utilizada como produção de fronteiras, hierarquias, categorias valorativas, legitimadoras e efeitos vanguardistas. Isto, em temporalidade longa, chegando ao século XVI: a história da qual se tirava o mito, a fogueira a partir da qual se produzia os desenhos fantasmagóricos projetados para o século XX.

Esta pesquisa orientou-se através de problemas essenciais, como: a partir de quais lugares sociais Júlio de Mesquita Filho se constituiu historicamente? Estabelecidos seus vínculos e lealdades, quais foram seus primeiros diagnósticos e prognósticos, e como se configuraram? Quais estratégias mobilizou ao incorporar o conceito místico do bandeirantismo? E, por fim, como atuou para capitalizar sua imagem e obra como revelação (e revolução) do Brasil?

Estudar incursões intelectuais e ideológicas não favorece o uso de tradicionais metodologias, com recortes temporais, espaciais, e disciplinares fixos. Acompanhar uma trajetória e seus fenômenos, nesse caso, implicou abandonar a linearidade da biografia de um personagem, sujeito que esteve em trânsito, vivenciou exílios, e estabeleceu contatos plurais. Exemplo disso é o fato de os seus *Ensaio Sul-Americanos* terem sido escritos durante o

⁵ KALIL, Luís Guilherme Assis. A invenção de um passado para a América e os americanos a partir da viagem do apóstolo Tomé ao Novo Mundo. In: ARAÚJO, Rafael. KALIL, Luís Guilherme Assis. SCHURSTER, Karl. **Trajetórias americanas**: volume 1 (séculos XV-XIX). Recife, PE: Edupe, 2022.

exílio do Estado Novo, fato que concorre para marcar o estilo combativo do texto, sublinhando identidades, conforme será desenvolvido no segundo capítulo.

Como condutor para a história, temos o nome “Júlio de Mesquita Filho” e a obra que deixou, entidade constituída por meio dos seus rastros esparsos, distante de qualquer perspectiva biográfica formal (apenas “biografemas”, ou esboços de traços que permitam acompanhar uma trajetória de forma inteligível). Dito mais claramente, esta tese não pretendeu reconstruir uma biografia convencional. O foco está na obra escrita, na produção discursiva e simbólica que Mesquita Filho assinou ao longo da vida – em livros, artigos, editoriais e correspondência. São esses vestígios que permitiram construir uma tessitura de sentidos e rastrear os deslocamentos de sua posição social, ideológica e cultural. A ideia de biografema orienta essa aproximação: pequenos traços de vida que, ao invés de buscar a totalização do sujeito, permitem observar as inflexões de sua construção identitária, seus engajamentos e seus silêncios.⁶

Atuou como diretor do jornal *O Estado de São Paulo* na maior parte do período do recorte temporal. Foi um homem cuja vida tocou pontas diferentes de processos históricos, e teve de lidar com as suas derrotas e conquistas. A escrita de uma biografia não seria a maneira mais salutar de problematizar os seus usos políticos do passado, sob risco mesmo de ser carregado pela voz do personagem-título, e sucumbir às sequências transcendentais de escrita de si.⁷

Além disso, a documentação levantada para tal empreitada seria de outra ordem, ficando os livros supracitados apenas como apêndices, parte de sua “obra”. Ao contrário disso, entendo a obra como central, e produto de motivações enraizadas, confessas ou não, que vazam pelo enunciado. Nunca é demais lembrar que um dos motes possíveis do estudioso em história, é profanar memórias, estabelecer conexões, até mesmo desagradáveis, a quem for desejoso de linearidade. Essa “iconoclastia” permite compreender algumas prioridades e expor as particularidades dos sujeitos e matizes dos processos históricos nos quais se envolveram.

⁶ “Biografema”, noção associada a Roland Barthes, define o ato de abandonar a perspectiva biográfica formal, com aspiração totalizadora e essencial, para rastrear fragmentos que podem informar sobre tendências, tradições e processos históricos subjacentes. O literato senegalês Mohamed Mbougar Sarr operou com esse conceito no eixo central do seu romance que tematiza a própria literatura africana. Ver: SARR, Mohamed Mbougar. **A mais recôndita memória dos homens**. Tradução de Marília Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

⁷ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In _____ (Orgs.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Uma existência humana não é imutável, nem segue um trajeto fatal e necessário, rumo a fins idealizados, como de infâmia ou de glória. Estes mesmos, são conceitos, cujas existências não estão vinculadas a nenhum céu ou transcendência. Os sonhos de coerência, por outro lado, são comuns. A performance de arquétipos é habitual em personagens públicos. Júlio teve os seus: apoiador incondicional dos “valores democráticos” do “liberalismo” e do “espírito paulista”, tantas vezes apresentados como sinônimos entre si. Com efeito, a obra que assinou, apresenta *traços* de hesitação, como quando ele mesmo admite os efeitos da primeira Grande Guerra em suas crenças sobre a civilização e o lugar do homem, brasileiro ou não, nesse concerto. Ao buscar encarnar universais, entrou em atrito com a história, como alguns eventos, como os seus exílios assim o sugerem. A função da pesquisa e narrativa histórica é, no fim das contas, desnaturalizar aparentes obviedades e embaralhar linearidades.

Em Getúlio Vargas, que fora seu aliado por curto período no ano de 1930, viu uma assombração que o perseguiu por décadas, a quem buscou enfrentar de maneiras diversas, com armas físicas e simbólicas, como quem busca exorcizar um ente sobrenatural. Para isso, ocupou-se em forjar balas de prata como o Movimento constitucionalista de 1932, os modernos procedimentos encantatórios da Universidade de São Paulo, e esboços de teorias do Brasil elaboradas durante o exílio.⁸

Ao passo que esses eventos se desenrolavam, o homem mudava, envelhecia e, talvez sem se dar conta plenamente, recorria à composição de melodias para mitos de origem. Em conexão com a cultura circulante nos anos 20 em São Paulo, como os seus deslumbramentos, os rituais do orfismo parecem tê-lo penetrado as entranhas, com misturas de outras aparições europeias absorvidas quando lá estudou.⁹ O bandeirantismo mítico se tornaria a sua

⁸ Em trabalhos anteriores, já discuti os processos históricos dentro dos quais Mesquita Filho esteve como agente. Para a sua atuação no Movimento constitucionalista de 1932, o primeiro capítulo da monografia *Nação como retórica*, produzida em 2018. Para as ressonâncias da atuação na criação da Universidade de São Paulo, artigo publicado em 2020 esboça uma genealogia dos interesses envolvidos em tal ato, e as contradições por ele mobilizadas. Ver, respectivamente: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. A ideologia da cultura brasileira nas universidades. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 198-212, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHIS/article/view/11953>> Acesso em 24/07/2024.

⁹ Nos anos 1920, o interesse generalizado pela dimensão das pulsões e do inconsciente ganhou palco. O mito ganhava interesse público. Até mesmo a palavra “moderno”, cujos significados conceitualmente poderiam sugerir algo criterioso, racional, era capitalizada pelo mito. Os anseios da “metrópole fervilhante” levam ao mundo mítico. “O vocábulo ‘moderno’ vai condensando assim conotações [...] se torna a palavra origem, o novo-absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação... a palavra epifania”. “O passado é, aliás, revisitado e revisto para autorizar a originalidade absoluta do futuro”. Ver: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 228.

experiência espiritual, que buscaria infundir na insurreição de 1932, na universidade, nas páginas do seu jornal, nos livros que escrevia – ao seu modo, tradicional e mítico.

Teria ele intuído que apenas instrumentos mágicos poderiam enfrentar os encantos da Lira de Orfeu? Pretendeu-se, ao seu modo, ser um “oficiante do êxtase”? Entre Prometeu e Orfeu, Mesquita Filho oscilou entre o mito do sacrifício em nome da civilização e o ofício do encantador de almas, do “oficiante do êxtase”, como talvez tenha aspirado ser. Do fogo mítico, tirou não apenas luz e calor, mas também a fumaça necessária à criação de fantasmas históricos. Para isso, recorre ao ensaio, mistura de erudição e retórica filosófica, feitiço aprendido na Europa.

A configuração de suas produções intelectuais e agências políticas se emolduram ao longo da trajetória, lidando com as condições históricas de existência que lhe foram apresentadas. A ligação do mundo material com os climas ideológicos possui relação direta.

Sobre o caráter de aspiração científica de sua obra: buscou transmitir a sensação impressionista de que é a força de uma racionalidade insuspeita, cujo singrar é independente de quem a maneje. “Uma racionalidade em livre curso, escapando ao controle dos homens”, é assim que ressoa a vontade de sua escrita, não raramente cheia de emoção incontida, mas devidamente matizada com o vocabulário científico.¹⁰

Não suponho carregar o “otimismo ingênuo” de levar o “heroísmo da verdade”, mas busco elaborar certa “discursividade da compreensão” acerca do tema, costurando a inteligibilidade de discursos que atualmente ainda se fazem presentes (preconceito contra origem geográfica, vontade de exclusivismo político, de hierarquias culturais, etc.). De acordo com a proposta de Isabelle Stengers, pretendo questionar ao longo da tese como “a razão científica” está associada “à razão política”.¹¹

Para tanto, se dedica a seguir, nas dobras entre experiência e expectativa, o itinerário de uma forma de tutela liberal que, pretendendo guiar o destino nacional, forjou mitos de origem e vocação. Júlio de Mesquita Filho, ao procurar controlar o tempo histórico por meio da palavra escrita, buscou eternizar o bandeirante como arquétipo dirigente – uma figura do passado, mas também de promessa: tradição e vanguarda. A crítica aqui empreendida não é à coerência do personagem, mas às operações de sentido que tentam naturalizar hierarquias culturais e políticas sob o manto legitimador da razão histórica.

¹⁰ STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 19.

¹¹ STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 19.

II

Como um exercício para demonstrar o significado do gesto dessa pesquisa, esclareço como se deu o meu contato com o personagem pesquisado. Destaco o contraste pesquisador e objeto, a começar pela constituição subjetiva que nos separa no tempo, no espaço, e que também separaria existencialmente. O ponto de partida de tal distinção se relaciona com os espaços historicamente posicionados como o “sertão” e o “litoral”, do Nordeste brasileiro e as interpretações de Brasil que ao longo do tempo o elegeram como “alteridade” desde os começos do processo de “invenção do nordeste”.¹² As camadas narrativas e discursivas que possibilitaram a forja de identidades contrastadas com o Outro, como diferença e estranhamento. Ao mesmo tempo, essa relação se mostra permeável, pois não há uma separação estanque entre sujeito e objeto.

Como são discursos que se presentificam e agenciam o hoje, produzindo impacto significativo nas experiências contemporâneas, sou um partícipe da narrativa. Seguindo o exemplo de Darcy Ribeiro na introdução de *O povo brasileiro*, também sinto que devo deixar claro que sou uma pessoa de fé e de partido. Falar da trajetória é um exercício de ética, na medida que pôr às claras como o caminho metodológico está em diálogo com questões particulares que acompanharam junto à reflexão e à escrita do trabalho. Quando escrevi sobre a questão da Ideologia, que é interpretada em contraste com a Verdade que o sujeito do conhecimento em tese produz, registro que essa produção de conhecimento é historicamente localizada e não almeja transcendência, tampouco a atemporalidade. É uma ferramenta produzida no presente.

A pesquisa começou a germinar em meados de 2017. Mas já a partir de 2014 – primeiro ano de graduação – juntamente às primeiras vivências acadêmicas, quando fui apresentado ao mundo da universidade, as condições de possibilidade para desnaturalizar os discursos como o que acompanharemos já se desenhavam. Percorrendo os 45 quilômetros da zona rural de São Luís do Piauí-PI para Picos-PI, onde ia apenas ocasionalmente, entrei em contato com o foco do debate público e político que ocorria na universidade, uma das plataformas de divulgação. Tempos de crise democrática, crise na imaginação política. E foi

¹² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 2001.

nessa ambiência que fiz toda a minha graduação. Em alguma medida, o trabalho é uma tentativa de resposta às angústias que vivi ao longo da última década.

Uma elaborada e quase uníssona pressão discursiva e midiática, em um jogo de espelhos muito particular, produzia efeito de realidade em curto prazo que enunciava, nas mesmas frases, palavras como “corrupção”, “crise”, “economia”, “esquerda”, etc. Muitas fantasmagorias assombravam e dominavam o momento. Em 2016, quando cheguei por volta do quinto período de graduação, a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, foi deposta em favor do seu vice, Michel Temer. Minha experiência temporal se mestiçou ainda mais: nos fins de semana, eu ia para o cotidiano calmo da zona rural; na semana, participava dos debates universitários, na época sempre iniciados com a palavra de ordem “fora Temer!”, em referência ao não reconhecimento do homem que presidia o país, enquanto tal. A tutela liberal e autoritária se fazia lei mais uma vez no país.

Nesse momento, as vozes dos estudantes pareciam isoladas, pouco articuladas, e abafadas pelo rugido autorizado da grande imprensa. Temer, que os estudantes clamavam para ser deposto, era elogiado em editoriais, e inaugurou contra a alegada crise, frases como “não reclame, trabalhe”. Ainda que intuitivamente, passei a perceber que as narrativas hegemônicas da imprensa oficial possuem um vetor muito significativo de criação de consenso que arbitra por visões de progresso, define visões de civilização, estabelece vilanias e elegem heróis – personificados em determinados sujeitos que imiscuem em si mesmos a vontade de agir em nome de determinada orientação do futuro.

É esse olhar, retrospectivamente, que move o coração desta pesquisa: a análise de um expoente da imprensa que agiu tanto pela escrita quanto pelo engajamento político direto. Atuou fortemente na escrita e fora dela, ao longo de boa parte do século XX, além de participar dos atos sucessivos de uma peça, cujo roteiro alguns almejam controlar mais do que outros – ainda que tais demiurgos tenham muitas surpresas, algumas do tipo mais amargo. Os tempos em conflitos uns com os outros, em sucessivos movimentos negativos e de destruição, parecem alimentar uma dialética que, ao modo de Walter Benjamin, conectam os sujeitos de ontem e de hoje.

Após a produção da monografia e da dissertação de mestrado, o doutorado tem sido o momento de olhar o tema a partir de lentes analíticas outras. O presente no qual a documentação é revisitada se modifica “no devagar depressa dos tempos”,¹³ e já nos

¹³ Imagem emprestada da obra de João Guimarães Rosa. ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 79-85.

distanciamos temporalmente de 2016. Além disso, a mudança de universidade foi significativa para que o olhar também mudasse. Da UFPI para a UFAM, onde realizei o curso, as perspectivas mudam sensivelmente. Foi um processo de saída da ilha, para que eu pudesse vê-la, lembrando o belo conto de Saramago *A ilha desconhecida*.¹⁴ No fim das contas, este esforço de pesquisa, no geral, configura uma tentativa de resposta a inquietações que surgiram lenta e em crescendo desde o primeiro período de graduação. Talvez de antes.

Agora, oito anos passados desde os primeiros acessos à documentação, diversas outras camadas de signos se acrescentaram, alguns esquecimentos e reorganizações ocorreram. Ao longo desse tempo, fui perdendo toda a pretensão – nunca muito forte – de abranger totalidades e olhar o processo do ponto de vista eterno. Isso implicaria que esses passados que estudei tivessem, de fato, desaparecido sem deixar rastros. Mas os vocabulários que aprisionam pontos de vista, e excluem outros, permanecem presentes. Frequentemente, recorro à literatura, pois ela permite transpor fronteiras conceituais. Mesmo quando não cito obras literárias de maneira explícita, costumo pensar com o auxílio delas, compondo uma teoria possível.¹⁵

Os tempos entre 2017 e 2025 se entrelaçam furtivamente com aqueles que estão entre 1925 e 1969. Estes, por seu turno, se relacionam com os precedentes, através da tradição, e outros mais remotos ainda, através da mitopoese. E o mito pode achar caminho para o presente, através do labirinto dos séculos. A tecitura das temporalidades, mesmo com notas marcadas pela tecnologia do calendário, é um enigma metamórfico e altamente permeável.

Quando eu, pesquisador de 22 anos, cheguei à sede do jornal *O Estado de São Paulo*, fui confrontado pelo busto de Júlio César, não o Romano, mas o Mesquita, fundador daquela organização. A *impressão* que tive, uma vez que o impressionismo impera diante do desconhecido, foi de estar entrando em um recinto de celebração de personagens. Na ocasião, fotografei a estátua metálica de Júlio Mesquita, “o imperador do negócio jornalístico”¹⁶ e o retrato emoldurado do seu “príncipe herdeiro”, Júlio de Mesquita Filho (figuras 1 e 2, respectivamente). A trajetória deste último tornou-se o ponto de convergência do meu interesse de pesquisa.

¹⁴ SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Hora da Estrela: história e literatura, uma questão de gênero?* In: _____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 43-51.

¹⁶ CALDEIRA, Jorge. **Júlio Mesquita e seu tempo: o jornal de prelo, locomotores da república**. São Paulo: Mameluco, 2015. p. 22.



Figura 2: Busto de Júlio César Mesquita, no jornal *O Estado de São Paulo*, fotografia de 2017.



Figura 1: Retrato de Júlio de Mesquita Filho no Hall de entrada no Jornal *O Estado de São Paulo*, fotografia de 2017.

Personagem referencial em cena

I

Nomes de países e cidades são apontados pelos dicionários como substantivos “concretos”. Palavras como Justiça, Fraternidade e Progresso são substantivos “abstratos”. Poderíamos então supor que “Brasil”, sendo nome que designa um país, passasse a refletir sua concretude em pleno sentido. O que ocorre, no entanto, é que muitas camadas de abstração foram gravadas em suas heráldicas e símbolos. Em meio às disputas em torno dos significados conceituais do país, retratos e “interpretações” se multiplicam na Música, na Literatura, nos Ensaio e nas Ciências Sociais. Estes elementos, por mais desejo de objetividade e realismo que apresentassem em suas respectivas retóricas e imagens, signos de categoria abstrata foram empregados para hierarquizar qualidades, formular e defender projetos políticos, com intenções canônicas. Em suma, a verbalização do universal.

Representações¹⁷ “geográfica, histórica, social, pinturesca e mitológica” agrupam conceitos interrelacionados, mas que não são redutíveis uns aos outros. Nesta discursividade que costuma escapular das determinações eternas, estão situadas as veredas que o texto, em grande parte, percorre: o mundo das coisas que não podem ser tocadas, mas nem por isso possuem ou *produzem* menos efeitos de realidade, e terminam por configurar os vocabulários políticos que, de fato, emolduram (e são reciprocamente moldados) o mundo.

Em duas redações anteriores,¹⁸ abordei o vetor dominante dessas disputas pelos signos, cuja principal arma é a esgrima pelos efeitos de verdade da questão nacional, isto é, pelas configurações históricas mobilizadas para a consolidação da nação. Nesta tese, busco desenvolver uma confluência, adicionando elementos para sustentar uma proposição: demonstrar, a partir do caso de Júlio de Mesquita Filho e de sua atuação pública como jornalista engajado, a existência de um maquinário ideológico, ancorado na classe econômica-senhorial, dedicado à produção de formas sociais e institucionais alinhadas aos interesses

¹⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Portugal: Difel, 2002.

¹⁸ MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. Monografia de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018. 114 fls. _____. **Seduções tropicais: Júlio de Mesquita Filho entre intérpretes e ideólogos do Brasil**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

dessa mesma classe. A experiência do personagem, contudo, apresenta matizes que não o situam numa burguesia moderna aos moldes europeus – embora se valha das ferramentas ético-discursivas oriundas desse contexto – e nas quais a força das tradições se manifesta de forma explícita.

Os mecanismos de intervenção identificáveis na trajetória de Mesquita Filho são tradicionais, como a formulação de projetos pedagógicos, mas também *sui generis*, como a mitopoeia do regionalismo bandeirista. A modernidade liberal caminha lado a lado com fórmulas e personagens imperiais e coloniais. A genealogia da forma de pensamento que o jornalista trouxe à luz revela, de fato, elementos estruturantes da sociedade brasileira, que remontam ao mundo colonial. As meta-categorias que o orientam, embora invariavelmente se apresentem diluídas na primeira pessoa do plural, conectam-se a desejos fortuitos do indivíduo.

No procedimento histórico e crítico que aqui proponho, estão presentes os signos formuladores dos consensos nacionais, daquilo que se pretendeu ser o Brasil. Um exemplo que pode ilustrar essa pretensão foi a “guerra justa”, estabelecida no mundo colonial, quando povos originários recusavam a submissão ao colonizador, podendo então serem caçados, mortos e escravizados, com as bênçãos das monarquias ibéricas. Esse circuito distanciado de comparação está posto como parte da genealogia que cá interessa, na medida que trato da definição das hierarquias fundamentais para o regimento de um Estado Nação. Busco mostrar que as periodizações históricas não são estanques. Se o passado não governa plenamente o presente, ao menos as leituras deste sobre aquele, produz agência detectável.

É intenção fundamental da tese que desenvolvo é produzir analogias entre um Brasil que caso o imaginemos filmado, ainda seria quase todo em preto e branco, situado entre as décadas de 1920 e 1960, e o presente. Dentro do recorte temporal da tese, o debate público era verbalizado por intelectuais, homens, de terno e gravata, sentados em suas escrivaninhas, frequentando as direções de grandes jornais. Os projetos e ações que acompanhamos aqui, são, como não poderiam deixar de ser, excludentes em termos de participação popular mais ampla. Para constatar isso, basta lembrar como, no recorte proposto, o analfabetismo era “maioria absoluta”, tal como documentou Leon Hirszman.¹⁹ Neste documentário, quando pessoas de classe média ou alta são abordadas pela câmera e indagadas sobre qual seria “a

¹⁹ MAIORIA ABSOLUTA. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1964, son., P&B, 20 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-iWyTrjcCY&ab_channel=omedianero%28JuanGon%C3%A7alves%29>, acesso em: 27 de mar. 2023.

crise brasileira”, as respostas mais contundentes são que a crise é “moral”, ou que “o povo é muito indolente”, que “não sabe receber quando a pessoa quer dar dias melhores”. Os cortes impactantes, próprios do Cinema Novo, passam a mostrar experiências históricas subalternas onde o analfabetismo e o pauperismo são *maioria absoluta*.

As tentativas de interpretação e agência política que acompanharemos, são, quase que exclusivamente, brancas, masculinas, que buscaram triunfos, mas que não são absolutos nem naturais. Para escavar essa historicidade latente no objeto – mesmo que ele esteja organizado para imitar a serenidade do eterno e do destino –, busquei seguir a sugestão fanoniana de que “todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo”.²⁰ Portanto, questionar as homogeneidades fabricadas no tempo é essencial, pois nos polos divergentes do que trato, o Brasil de Carolina Maria de Jesus, feminino, negro, despejado, se fazia presente, embrião incontido, à revelia da desejada autoevidência, articuladas pela visão “oficial” e ocidental de mundo.²¹

A hipótese mais amplamente posta em exame foi que, em maior ou menor intensidade, com subterfúgios mais ou menos sofisticados, determinada *leitura ativa* do Brasil estava engajada na legitimidade de hierarquias. Estas engendraram os discursos fundantes da invenção do Brasil. Em primeiro lugar, a narrativa traduz um estudo sobre as maneiras de pensar o Brasil a partir de mecanismos de produção ideológica, que perpassam [e/ou assim o intentam] pelo poder e se efetuam nos corpos e mentes de sujeitos reais.²² O personagem Júlio de Mesquita Filho, em torno do qual o enredo se constrói, é apresentado de maneira fragmentada e não necessariamente segue lógica de causalidade direta.

Sistemas ideológicos se constroem em função da Ordem, da Justiça, Deus, Pátria e da Liberdade. Escrever no limite do próprio saber²³ implica a consciência de que tudo é lacunar,

²⁰ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 29.

²¹ Nesse comentário sobre presente-ausente, faço referência à dissertação de mestrado de Aline da Silva Campos, que parte da trajetória de Carolina Maria de Jesus para compreender as periferias existenciais brasileiras, com foco na mulher e intelectual negra em meados do século XX. O trabalho, recém defendido, contempla aspectos e contradições brasileiras que a minha tese não pôde, diretamente. Ver: CAMPOS, Aline da Silva. **Partilhas carolineana e morrissiana: história e memória transnacional das relações de mulheres negras de 1960 a 1980**. 2025. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.

²² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

²³ Nesse momento, faço remissão ao prólogo da tese de Gilles Deleuze *Diferença e repetição*, que define o ato da escrita como se colocar nas bordas daquilo que se sabe, no caso do texto em história, penso no limiar quando a intuição e afecção passa se tornar método e conceito. Citando Deleuze: “só escrevemos no limite de nosso saber, na extremidade que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro”. Ver: DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 15. Grifos no original.

especialmente na historiografia. Foi através de lampejos temporalmente localizados que o objeto de pesquisa foi sendo elaborado, pois ele nunca foi natural e dado. Trata-se, como sempre o é em História, de um processo de seleção e recorte, cuja aleatoriedade é parcialmente contornada pelos métodos acadêmicos, mas que sempre ressoam com o pesquisador (como descrevi há algumas páginas, na seção anterior).

Em meio a muitas fantasmagorias que costumam turvar a compreensão sobre o próprio tempo, a perspectiva histórica se mostra útil para iluminar o presente, atento ao postulado benjaminiano de que somos tocados por “um sopro de ar que envolveu nossos antepassados” e que “existe um encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossas”.²⁴ Esse é o intuito de reflexão contido nesse desdobramento de pesquisa, desafiado a deslocar as perspectivas, alargar discussões e ir além dos limites anteriores. Para tanto, ensaiei colocar as camadas de pensamento do personagem em contato umas com as outras e com a sua própria trajetória. Descentrar o ponto de vista pode ser tarefa delicada, e enquanto retomo o sujeito de pesquisa para produzir um trabalho historiográfico, noto a carência de me afastar um pouco da ilha para vê-la de outras formas, malgrado os riscos envolvidos.

Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) é o sujeito de referência de todos os capítulos. Não se trata de um protagonista no sentido romanesco, mas de um ponto de partida – ou, mais precisamente, de síntese. Esta personagem, brasileiro, respirou os ares e caminhou no chão histórico de eventos turbulentos durante uma parte considerável do século XX, mergulhando em temporalidades diversas, coando em si as experiências culturais e políticas a partir de sua posição expressiva de proprietário e dirigente do jornal *O Estado de São Paulo* (1927-1969). Construir estratégias para acessar pensamento e ação através das pistas deixadas sobre essa trajetória contribui com a construção de uma “discursividade da compreensão”²⁵ sobre uma parcela dos signos e atos que germinaram e/ou se estenderam no Brasil no interior do recorte de tempo proposto (1925-1969).

Ainda a pretexto do personagem, faço remissão a uma obra do cinematográfica de 1941, da qual Júlio foi contemporâneo. A película conta a história ficcional de um jornalista

²⁴ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1)

²⁵ O historiador François Hartog faz referência a essa expressão de Michel de Certeau quando introduz o seu livro “regimes de historicidade”, em alusão ao processo de organizar os saberes esparsos e incoerentes – que muito espanta e pouco explica – para estabelecer uma relação de compreensão, por mais modesta que seja. Em suas palavras: “passar da ‘estranheza do que se passa hoje’ à ‘discursividade da compreensão’”. Ver: HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 15.

estadunidense, *Cidadão Kane*.²⁶ Ambienta adequadamente a formidável força que o jornalismo, os grandes veículos da Imprensa e os seus dirigentes tiveram no século XX, além de inquietar para as contingências e contradições que circundavam as vidas desses sujeitos. Concebendo a arte em geral como uma potente aliada para o saber academicamente construído, as analogias e possibilidades interpretativas vão desde o comentário de que “nenhuma palavra pode explicar a vida de um homem” – já que, aqui, não pretendi dissecar toda a vida de Júlio de Mesquita Filho, ou mesmo dar conta de todas as suas motivações, manias e convicções.

Busquei, no entanto, compreender aspectos, necessariamente lacunares, de que maneira se deu significado a determinadas palavras, tal qual “civilização”, e como ele agiu, com base em tais palavras e conceitos, diante das circunstâncias. A partir desse ponto de vista, Júlio de Mesquita Filho se apresenta como objeto privilegiado de investigação: não apenas como homem de imprensa, mas como formulador e articulador de um vocabulário político que configurou projetos de país. Quando Charles Foster Kane morreu, uma das manchetes foi “Kane, sponsor of democracy, dies”;²⁷ no Brasil, os necrológios e homenagens por ocasião do falecimento real do *citizen* Mesquita Filho também seguiram na linha de patrocinador da democracia ou, nas palavras de Jorge Amado, “de quem poderia ser adversário e amigo”.²⁸

Ninguém se torna *naturalmente* um objeto histórico apenas por já ter desaparecido, como aliás nenhum outro problema historicamente situado pode ser natural. Tal formulação parece tautológica (e é), mas a utilizo para conectar com uma das questões fundamentais da escrita histórica: o recorte temático. Apesar das pretensões pessoais desse personagem a ser *agente* de particular intensidade no movimento dos eventos históricos e o desejo de *fazer a história*, um homem morto sempre ganha predicados de diversos pontos de vista, às vezes conflitantes entre si. O que aqui está escrito, também o é, embora não para elogiá-lo ou difamá-lo. Busquei partir de critérios e protocolos de elaboração da historiografia, metodológica e teoricamente responsáveis, com aspiração a interesse público.

No morto, não busquei as suas qualidades de bom (ou mau) filho, marido, irmão, salvo quando tais relações ajudam a esclarecer aquilo que está na mira, ou que compôs o seu *ethos* de pessoa pública, de intelectual engajado. O fato de ter aderido a uma moral burguesa, por exemplo, poderia explicar o seu único casamento, a sua correspondência constante, e a

²⁶ CIDADÃO Kane. Dir. Orson Welles, P&B, 119 min. Estados Unidos, 1941.

²⁷ “Kane, patrocinador da democracia, morre”.

²⁸ AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem**: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 52.

distância calculada dos “discursos clandestinos”.²⁹ Nas relações familiares, antes de valores de lealdade em si, é fundamental que se compreenda como as conexões entre as concepções de família e atavismos particulares impactaram as suas formas de atuação e o seu pensamento, como ficará evidente no tópico “esboços de um destino”. A exumação existencial pode expor vísceras, mas aqui não foi movida por algum prazer obscuro de violar tumbas.

O trabalho se realizou na busca de equilibrar algumas tendências historiográficas: a história tradicional, como narrativa de eventos e sua interpretação sincrônica dentro dos quadros políticos e sociais brasileiros, cujos detalhes outras obras já elaboraram perspectivas competentes, e são devidamente utilizadas; a camada das representações de época em torno desses mesmos eventos, em especial as suas implicações sobre o que era considerado bom, verdadeiro, justo e seus respectivos contrários, nesse sentido, a análise das ideologias; e, ainda, o discurso de obras de síntese sociológica. Em síntese, o *corpus* documental aponta para o estudo das memórias do sujeito-personagem, a circulação de seu pensamento, as significações posteriores que inscrevia em suas ações. Da história intelectual à história política, da história social à história cultural, ainda com as contribuições de áreas vizinhas, como a Sociologia.³⁰

Interessam os lugares de produção de saberes e, através do personagem Júlio e o entorno que vislumbramos ao seguir rastros, as medidas em que os saberes impactam o mundo vivido; dos exílios, dos empreendimentos econômicos e institucionais, das motivações para balas disparadas e a justificação ética para a produção de cadáveres. Trata-se da agonística entre ideias e como visões de mundo nelas fundamentadas institui os efeitos de verdade que, como lembra Luiz Costa Lima, não são prova de bondade humana (tampouco de maldade).³¹ Da realização eficaz dessa dialética é que depende a necessária fuga do maniqueísmo, compreendendo que as pessoas são também as suas circunstâncias.

Uma concepção relacional que põe em jogo as categorias de autor e obra, intenção – ou desejo – e desdobramento real dentro de uma trajetória individual. Esse é o tema que engendra a constituição desta pesquisa historiográfica, ou o seu ponto de partida. A

²⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 09.

³⁰ O pensamento de Sociólogos como Florestan Fernandes e Norbert Elias, de críticos de literários como Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, estão presentes de modo a compor a fortuna crítica que permite a inteligibilidade dos argumentos levantados e o estabelecimento do palco e outros agentes históricos que o compõem.

³¹ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. *Apud*: NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre casa grande & Senzala e a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

experiência de Júlio de Mesquita Filho, à medida que é passível de conceitualização a partir dos vestígios deixados, possibilita a reconstituição de passos, de um estilo de escrita e de atuação no mundo que viveu e no país em que buscou intervir. E, também, como buscou produzir enunciados, submeter realidades sociais e políticas a semióticas e critérios de verdade.

Desde os primeiros passos, o caminho percorrido tem sido o de um processo de análise sobre histórias que tentam dar sustentação econômica, política e espiritual para cosmologia de um país, muitas vezes chamadas de “projetos de nação”, e que partem de esforços individuais e coletivos. Considerando que tais histórias são peças importantes sobre as quais se apoiam maneiras de experimentar o mundo, Júlio e os outros sujeitos foram tomados como presenças através das quais é possível observar parcelas da experiência histórica. Estudar historicamente como tais personagens intervieram em eventos, disputaram suas memórias e concorreram para a constituição de determinados cânones e lugares comuns. Ou seja, recortes sobre realidades passadas através de trajetórias.

Nos dois trabalhos realizados, já citados, há um escopo comum, com variações de densidade nas suas conclusões. A monografia contentou-se em situar panoramicamente esta personagem, situando os eventos no interior dos quais se movimentou. Na dissertação, os discursos de Mesquita Filho e de alguns dos seus contemporâneos foram tomados para mapear as razões intelectuais e subjetivas dos seus engajamentos e projetos, e em que medida seus construtos afinam ou desafinam com as ordens de tempos que habitaram. Apesar do presente texto apresentar uma dinâmica de leitura própria e interna, a consulta das escritas que mencionei podem enriquecer a compreensão do tema.

Ao longo das análises e compartilhamento narrativo da pesquisa, tornou-se evidente uma penumbra acerca da figura de Júlio de Mesquita Filho, excetuando em São Paulo, quando da visita aos arquivos, e na cidade em si. Ao contrário do relativo silenciamento da personagem em outros espaços do Brasil que visitei, as homenagens se multiplicam na cidade em que viveu a maior parte de sua vida, dando nome a ruas, viadutos, escolas técnicas e à própria Universidade Estadual de São Paulo. Na capital paulista, o político Getúlio Vargas não foi laureado com tais homenagens, como ocorreria em muitas outras partes do Brasil, fazendo desse fato uma curiosa lupa de contrastes. Esse foi um dos motivos da inquietação que norteou a tese e suas hipóteses, tendo em vista que os reflexos da atuação de Mesquita Filho são fortemente regionais, fortalecendo a percepção de que uma metonímia interpretativa da nação foi gestada a partir de São Paulo.

II

Empresário da imprensa, dirigente do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio se empenhou no ofício de ser intérprete do Brasil, com o intento fundamental de construir uma visão de nação e fazê-la verossímil e visível, através das letras científicas e estratégias de ação; na esteira da sua atividade de interpretação e narrativa intelectual, procurou fundamentar uma retórica que o permitisse se tornar *ideólogo* de certa “cosmobrasilidade”, que reunisse valores, padrões civilizacionais hegemônicos, e projetos de nação; Mesquita Filho também foi um militante armado, e participou do levante de 1932, conhecido como “Revolução Constitucionalista”, levando para além dos limites da paz as suas convicções.

Filho de Júlio César Ferreira de Mesquita, e neto de José Alves de Cerqueira César, Mesquita Filho se tornaria o herdeiro do Jornal *O Estado de São Paulo*, que estava em plena ascensão na década de 1920, quando assumiu a direção do matutino. O pai fora jornalista, advogado e político. Exerceu cargos públicos como vereador da Câmara municipal de Campinas entre 1887 e 1890, ainda durante o Império. Em 1891, foi constituinte da República. Em 1892, ano do nascimento de seu filho, Júlio Mesquita assumiu o posto de Deputado Federal do regime recém-instituído. Continuou vinculado estreitamente à política, e em 1902 se tornou o único proprietário d’*O Estado*.

Quando Euclides da Cunha foi assassinado em 1909, foi Júlio Mesquita que redigiu o seu necrológio, estampado na primeira página do *Estado*. Nos dias de hoje, o nome de um pequeno município do estado de São Paulo o homenageia. Essas breves notas biográficas já indicam um lugar social que Mesquita Filho ocuparia ao longo de sua própria trajetória: nascido praticamente junto com a República, filho e neto de políticos (Cerqueira César, deputado do Império, era o seu avô materno. Campos Salles, tio-avô, se tornaria presidente da República), algo como um esboço de “destino” pairava sobre ele, que era ser da elite dirigente, reunindo todos os requisitos, tanto econômicos como sociais.³² Isso será tema de parte significativa do primeiro capítulo.

Quanto a sua formação intelectual, após o curso primário realizado na capital paulista, viajou para o “Velho Mundo”, que em 1904 era incontestemente centro do fulgor cultural e do saber, onde os filhos das elites da América Latina no geral adquiriam suas esmeradas e

³² DUARTE, P. Julio Mesquita; Estado de S. Paulo (16/3/1927); Estado de S. Paulo. Suplemento do Centenário 1975; Folha da Manhã SP (16/3/1927); RIBEIRO, J. Chronologia; SILVA, E.; EWIGKEIT, J. Precursores. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf> >. Acesso: 09 de ago. 2023.

privilegiadas formações. Júlio frequentou liceus de Portugal e da Suíça. Em 1911, entrando na maioria e de volta ao Brasil, se matriculou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, se envolvendo nos movimentos políticos universitários e participando da fundação da Liga Nacionalista, que tinha como objetivo “mobilizar os sentimentos patrióticos dos brasileiros e promover uma aproximação entre civis e militares”.

As suas fotografias de infância, em trajes formais, enviam a mensagem de que se tratava de alguém que mobilizava uma expectativa familiar burguesa, e mesmo de uma comunidade mais ampla. Afinal, supõe-se que as classes dirigentes devam deter os saberes que as legitimem enquanto tais. Os escritos de H. de Taine, cujas ideias sobre raça e ambiente se notabilizaram, eram influências confessas de Mesquita Filho, conforme estará presente também no primeiro capítulo.

Taine se tornou conhecido por escrever sobre a organicidade que carece haver para que as legislações deixassem de ser algo abstrato, e essa interpretação parece ter influenciado Júlio. Alguns indivíduos privilegiados, para ele, eram capazes de expressar na própria vida a alma de uma nação. O caráter nacional, nesses moldes, ganha traços próprios e definem o povo de maneira essencialista. Qual a essência do povo brasileiro para Júlio? A hipótese passa pela seguinte formulação de Francisco Foot Hardman: “se são os homens sensíveis e superiores os capazes de expressar toda uma nação em certa época, isso se deve, afirma, a que representam indivíduos em cujas mentes (esprit) [toda a questão metafísica da nacionalidade] se inscrevem com maior nitidez”.³³ No interior dessa lógica, as variáveis “raça”, “meio físico e social” e “história” funcionam com elementos determinantes de sua interpretação do Brasil.

Ainda na época do curso em direito, após retornar da Europa, Júlio de engajou na “Liga Nacionalista”. Uma vez formado, decidiria não exercer profissões ligadas ao direito, e dedicou-se ao jornalismo com exclusividade. Adiante, quando já havia substituído o pai na direção do *O Estado de São Paulo*, se envolveu diretamente no Movimento Constitucionalista de 1932, assumindo a “causa dos paulistas”.³⁴ A década de 1930 e a primeira metade da década de 1940, durante os governos de Getúlio Vargas, foi a época que passaria por dois

³³ HARDMAN, Francisco Foot. **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 43.

³⁴ Na minha monografia “Nação como retórica” (2018), acompanhei o percurso de Mesquita Filho no interior do Movimento Constitucionalista de 1932. Através da correspondência com Marina Vieira de Carvalho, é possível estabelecer como Júlio de Mesquita Filho aprofundou uma relação de antagonismo fundamental com a União e o regionalismo paulista se afirmou como um marcador identitário fundamental. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. (115 f.) Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

exílios, fruto da reincidente oposição que mantinha desde 1932. A sua postura “irredutivelmente liberal” o teria levado a ser intransigente, pelo menos a princípio e formalmente, com modelos políticos que se afastassem da sua cartilha. Acompanharemos em diversos momentos desta tese os matizes e especificidades que o seu liberalismo carregava, e as funções que a sua interpretação lhe atribuiu. A tenacidade do ideal, como o texto deverá mostrar em vários momentos, se traduz também em ressentimentos.

Ao longo da vida encarnou, simultaneamente ou não, pelo menos as funções de jornalista-intelectual, jornalista-ativista, e de insurgente-conspirador, o que possibilitou a problematização de tais agências e suas lógicas. A percepção que ocorre com mais centralidade, e que desafia um corolário de problemáticas, é que Júlio durante o trajeto nesse chão histórico que o inquietou e mobilizou, tinha sob seus pés, quase invariavelmente, aquele país que Florestan Fernandes apontou como uma governança operada pela “autocracia burguesa”.³⁵ A documentação que sustenta este estudo sugere que os vetores dessas estruturas sociais burguesas influenciam fortemente as atitudes do personagem analisado, o que a presente tese buscou avaliar mais detalhadamente.

A categoria de “burguês” é conceituada com mais vagar ao longo da análise de documentação que mostra as adesões históricas do personagem, as contemporizações, e os personagens celebrados. Os esboços autobiográficos dos anos 60, discutidos já no primeiro capítulo como uma “montagem não linear”, deseja informar sobre as formas de pensamento que estavam situadas no seio do mundo social das práticas. Tanto em *A Crise Nacional* (1925) como em *Política e Cultura* (1969), os escritos do autor apontam a consonância com o ponto de vista liberal-burguês e, em muitos casos, conservadora e mesmo regressiva. Em outras palavras, Mesquita Filho nasceu em um discurso com o qual estabeleceu uma relação de atualização e ampliação, e não de ruptura.

Cabe informações sobre a tradição ensaísta que emoldurou o clima intelectual e histórico no qual atuou Mesquita Filho, uma vez que a sua interpretação de Brasil, e as ressonâncias advindas, são fundamentais no processo de compreensão das motivações do jornalista. A história intelectual de Júlio de Mesquita Filho interessa para efeito deste trabalho, mas, como já dito, deve ultrapassar essa circunscrição. Tal estilo de história já carrega em si um parentesco com a política, ponto de análise dos historiadores do político.

³⁵ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

De acordo com Jean François Sirinelli, “o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo”.³⁶ A história intelectual é um campo autônomo e, ao mesmo tempo, aberto e permeável. Situa-se no cruzamento das histórias política, social e cultural. Este deve ser um estudo de história intelectual, pois o pensamento de um sujeito – Júlio de Mesquita Filho – está em escrutínio, nas trilhas de sua obra escrita. Mas também transborda este mote, na medida em que parto da premissa teórica de que os sujeitos não são mônadas, e que estão inseridos em uma rede de significações e ações que muito os ultrapassam. Sirinelli adverte que cabe estudar não apenas a partitura, mas também os seus ecos. Em outras palavras, em que medida o pensamento de determinado intelectual redundou e encontrou ou não simpatizantes; a sua obra continua ou não sendo editada no presente; quais ações explícitas ou implícitas os enunciados em questão podem ter influenciado.

A hibridez do trabalho se dá em termos que se apresenta uma narrativa “com problemas”, e se passa na dimensão dos eventos, das ideias que foram gestadas, apropriadas e ganharam adesão em contextos diversos, bem como as performances e edições das memórias. Um movimento pendular conecta a fonte ao texto, na tentativa de enxergar as ações de Júlio em consenso ou em dissenso aos argumentos que propalou em sua prática escriturística e testemunhal do seu tempo. Dito de outra maneira, e tendo em vista que incorporou visões ideológicas que partiam da dimensão de classe, está em foco entender como manejou ideias para interpretar o mundo que via, mas também compreender como o mundo que habitou e ao qual pertenceu contribuiu para que o visse dessa forma, e não de outra.

A ideia de “liberalismo”, que faz parte do vocabulário político mais amplo e universal, mas que teve apropriações específicas por Júlio de Mesquita Filho, é fundamental ter em vista que não existem ideias “puras”, invariáveis, e que a língua veicula valores que estão em mutação, variando de circunstância e contexto para outros.³⁷ O liberalismo que ensejou está mesclado com certa “busca proustiana pelo passado”,³⁸ mobilizado por uma rede de significados e intenções.

Aferir a cultura histórica que é intrínseca a esse objeto carece de uma articulação entre material empírico e o pensamento circulante, para que se realize a exegese entre as correntes de pensamento e os contemporâneos. Como o sujeito-signo cujo ponto de vista é examinado é

³⁶ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In (org.). RÉMOND, René. **Por uma história política**. (Org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231.

³⁷ POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

³⁸ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 97.

um dirigente e proprietário de jornal significativamente notável, faz-se necessário o uso de bibliografia especializada que cobriu aspectos plurais da sociedade de então. Livros como *A Revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, fornecem uma chave de leitura importante para as fontes, em certos momentos constituindo a própria documentação.

Diálogo com a sociologia é essencial para a costura do pano de fundo da tradição referida como burguesia paulista, religando a dimensão material com o plano ideológico e simbólico. Como é uma análise sociológica de longa duração, permite conectar as ancestralidades de Mesquita Filho com os tempos de sua atuação em pessoa no mundo intelectual e político que habitou. São pontos chave da própria biografia de Júlio de Mesquita Filho, que seguiu rigorosamente essa sequência, derrota em 1932, patrocínio à USP, engajamento contra Vargas, apoio ao Golpe de 1964, anunciado desencanto com a Ditadura, no esforço de se desvencilhar da imagem autoritária.

Diversas das chamadas “interpretações do Brasil” se detiveram na busca de um “mal de origem” sobre os problemas sociais e políticos que aqui se desenham. Textos como o clássico ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, mencionam com ênfase o encontro dos mundos europeus aos nativos brasileiros, e como essa mistura marca o presente histórico. Darcy Ribeiro, já no final do século XX, em *O povo brasileiro*, dedica muito da sua escrita para demonstrar antropológicamente e historicamente o que chamou de “razões desencontradas”; trata de como a invasão portuguesa causou uma “atualização histórica” violenta aos modos de vida dos Indígenas, promovendo genocídio e etnocídio sistemático das populações originárias. A lista de intelectuais e estudiosos em geral que passaram por essa tese de que o encontro foi definidor daquilo que se tornaria o país é extensa, em que pese a variação contínua das suas conclusões e enfoques.³⁹

Estes são exemplos possíveis sobre as formas de interpretação do Brasil que se notabilizaram durante o século XX, tão comentados e editados que se tornaram polifonias discursivas. Os ensaios do pensamento social brasileiro tatearam as possíveis essências brasileiras, entraram em conflitos em suas proposições sobre o que era, afinal, essa civilização que se buscava se afirmar moderna, republicana e soberana na América do Sul.

É com foco na tradição de ensaio que procuro elaborar reflexões sobre aspectos do pensamento de Júlio de Mesquita Filho, veiculado em ensaios, e que teceu as cosmovisões que o processo colonial colocou em contato. Presente no segundo capítulo, o debate implica a

³⁹ CANNONE, Helio. Entre a crítica do iberismo e a adesão ao desenvolvimentismo: a interpretação da história pelos liberais da República de 1946. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 876-900, set./dez. 2023.

dimensão da concepção de pessoa ideal na civilização, que ressoa através dos contratos e conflitos sociais, castas e classes, processos de colonização e agência subalterna. Busco entender como a história contada por Júlio, que parte das suas interpretações do passado em seu presente, carregam elementos que usa politicamente, de maneira simultânea, como intervenção no mundo, especialmente por meio da educação, mas também através das instituições. Inserir este personagem como um ensaísta, ainda que apócrifo, faz parte do esforço para recuperar ideias que se expressaram e ajudaram a moldar o debate público –, tantas vezes figurando como “imparcial” na imprensa.

Depois das tradições do IHGB, no século XIX e do Segundo Reinado, a tradição ensaísta se consolida no alvorecer da República. Em 1925, quando da publicação de *A Crise Nacional*, Júlio de Mesquita Filho estava vivendo esse momento do ensaísmo, precedendo a implantação das Universidades no país. Mesquita Filho foi um destes sujeitos a disputar os retratos do Brasil.

III

Mas afinal, a que exatamente me refiro quando falo de “ensaio”? Quais as suas características? Para a necessária definição, elaboro um breve esforço de historicização, fazendo referência a autores canonizados dos clássicos do pensamento social brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Ponto comum entre eles foi o ensaio como gênero discursivo para interpretar sociologicamente a realidade brasileira, tomando como tema o pensamento político brasileiro.

Abarcando de Euclides da Cunha a Florestan Fernandes, nessa miscelânea de temas e posições epistêmicas, não basta chamá-los de ensaístas. Cabe debate sobre o que é o ensaio enquanto gênero discursivo, e caracterizá-lo enquanto tal. Para Theodor Adorno,⁴⁰ o ensaio desafia o discurso cartesiano (cultura científica que se tornou hegemônica na modernidade, refletindo o desdobramento de dinâmicas sociais complexas). Esse regime discursivo também afeta um sentido. Surge o ensaio, quando a intuição se torna essencial. Daí a riqueza desse tipo de trabalho, que interessa significativamente, especialmente tendo em vista que Júlio de Mesquita Filho escreveu mais de um texto que participa deste gênero.

⁴⁰ ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. in: Gabriel Cohn (org.), **Theodor Adorno**. São Paulo: Ática, 1986.

O texto de intelectuais do tipo que produz leituras históricas são “atos de fala”, cujas performances de linguagem procuram de fato transmitir uma mensagem tanto quanto gerar uma ação, além de um efeito no leitor. Compartilho da percepção de que os textos do personagem são “discursos, ou seja, como sequência de atos de fala que funcionam como a linguagem performada por atores de uma estrutura social, linguagem política e contexto histórico”.⁴¹

Ainda para Adorno, a autoridade incondicional para o saber, na modernidade científica, é o método. O sujeito cognoscente cartesiano é universal, independente do sujeito, os resultados são os mesmos: *direito incondicional do método*. No ensaio, há a proposição de uma interpretação lacunar, afinal o que gerações inteiras de intelectuais estiveram sondando foi um país que carecia de concretude em sua abstração. No ensaio, o conceito explica-se pelo seu sentido, no próprio texto, já que o ensaio estaria mais qualificado para lidar com a instabilidade semântica que pertence à realidade. A retórica pressupõe a transformação do interlocutor pela palavra, e o ensaio é parente da retórica.

O trabalho está situado em torno de alguns pressupostos: com o advento da República no Brasil foi marcado pelo estabelecimento de uma nova ordem. O tema passa a ser modernizar o Brasil. A elite ilustrada inventaria a causa do atraso. Tanto os historiadores do IHGB quanto os ensaístas rejeitavam a crônica. Fazia-se necessária uma história filosófica, buscava-se desvelar as forças motoras que animavam essa história. E foi essa demanda que fez os *Ensaio Sul-Americanos* (1946), ter características de uma “Filosofia da História”, interpretativa e sintetizadora, escrita em tempos de conflito, sociologicamente legitimadora de atores sociais entre os quais o próprio autor se incluiu. Nesse interim, o segundo capítulo discute como o mundo universitário, das letras jornalísticas, e do ensaio, podem ancorar ideários semelhantes que se cruzam, através da onipresença de Júlio de Mesquita Filho nessas dimensões.

O seu local de difusão de ideias era o jornal *O Estado de São Paulo*, do qual foi proprietário e dirigente por quase toda a vida, a partir de 1927. Em confronto com ideias que o precederam, textos de fundação do IHGB são interessantes para refletir sobre quais demandas esses escritos buscaram suprir, bem como quais perspectivas de análise assumiram.

No seio do IHGB, é possível mapear uma série de dinâmicas nas quais os letrados da época estavam inseridos e os preocupavam. A busca da consolidação de uma “alma nacional”

⁴¹ CANNONE, Helio. Entre a crítica do iberismo e a adesão ao desenvolvimentismo: a interpretação da história pelos liberais da República de 1946. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 876-900, set./dez. 2023.

era algo que movia muitos afetos, como pode ser percebido no estilo de escrita que favorecia o tom de elegia aos líderes. Essa é a construção de uma *representação* que fosse adequada aos rigores metodológicos da época e agradasse ao poder. Aqui está inserida a ideia da História como sendo “o braço armado do Estado”, ou, ainda, “uma fonte de ensinamento para um bom exercício do governo”.⁴² Essas são “as demandas de um estado monárquico”, e que constituem de maneira clara um projeto de Nação que serve a interesses de camadas específicas da sociedade – a corte imperial.

Nos escritos de Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, se traçava a tessitura de uma narrativa que era um esforço de produzir certa memória histórica ao passo que era regida pelas noções de patriotismo, pertencimento a uma comunidade territorial, política e cultural. É uma trama narrativa cujos fios são tecidos a partir de lembranças e esquecimentos. “O objetivo maior desse trabalho seria então possibilitar uma correta emulação da glória nacional”. A matriz metodológica que serviria a esse esforço de escrita da história comemorativa e filosófica é de inspiração historicista e da escola metódica, alicerçando-se na ideia de “ressurreição do passado”. Essa escrita com fins pedagógicos servia a propósitos futuros, e eram voltados ao passado.

As referências a uma tradição, invocadas em presentes diversos ao longo da trajetória, permite situar a constante de que os seus “tempos do agora” vislumbravam passados em uma ótica que, embora se quisesse universal, possuía um lugar social definido. Este lugar, a partir do qual se equilibra a sua interpretação da realidade brasileira, implica a adesão ao *ethos* da burguesia localizada na periferia do capitalismo, de um país latino-americano. Júlio surge, dessa forma, como um representante de classe que, tal qual seu jornal o fora como empresa e órgão de divulgação de ideias.

O ponto de vista assumido é, não por acaso, de abordagem burguesa, privilegiado pela propriedade do Jornal que então possuía os meios de elaborar e divulgar concepções de mundo que sejam convergentes com os seus interesses mais urgentes, que careciam tons de universalidade. Marx e Engels demonstraram como a produção espiritual, isto é, intelectual de uma classe é norteada por interesses definidos em uma narrativa desejosa de coerência universal e a-histórica.⁴³

⁴² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 103.

⁴³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A busca de conciliação da paradoxal visão de mundo de Mesquita Filho se dá em duas frentes que se querem coerentes, fazendo uma costura entre temporalidades assimétricas; um equilíbrio dialético entre a pretensão de modernização através da razão de estado liberal, ao mesmo tempo que fazia usos de um tradicionalismo regionalista e mesmo figuras do antigo regime. Há, aí, um dos principais *leitmotiv* de sua produção. Essas ideias, que em primeira leitura podem parecer “fora do lugar”, estão a cumprir uma função de classe que é a de maquinaria de produção ideológica, com vistas a influenciar a economia institucional do país.

A leitura sobre os ensaios aqui realizada entende os livros como “dispositivos temporais”, de acordo com Jorge Larrosa.⁴⁴ Eles confundem e fundem os tempos. Busco estabelecer linhas de compreensão sobre a deliberada intencionalidade de enviar algo através do tempo, o que reforça o comprometimento de Júlio com aquilo que considerava a sua missão. Conceber esses livros como “extensões da memória e da imaginação”, enviadas através dessas “cartas volumosas”; portador de intenção pedagógica e a busca de gerar identidade e aquilo que considerava a “comunidade humana [ou brasileira] ideal”.

A estrutura de quatro capítulos é composta por dois tópicos individuais cada um, com subdivisões em algarismos romanos para demarcação da transição entre os focos narrativos. Embora se comuniquem reciprocamente, não são redutíveis um ao outro, cumprindo funções próprias. A análise de textos de livros produzidos em uma temporalidade mais avançada pode se localizar, no corpo da tese, na sequência inversa em relação a outros que tenham sido escritos anteriormente. Os argumentos veiculados de maneira “ensaísta” e “memorialista” em *Memórias de um revolucionário* (1954), podem ser acompanhados desde a *crise nacional* (1925), expressos com mais esforço de fundamentação nos *Ensaio Sul-Americanos* (1946). O que pode representar um esforço pela coerência absoluta, e mais ainda, a marca de renitente do conservantismo que tenta cristalizar ideias e protegê-las da corrosão inexorável do tempo.

Tudo isso permite estabelecer uma economia de influência entre textos e contextos, escrita e experiência. A não linearidade é menos uma aporia insolúvel e mais uma busca por demonstrar, através da repetição de temas e interesses, a construção de recorrências na trajetória a ponto de situar um eixo. É justamente a presença em crescendo de elementos como “tradição”, “bandeirantismo”, “liberalismo”, que faz o argumento da tese se expressar com mais nitidez, no contato entre trajetória e obra, reflexão e ação, memória e mundo. Trata-se menos da história de Júlio de Mesquita Filho aos moldes de Funes, e mais das histórias que

⁴⁴ LARROSA, Jorge. **Carta aos leitores que vão nascer**. Texto traduzido por Ana Isabel Pasztor Moretti, com copidesque de Máira Libertad Soligo Takemoto e Rosaura Soligo e revisão final de Tereza Barreiros. s/d.

são possíveis de serem contadas através de sua agência, das ficções que elaborou, dos fantasmas que conjurou, enfim, do vocabulário que empregou para interpretar e verbalizar a política e a cultura brasileira. Delicada costura, que não pode ser feita sem riscos, na medida que me levou a elaborar um texto que pede resistência à “ansiedade cartesiana”.⁴⁵

Júlio de Mesquita Filho se deu a ler através do ensaísmo, que estava na ordem do processo de construção da República. Sob quais moldes concebia a ideia de nação, cuja crise diagnosticou? Como essa proposta está conectada à assimetria civilizacional, ou desordenamento temporal em torno dos cortes geográficos que produziu? Quais propostas educacionais e revolucionárias elaborou para refundir os tempos brasileiros? Qual o peso da tradição regressista nesses processos? Trabalhemos a partir da ideia de que a sua concepção liberalismo, de República, de democracia, faz parte de um único projeto que engrenou um futuro desejado, tendo como eixos o liberalismo econômico, nativismo e tradição. Sempre organizando o tempo, nas tensões do presente, passado-futuro e futuro-passado.⁴⁶

A narrativa resultante da pesquisa e reflexão se apresenta em quatro capítulos, alinhando formação, atuação e elaboração simbólica-mitológica. No primeiro, investigo a construção existencial de Júlio de Mesquita Filho e os nexos sociais e afetivos que o conectam ao ideário liberal de sua classe. No segundo, analiso a intervenção do personagem no campo da educação – especialmente no projeto da Universidade de São Paulo – articulada a uma Filosofia da História centrada na meta-categoria “bandeirante” e na pretensa missão civilizatória das elites paulistas. No terceiro, reflito sobre a espacialização do poder e configuração identitária em sua obra, particularmente a construção de uma hierarquia geográfica nacional que opõe o “centro produtivo” paulista ao “atraso” nordestino e à ameaça dos caudilhos do sul. Por fim, no quarto capítulo, retomo a questão do liberalismo, agora no bojo do golpe de 1964, quando Mesquita Filho reafirma sua aposta na tutela autoritária em nome de uma ideia de liberdade. Cada um destes capítulos tensiona com o outro: a memória como artefato político; o ensaio como forma ideológica; o jornal como tribuna; o liberalismo recalcitrante como promessa, desvendando seus limites.

A formulação que intitula esta tese – *Espectros do passado: Memória, Mito e Poder na trajetória de Júlio de Mesquita Filho (1925-1969)* – procura definir, com alguma precisão, o

⁴⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Prefácio: hermenêutica e narrativa. In: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. xi.

⁴⁶ Essas temporalidades simultâneas são pensadas nos termos dos estudos de Reinhart Koselleck, sobre a semântica dos tempos históricos e seus conceitos.

objeto e os procedimentos teórico-metodológicos adotados. Através da interpretação do Brasil efetuada por Mesquita Filho, personagem referencial, cujo cenário de atuação histórica foi delineado nas páginas anteriores, mergulhamos num circuito de pensamento e ação marcado pela recorrência espectral da tradição familiar, evocada pela memória e convertida em mitos de uma proto-história regionalista. Ao longo dos capítulos que seguem, serão discutidas as referências e as propostas de temporalidade que caracterizam a trajetória do personagem-título.

CAPÍTULO 1 – PASSADOS DE CADA PRESENTE

ETHOS BURGUEÊS EM MOLDURAS SENHORIAIS

O passado não conhece o seu lugar: está sempre presente.

Intrusão, Mário Quintana⁴⁷

Elaboro, nesse ponto, uma abordagem ampliada, tal qual plano aberto de filme. Um mapa geral da leitura que estabeleci sobre o personagem, em imersão nas temporalidades vividas, discutindo os passados que carregou consigo – e que o conduzia – em cada presente que atuou. Ilumina o caminho percorrido, na medida em que introduz aspectos e conceitos fundamentais da tese, que serão retomados em momentos posteriores. Quando se fizer presente a sensação de repetição, não será por descuido, mas como esforço de retomada de assunto a partir de distintas posições.

Abro comentários, como que parênteses, esboçando certas descrições de métodos e conjuntos de procedimentos para dar forma teórica ao debate. Minha intenção é que a escrita acompanhe o plano das possibilidades, e proponha ao leitor caminhos interpretativos acerca dos textos que dão sustentação ao estudo. O mesmo deve ocorrer em relação aos ajustes das lentes que focam sobre o corpus empírico. Inspirado na história dos conceitos, procurei entrelaçar categorias caras à pesquisa, que figuram ao longo do texto de maneira a fazê-lo ganhar aderência aos passados, processos e vivências que buscou reconstituir.

Tomo a tese *Crítica e Crise*, de Reinhart Koselleck, como importante trilha teórico-metodológica.⁴⁸ Trata-se de um texto que estuda “a patogênese do mundo burguês”, investigando as conexões entre *crítica* e *crise* política, que se fez presente a partir da modernidade europeia, especialmente no contexto do Absolutismo. A partir de diversos pensadores modernos ou Iluministas, o historiador elaborou um esboço genealógico detalhado de como a razão de Estado foi sendo pensada. Analisa como as suas obras estiveram em conexão com os seus desejos e anseios, fazendo da produção de conceitos políticos uma

⁴⁷ QUINTANA, Mário. *Caderno H*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Ebook.

⁴⁸ KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição da patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

perspectiva de intervenção social e disputa pelo poder. A mais importante razão dessa conexão é que o século XVIII estudado pelo historiador alemão seria a "antecâmara da época atual", tratando-se justamente do pensamento ao qual Mesquita Filho se filiou, especialmente a herança do liberalismo, que não apenas reivindicou pessoalmente, como também através do seu jornal, tal qual demonstrado por Maria Helena Capelato em *Arautos do Liberalismo*.⁴⁹

A premissa de que a consciência histórico-filosófica de então instaurou uma crise política, para motivar o nascimento do realismo burguês, tem suas analogias possíveis no presente estudo. Outra razão da conexão é a própria forma narrativa, cujo ritmo se dá no nível das ideias e sua circulação (crítica), mas também os efeitos materiais provocados naquela ordem de tempo (crise). Koselleck observou com argúcia o movimento de esfumaçamento dessas mesmas ideias vendidas como a enunciação da razão, despida de interesses parciais – o que chama de “hipocrisia”, que aqui tratarei em termos de Ideologia, no sentido marxiano.⁵⁰

Os anunciados projetos liberais, no contexto que Mesquita Filho atuou, não eram elaborados como um programa inequívoco, cuja ortodoxia possibilitasse criar um mundo similar ao europeu, à época do triunfalismo hegemônico do liberalismo afirmado após a Revolução industrial. Nos quadros brasileiros, os conceitos se deslocavam e se efetuavam na ação política, a partir da própria historicidade e atavismos particulares. Era a partir disso que os pressupostos liberais se expressavam na prática jornalística. Quanto aos projetos, estes se moviam de acordo com as situações que os seus representantes e agentes enfrentavam. A luta social e política, bem como os desejos particulares, levava-os a reformularem suas propostas. As rupturas internas entre oligarquias que se tornam dissidentes, não são incomuns.

Capelato afirma que “ao longo do período, os diferentes grupos dominantes (em que se integravam os donos dos periódicos) uniram-se e se separaram de acordo com as conveniências do momento; seus projetos impetraram, mesclaram-se e foram matizados”.⁵¹ Quando menciona Mesquita Filho, a historiadora afirma que “Júlio de Mesquita tinha horror às novidades científicas em matéria de sociologia, mas seu filho (Júlio de Mesquita Filho, que o substituiu na direção do OESP, na década de vinte) admirava a nova ciência”. Isso dá relevância ao caminho de arrolar a fortuna crítica que trate exatamente do tipo de discurso então enunciado, já que nos escritos em seu jornal (depois de 1927, quando assume a direção)

⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁵⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁵¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 14.

“o saber sociológico era tido como imprescindível para a análise da sociedade e das soluções adequadas a seus problemas”.⁵² E foi exatamente a abordagem sociológica que predominou nas suas escritas, de *A Crise Nacional* (1925) a *Política e Cultura* (1969).

Uso de fortuna crítica de época e de momentos ulteriores serve para descrever aspectos das tradições nas quais Mesquita Filho se ancorava. As remissões ao século XIX, que teve fim justamente nos primeiros anos da infância de Júlio, deve permitir a melhor avaliação dos ecos daquela ordem de tempo nas ideias e na prática política e profissional do personagem.

Ao mundo das ideias, mesclam-se as urgências históricas. As elaborações de enunciados autocentrados e sobre o mundo que habitou na infância, cumpre alguns papéis, como informar sobre como deu significado *a posteriori* ao período de formação dos primeiros anos; como interessava-lhe, a partir de meados da vida, construir o legado da própria existência; entrever as faces ocultas que se formavam no interior da própria verdade pessoal, quando desenhou o fio da vida com a possível finalidade de anamnese da trajetória, elaborando *poeticamente* o destino que considerou a si reservado.

É disso que trata os tópicos desse capítulo: ligar a experiência de classe, os percursos intelectuais da juventude e a adesão ao liberalismo (ao seu modo). Algumas questões-problema norteiam a narrativa, tais como: Qual o lugar social de Júlio de Mesquita Filho? É possível reconstruir o caminho que o conduz à herança que reivindicou? O quanto havia da imaginação aristocrática em formas presumivelmente burguesas? Como se configurava o “liberalismo” ao qual se identificou, enquanto carregava traços plutocratas? Sugiro que o mundo da prática política e intelectual não está firmemente apegado a ortodoxia conceitual e aos lugares-comuns que anunciam. Antes, efetua-se uma busca pela conveniência.

Transita para o exame dos aparentes paradoxos que assumiu em seus textos iniciais. A partir do livro *A crise nacional* (1925), onde definiu lugares tradicionais da República, situo o documento-base que permite definir aspectos da visão de Brasil que Júlio mantinha em meados dos anos 20. Para explorar o documento, situo a dupla questão: *Qual enunciado o discurso do livro configurou? A quais elementos contemporâneos se conectava?*

Busco situar o lugar do personagem e arrolar as filiações históricas, reais e virtuais, identificações gerais à sua classe e ao mundo no qual nasceu e se constituiu sujeito, com as suas idiossincrasias e adesões. Narrar a formação intelectual e adesões no interior da família paulista abastada, estabelecida na ambiguidade entre nobre plutocrata ligado ao imaginário de

⁵² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo:** imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 22.

corte, tradicional, e o de cidadão republicano de primeira classe, de elite. As conexões familiares, políticas e ideológicas são debatidas a partir do diálogo com Roberto Schwarz, Nicolau Sevcenko, Alfredo Bosi e Florestan Fernandes.

Para que se possa compreender os diagnósticos e conclusões dos projetistas-ideólogos de Brasil, segundo Carlos Guilherme Mota, é necessário acompanhar as histórias de vida que, “em seus traços gerais, sem dúvida auxilia a vislumbrar a curva do processo lento de perda de poder da oligarquia”.⁵³ Essa formulação dá lastro para que este primeiro capítulo funcione, tomando como ponto central de diálogo obras de intelectuais que foram até mesmo contemporâneos de Júlio por algum tempo, como é o caso de Florestan Fernandes. Cabe, inclusive, não tomar como autoevidente a afirmação de Mota. Afinal, qual oligarquia perdeu o poder? Isso de fato ocorreu, ou poderia ter havido alguma reorganização? Não se trata de inferências definitivas, mas da apresentação de possibilidades históricas e perspectivas. Sobre o palco, travestido de Prometeu, Júlio de Mesquita Filho deseja repassar para o Brasil “em crise” o fogo de sua visão de “civilização”.

⁵³ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 99.

1.1 Memórias sobre um destino, ou o herdeiro legítimo da pauliceia

I

A compreensão das artes do tempo nunca é imediata, mas mediata. Na arte do tempo coordenamos atos de memória consecutivos, que assimilamos num todo final.

Pauliceia desvairada, Mário de Andrade.⁵⁴

Florestan Fernandes, em *A Revolução burguesa no Brasil*,⁵⁵ refletiu longamente sobre os variados aspectos do capitalismo periférico brasileiro, definindo-o como autocrático e contraditório. Nessa visão, as contradições intrínsecas ao sistema se expressavam articuladas a outras variáveis, em grande medida derivadas do modo de produção escravista sobre o qual o país estruturou sua economia. Por isso mesmo, o autor dedicou-se à análise da constituição do Brasil como nação e do peso persistente da herança escravocrata. De acordo com as suas análises, as assombrações do cativo não seriam contidas pela implantação da República.

A crítica da pesquisa sociológica se insurge contra uma cultura intelectual de elite que via a sociedade brasileira e suas expressões como a bizarrice de “um mundo folclórico à margem da verdadeira sociedade”. Esse diagnóstico é essencial para os propósitos deste trabalho: problematizar a cultura intelectual conservadora, pautada em um ideal europeu de civilização, sintetizado de forma *sui generis* no Brasil. Em jogo estava a tarefa de “descobrir o Brasil” – para a qual Florestan propôs a criação de uma sociologia brasileira.⁵⁶

Não me parece exagero afirmar que Florestan Fernandes, como autor e sujeito histórico, se construiu na diferença radical daquilo que propôs e defendeu Júlio de Mesquita Filho. Não por acaso, os seus lugares sociais são profundamente distintos, ainda que tenham habitado o mesmo Estado e se debruçado sobre problemas até certo ponto análogos. Ferrenho defensor da “sociologia científica”, Florestan é mais do que simplesmente uma referência teórica: é também um personagem que partiu de lugares sociais subalternizados e ousou

⁵⁴ ANDRADE, Mário de. **Pauliceia desvairada**. São Paulo: Global Editora, 2008.

⁵⁵ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

⁵⁶ O diálogo como Florestan Fernandes, muito presente neste capítulo, se inspira em grande medida àquilo que propôs Edward Hallet Carr, que a História tem muito a absorver da Sociologia. Florestan Fernandes foi um Sociólogo cuja presença no debate público é primordial na compreensão das particularidades da burguesia brasileira. Ver: CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

disputar espaço no que viria a ser, na expressão de Fernando Nicolazzi, “o templo institucional da USP” (tema que será retomado no capítulo 2).⁵⁷ Já Mesquita Filho, como mencionado, também mobilizou a Sociologia para disputar o campo intelectual – mas o fez a partir do lugar social que ocupava, de *valores* próprios, e da identificação de classe que incorporou.

A chamada burguesia paulista, cujo antagonismo ao regime varguista resultou na criação da Universidade de São Paulo, foi “patrona do Golpe” de 1964 – embora, já em 1966, demonstrasse receios quanto aos rumos do novo regime, e muitos tenham debandado. Tal trajetória espelha, em grande medida, pontos nevrálgicos da própria biografia de Júlio de Mesquita Filho, que seguiu rigorosamente essa sequência: derrota em 1932 no Movimento Constitucionalista, envolvimento no projeto de construção da USP, engajamento contra Vargas, apoio ao Golpe de 1964 e, por fim, desencanto anunciado com a ditadura – buscando, paradoxalmente, se descolar do regime de força que ajudou a construir (tema do quarto capítulo).

São configurações extremamente relevantes e reveladoras, no que diz respeito às contradições do liberalismo à brasileira. É digno de nota a curiosa coincidência entre um intelectual como Florestan no Brasil e o alemão Walter Benjamin, em suas respectivas interpretações dos marxismos, além de que ambos recusaram o etapismo evolucionista e a mecânica previsível, algo que em seus tempos era tão recorrente. Essa constatação simples mostra algo mais significativo: despedaça o truísmo de que um dado sujeito é apenas “um homem de seu tempo”, em uma curiosa tautologia determinista que tornaria inútil qualquer estudo histórico. O evolucionismo é uma ficção intelectual que urge ser questionada e desmontada em todas as suas variantes.

A primeira parte de *A revolução burguesa no Brasil* foi escrita pouco tempo após o golpe de 1964, quando Júlio ainda vivia para se declarar frustrado com o regime autoritário cujo começo apoiou entusiasticamente. A segunda e a terceira parte foram escritas depois da cassação de Florestan do seu cargo na USP, a mesma universidade que, três décadas antes, Mesquita Filho e Armando Sales de Oliveira tinham se engajado na fundação.

A história vivida e as abordagens intelectuais de Florestan seguem em nítida conexão. Para Florestan, “o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil”. Em outras palavras, o desenvolvimento histórico brasileiro

⁵⁷ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 127.

seguiu diretrizes que buscavam um certo espelho de modelos civilizacionais europeus, ou do “mundo moderno ocidental”. Para ele, à luz de tais argumentos, “seria ilógico negar a existência do ‘burguês’ e da ‘burguesia’ no Brasil”, prefigurando um papel análogo ao que desempenhou na “Evolução Social” na Europa.⁵⁸

Os “círculos burgueses” mais fortes no Brasil se tornaram antiescravagistas, fazendo: “uma revolução social dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava de anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado. [...] Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar ao seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.”⁵⁹

A *Revolução burguesa*, para Florestan, não se dá em termos históricos, sob lógica de repetição dos esquemas, ou de recomposição de passados e tradições excludentes. No lugar desse processo orgânico que reproduzia forças insurretas e impossíveis de serem contidas, a burguesia brasileira já nasce conservadora, algo que é também defendido por Raymundo Faoro, quando aponta a existência de sucessivas recomposições de classes, aproximadas do Estado como patrimônio. Não se trata, claro, de afirmar a existência de uma história congelada e sem devir, mas discutir a força política predominante de grupos regressivos e conservadores.

A síntese de Faoro sobre tal tendência chega nos seguintes termos: “o degelo desce das montanhas, com o ressurgimento, à vista dos atônitos políticos e estadistas, dos animais pré-históricos, subitamente devolvidos à vida, no comando da renovação”.⁶⁰ Ao que diz Faoro, ainda acrescento que os políticos e estadistas poderiam não estar tão atônitos assim, pois poderiam ser eles próprios os descendentes dos animais pré-históricos. Em outras palavras, na transição de regime imperial para republicano, um mordaz continuísmo impera na construção do novo *status quo*.

Este processo transcendental no qual se posiciona a burguesia como “classe revolucionária” em determinada etapa, se expressaria – para ilustrar com uma figura de linguagem –, mais como uma peça teatral de atores que buscarão ser convincentes em seus

⁵⁸ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 34.

⁵⁹ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 36.

⁶⁰ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2004. 443.

papéis, incluindo a si mesmos na construção de legitimidades e buscando efeitos estruturantes. O elemento único da construção burguesa no Brasil pode ser mais visivelmente notado no contraste. Documentos de época, europeus, como *O direito à preguiça*,⁶¹ apontaram o elemento propriamente revolucionário da classe burguesa e que teria o *ethos* de dominação plenamente desenvolvido apenas após a queda do Antigo Regime e assumir o poder político através das leis. No Brasil, outro processo histórico se verificou, e a antiga colônia europeia se converteu em Império governado por príncipes de ascendência portuguesa. Este império, por sua vez, converteu-se em uma república com muitos espectros.

Tal dinâmica gerou uma sociedade de classes no Brasil *sui generis* em seu devir, sem previsibilidade causal. Com efeito, “Revolução Burguesa” no Brasil não é um evento ou um episódio, é um “fenômeno estrutural” por adesão. Trata-se da absorção social de certo modelo de “civilização”, deliberada e com interesses esfumados por pretensões de autoevidência. Não sendo algo que tenha brotado de alguma ordem natural das coisas, as agências políticas foram incansáveis em esforços de conservantismo. Os projetos passam por níveis diversos, entre eles a imprensa.

Tratava-se, no fim das contas, da consolidação de um mundo que fosse previsível para determinados interesses. O pressuposto da operação tinha, como condição essencial, conexões passadistas, a experiências presentificadas. Paulo Mercadante argumentou que os vínculos com o passado no Brasil tinham por motivação o controle do presente, para que este não se tornasse um “enigma”.⁶² Mesmo o conservadorismo mais recalcitrante pode ser redesenhado para ter aparências de revolução, desde que haja um cordão umbilical a fazer a ligação.

O processo descrito por Florestan, certamente não é uniforme em todo o país. Talvez um dos núcleos mais expressivos da emergência desse “novo homem” de “espírito burguês” esteja localizado mesmo no Sudeste do país, favorecido pelas conexões “cosmopolitas” e o esforço do espelhamento de hábitos. De fato, é exatamente este um dos principais motivos para pensar essa análise na interface da trajetória de Mesquita Filho, pois o seu vislumbre sobre o Brasil se dá em um espaço específico: São Paulo, terreno de emergência dessa burguesia “tropical”. Indica, também, um caminho de leitura do seu tipo de “liberalismo”.

Essa burguesia ‘à brasileira’ não faria apelo específico aos direitos do cidadão. Esse espírito burguês se insurgiu na esteira do que havia de “colonial”, permanecendo após a

⁶¹ LAFARGE, Paul. *O direito à preguiça*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

⁶² MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

independência. O Jornal *A Província de São Paulo*, fundado por uma Sociedade e depois assumida por Júlio Mesquita, representa fortemente essa perspectiva burguesa da transição do Império para a República. Os personagens eleitos para algumas das análises centrais são: o fazendeiro de café e o imigrante, “figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político”.⁶³

Uma contradição que desafia a lógica formal remonta a época da Independência, que conteve um elemento revolucionário e outro conservador, paradoxalmente conciliados. Ao mesmo tempo que se buscava “despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial” em alguns aspectos, também buscavam preservar e manter a todo custo outra ordem social, de acúmulo de riquezas e privilégios em favor de uma elite nacional. Mesmo quando o estatuto colonial foi atacado pelas concepções de estado jurídico-político, manteve-se o “seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”.⁶⁴ As zonas de sombra se manifestam no terreno de litígio dominado pela contradição, nas quais explicações costumeiras e causais, costumam falhar.

O contraste entre Florestan Fernandes e Júlio de Mesquita Filho revela dimensões fundamentais do liberalismo conservador à brasileira, sobretudo em sua versão paulista: longe de constituir um projeto universalizante e democratizante, o liberalismo de Mesquita Filho emerge como prática de classe enraizada em um ideal civilizacional europeu, articulado por meio de instituições como a imprensa e a universidade. Enquanto Florestan descreve a superficialidade da modernização burguesa e o apagamento da herança escravocrata como condição para o avanço de um capitalismo dependente e autoritário, Júlio representa um esforço sistemático para domesticar o próprio devir histórico, produzindo sentido e previsibilidade para a ordem vigente.

Ao assumir São Paulo como epicentro de uma “revolução burguesa tropical”, o ensaísta e *publisher* encarna um projeto de poder que se pretende moderno, mas que opera por meio da reativação de tradições seletivas e da perpetuação das hierarquias herdadas do passado. Essa ambivalência – entre discurso de ruptura e prática de conservação – é a chave para entender o itinerário político-intelectual que esta tese busca desvendar. É a partir dessa duplicidade que se pode observar de que modo a figura de Mesquita Filho foi, desde cedo,

⁶³ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 48.

⁶⁴ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 51.

moldada por um *ethos* de missão, típico das elites dirigentes, cuja autoimagem se fazia confundir com os destinos do país.

II

Roberto Schwarz escreveu o seu ensaio *Ideias fora do lugar* largamente inspirado na tradição artística brasileira, em especial nas obras literárias. A partir disso, elaborou uma vigorosa reflexão sobre os pastiches de ideias europeias que foram, em sucessivos turnos, realizadas no Brasil desde que se tornou nação independente e os seus projetistas labutavam para definir, com alguma coesão, os elementos espirituais, a “formação da alma” nacional, para utilizar a expressão de José Murilo de Carvalho.⁶⁵

A espinha dorsal da tese de Schwarz é o argumento de que as ideias liberais eram vislumbradas pela elite ilustrada com um misto de vergonha e rancor, pois elas entravam em conflito com a realidade orgânica, mas ao mesmo tempo que elas eram “adotadas com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção”.⁶⁶ Em que pese as críticas possíveis aos argumentos de Schwarz, alguns postulados mantêm a sua força heurística como ponto de partida para a análise dos liberalismos brasileiros. Possível vislumbrar a tendência sugerida pelo crítico em temporalidades diversas – atravessando mesmo o século XX. Permanece atual, ao menos, o postulado de como o liberalismo se tornou um “penhor internacional duma variedade de prestígios”.⁶⁷

O conceito de liberalismo parece se fazer presente no pensamento de Júlio de Mesquita Filho, ao longo das experiências no século XX, como uma chancela que funda universalidade enquanto ideologia. *Ideias fora do lugar* se refere ao século XIX, mas que o século seguinte parece acompanhar essa lógica até com mais rigor, especialmente no que diz respeito a “[...] universalidade que disfarça antagonismos de classe”. Indo um pouco além, se não são ideias fora do lugar do ponto de vista geográfico, são fantasmas de ideias “antigas” cuja permeabilidade se expressa em cada presente, ressurgindo com novas designações.

O próprio Schwarz sinaliza: “Note-se, de passagem, que este padrão iria repetir-se no século XX, quando por várias vezes juramos, crentes de nossa modernidade, segundo as

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁶⁶ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 60.

⁶⁷ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 53.

ideologias mais rotas da cena mundial".⁶⁸ Em consonância com Fernandes, Schwarz esclarece o pano de fundo simbólico que subjaz a realidade material, sobre a qual se fundaram e se fundamentaram algumas versões possíveis dos liberalismos brasileiros.

Não é inútil tomar a ideia de que o uso retórico e laudatório do liberalismo, como conceito em disputa, tenha se realizado ainda com mais potência na República, capitaneado por sujeitos que se sentiram interessados "pelas coisas do espírito" e desenvolveram "irresistível atração pela vida intelectual".⁶⁹ Corria a ideia de que a nação carecia de alma, um sopro de modernidade que a animasse. Então os que se alçaram ao posto de demiurgos dessa tarefa anímica, como o personagem-tema dessas linhas, faziam o liberalismo ganhar tom da expressão da civilização, valor moral caro à utopia burguesa e que deveria animar o corpo político e social. Tal formulação idealista nunca esteve livre de contradições fundamentais, aliás, é justamente as contradições e brechas que essa análise põe em foco.

Para Florestan Fernandes, a defesa do liberalismo no Brasil foi feita de maneira egoística, "pois só entravam em jogo as probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma de liberdade, o poder de igualdade e a fraternidade de interesses inerentes aos seu *status* na estrutura social".⁷⁰ Dessa forma, o liberalismo ganha um caráter "instrumental" com o "complexo problema de criar uma nação num país destituído até das condições elementares mínimas de uma 'sociedade nacional'", que é um problema que Mesquita Filho parece confrontar em vários momentos da sua escrita e atuação.

Assim como no Império o liberalismo fora a racionalidade para substituir o sistema colonial, a partir de dentro, produzindo os mesmos efeitos de antes, na República o antigo Regime ainda parecia inspirar os "liberais paulistas" na disputa pela hegemonia.⁷¹ Esta versão de liberalismo produziu uma sociedade igualmente estamental, com diversas estirpes de cidadãos. A ideologia liberal teve, assim, um caráter dúplice. Reestabeleceu laços de dependência, por ser periférico. Internamente, legitimou "a supremacia não de um povo, mas

⁶⁸ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 55. Grifos meus.

⁶⁹ Júlio de Mesquita Filho escreve essas palavras em depoimento autobiográfico, analisado mais adiante, sinalizando o seu pendor para as "coisas do espírito". MESQUITA FILHO, Júlio de. **Depoimento autobiográfico**. Digitalizado do Acervo do *O Estado de São Paulo*.

⁷⁰ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006. p. 52-53.

⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade”.⁷²

Por outro lado, o liberalismo concorreu para a construção de certa solidez institucional, tendo também função construtiva. Nisso, cabe ainda destacar que “a transição da sociedade colonial à sociedade nacional iria desencadear e exigir processos históricos seculares”, através de uma revolução dentro da ordem. Uma espécie de “despotismo esclarecido” teria se estabelecido após a independência.

A implantação do capitalismo como sistema significa o início de uma “transplantação cultural”, na medida que faz uso de elementos psicossociais exógenos, e diz respeito ao implante de um modelo de civilização. Nisso, o que ocorria antes, na colônia, passou a ocorrer de maneira análoga. O capital estrangeiro passou a operar na economia brasileira de maneira semelhante ao que o país colonizador fazia na época do estatuto colonial.⁷³ Uma vez que o liberalismo econômico ficou montado sobre uma base colonial, escravista, o “espírito burguês” teve de se aliar com uma lógica senhorial e estamental, que “surpreendentemente” não se excluía.

O diagnóstico de Roberto Schwarz em sua interpretação é preciso, mesmo que não se compartilhe plenamente das suas conclusões de que as “ideias fora do lugar” seriam um “erro histórico”, já que isso implica em uma narrativa de falta. Mas, de fato, a percepção sobre um liberalismo que atua como chancela da verdade social mostra como tal racionalidade foi um valor reivindicado com urgência por Mesquita Filho e muitos da sua geração.

No fim das contas, esse liberalismo na configuração brasileira instituiu algumas quimeras, como a preponderância das exportações, a permanência da lógica estamental, e uma economia dependente do neocolonialismo. Manter a economia brasileira dependente era, na verdade, um projeto. Não se buscava exatamente uma independência das “economias centrais”. A “modernização econômica” que se pretendia no país era, na realidade, movida por um neocolonialismo que previa “elites nativas” no comando do Estado-nação.⁷⁴

Outro ponto do que descreve Florestan Fernandes e que reflete no personagem Júlio de Mesquita Filho, se relaciona com os tipos sociais que se colocaram no chão histórico do Brasil independente: “o fazendeiro de café, que surgiu e se afirmou, historicamente, como

⁷² FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 62.

⁷³ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 107.

⁷⁴ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 117.

uma variante típica do antigo senhor rural, acabou preenchendo o destino de dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial”.⁷⁵ A origem social de Mesquita Filho se dá no seio dos cafeicultores paulistas do século XIX, na figura do seu avô materno, Cerqueira César, como acompanharemos adiante.

Os fazendeiros de café e os imigrantes (duas categorias nas quais a família Mesquita estava integrada no final do século XIX), passaram a compor a parte burguesa da sociedade, e reivindicar poderes simbólicos atrelados ao econômico. Intentaram ocupar o papel de “construtores do *Brasil moderno*”.⁷⁶ No último quartel do século XIX o *status* senhorial propriamente dito entra em declínio e o espírito burguês se impõe. Essa época corresponde ao surgimento do que viria a ser o Jornal *O Estado de São Paulo*, então ainda *A Província de São Paulo*.

Ainda no ínterim da transição dos regimes políticos, do Império para a República, a crítica elaborada por José Murilo de Carvalho nos informa sobre as continuidades do *status quo* pós 1889 em relação ao tempo imperial. Trata-se, nesse caso em particular, da persistência de uma ausência: faltava o “sentimento nacional”, e predominava a lealdade às províncias. Ao mencionar São Paulo, Carvalho nos diz que “sob certos aspectos, a República significou um fortalecimento das lealdades provinciais em detrimento da lealdade nacional”.⁷⁷

Foi justamente tal tendência regionalista e de lealdade provinciana que acompanharia reiteradamente a trajetória de Júlio, desde os primeiros escritos, durante a sua participação em movimentos armados, em correspondências durante os exílios e nas obras publicadas. Não é exagero afirmar que o vínculo subjetivo e político que possuía com o passado tradicional se torna a sua régua ética. O nativismo era predominante mesmo quando falava em nome do Brasil enquanto unidade política, visto mais como uma contiguidade geográfica que carecia ser domada e civilizada, do litoral para o sertão, centralizada na figura mítica do bandeirante (isto será melhor trabalhado nos capítulos 2 e 3).

Observemos brevemente a vida privada das tramas históricas que avizinham à época que Júlio respirou os seus primeiros ares, e que rememoraria com saudade e reverência, como veremos mais detalhadamente adiante. Trata-se do Oeste Paulista do final do Império brasileiro. Robert Slenes traça um quadro dos costumes e práticas que ocorriam entre

⁷⁵ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 128.

⁷⁶ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. 129.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011. p. 81.

“senhores e subalternos no Oeste Paulista”.⁷⁸ Segundo Slenes, na segunda metade do século XIX imperava um “mundo de força e favor, de perigos e prêmios não gratuitos”, em outras palavras, barganhas eram realizadas em condições radicalmente desiguais de poder, envolvendo senhores e pessoas em condições subalternas, deixando um eco abafado de violência.

Tais raízes e tradições, ainda que necessariamente modificadas nas décadas seguintes, dificilmente seriam solapadas em nome dos ideais modernos, republicanos, liberais, como parece impelir a estrofe do hino da República: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”.⁷⁹ Fazer esquecer vínculos com um passado recente, escravista, era prioridade no nível retórico. No mundo das práticas sociais, isso não ocorreria, e as consequências políticas são vistas em longa duração.

No processo da abolição da escravidão no Brasil, os fazendeiros “homens de negócio” ao perceberem que os possíveis efeitos de uma abolição revolucionária seriam contra os interesses pessoais, usurparam os sentidos e absorveram a liderança política. Isso explica a seguinte questão, que acompanharemos a rigor: em 1925, Júlio de Mesquita Filho atribui uma grande parcela da culpa da ausência de cidadania no Brasil e a “crise nacional” aos egressos da escravidão. Era descendente de “fazendeiros homens-de-negócio”. Aí está uma pista do seu lugar social.

Se tornaria homem de negócios da imprensa, buscando penetrar a cultura e interpretar o Brasil, manuseando certa visão de sociedade, de educação, de saber, de personagens da nação, ancestralidade e tradição. O seu pai, Júlio Mesquita, por seu turno, décadas antes, foi favorável à abolição, demonstrando que o pensamento abolicionista dessa burguesia não significava colocar o negro integrado ao povo, e sim certo ideal de moderno. A isso, soma-se a heteronomia brasileira em relação ao capitalismo internacional, o neocolonialismo sistêmico a que se referiu Carlos Guilherme Mota. O liberalismo se torna disfarce para os laços de dependência, e os paradigmas excludentes que regiam o mundo político.⁸⁰ Em números, o jornal que Júlio de Mesquita Filho herdaria de seu pai em 1927 contava com 48.638

⁷⁸ SLENES, Robert W., Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷⁹ ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos de Medeiros e; MIGUEZ, Leopoldo. Hino da Proclamação da República. **Diário Oficial**, 21 jan. 1890. Letra de Albuquerque; música de Leopoldo Miguez. Estabelecido como Hino da República por Decreto n.º 171, de 20 jan. 1890.

⁸⁰ MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 205.

assinaturas, com tiragem de 75.000 exemplares.⁸¹ Isso garante tanto o prestígio no mundo de divulgação de ideias, como o sucesso econômico do empreendimento.

O cerne do “espírito burguês”, expresso nos sonhos de uma “São Paulo moderna”, está imbuído de um passado que o alicerçaria. Florestan Fernandes fala sobre isso na seguinte avaliação: “um passado cheio de sonhos de grandeza [...], projetava riqueza fora e acima do decoro que imperava, em tais assuntos, na tradição genuinamente senhorial”, apontando que o âmago desse espírito burguês à brasileira surge especificamente em São Paulo.⁸²

Como o racionalismo pretense e pressuposto do liberalismo burguês se fundia com regionalismo e carregava marcas as telúricas de São Paulo? A imprensa é reconhecida historicamente como ponto de ignição da modernidade, cujos primeiros fiapos da cascata remetem ao tempo de Gutemberg. Discursos da tradição paulistana tinham as condições de possibilidade para angariar prestígio, através da divulgação no jornal de linotipo, a mais refinada tecnologia de produção de jornal à época.

O “tipo humano” imigrante é essencial para pensar os formigamentos dos começos da família Mesquita no Brasil, pois “o imigrante preferiu identificar-se com as ideologias das elites nativas no poder e procurou absorver, com relativa rapidez assim que se interessou pela participação nas estruturas de poder da sociedade brasileira”,⁸³ algo que se ajusta com precisão ao caso de Júlio, quando o seu pai, de ascendência portuguesa, se une através do casamento a tradicionais famílias paulistas, tornando-se *pater familias*. Converte-se ao “liberalismo” das elites tradicionais, adotando-o para compor a filosofia e militância política própria.

Na América Latina, o liberalismo instalado depois da independência da maioria dos países foi um verniz que adornou longamente a ordem colonial que, em grande medida, persistiu. No Brasil, ocorreu isso, a curto e a longo prazo, com a ordem social e econômica influenciada pelos ecos do período colonial. Economicamente, o Brasil passou a ser regido de fora, tornando-o dependente. Na ordem econômica, as elites dominantes buscavam apropriar-se do poder político do país justamente para criar privilégios senhoriais dentro da “sociedade nacional”.

⁸¹ CALDEIRA, Jorge. **Júlio Mesquita e seu tempo: o jornalista da República** [v. 1]. São Paulo: Mameluco, 2015. p. 30.

⁸² FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006. p. 146.

⁸³ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006. p. 175.

As classes economicamente privilegiadas, no entreato da emergência da República, apoiaram a queda do Império, mas logo buscaram reconstituir os privilégios anteriores, “jamais almejavam sequer a revolução social dentro da ordem” e se mantiveram “presos ao *antigo regime*”.⁸⁴ Este elemento passadista está em sintonia com o fio condutor desta tese, no que diz respeito a elogios de Mesquita Filho ao Segundo Reinado em *A crise nacional*, apontando o que talvez seja o mais aparente paradoxo da visão de mundo que propagava.⁸⁵

Ultrapassada a fase de agitação febril foram poucos [...] que continuaram a ranger os dentes, combatendo a última espoliação praticada contra o escravo, através da abolição, e irmanando-se com o negro ou com o mulato como seres humanos. Ficou patente que, para a maioria, o abolicionismo começava e terminava com a problemática histórica do branco rico e poderoso.⁸⁶

O burguês brasileiro, nessa perspectiva, “renasce das cinzas” como um autocrático, versão atualizada de um senhor antigo. O regime competitivo não funciona para quebrar barreiras estamentais. O capitalismo dependente fundou uma junção entre o moderno e o arcaico, mestiça de modernização máxima e descolonização mínima. Da ordem colonial, o Brasil passa para um modelo neocolonial e muito rapidamente para uma lógica de capitalismo dependente e de subdesenvolvimento.

Como não houve descolonização inicial (preservação da escravidão, produção colonial, regime de dominação senhorial, dominação oligárquica), isso bloqueou “tanto economicamente e socialmente quanto politicamente a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história”.

A República tornou-se uma “ditadura de classe”, que carecia dos seus ideólogos. Florestan afirma que a burguesia brasileira emergente “se define em face de seus papéis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista”⁸⁷ e passa a propor o modelo da Revolução nacional, democrática. Propõe-se, mesmo, o grandioso modelo francês da Revolução Burguesa nacional e democrática. Ocorre, no entanto, que a realidade era outra muito mais controversa: nações dissonantes, com a produção de marginalizados e excluídos.

⁸⁴ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 192.

⁸⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de Obras do Jornal O Estado de São Paulo, 1925.

⁸⁶ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 197.

⁸⁷ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 231-232.

Para efeito do diálogo que proponho com Fernandes, de centralidade inquestionável, esse ponto de conexão é essencial: trata-se da mesma burguesia que usava adornos como símbolos de modernidade e civilização, o que torna possível vislumbrar a fisionomia ontológica da persona de Júlio, do seu *ethos*. Os projetos de dominação burguesa eram autocráticos, com procedimentos “herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos” Estas existiam, mas eram apenas na forma, e eram “socialmente inoperantes”. Havia um acordo tácito entre as elites de manutenção dessa ordem.⁸⁸

É importante que não se perca de vista o fato de que a burguesia não é sempre a mesma através da História. No caso *sui generis* do Brasil, caminha para a autocracia que vai se constituindo enquanto tal desde o fim da Colônia. Essa burguesia não poderia se apresentar de outra forma, uma vez que está localizada no capitalismo retardatário e dependente.

Para refletir sobre o que significa as condições históricas de expressão do ser liberal no capitalismo periférico do Brasil, e no lugar específico de Júlio de Mesquita Filho, alguns pontos estruturais devem ser considerados, um *todo* no interior do qual o *particular* se expressa. Devemos considerar sobremaneira que as nações de economias centrais estabelecem limites de crescimento para os seus satélites, implicando na criação de influências institucionais e neocoloniais no interior das nações periféricas.

A economia brasileira foi parasitada pela lógica capitalista que partia das nações com o capitalismo hegemônico. O país tornou-se a galinha dos ovos de ouro de interesses estrangeiros e neocoloniais, e o atrelamento às economias centrais é defendido por alguns setores da sociedade, como a melhor maneira de modernizar o Brasil. Quando, depois da emergência do Socialismo real, o capitalismo mundial ficou mais agressivo, por se defrontar com um modelo de civilização alternativo, ser liberal passou a significar também ser anticomunista – o que não significa, porém, que todo anticomunista seria liberal.⁸⁹

O Estado brasileiro passou a ser visto como patrimônio da classe que representava. Tomando o neocolonialismo como sistema, em contato com estudiosos como Florestan Fernandes e Carlos Guilherme Mota, a máscara de modernidade se apresenta como um biombo, e atrás dele, ficam despidos interesses autocráticos, egoísticos, que projetavam sombras na parede das cavernas, com efeitos de certo verniz civilizatório. Considerando a

⁸⁸ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 243.

⁸⁹ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 298.

ideia de “civilização” como algo que remete de fato ao estado de pleno exercício cidadão, estes não têm sido “minimamente satisfatórios”, especialmente pela modernização proposta pelas classes dirigentes ser “conservadora, lenta, e segura”, ao que Mota acrescenta a indagação “‘segura’ para quem?”,⁹⁰ e que retomo: qual a segurança buscada por Júlio de Mesquita Filho?

Ora, Mesquita Filho se engajou contra os governos Vargas, e aos movimentos políticos que inspirou. Os exílios e prisões que viveu apontam para a materialidade disso, quando percebemos que tais posturas radicais – que por diversas vezes o colocaram no lugar de vencido – em muito excedem a simples retórica. Nos anos 1960, quando as reformas de base propostas pelo governo João Goulart foram atacadas e suprimidas, Júlio estava lá.

Após a segunda guerra mundial foi justamente quando as reações do capitalismo periférico se fizeram mais intensas, contando com um apoio do capitalismo central, que passaram a “favorecer a estabilidade e a eficácia do poder burguês nas economias capitalistas periféricas”.⁹¹ O poder burguês em crise aumentou a intensidade da dominação, através do seu principal instrumento, o Estado brasileiro. O pânico econômico criou uma reação em cadeia, e franca agressão com a *classe dos outros* ocorreu. Essa era uma “autodefesa reativa”, da qual Júlio participou ativamente, compondo com a “solidariedade de rapina” para superar a crise do poder burguês.

A autocracia burguesa se estabelece, os seus agentes sabendo disso ou não, querendo isso ou não. O rico debate proposto por Fernandes, que mesmo passível de reinterpretação, possui uma grande atualidade, como é o caso da seguinte projeção, que cabe também historicizar: escrevendo da década de setenta, afirma que essa situação de imposição do capitalismo monopolista no Brasil não poderá durar, tendo em vista que pressionará excessivamente as massas rumo ao seu limite, uma batalha que “não poderá ser ganha com base na violência institucionalizada e na opressão permanente”. Isso – afirma ele – não poderá ultrapassar a marca de três décadas após aquela data.

O eixo político se torna essencial para a dominação burguesa se efetivar. A Revolução Burguesa no Brasil, periferia do capitalismo, é justamente a apropriação do poder político, “consolidação e preservação de estruturas de poder”. As burguesias desejam manter a ordem, conservar a dominação e o controle burguês sobre o Estado nacional. A burguesia periférica

⁹⁰ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideia de revolução no Brasil e outras ideias**. São Paulo: Globo, 2008. p. 21.

⁹¹ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006. p. 309.

se torna autocrática na medida que vai se divorciando de princípios “Liberais”, da clássica utopia burguesa, e “fundindo a República parlamentar com o fascismo”, não hesitando usar a força de opressão e repressão que possui por meio do estado nacional, aparelhado para fazer valer a ferro e fogo os seus privilégios, os seus “interesses materiais privados”.⁹²

As burguesias nacionais compraram projetos para a manutenção de privilégios, algo que é discutido em livro recente de Muniz Sodré, nos seguintes termos: “A palavra ‘empresa’ poderia ser mais tarde, depois da independência, aplicada à fazenda cafeeira do Oeste paulista, quando o cafeicultor se liga de forma dependente ao poder financeiro da burguesia urbana”, características situam com exatidão o lugar social de onde Mesquita Filho esteve, e as respectivas filiações históricas. Sodré acrescenta ainda que, “nessa modernização, com inequívocas tintas liberais, o passado escravista continuaria ideologicamente mais forte do que o ambíguo presente”,⁹³ algo que poderá ser exaustivamente verificado ao longo da trajetória aqui analisada.

Uma característica manifesta dessa dinâmica é que os interesses de uma classe, a burguesia nacional, passa a ser tratada como os interesses da “nação como um todo”. Tendem a definir a dominação burguesa como um direito natural, tendendo a reduzir a nação a um “ente abstrato”. A classe burguesa opta por um “tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa”.⁹⁴ A expansão da “civilização ocidental” se torna esse rebento, o capitalismo periférico, que põe em situações subalternas as populações de países como o Brasil. A dominação burguesa como se estabeleceu no Brasil é, em si mesma, além de uma ressurgência do espírito senhorial, uma “reliquia” histórica que sobreviveu.

As balizas temporais deste trabalho têm o seu início em 1925, ano da publicação de *A crise nacional*, poucos anos após a Primeira Guerra Mundial, justamente quando a burguesia brasileira teve o seu período de maturação histórica; a formação, entretanto, é bem anterior, como aponteí. A oligarquia não entrou em crise e simplesmente desapareceu; ela foi reabsorvida pelas novas ordens de tempo e incorporada à lógica burguesa. Diz Florestan Fernandes: “[...] não ocorreu, portanto, um verdadeiro deslocamento da ‘velha classe’ ou das

⁹² FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 343-345.

⁹³ SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 26.

⁹⁴ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 353.

‘velhas classes’ dominantes, por ‘novas classes’ dominantes, de formação hodierna”.⁹⁵ A burguesia clássica, revolucionária e conquistadora, não encontrou organicidade no Brasil. Daí, nasceram as adaptações que se tornaram factuais, e o *hodierno* precisava ser fabricado a partir de outras ferramentas.

Faço remissão à expressão de Fernandes que afirma ser a trajetória de um país realizada em “ziguezagues”, e não linearmente – “a história não é autogerminadora” (ver as epígrafes de abertura da tese). Isso é sintomático de que os esforços prolongados de fazer uma antiga colônia da América portuguesa – que se tornara Império de herdeiros do antigo dono da colônia e, posteriormente, uma República constituída a golpe – tornar-se nação, seria uma incumbência de ideólogos e “intérpretes” que não teriam nada de autoevidente para demonstrar. Dito de outra maneira, para que se germinasse algo que valesse como história nacional, deveria ser plantada pelos que nela tinham interesse.

As ideologias e utopias burguesas importadas das nações hegemônicas passam por um “enxugamento” de aspectos diversos e se converteram em “uma fonte de racionalização e legitimação das vantagens que as classes dominantes extraem rotineiramente de sua submissão aos interesses e manipulação externos”.⁹⁶ Isso dá origem a uma racionalidade de dominação violentamente autoritária e “totalitária”, enquanto força social de classe. Vai descambar numa ditadura de classe *preventiva*, e não mais em mero autoritarismo.

O poder burguês não visou a construção de uma nação independente economicamente. Como não se pode controlar as massas em termos de manipulação totalizante, a produção de ideologia não era, de forma nenhuma, reconhecida em sua legitimidade total e sem exceções. A calma das camadas populares dependia, também, da dissuasão através da paz armada. Na década de 1960, quando chegamos ao fim do recorte formal de tempo, situação “potencialmente pré-revolucionária”, as tentativas de ampliar a penetração dos bens econômicos e culturais na sociedade e nas classes dominadas foram chamadas de “demagogia populista”. A proposta de alargamento da participação política se convertia em crime contra o regime, ou no mínimo uma degenerescência. Isso ocorria porque o poder burguês no Brasil, sendo constituído como foi, não devia perder o monopólio do poder do Estado. As pressões “dentro da ordem” foram associadas às “pressões contra a ordem”, para deslegitimar até

⁹⁵ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 361.

⁹⁶ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 367.

mesmo o radicalismo burguês “esclarecido” (o anticomunismo surge daí, e abarca toda manifestação contra as opressões do *status quo*).

As estratégias de constituição de oligarquias das classes possuidoras se expressam no terreno do pensamento, e Mesquita Filho muito escreveu sobre como as maneiras de civilizar e modernizar o Brasil passariam por hierarquias de região, de raça, e de história. A autocracia se desenvolve na medida em que a burguesia não consegue ou não pretende incorporar as classes operárias e despossuídas. No capitalismo periférico e de desenvolvimento interno desigual, a repressão é a resposta que se encontra. Nesse jogo, “a classe sobrepõe a nação”: “não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*”.⁹⁷ Os representantes dessa burguesia conservadora lançaram a violência de classe contra qualquer renegociação nos termos do sistema político brasileiro. Mesquita Filho foi um destes últimos, que sempre repudiou o “populismo demagógico”, e foi a favor da reação contra ela por pelo menos três décadas.

O Estado capitalista periférico seria uma mistura de “*Leviathan* no verso e *Behemoth* no reverso”, e compõem uma moeda de dupla face. A imagem que Florestan Fernandes empresta de Hobbes destaca que a construção da paz social por meio de Leviatã está em simultaneidade à guerra civil sintetizada pela figura de Beemote, pois a cidadania está bloqueada para uma multidão. Um dos mais eloquentes exemplos dessa exclusão foi o voto censitário, de critérios econômicos, de gênero e de instrução formal.

O Estado de paz social, para os defensores da “civilização” e da “modernidade”, nos termos que viemos discutindo, significava a manutenção de uma constante alerta em guarda contra a Guerra Civil, contra os despossuídos, as populações que não estivessem em consonância com o projeto de classe. No capitalismo periférico, a burguesia sempre lança mão do estado como um recurso de manutenção e compensação. Florestan buscou avaliar as perspectivas políticas desse modelo autocrático burguês. A civilização ocidental como fator legitimador, era uma potência de arregimentação e manutenção de poder – bastando lembrar das marchas “com Deus pela Liberdade” em 1964. Tratava-se, em suma, de condição de sobrevivência das classes dirigentes.

Fernandes cumpre o papel tanto de referência de importância central, mas não apenas, na medida em que também possibilita entender o que foi escrever durante a ditadura civil-militar, como documento de época, observando o futuro (para nós, já passado) que

⁹⁷ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 395.

vislumbrava então. Faz inferências sobre o seu futuro, que já é parte de um passado *nosso*. Afirmar que a miséria que é inerente a ser produzida por aquela burguesia autocrática seria um sintoma e consequência clara. E que essa distensão faria esticar uma corda que, eventualmente, se tornaria insustentável.

Esse prognóstico, realizado em partes, leva invariavelmente a refletir sobre o nosso presente: os questionamentos da ordem existiram ou existem, seja em qual direção que for. A incredulidade com essa política autocrática, pode ter criado um movimento que não necessariamente se moveu rumo à esquerda, levando uma experiência de classe e de revolta seguir em sentido às avessas, como se as classes despossuídas e subalternas estivessem tentando se curar de um envenenamento tomando mais veneno.

Naquele momento, Florestan apontava duas alternativas, que avaliava serem possíveis: uma saída de “capitalismo de Estado” e outra “socialista”. A primeira se mostrou mais aproximada, com a constituição de 1988. Entretanto, a burguesia autocrática sobreviveu de alguma forma, ainda que tenha ficado mais tímida por um tempo, e manifesta convulsões no atual, quando se conecta ao presente e faz usos do passado. Busca também, ainda hoje, definir ideologicamente o que é rumo do progresso, da civilização, e – ainda que a ideia de moderno tenha sofrido muitos furos – ainda é invocada.

Acrescento aos pontos de reflexão uma noção crítica que pode cumprir a função auxiliar o leitor na interpretação dos matizes do Liberalismo brasileiro, cuja base de análise material tomei de empréstimo dos estudos de Florestan Fernandes, como exposto anteriormente, e conforme o pensamento, de Roberto Schwarz:⁹⁸ um breve ensaio de Giorgio Agamben intitulado de “o que é um povo”,⁹⁹ que cumpre o papel de costurar o plano histórico-social com o mundo das ideias e dos conceitos; o mundo material dos eventos com os planos ideológicos que alimenta e é alimentado por aquele. Aqui se expressa mais claramente o eixo central da tese. Agamben defende que a própria noção de *Povo* dialoga estreitamente com a ideia de Civilização e também foi incorporada como um Universal.

Em trechos recorrentes da obra de Júlio de Mesquita Filho, a modernidade ocidental é a locomotiva da história que ambiciona contar e ajudar a construir, como se faz evidente nos *Ensaio Sul-Americanos*, tema do segundo capítulo.¹⁰⁰ A mais visceral tradição também

⁹⁸ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **As ideias fora do lugar:** ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

⁹⁹ AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo? In: _____. **Meios sem fim:** notas sobre política. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015. Ebook.

¹⁰⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Editora, 1946.

representa o sopro que geraria a modernidade brasileira, operando como tecnologia de conquista epistêmica e ideológica. Ocorre a fundamentação do protagonismo de classe segundo o qual as elites deveriam tomar o papel de locomotiva a mover o país.

Segundo Agamben, existe um corte biopolítico realizado na modernidade, quando se realizou novas formas de representar o que anteriormente era chamado simplesmente de “a ralé”, sem maiores explicações. Há, aí, algo que está aparentado às noções de meritocracia, segundo a qual faz parte do povo que governa os destinos do Estado aqueles que, dentro de determinada maneira de ordenar o mundo, possuem os saberes técnicos para tal empresa. O ideal de civilização também se faz presente no seio dos escritos de Mesquita Filho. Haveria aí uma tentativa de ressignificação de noções de nobreza, com o objetivo de legitimação e manutenção de status?

O filósofo italiano esclarece que, na tradição filosófica ocidental, desde Bodin, havia a divisão entre “povo como corpo político” e o “povão”, considerado inapto para a vida política, que deveriam ser excluídos do plano das decisões públicas. É razoável admitir, para efeito deste trabalho, que essa condescendência vaze através da colonização e, por conseguinte, no mundo neocolonial, que já mencionei. O que chamamos de povo tem sido uma oscilação dialética entre dois polos opostos: o Povo como “corpo político integral” e outro *povo* como “multiplicidade fragmentária”, “necessitados e excluídos”, a multidão proscrita do poder.

A naturalização de abismos sociais – ou pelo menos a ausência de urgência em modificá-los – que Mesquita Filho parece sugerir em textos como *O Estado de São Paulo e a questão Social*, contido em seu livro *Política e cultura*, é exemplar na demonstração desse ponto levantado por Agamben: “Num extremo, o Estado total dos cidadãos integrados e soberanos, no outro, a reserva – corte dos milagres ou campo – dos miseráveis, dos oprimidos, dos vencidos que foram banidos”. O Povo representa, então, a vida nua, os despossuídos, ausentes da existência política legítima. Como justificar isso? A produção de ideologia é uma possibilidade plausível.¹⁰¹

A fonte de identidade poderosa, que é o conceito de povo, busca se tornar legítima através de um processo de purificação a ser realizada através da língua, do sangue e do

¹⁰¹ Argumentos semelhantes podem ser encontrados em *conformismo e resistência*, de Marilena Chauí. A filósofa corrobora com essa perspectiva em sua análise da constituição da sociedade brasileira. Ver: CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: escritos de Marilena Chauí. Organização de Homero Santiago. 1. ed. – Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coleção Escritos de Marilena Chauí, v. 4).

território. Júlio de Mesquita Filho, em interpretação e ação, parece encarnar esses vetores, já mencionados: São Paulo, os bandeirantes, representativos da Civilização Ocidental, que figuram ao longo da obra que escreveu. Agamben considera essa cisão mais fundamental do que a noção de amigo-inimigo, pois o povo do mesmo país pode se antagonizar, “uma guerra civil incessante que o divide, mas radicalmente do que todo o conflito e, ao mesmo tempo, o mantém mais unido e o constitui mais solidamente do que qualquer identidade”. Imaginemos essa guerra interna dividindo o povo brasileiro, que está situado nas bordas do capitalismo mundial, contando com representantes da classe dominante. Vimos, através de Florestan Fernandes, que Classe está presente nessa equação do mundo neocolonial como peça fundamental.

Em Marx, a cisão entre Povo e *povo* só deixa de existir quando houver a sociedade sem classes ou no reino messiânico. A partir disso, Benjamin (que é fonte de inspiração filosófica de Agamben), descreveu nas *Teses sobre o conceito de História* que apenas na humanidade redimida é que toda a memória estaria disponível, sem as disputas sangrentas que se dá no campo da materialidade e do espiritual, ou da cultura. “Quando, a partir da revolução francesa, o povo se torna depositário único da soberania, o *povo* se transforma numa presença embaraçosa, e miséria e exclusão aparecem pela primeira vez como um escândalo em qualquer sentido intolerável”.¹⁰²

Essa é uma parte de sombras do mundo moderno. Os que buscam escovar a história ocidental no sentido do pelo se esforçam por escamotear, com os pincéis da ideologia. O escândalo social de um país latino-americano como o Brasil é largamente tematizado na literatura e no cinema, rapidamente exemplificados por obras como *São Bernardo* de Graciliano Ramos, o já citado *Maioria Absoluta*, de Leon Hirzman, *Maranhão 66*, de Glauber Rocha, etc.

Ideias de inferioridade que são esboçadas em relação ao próprio povo, jogam com cartas como o racismo para estabelecer as hierarquias de exclusão em relação ao “povo que recusa integrar-se no corpo político nacional”. O caso dos nativos americanos de maneira geral, e dos indígenas brasileiros de maneira particular, são exemplos paradigmáticos dessa expulsão. Canudos massacrada foi uma das evidências empíricas ao nível da violência e do massacre, com a produção de milhares de cadáveres. Trata-se da exacerbação do conflito gerado nos espasmos da criação da modernidade a qualquer custo no Brasil.

¹⁰² AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo? In: _____. **Meios sem fim:** notas sobre política. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015. Ebook.

Vida precária, exterminada pela “fúria lúcida” da razão de Estado, esta alimentada por circuitos discursivos de diversos atores sociais, como intelectuais que falam pelo “liberalismo” e pelas instituições. O extermínio literal ou simbólico daqueles que não podem ou não desejam a assimilação, reflete problemas atuais e do passado. A “questão indígena”, ou o “problema do índio”, é uma das evidências mais categóricas dessa dinâmica. Por isso as justificativas são invariavelmente em nome de coisas como “Progresso”, religião cujo deus ainda vive. As ideologias do moderno, especialmente quando deslocadas para “fora do lugar”, ou quando “o lugar se encontra fora da história”, produz a vida nua.

III

Cada atualidade reúne movimentos de origem e de ritmo diferente: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de antanho.

(Fernand Braudel – História e Ciências Sociais).¹⁰³

Estes foram os pontos cardeais a partir dos quais Mesquita Filho se orientou, um mapa geral dos matizes da tese que defendo, que passa por modelos de civilização, perspectivas de liberalismo, ideias de Brasil e classes antagônicas. As proposições de ideias, que me esforcei para colocar em contato com o personagem central de pesquisa, são configuradas de modo a ganharem solidez, apresentando o objeto empírico em simultâneo ao sobrevoo sobre de suas raízes históricas e ressonâncias ideológicas.

Em razão disso, a relação entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa estabelecida nessa trajetória oscilou entre intenso interesse pela descoberta, entrecortado por momentos de relativa saturação, motivada por, entre outras razões, pelo conservadorismo que foi se evidenciando no personagem central. Por outro lado, o que motiva esse terceiro momento de maturação e reconstrução da pesquisa é justamente as inquietações geradas por esta característica regressiva encarnada por Júlio. Tal atitude parece estar invariavelmente presente, desde a prática escriturística em textos de ensaios, como *A crise Nacional*,¹⁰⁴ em

¹⁰³ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Trad. Maria Lúcia Machado. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Debates).

¹⁰⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de obras do “O Estado de São Paulo”, 1925.

sincronia com engajamentos políticos e militares, como no Movimento Constitucionalista de 1932 – cuja correspondência durante o conflito analisei em *Nação como retórica* (monografia de 2018, já citada).

A documentação aponta para o embrião de uma constante que se realiza em torno da adesão a uma visão de mundo aparentada aos ideais do progresso (no sentido benjaminiano). Visualiza-se em seus ditos e ações, um comprometimento com o passado, mas que também contém uma seta para o futuro. O “tempo homogêneo”, na expressão de Benjamin, surge como uma das principais consequências das formulações do pensamento e das memórias de Mesquita Filho, ao mesmo tempo que tal noção parece orientar a atuação pública.

Essa dinâmica se faz presente em pontos diversos da produção e dos rastros por ele deixados. Quando Júlio assumiu o cargo de diretor d’*O Estado*, incorporou de maneira mais assídua à redação os intelectuais que naquele momento buscavam produzir interpretações do Brasil e fixar as fronteiras nacionais do ponto de vista da Cultura. Nessa atmosfera, pelo menos desde 1922, aos 30 anos, nas páginas da *Revista do Brasil*, Mesquita Filho dava o tom das posições intelectuais que carregava.¹⁰⁵

O discurso bandeirantista é notável desde os seus primeiros trabalhos, anunciando os paulistas como herdeiros das entradas dos ancestrais bandeirantes, argumentando haver um “instinto inteligente [que] permanece ainda hoje sob a forma dessa força propulsora, que já se vai tornando, agora que vamos atingindo a maturidade, em diretiva disciplinada e quase consciente”.¹⁰⁶ É possível divisar os embriões da Filosofia da História mítica e tradicional que seria configurada em sua interpretação do Brasil, presentificada na prática política. A virtualidade do discurso sobre as bandeiras está salpicada e socialmente distribuída, encontrando em Mesquita Filho mais um ponto de atualização e legitimação.

Em outros momentos, saltando para a década de 1960, a tradição é invocada em frases como “aquela nação que o seu grande passado prometia”,¹⁰⁷ redigida então numa carta aos militares, em consonância com as movimentações em torno do golpe de estado que estava então sendo tramado (tema do segundo tópico do capítulo 4).

São estes alguns retalhos da existência de um homem, convertida em assunto de pesquisa, à revelia de sequenciamentos causais motivados pela passagem dos meses, anos e aniversários. Os moldes epistemológicos que aquele assumiu enquanto intelectual, aliados ao

¹⁰⁵ MESQUITA FILHO, J. de. **A comunhão paulista**. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922.

¹⁰⁶ MESQUITA FILHO, J. de. **A comunhão paulista**. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922.

¹⁰⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. O roteiro da revolução. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.

lugar de sujeito-no-mundo, que absorveu experiência no corpo, produziu ou buscou produzir ações no mundo. Que participou da história, foi agente, e nessa agência buscou modelos de racionalidade que precisam ser questionados. Do que lembrou por convicção, do que esqueceu por acidente, e vice-versa.

A busca de identidade está em contato com o mundo da razão, mas que no devir das coisas, apela ao crivo insistente do desejo. Às avessas da biografia em suspeita, é possível visualizar as intenções ocultas no começo dos eventos, e a vontade de controle das consequências. Dito mais claramente, o lugar social, as viagens que fez, a cidade e o estado que habitou, também produzem modos específicos de ler e representar a identidade de um “povo” e, no limite, organizar o reconhecimento e representação deste com a negação sistemática da diferença.

O esforço analítico diz a respeito às utopias de “Brasis” que se encontraram em crise de representação durante o século XX, e que as próprias representações estavam repletas de crises. O sujeito-referencial é fio condutor na compreensão desses vetores ideais que tensionaram com um Brasil fugidio, e quase inapreensível aos seus pretensos leitores, analistas ou ideólogos. No chão da luta política e ideológica pela nação, este jornalista “irredutivelmente liberal”, seja em seus exílios e prisões da década de 1930 e 1940, ou nas decisões que o levou a apoiar destituição de governos e ter seu veículo de imprensa censurado pelo regime que ajudou a constituir, oscila entre contemporizar e rechaçar projetos. Aqui e alhures, a atenção a estes eventos é central para o acompanhamento crítico da documentação mobilizada.

Entre 1925 a 1969, se deu a parte mais significativa da obra e dos esforços desse personagem, ao menos para efeito daquilo que busco vislumbrar de sua atuação como sujeito histórico. Anteriormente, foram feitas menções sobre o seu passado de estudos na Europa, apenas para situar elementos da formação intelectual em Lisboa e na Suíça, como era costumeiro para os jovens abastados da época. Para além disso, as “origens” não interessam para efeito desta análise, exceto na medida em que elas foram celebradas pelo sujeito estudado. Por mencionar a Europa do início do século XX, é a obra do filósofo Walter Benjamin – um contemporâneo de Júlio – que dá um dos toques centrais na leitura dos textos

deste, tão marcados pelo ideário de progresso que aquele ardentemente criticou, denunciando em seus “avisos de incêndio”, que foram as notáveis *teses sobre o conceito de História*.¹⁰⁸

Emparelhar traços biográficos de sujeitos contemporâneos, que nunca se conheceram ou se encontraram, pode esclarecer trajetórias assimétricas e, se pouco, render reflexões acerca das contingências que nortearam orientações ideológicas e intelectuais distintas ao longo do século XX. No ano de 1892, com uma distância temporal de alguns meses entre si e pouco mais de dez mil quilômetros que separam São Paulo de Berlim, nasceram duas crianças de que falarei. Ambas se dedicariam ao mundo do pensamento e da escrita. Eram rebentos de famílias burguesas bem constituídas, no Brasil e na Alemanha. O pequeno alemão foi chamado de Walter, e o brasileiro, Júlio.

Quando constituídos sujeitos adultos, tendo uma boa parte do século XX em seus calcanhares, ambos olharam em retrospectiva *em busca do tempo perdido*, mirando justamente as reminiscências daquilo que teria ocorrido nas suas vidas após 1892. As memórias, cá violadas, apontam para o tipo de vida que levariam e da reputação que terminaram por construir. Walter escreveria um texto intitulado *infância berlinense*, no qual reelabora a relação conflituosa com o seu pai, Emil Benjamin, burguês de “camisa e fraque limpíssimos”, o guerreiro e a vestimenta “tanque de guerra”.

Walter, que havia se tornado um crítico da Cultura moderna e, eventualmente, filósofo marxista de vida turbulenta, transmite nas suas memórias o signo da ruptura. Um biógrafo chamado Bernd Witte anota a identificação de Benjamin por outro contemporâneo,¹⁰⁹ Franz Kafka, que também se notabilizou por *escovar a contrapelo* a história da burguesia europeia que, desde o predecessor Nietzsche ou mesmo antes deste, já não gozava da simpatia generalizada de outrora. A palavra de ordem era ruptura, contestação.

Júlio, por seu turno, em relato memorialista, não se constrange com a cultura burguesa, com tons aristocráticos – bem à brasileira –, da qual descende. Ao contrário, a celebra com veemência. Anota ele que recebeu “as primeiras impressões de vida” em casarões dos avós, de “velha e sólida família paulista do século XIX”. Em tom de devoção, menciona o seu avô, Cerqueira César, com predicados como “nobreza natural de suas atitudes” e “retidão

¹⁰⁸ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio, uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁰⁹ WITTE, Bernd. **Walter Benjamin**: uma biografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

magnífica de sua alma”.¹¹⁰ Na contramão de Walter, que poderia muito bem ter sido seu colega em algum liceu da Europa, nas Memórias desde que se apresentava como “Júlio de Mesquita Filho” nas altas rodas paulistanas, não existe indício de negação aos fraques e camisas que outorgava nobreza aos seus ancestrais.

A breve reconstituição de traços destes permite mostrar que tais personagens referenciais contrastam entre si em muitos aspectos. Aquele que conhecemos como nome de autor Walter Benjamin sugere querer exorcizar a cultura europeia da própria Europa, avisando sobre os incêndios que estavam por ocorrer. Júlio de Mesquita Filho, cujos rastros estamos a escrutinar, parece querer fazer brotar nos trópicos uma cultura burguesa e, como recorrentemente dizia, liberal. Nessa chave de leitura, o conservadorismo de um fica claro a partir das rupturas do outro, e vice-versa.

Essa adesão de Júlio ao *ethos* burguês se dá também pelo caráter único de como a burguesia brasileira se fez presente no Brasil em seus primeiros anos, como discuti anteriormente. Muniz Sodré aponta que o “Império deu lugar a uma República de fazendeiros” e as categorias de fidalguia com algo de senhorial impera nas relações no interior da República. Encontraremos vestígios dessa dinâmica nos escritos memorialísticos de Mesquita Filho que examinarei no próximo tópico, com mais acuidade.¹¹¹

Ao vislumbrar as memórias anotadas do personagem, estaremos atentos aos paradoxos apresentados pelas escolhas intelectuais que tentam racionalizar e legitimar o mito e a mistificação, bem com o timbre do liberalismo em face às sombras, ocultando o engajamento de defesa no interior de certa Sociologia, conectando personagem e “formas com efeitos estruturantes”, tendo em perspectiva vontades de hegemonia. Cabe destacar como este sujeito foi parte integrante de seu tempo, sendo também catapulta de valores que, submetidos ao seu próprio crivo e desejos, impulsionei para adiante.

¹¹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. s/d.

¹¹¹ SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 25.

IV

A racialização pós-abolicionista era uma estratégia endocolonial de construção de fronteiras sociais internas, ideologicamente respaldadas por saberes pseudocientíficos sobre inferioridade antropológica do negro, assim como por interesses econômicos [...]. O racismo passa a funcionar como estratégia de hierarquização social dentro de uma cadeia de continuidade que se pauta por novas regras.

(Muniz Sodré – O fascismo da cor).

Para que se compreenda parte das utopias e urgências de Júlio de Mesquita Filho, é útil tomar das memórias anotadas como fio condutor. Trato a seguir de um documento datilografado, sem título, esboçado pelo seu autor através de um elaborado trabalho memorialístico e de reflexão. Diz respeito, também, das camadas que o mesmo carrega em si, os passados vislumbrados e recuperados na narração datilografada do documento que consulto, rasurada, e anotada por pessoas que, décadas depois da confecção primeira, adicionaram as próprias impressões e advertências.

Em suma, as camadas de tempo que este papel contém em si, diz respeito tanto às aporias próprias do arquivo e as formas de poder que o habita,¹¹² como ao caráter de certo modo artesanal da vida que este esboço autobiográfico configura e tenta recompor. Seu autor é Júlio de Mesquita Filho, e o personagem recriado é ele mesmo. O olhar retrospectivo, como que fitando um espelho posicionado sobre os ombros, põe-se em contato com passados diversos. É de medular importância, na medida em que permite verificar os matizes da autopercepção de um sujeito na dimensão ética, pública, intelectual e como se lembrava de ter definido, e quais seriam os seus valores.

No arquivo do jornal *O Estado de São Paulo*, em dezembro de 2017, foi um dos documentos de pesquisa que mais provocou inquietação em relação a esta personagem, a principiar pela nota de abertura, com data de redação de 1990. O manuscrito da primeira folha, parcialmente legível e de autoria incógnita, dá algumas informações sobre as datações: Júlio escreveu no final da década de 1940, e em 1949 foi datilografado por um assistente do arquivo; uma década mais tarde, foi parar em mãos do portador, que recebeu de uma

¹¹² DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

assistente por ocasião de uma reunião da diretoria e “enfiou na sua gaveta” para não ser rasgado. As pequenas correções “com letreirinha miúda são do próprio dr. Júlio”, e anota ainda que uma parte das “memórias” fora publicada em 1969 por ocasião da morte do autor.

Um dos trechos mais intrigantes é a sugestão – na verdade, uma requisição – de que determinada parte do escrito seja mantida confidencial. Breve parêntese: o texto que redijo é uma inconfidência. Por definição, escrever história é violar memórias à revelia dos seus antigos enunciadores, e mesmo dos proprietários dos arquivos que cuidadosamente organizam as memórias dos seus ancestrais, como armazéns de vidas passadas. O excerto proibitivo da divulgação de certa parte do documento diz o seguinte: “suas opiniões sobre os negros, não será oportuno divulga-las. [ilegível] Deixa passar o tempo, diminuïrem as paixões políticas e guarda o documento para o póster”. É datado de 13 de abril de 1990. (O próprio Júlio não teria esse pudor sobre os próprios comentários, como discutirei no segundo tópico do capítulo 3 através dos comentários de Freyre em *Ordem e Progresso*).

Temos um exemplo explícito de que as vozes espectrais que vazam através de frestas dos arquivos podem ser consideradas inconvenientes. A rasura também é um método, como nos lembra a historiadora e literata Micheline Verunschik.¹¹³ O borrão deliberado pode ser feito pelo escritor do texto, ou por terceiros incógnitos, a quem não mais interessava que palavras não docilizadas viessem a público. Este último é o caso. O documento privado torna-se evento ele mesmo, mostrando o quão confortável esteve o autor em evidenciar pontos de vista como verdades frívolas e casuais. Apenas depois de muitas décadas, elas se tornariam questionáveis, ou melhor, passíveis de ocultamento.

A noção de semeadura de tamareira, que atravessa gerações para frutificar, é latente desde os elementos transgeracionais que anotei anteriormente. As décadas que se passaram, e as atenções dadas a tal documento – que quando da confecção, pudesse ser apenas um texto mais íntimo de um jornalista e proprietário de jornal – sugere desejar apresentar algo de primordial, essencial, e não apenas memórias. Isso tudo se refere aos usos políticos da memória que, como apontou Michael Pollak, é agenciada a partir do presente, e “[...] o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.¹¹⁴

¹¹³ VERUNSCHK, Micheline. *O som do rugido da onça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

¹¹⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social, In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p. 204.

É por se tratar de reminiscências anotadas e arquivadas com tanto esmero que o seu conteúdo é capaz de informar sobre a vida de Júlio, ou a vida, a certa altura, lembrada (e reelaborada) por quem a viveu. A trama de significados monumentalizados em algum momento indefinido da década de 1940, após duas experiências de exílio e perseguição política por parte do Governo antiliberal de Getúlio Vargas, é capaz de nos colocar em contato com o destino então vislumbrado para si, por parte de Mesquita Filho.

Ele viveu nas duas décadas que precedem o seu relato, tempos “frementes” de mudanças políticas e culturais, que teve como privilegiado epicentro São Paulo, a cidade na qual se movimentou, engajou-se política e intelectualmente, e dirigiu o jornal que herdou do pai. A década de 1920, quando escreveu o editorial que daria em livro (*A Crise Nacional*, 1925), foi a inundação das contradições de uma grande metrópole do pós-guerra. Teve de se costurar ao mundo que se apresentava, e fazer adesões do ponto de vista do pensamento e da ação, em delicado equilíbrio de forças e sem a desejada bola de cristal dos pretensos artífices do futuro, homens modernos e cerebrais.

Por um lado, os “oficiantes do êxtase” – caracterizados pelo desapego e até mesmo desprezo ao pensamento intelectual formal e preferência pelo predomínio da ação, dos esportes, da ruptura de tradições – estavam, a princípio, em antagonismo com um homem que se tornaria tão orgulhoso das filiações ao pensamento científico tributário do século XIX, especialmente por nomes como Durkheim. Foi na última década daquele século que Mesquita Filho nasceu, para o qual invariavelmente se voltava em instantes de crise.¹¹⁵ Por outro lado, possivelmente pelo fato de seu jornal, assinantes e articulistas contratados estarem imersos nesse caldo cultural, Mesquita Filho não poderia ter estado alheio às transformações éticas e epistemológicas próprias de então.

Em vários momentos da produção, parece estar atento e mesmo fazer usos do modo de articular o pensamento de forma que favoreça a constituição de mitos, especialmente no que se refere ao ato de “ligar um passado improvável com um presente inconsistente, proporcionando um eixo de solidez ao torvelinho de expectativas difusas”.¹¹⁶ Em outras palavras, a operação de manejar o mito nas sombras – mesmo reivindicando a razão às claras

¹¹⁵ Tomo como base do meu argumento neste trecho a obra de Nicolau Sevcenko “*Orfeu Extático na metrópole*”, que analisa as metamorfoses na sociedade e na cultura paulista nos anos vinte e as mudanças nas equações valores, com sinais de ruptura e de aceleração na experiência de tempo que se experimentara até a década anterior. Ver: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹¹⁶ **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 68.

como fonte ideal, legitimadora de ciência –, é do interesse dessa modelagem demiúrgica que pretende dar forma ao século que andava, à cidade e estado em busca de hegemonia, ao país em processo conflituoso e excludente de definição de modelos de República – tudo na mesma equação. Uma equação que, é bom que se diga, possuía muitas variáveis para que se inferisse um dado exato.

Tais mitos passam por raça, liberalismo, bandeirantismo e civilização. Praticamente todas essas variáveis se encontram nos apontamentos do seu breve inventário. Uma frase é especialmente sintetizadora do seu pensamento: “que é uma civilização, senão um sistema de representações e valores?”. No seio geral da tese, esse trecho ocupa um lugar primordial de conexão, na medida em que se debruça indiretamente sobre como sujeitos fundam mitos de origem que são repetidos nas gerações seguintes e, inclusive, passam a ocupar lugares institucionais e de homenagens. É a esse fenômeno a que Simon Schama se refere quando fala da força dos mitos tribais na política e na cultura contemporânea, uma imagem fantasmagórica de passado que salta para o presente.¹¹⁷

O início das memórias remete à infância, momento fundamental onde os sujeitos que buscam a elaboração de visão linear sobre a vida encontram a matéria primeira. Júlio, na medida em que busca referendar a trajetória contingente com a coesão e sintropia de elementos maiores, remete à ancestralidade, às narrativas familiares, e filiação nobiliárquica. A figura do avô, Cerqueira César, é apresentada como uma das variáveis em seu destino e inserção futura numa dimensão que ultrapassasse as tarefas corriqueiras do indivíduo comum. A pessoa comum lida com o seu cotidiano, sem alargar o seu exercício cidadão para uma abrangência mais ampla. Com o seu avô, não era isso que ocorria: “Pela sua casa [de Cerqueira César] passava praticamente todo São Paulo”, relata Júlio. E prossegue, em trecho revelador e mesmo carregado de emoção:

Prestam-lhe homenagem, diariamente, a totalidade dos “gros bonnets” da polícia paulista e federal de então, esta representada pelas figuras de projeção de passagem pela Pauliceia. Lembro-me de ter visto no escritório de meu avô o próprio Pinheiro Machado, que por sinal, se dizia íntimo dele. Além das personagens da alta política, para o largo da liberdade afluía uma infinidade de gente de todas as classes, e de todas as profissões: advogados, médicos, militares. [...] E o mais exigente observador não lograria jamais distinguir uma diferença, por mínima que fosse, entre a recepção dada a uns

¹¹⁷ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

e a outros. A acolhida era absolutamente a mesma, quer se tratasse de um senador da República, ou de uma cadete da milícia estadual.¹¹⁸

Esse trecho introdutório de memórias da meninice sugere as projeções íntimas e sutis de Júlio sobre uma figura de autoridade pública e afeto particular. Um avô materno que fora liderança pública e que reunia em si as virtudes de cidadão que, na virada do século XIX para o XX, em uma República recém-constituída, poder-se-ia imaginar essenciais. Altiva nobreza por um lado, fazendo dele um ente extraordinário, mas que não fazia distinções mesquinhas. Nessa intrigante complementaridade entre “imensa autoridade política” e “enorme prestígio social”, acrescentada a generosidade de não ostentar tais condições – até mesmo por serem óbvias –, Júlio afirma ter encontrado a própria inspiração de caminho político, vendo essa personagem como a encarnação de uma magnífica lição de democracia.

Como Mesquita Filho se definiria filosófica e eticamente alinhado ao liberalismo político e econômico, essa descrição do avô pode ser apontada como tão ou mais elaborada pelo trabalho de memória sob as lentes dos anseios políticos, do que pela reminiscência pura e simples. Crer em um retrato transcendente de memórias de infância seria demasiado ingênuo. Os valores nobiliárquicos, aristocráticos, mas ao mesmo tempo de coesão social e mesmo de uma missão herdada, são latentes. Um homem de idade já avançada, carregando as experiências que se acumulavam, formavam um vitral de memória com muitos matizes. O depoimento revela justamente naquilo que desejava esconder; a contrapelo.¹¹⁹

Outra autoridade pública que se faz presente nas memórias de Mesquita Filho é Campos Salles, seu tio-avô, que vivia em “uma casa contígua à nossa”. Salles foi presidente do estado de São Paulo (1896-1897), e depois viria a ser presidente da República (1898-1902), sendo evocado como mais um personagem notável que fez parte do cotidiano privado de Júlio, cuja alegada percepção acerca do diálogo que presenciava entre os seus familiares, afirma ter sido a seguinte: “as palavras Brasil e São Paulo eram as que mais se faziam ouvir, o que, sem dúvida alguma, explica o respeito religioso que me inspiraram tanto o meu país como o meu Estado”. Acrescenta que “aquele espetáculo cotidiano ficaria para sempre

¹¹⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada.

¹¹⁹ Ver: Ecléa Bosi fornece uma fundamental discussão sobre os aspectos da memória, do ponto de vista do trabalho. Para efeito do uso aqui requerido, uma síntese aguda: “[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”. Ver: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 46-47.

gravado [no seu] espírito”, e que atribuía o “seu substrato como determinante na sua formação cívico-política”.¹²⁰

Ao falar sobre o seu cotidiano social, na infância, mesmo as brincadeiras que são mencionadas, existe a projeção interpretativa de determinada visão de mundo baseada numa ideia de mérito. Afirma que brincava com os filhos “da açougueira, uma excelente italiana” e que isso não representava nenhuma barreira de classe significativa, acrescenta que alguns deles “gozam de invejável situação financeira”, tornando-se membros do automóvel-clubes, um notório lugar de distinção social. Concluiu, arrematando que isso era uma “esplêndida confirmação de que [...] a concepção europeia do problema social nada tem a ver com a modalidade brasileira da questão”. Ser membro do automóvel-clubes era, como está e evidência nesse trecho, um elemento de distinção social. A possibilidade de ascensão social é comprovada pelo fato do filho da açougueira italiana ter sido capaz de se colocar nesse ambiente de privilégio.

Ao resumir a condição de estudante brasileiro na Europa, dá ênfase ao sentimento primeiro de desterro que teria experienciado ainda nessa época. Ao se afastar dos seus, relata que teve a formação clara do seu “traço dominante: um amor quase paroxístico pelo Brasil”, alinhavando e costurando o apego familiar com o apego pelo seu país, definindo-o “como a razão suprema da minha existência”. A angústia se expressa quando afirma: “que falta me fazia a velha preta Nhá Corá, que a todos nós havia criado e que era como um dos elementos mais importantes da casa de meus avós”.¹²¹

Acompanhamos a rapidez vertiginosa que, nas memórias, Júlio conectou concepções que passam da família, ao seu país, ao estado, à educação, e às lembranças em torno de “uma velha preta” que o havia criado. Um quadro bastante subjetivo, porém, amplamente revelador sobre as saudades intrínsecas, nostalgias reveladas nesse processo de rememoração. A figura da mãe preta é um lugar-comum cultural dos fundamentos racistas que orientam a socialização das crianças brancas, conforme demonstrou Lélia Gonzalez.¹²² A estética de corpos e cores também o preocupa.

Se o seu tratado memorialista está impregnado por experiências de seu passado que já se distanciaram por mais de três décadas, é importante vislumbrar que a sua narrativa saltava

¹²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 03.

¹²¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 07.

¹²² GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Lúcia Helena (org.). **Mulher negra: política governamental e a mulher**. Brasília: CEDI, 1984. p. 223-244.

por sobre as experiências das décadas seguintes, carregando camadas múltiplas. É um passado que busca presentificar, elaborar identidade para si, bem como evidencia expectativas. Na década de 1940, Mesquita Filho já tinha passado por vivências como o movimento constitucionalista de 1932, sido exilado duas vezes, e retornado para o Brasil, depois da temporada no segundo exílio, quando pôde elaborar reflexões como aquelas presentes em *ensaios sul-americanos* (1946).

O olhar retrospectivo pode ser visto como a elaboração de uma consciência histórica – e de si mesmo – na busca de se orientar num tempo instável e imprevisível que se apresentava no mundo político. Carecia de um fundamento eficaz, como algo próximo do destino, para que firmasse os pés no chão histórico, tomando a formação familiar e afetiva como importantes pontos de partida.

Nisso, a formação intelectual é um ponto fundamental para a reivindicação de prestígio. Durante a jornada que, como em romances de formação, Júlio se embrenhou, relata ter passado por Lisboa, após sair do Brasil em busca da privilegiada formação em “humanidades” e adquirir os saberes necessários para um dia tocar os negócios do pai. Em 1905, já na Suíça, estudando no *La Châtelaine*, à margem direita do lago de Genebra, relata ter entrado em contato com uma ambiência que o tornaria cosmopolita, em conexão direta com aquilo que concebia como civilização: “29° rapazes de 28 países”, construindo a formação de ponta o preparava para se tornar quem anunciava estar destinado a ser.

Ao lado do cosmopolitismo, o panamericanismo também se faz presente no seu relato de quando estava na Europa. Diz ter sido tomado pelo orgulho quando viu a esquadra norte-americana singrando o Tejo: “eu não era apenas brasileiro. Era alguma coisa a mais, dali por diante”.¹²³

O documento é, ao mesmo tempo, um testemunho de si, do mundo ao qual julgava-se pertencente e dos mundos dos quais buscava se diferenciar. Uma “anamnese autobiográfica”,¹²⁴ escrita após exílios, com um trabalho de memória que unia experiências e expectativas, saudades e sonhos. Além de informar sobre a biografia, *stricto sensu*, também o faz em relação aspectos existenciais de um homem vivido, sequioso de sentido para a própria ação ético-política. Um exemplo cristalino dessa redefinição de concepções de mundo está em

¹²³ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 11. Grifos meus. p. 09.

¹²⁴ DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 20.

certo trecho no qual relata uma ruptura na vida, alegando eventos traumáticos que impactaram a visão filosófica de humanidade que havia se constituído durante o seu período de estudos na Europa:

[...] essa magnífica experiência [educação europeia] serviria de base às minhas futuras ideias sobre educação e ensino. Passei a julgar daí por diante todo homem um bom, enquanto não me demonstrasse o contrário. Essa concepção rousseauana de humanidade seria, porém, totalmente destruída por tudo quanto me foi dado presenciar nos anos da ditadura Vargas, no meu contato com a *canalha getulesca* nas prisões e no exílio. Daí para cá, invertera-se-me as concepções sobre meus semelhantes: quem tem razão é o Freud e não o cidadão de Genebra, e a mais comezinha prudência manda que consideremos todo homem um refinado patife enquanto não nos prove o contrário.¹²⁵

De Rousseau a Freud. Do otimismo do “bom selvagem” ao mundo das pulsões, da pulsão de morte e do “mal-estar na civilização”. É certo que o pensamento de Rousseau ou de Freud não poderiam ser sintetizados em vulgatas, mas para efeito do sentido que cá interessa, a inferência é clara: Júlio alega que ao longo da década de 1930, nos Governos de Vargas, o mesmo poder que o exilou do país, o pessimismo o invadiu a ponto de abandonar visões benevolentes quanto ao “homem”. Koselleck aponta que “a biografia de qualquer ser humano contém rupturas que parecem abrir um novo período na vida”,¹²⁶ e a elaboração das experiências pode conduzir os sujeitos a modificar comportamentos, pontos de vista e consciência.

Relatou o caso das duas guerras mundiais, e as alterações que promoveram na consciência social, quando as percepções dos tempos anteriores foram fortemente modificadas. Mas, embora as experiências das Guerras não tenham passado despercebidas pelo personagem, a vivência que mais parece tê-lo impactado ocorreu intra-fronteiras: a *canalha getulesca*. Esse é o trecho no qual descreve um ponto de inflexão importante que teria ocorrido em sua vida, e que muito informa sobre o que vivera e o ressentimento produzido pelos exílios passados.

As conexões com pensadores ocidentais de séculos afastados entre si não são à toa, e são explicadas pela característica de ilustrado que frisava. Passamos, então, às explicações

¹²⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 11. Grifos meus.

¹²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Eclusas da memória e estratos da experiência: a influência das duas guerras mundiais na consciência social. In: _____. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: contraponto, 2014. p. 247.

sobre vocação e carreira. O pendor para as humanidades é apontado como estando à revelia dos desejos do seu pai, compondo uma certa ruptura de pensamento em relação à geração que o precedeu no *Estado*. “Meu pai desejava ardentemente que eu seguisse a carreira médica. Homem do século passado, ele julgava a cultura baseada na Física, na Química e na Biologia mais sólida do que as letras propriamente ditas”, o que sugere aproximação com o mundo “da Filosofia e das Ciências Sociais”.¹²⁷ A “personalidade profissional” de jornalista seria constituída através de leituras de jornais como “Le Journal de Genève”, “La Gazette de Lausanne”, “La Matin”, e o exemplo do seu pai.

Afirma que a formação moral e espiritual esteve andando juntas, enquanto entrava em contato com obras de Peguy, Psichari, “e demais líderes da mocidade que se preparava, espiritualmente, para sacrificar-se às margens da Marne, em Ypres, no Somme e em Verdun”. Trechos como este sugerem certo desejo de se colocar em uma geração que estava disposta a sacrificar-se, tomar parte de algo grandioso, guiar os destinos da pátria e do mundo. A grande cultura europeia e hegemônica é reivindicada como parte substancial da constituição de sua ontologia: as peças de Rostand “Chantecler” e “Cyrano” e a música de Debussy. Assim, reforça a incorporação do espírito do tempo, da cultura erudita da qual se considerava partícipe (no segundo tópico do capítulo 3, retomarei essa questão de marcadores de identidade cultural). O paralelo que fiz anteriormente com Walter Benjamin, complementa essa relação de Júlio com aquele ideal de civilização burguesa no apogeu.

Benjamin, nascido na Alemanha em 1892, se tornou consciente do mundo em uma tradicional casa burguesa. As condições de possibilidade iniciais das suas circunstâncias eram, inicialmente, aderir ao legado do pai. Não foi esse caminho que seguiu, e percorreu o inverso, construindo rupturas. Uma trajetória tortuosa que conhecemos na biografia do filósofo, morto em razão da perseguição nazifascista na década de 1940. Mesquita Filho, por outro lado, se amoldou com perfeição no seu “destino” herdado. Cada turbulência que passava, esse destino parecia mais nítido.

Júlio nos diz que por volta de 1912 voltou ao Brasil, aos 20 anos de idade. O próximo passo seria ingressar na Faculdade de Direito, que considerou decepcionante, salvo “uma ou outra magnífica exceção” no corpo docente. Mais um sintoma de seu apego pela dimensão nostálgica e passadista, que remete às tradições, é a seguinte passagem: “salvavam a velha instituição os ecos dos triunfos de outrora, os tesouros de glória passada que faziam dela,

¹²⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 12.

como hoje, o ‘pantheon’ civil da nacionalidade”. Se referia à Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, integrada mais tarde à Universidade de São Paulo, e de cuja construção tomou parte ativa na década de 1930.

O presente que então relatava, ou pelo menos da maneira que lembrava dele em *outro presente*, certamente o desagradava muito. Um paradoxo: após voltar da Europa, Júlio mostrava-se chocado com o contraste com o que havia entre a realidade política europeia, que considerava “pujante” e “maleável”, com as decadências do Brasil. Por outro lado, era elogioso para como o passado nacional, especialmente com o reinado de Pedro II, personagem ao qual não poupava elogios: “a ordem, ao progresso mais lento, mas indubitavelmente mais sólido, verificados na vigência do governo do grande, do incomparável imperador, sucedera essa coisa profundamente lamentável que vem sendo a República de 89 aos nossos dias”.¹²⁸

Se referia a eventos que considerava de desfecho muito indesejável, em especial ao Estado Novo. Acompanhamos a memória sendo trabalhada em contraste com o mundo europeu que lhe fora contemporâneo, como ao mundo imperial brasileiro, governado por um monarca Europeu. É inegável a antipatia com o *presente* político e cultural brasileiro, terreno da crise mais severa. Os únicos méritos políticos que reservava aos primeiros quadriênios do regime republicano se dava ao fato de seus personagens terem sido formados no Segundo Reinado: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves.

No fim das contas, Júlio terminava por argumentar que o modelo Republicano, tal como fora construído, era, simbolicamente e de fato, inadequado ao Brasil. E como uma República realizada incompletamente pressupõe uma incompletude nas leis, também passou a considerar o curso de Direito que realizava, ao menos em suas memórias, insuficiente. Pretendeu ir além, e “buscar alhures as bases da [sua] cultura”. Relata que o seu curso ginasial realizado na Suíça já teria aberto caminho para a formação autodidata, de acordo com “as suas tendências”, e encontrou o caminho sociológico como ferramenta e protocolo de interpretação do Brasil. Spencer e Stuart Mill se tornam leituras para as bases intelectuais. Afirma ter buscado uma compreensão holística do mundo, nas próprias conexões, pois “os acontecimentos internacionais dominavam nessa época sobre todos os demais”.¹²⁹

¹²⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 13.

¹²⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 14.

Ao longo desse percurso de formação autodidata, chegou a Durkheim, a quem credita a consolidação final nos conceitos e metodologias no mundo do ensaio sociológico, e teria definido “de uma vez por todas o rumo intelectual do meu espírito”:

Encontrara afinal o método que me permitiria, tanto quanto possível, constituir o meu sistema de valores, através do qual passaria a interpretar o ‘meu mundo’. Como elementos subsidiários, está claro, eu leria o Frazer, os alemães Simmel, Scheller, etc. Durkheim seria, entretanto, o mestre que me facilitaria [...] atualizar a minha bagagem científico-cultural.¹³⁰

Em Durkheim, Júlio parece ter encontrado uma agenda intelectual que estava em consonância com o projeto de sociedade que acalentava. Essa perspectiva pede atenção especial, e uma publicação póstuma na Revista de História da USP, em 1970, mostra o uso sociológico do pensador. A elaboração dessa leitura sobre a sociedade brasileira se dá pautada por categorias funcionalistas e organicistas. No ensaio “*Índios, Jesuítas e Bandeirantes*”,¹³¹ que retoma preocupações do ensaio homônimo de 1946, Mesquita Filho procura argumentar que o processo de “desagregação” das populações guaranis pode ser lido através da categoria de “traumatismo social”, concebido como o resultado do choque entre formas de organização social profundamente distintas: de um lado, as sociedades “primitivas”; de outro, as forças colonizadoras da modernidade europeia. Esta última, claro, era a perspectiva que ele próprio assumia.

A interpretação de Mesquita Filho passa pelo “fato social”, de Durkheim, e como as “estruturas cognitivas” dos guaranis foram socialmente moldadas a partir de instituições organizadoras sem as quais não poderiam existir, como os Jesuítas. O único remédio seria justamente a intervenção do “homem branco” como o agente da tutela civilizadora, apresentada como necessidade e urgência.

O instrumento da sociologia se mostra evidente para a legitimação intelectual de um projeto que é político e também cultural. A centralidade do bandeirantismo está colocada como a forma e medida da civilização. A leitura historicista que Mesquita Filho articula nesse texto contribui para consolidar uma narrativa segundo a qual o avanço da civilização e do progresso necessariamente implicou a dissolução das formas sociais autóctones, convertendo a violência colonial em um processo naturalizado de transformação social.

¹³⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 15.

¹³¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Índios, jesuítas e bandeirantes. **Revista de História**, São Paulo, v. 42, n. 86, p. 463–473, 1971. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.130699](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.130699). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/130699>. Acesso em: 25 jan. 2025.

A apropriação de Durkheim por Mesquita Filho, portanto, não apenas fornece um efeito científico ao seu diagnóstico da sociedade brasileira, mas também serve para reforçar o procedimento conservador e tutelar que atravessa toda a sua produção intelectual, conectando o exame das “sociedades primitivas” à defesa de um modelo hierárquico de organização social, no qual elites dirigentes – como as paulistas – teriam o papel legítimo de conduzir os rumos da nação.

Não é por acaso que a perspectiva sociologicamente fundamentada de Mesquita Filho tem como escolha central Émile Durkheim. O interesse por rupturas que outras formas de pensamento parecem sugerir, como o caso da interpretação marxiana, não era compartilhado por Mesquita Filho. A seleção intelectual realizada pelo personagem é configurativa de uma cosmovisão e interesses marcadamente pessoais, expressos na trajetória e verbalizados na atuação.

Quanto a outros intelectuais europeus aos quais atribuiu influência sobre a formação, menciona Guizot, Burkhardt, Michelet, Thiers, Sorel e Carlyle. Em outras palavras, atribui conexões profundas com o pensamento europeu, do século XIX e início do século XX. Sobre os EUA, afirma que a maior contribuição é material, “um parente riquíssimo” [do Brasil], ficando com a colaboração intelectual europeia, da qual considerava os Estados Unidos também dependente.

O que se verifica através da leitura acerca dos indígenas também ocorre em relação aos negros. Voltando ao relato autobiográfico, um ponto nevrálgico é o tema sobre “o que pensa do negro”. Dedicava algumas páginas a tratar do que parece ser o elemento culminante da narração. Passa do âmbito das memórias ao tempo presente no qual escrevia:

O que penso do negro? O que todos nós pensamos. Que são bons e passíveis de *uma evolução até nós*, em determinadas condições. Mas que, de modo geral, *difícilmente poderão integrar-se no sistema de civilização ocidental a que pertencemos*. E isso por *serem um povo primitivo*, no sentido sociológico da expressão, já se vê, de mentalidade ainda quase totalmente mística, sujeitos, portanto, muito mais à lei da participação do que as da lógica. Como tais, não podem deixar de exercer uma influência nefasta na mentalidade nacional. [...] A nossa mentalidade não pode deixar de sofrer certo abastardamento pelo contato constante com a mentalidade quase totalmente mística do negro. *Somos, quer queiramos ou não, ocidentais*. É do ocidente europeu que descendemos, e é para lá que forçosamente devemos caminhar, se não quisermos acabar num hibridismo estéril.¹³²

¹³² MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 16-17.

O paradigma epistemológico tomado por Júlio de Mesquita Filho para pensar o lugar do negro na sociedade brasileira carrega questões que, principalmente a partir da metade do século XX, se tornaram anacrônicas no que diz respeito à divulgação acadêmica. Em termos foucaultianos, ocorre uma interdição pela vontade de verdade de então.¹³³ Talvez por isso a advertência do emissário do documento, mencionado no início deste tópico, que recomendava guardá-lo e omitir qualquer informação sobre as polêmicas visões sobre raça que Júlio veiculava. Isso, no entanto, se apresenta como o apego afetivo a um mundo que mesmo formalmente interditado, ainda ecoava através das subjetividades. O esforço memorialístico feito por Mesquita Filho em seu relato é bastante significativo: “Que é uma civilização, senão um sistema de representação e valores? Ora, a nossa civilização é cada vez mais tributária da civilização ocidental e cada vez menos dos elementos ameríndios e africanos”. Essas palavras fornecem sinais preliminares da ideia que fazia sobre o que compõe uma “civilização”, legando um lugar de privilégios para “o elemento branco ocidental”.

O negro trouxe uma contribuição realmente interessante, quanto ao colorido e ao pitoresco, para os nossos usos e costumes, para o nosso folclore e para a nossa música. Quanto à pureza da *mentalidade primitiva* dos descendentes de africanos, a sua influência não pode deixar de prejudicar a homogeneidade que seria de desejar para o pensamento nacional. Estou convencido de que a eficiência cultural e mental de uma nação está na razão inversa da soma de elementos místicos que por ventura ainda possam atuar na mentalidade de suas massas. A capacidade política, a solidez moral e, portanto, das instituições de um povo são, evidentemente, uma função da predominância de uma ou de outra das duas mentalidades.¹³⁴

Em uma abordagem que já vinha sendo desviada pelos novos cânones do pensamento social desde os anos de 1930, com obras como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, esse trecho afirma que para além do folclore e ao “colorido e pitoresco”, a contribuição das etnias africanas no Brasil não era outra, senão uma mentalidade primitiva – ecoando as formulações feitas em 1925, em *A crise nacional*. Dentro do “sistema de representações e valores” que compunham uma civilização, indivíduos “nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita” só teria a contribuir com “elementos místicos” que envenenariam as instituições, a moral e a capacidade política do povo.

É como se não houvesse lugar para o negro na sociedade brasileira, e que o moderno Estado Nação não fosse possível onde o misticismo de elementos de graus anteriores da

¹³³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 16.

¹³⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, em folhas datilografadas, de Autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. p. 17.

evolução desse as cartas (*Sic*). O liberalismo, renomeado pelo personagem como uma “magnífica doutrina”, absolutamente democrático; por outro lado, uma perspectiva sociológica que exclui uma grande parcela do povo de um país como o Brasil, posto ela ser prejudicial para seu “sistema de representação e valores”. A concepção de sociedade infiltrava-se, também, na vida privada.

Os conceitos sociológicos que mobilizava, assim como o liberalismo que concebia, não são essenciais e naturais. Não há sentido em buscar uma fenomenologia que tente ligar Mesquita Filho a essências transcendentais, e sim buscar na trajetória os contornos que deu, historicamente.

Deleuze e Guattari nos oferecem uma imagem muito interessante que permite esclarecer essa possível confusão: “O conceito é incorporeal, embora encarne ou se efetue nos corpos. [...] O conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa”, ou seja, o que Mesquita Filho utilizou para definir a si mesmo politicamente e eticamente só se revela em sua complexidade, no devir da própria vida.¹³⁵

Paulo Duarte, que foi amigo de Mesquita Filho, muito mais tarde comentaria longamente a relação mantida, os impasses e as discordâncias. Para Duarte, o seu amigo era um “reacionário, um reacionário inteligente, mas um reacionário”, mas não apenas isso: era um sociólogo autodidata, “durkheimiano, um liberal”, e até gracejou dizendo que “o Julinho é tão durkheimiano, que se amanhã apresentar-se um crepúsculo vermelho demais, ele diz: Não, aquilo não existe, porque Durkheim não previu”.¹³⁶ Essa anedota que Duarte conta é sintomática de como as escolhas intelectuais podem fundamentar uma ortodoxia do pensamento.

Essa definição que parte de alguém que conheceu estreitamente o proprietário do jornalista, está mediada por variáveis diversas, incluindo o desaparecimento deste. Mas, acima de tudo, parece revelar a inquietação daquilo que escapa à definição fácil, mas talvez intuindo que os tempos que atravessavam aquele homem inteligente vazava para fora da vasilha presumida pelos “contextos” que habitava.

Vale a pena acompanhar o enredo da primeira escrita de Júlio que ganhou formato de livro, *A Crise Nacional*, quando o pensamento propriamente regressivo se faz presente com vigor. Ao que exatamente ele “reagia”? A seguir, acompanharemos o discurso elaborado em

¹³⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 29.

¹³⁶ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. Paulo Duarte II (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 21.

1925 por Júlio no livro acima mencionado, no qual estabelece uma relação causal entre as quebras da tradição imperiais, que a República teria efetuado, e a crise que diagnostica.

1.2 Formas ideais da sociedade, ou a tradição assombra a República

I

O Brasil, com sua fina armadura moderna colada sobre esse imenso continente fervilhante de forças naturais e primitivas, me faz pensar num edifício corroído cada vez mais de baixo para cima por traças invisíveis. Um dia o edifício desabarará, e todo um povo agitado, negro, vermelho e amarelo espalhar-se-á pela superfície do continente, mascarado e munido de lanças, para a dança da vitória.

(Albert Camus, *Camus, o viajante*).¹³⁷

Esta seção parte da imagem proposta no título, a forma ideal da sociedade, em face ao paradoxo supostamente irreconciliável de um homem que pode ser, a um só tempo, monarquista e republicano. Para agravar a aporia, além de liberal que articula categorias de raça, o personagem também se coloca como universalista através de um discurso regional. Para dissolver estes aparentes contrassensos, tomo o auxílio de Alfredo Bosi (*A dialética da colonização*), que demonstra as particularidades, dubiedades e falsos dilemas que apresenta o liberalismo brasileiro. A narrativa se desenvolve a partir do mundo das letras, mas não se encerra nele.

O ano de 1925 está situado nos ecos imediatos do Modernismo paulista, com o qual o *Estado de São Paulo* não foi indiferente. Júlio estava, também, com os olhos fixados no movimento dos Tenentes, cujo episódio dos “18 do forte” havia ocorrido três anos antes, com a Coluna Prestes em plena marcha. Em meio a exposições cosmopolitas, São Paulo aderiu à uma ideologia do moderno, cujo desdobramento que se via como natural era o próprio caráter revolucionário. Um tipo de grave ruptura poderia – ou deveria – acontecer a qualquer instante.

Aqui cabe entender como, na visão de Júlio de Mesquita Filho, a República tinha um lugar de melhor expressão. Desde *A crise nacional*, uma interpretação de Brasil elege antagonistas. Quais são eles? Quais lugares deveriam ocupar? A fonte primordial é o primeiro esforço de interpretação de Brasil elaborada por Mesquita Filho, que originalmente veio a

¹³⁷ PINTO, Manuel da Costa (Org.) *Camus, o viajante*: antologia de textos de Albert Camus sobre o Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

público como editorial do jornal, antes de assumir a direção. O seu pai, Júlio Mesquita, ainda estava vivo e era diretor do matutino. A questão negra, a questão do império, os engajamentos políticos, são os principais temas que se fazem evidentes nessas “reflexões em torno de uma data” (a data da proclamação da República).

Como já mostrei anteriormente, o ponto de partida do recorte temporal da tese está nesse excerto. Mesquita Filho, a partir da primeira obra escrita e publicada como livro, *A Crise nacional*, esboça uma visão crítica sobre o Brasil e em seguida propõe ações políticas sobre a questão nacional, norteadas por determinada visão de República que articulou conceitos étnicos, geográficos e econômicos. São temas da representação e retórica, os lugares que deveriam ser ocupados pelos cidadãos de primeira classe nos quadros organizacionais do país, e legando a parcelas subalternas da população, como os ex-escravizados, um espaço de minoridade civilizacional.

Para análise dessa linha de pensamento, seguimos ainda a trilha interpretativa sugerida por Florestan Fernandes, exposta no tópico anterior, na interface de Marilena Chauí e Walter Benjamin para melhor discutir temas como integração do antigo elemento servil à sociedade, perspectivas autoritárias no pensamento brasileiro e o manifesto pressuposto evolucionista que norteia o documento estudado.

O exemplar do livro que está em tela neste tópico carrega o autógrafo do seu autor, Júlio de Mesquita Filho, que então o endereçava a um amigo. Exatamente um século depois, *A Crise Nacional*, adquirido em um sebo virtual nas fases iniciais dessa pesquisa, compõe esta tese com propósitos distintos dos originais. O texto escrito pelo então secretário e logo em seguida diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*, foi elaborado por ocasião da efeméride da Proclamação da República brasileira, do ano de 1925, publicado nas páginas do próprio matutino paulista. O esboço da visão de mundo que o escrito documenta as ideias de Mesquita Filho nesta altura da existência e atuação, *pari passu* ao vetor de um pensamento que se colocava em circulação e divulgação na São Paulo do primeiro quartel do Século XX.¹³⁸

O mote e o pressuposto do editorial que virou livro: “elucidar o problema da adaptação definitiva da democracia ao Brasil” e “penetrar os motivos da decadência política que entre nós se seguiu à implantação do regime republicano”.¹³⁹ O ambicioso problema do breve

¹³⁸ Essa afirmação tem lastro empírico no fato de que o Jornal *O Estado de São Paulo* circulava entre a população paulista letrada e, também, fora do estado. Verbalizava então, como em outros períodos, uma perspectiva liberal, como aponta os estudos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado.

¹³⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925.

ensaio de menos de cem páginas traduz a intenção do autor. Este principia por apontar a existência de forte decadência política motivada pela república então constituída, que persiste apesar da “melhoria nas condições étnicas da nação”, das condições técnicas e de comunicação que, segundo ele, teriam evoluído.

Chama atenção para o que denomina de “ação das elites”, que seria necessária contra o “espetáculo degradante de costumes políticos”. Para o diagnóstico, inicia pela “reconstituição do quadro político-social da monarquia”. No pontapé inicial, a abordagem histórica se faz presente na análise do jornalista de modo que configura as molduras de uma interpretação historiográfica, a um só tempo crítica e legitimadora. O trabalho queria fugir da banalidade. A partir disso, passa a discorrer sobre a formação histórica do que se buscava pensar como povo brasileiro, notadamente a realidade política do Império.

[...] de um lado, mantida a distância a fração semibárbara da população, tornou-se possível a formação de uma opinião pública esclarecida, a cuja sombra propícia florescerem aqueles talentos parlamentares, que tanto relevo imprimiram à história política do segundo reinado. Por outro lado, a presença de Pedro II, espírito liberal e culto, no supremo posto do executivo, neutralizou os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inerentes à *tendência autocrática do brasileiro, herdada de Portugal e transmitida de geração em geração pelo trato diário e secular com o escravo*. [...] essas condições, instáveis por sua natureza própria, deixaram entretanto de existir, desde que, promulgado o decreto de 13 de maio, *entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais*.¹⁴⁰

Os anos que nos separam daquele em que foram redigidas essas linhas não são suficientes para anular a intensa inquietação que elas causam. Parece um contrassenso que o conceito de democracia, que está em análise, possa vir acompanhado com a raciologia que situa os egressos da condição servil como “massa impura”. Todavia, carece recordar que os conceitos possuem historicidade, e assim o documento se torna ainda mais eloquente na análise daquilo que Júlio de Mesquita Filho e, possivelmente seus leitores, concebiam por democracia e por nação ideal em 1925, passados 36 anos desde a proclamação da República, cuja “crise” procurava entender, e 37 anos desde a “lei de 13 de maio”. A existência do documento, em sua materialidade e gesto de publicação, expõe a mensagem mais evidente à primeira vista de que o tempo linear, moderno, organizado por sucessivas rupturas, não é uma lei rígida. O livro é impregnado das marcas do autor, que trazia consigo *estratos* de tempos plurais.

¹⁴⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 08-09, Grifos meus.

Mas não só isso: *A crise nacional*, em primeiro lugar, vinha à luz como um texto de publicação dupla – como editorial do jornal então pertencente ao pai do autor, e como livro publicado pela “seção de obras” do mesmo jornal –, evidenciando a categoria de evento que o projetava. Em segundo lugar, comemorava um evento político explícito no subtítulo, a que se desejava representar. A representação que fazia do passado, e qual passado era escolhido para tal figuração, aponta para as prioridades interpretativas. No caso, a lei que extinguiu a escravidão no Brasil no penúltimo ano do Império.

Para Júlio, os efeitos dessa lei foi um “afluxo repentino de toxinas, provocado pela subversão total do metabolismo político”. Arremata, deixando clara a posição e excluindo qualquer espaço para dúvida:

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinada e que seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos.¹⁴¹

Na narrativa, sobre os ex-escravizados e seus descendentes pesava a responsabilidade, ao menos em parte, da “crise nacional”. Não deixa de ser irônico o fato de se considerar que o elemento étnico não integrado, e que não o seria tão cedo,¹⁴² traria desgraça para a “civilização” e para a República, tendo em vista que sobre os seus ombros pesavam as marcas das chicotadas e as memórias do cativeiro. De acordo com Florestan Fernandes, o que ocorreu foi o ex-agente do trabalho escravo lutar tenazmente para se integrar aos mundos do trabalho e, no geral não obter nenhum êxito, nem mesmo nos trabalhos mais marginalizados. Através do documento que analiso, é possível observar como o pensamento brasileiro de época considera o “problema do negro” – o principal responsável pelo “caos mental” do país.

As afinidades com o regime monárquico brasileiro são explícitas. O monarca do Segundo Reinado, designado de “espírito liberal e culto”, dá a definição adequada ao que definiu como liberalismo: “mantinha à distância a fração semibárbara da população”,¹⁴³ ou seja, o que afastava o Outro, os indesejáveis. As condições estáveis do Império foram

¹⁴¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 13.

¹⁴² FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

¹⁴³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 07.

abaladas pelo decreto de 13 de maio, e a inserção da “massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais”.¹⁴⁴

A abordagem interpretativa se liga à formação, treinada para pensar a realização plena de uma civilização baseada na herança ocidental, cujos “efeitos” supõem “causas”, conforme a citação atribuída a Goethe que consta na capa.

Tratando em termos das ciências naturais, afirmou que as “proporções do mal só se fariam sentir quando a infecção atingisse o apogeu”, quando de fato os “estertores” que no passado tinham impedido a diluição do país fossem rompidos de vez. Essa linha de raciocínio sugere, de fato, um caminho para a recuperação tradicional do caminho da nação. Um lugar a ser recuperado no passado que, em condições bem guiadas, tornava o futuro possível.¹⁴⁵

O olhar clínico se faz evidente, carregando o vocabulário de estudos patológicos, tão evidentes em textos de Euclides da Cunha e de Manoel Bomfim.¹⁴⁶ Aliás, como acompanharemos mais adiante neste trabalho, o pensamento do autor de *A Crise Nacional* parece marcado pelo evolucionismo muito à maneira de Euclides, especialmente no que se refere aos moldes de reconstituições temporais e os esforços de reorientar os ponteiros das ordens do tempo brasileiras com a “Civilização” – ainda que as semelhanças guardadas não os tornem idênticos em suas conclusões e sínteses.¹⁴⁷ Em comparação com Bomfim, apesar dos escopos interpretativos distintos, está presente em ambos a ideia de um “mal original” brasileiro.

O imigrante estrangeiro é outro personagem representado. De início, também não ocupa um espaço positivo para o que é chamado de contribuição com os costumes políticos. Embora por razões diversas – no caso do imigrante, é atribuído o caráter predatório e indiferente à nação – este é posto ao lado do negro, quando faz uma comparação ao que teria ocorrido nos Estados Unidos da América, quarenta anos antes: “são unânimes os sociólogos

¹⁴⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 09.

¹⁴⁵ Esse trecho elabora uma conexão com o quarto capítulo. Lá, o mote controlador da seta dos tempos brasileiros, era guiado pelo passado, sintetizado na seguinte expressão: “aquele futuro que o seu grande passado prometia”.

¹⁴⁶ Me refiro a obras clássicas do pensamento social brasileiro cujo diálogo com o estilo e a forma de Mesquita Filho é possível, como *Os Sertões* e *América Latina: mares de origem*. Ver: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁴⁷ Discussão presente no capítulo “sobre a distância em *Os sertões*: o olhar, o tempo a representação”, que será retomada em vários momentos nesta tese, na medida em que possibilita pensar as formas de organizar e representar as temporalidades da nação. Ver: NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

em apontar o enorme afluxo de estrangeiros e a intromissão do negro nas lutas políticas no sul da República como determinantes da decadência que se verificou nos costumes políticos daquele país”.¹⁴⁸

Mas essa negatização é passageira, e logo o autor apressa-se em destacar que o “elemento branco oriundo do ultramar” foi pernicioso apenas no início, antes de sua integração na nacionalidade. Acrescenta ainda que “[...] a sua presença [do imigrante] em determinadas regiões ia afastando a toxina africana, de todo modo incapaz de participar da nova fase de atividade em que entramos”.¹⁴⁹ A presença vívida do pensamento eugenista. Em outras palavras, introduzia-se o imigrante no trabalho assalariado, excluía-se o negro egresso da escravidão.

Esse raciocínio remete de imediato ao que escreveria Florestan Fernandes quatro décadas depois de *A Crise Nacional*: “O destino da população de cor ficou entregue às potencialidades dinâmicas de um equipamento adaptativo e integrativo basicamente modelado para funcionar na sociedade de castas”.¹⁵⁰ A realidade da qual Florestan falava não foi um mero acaso: foi construída e racionalizada através de protocolos e textos de interpretação, dos quais o primeiro livro publicado por Mesquita Filho é um caso exemplar.

O pensamento evolucionista se desenhava em outros textos de Mesquita Filho, como será evidenciado nos capítulos seguintes. Buscava-se reproduzir a História Ocidental nos trópicos, e via o sucesso do desenvolvimento histórico brasileiro na medida que fosse capaz de achar diretrizes que refletissem certas imagens de modelos civilizacionais europeus, ou do “mundo moderno ocidental”. O acesso à Civilização se dava por origem portuguesa e por “francofilia”. Essa conexão positiva que o jornalista faz, após a crítica ao caráter “não-patriótico” do imigrante tem a ver com tais modelos de civilização, bem como a identificação que os recém-chegados tiveram ao integrar a sociedade brasileira em formação e serem melhor acolhidos do que os antigos escravizados.

Uma vez mais, as palavras de Florestan Fernandes definem com precisão a dinâmica: o imigrante preferiu se identificar e alinhar “com as ideologias das elites nativas no poder e procurou absorver, com relativa rapidez assim que se interessou pela participação nas estruturas de poder da sociedade brasileira, as técnicas de dominação política empregadas por

¹⁴⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 22.

¹⁴⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 23.

¹⁵⁰ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008. p. 302.

aquelas mesmas elites”.¹⁵¹ Sendo o próprio Júlio um descendente de imigrantes portugueses pelo lado paterno, a contemporização ganha ares autobiográficos. Os passados de cada presente se revelam através da própria genealogia familiar.

Do ponto de vista da economia, *A Crise Nacional* afirma que partiu de São Paulo o que é definido de “a revolução econômica”, numa tentativa de amparar seus argumentos em elementos estruturantes. São Paulo como centro: é o que parece se desenhar na narrativa que seria levada aos leitores, em 15 de novembro de 1925, e disputar os sentidos da República. “A independência econômica teve, como não poderia deixar de ter, repercussão na atitude das massas em face dos movimentos políticos”, escreveu ele, acrescentando que “o divórcio entre a população ativa e o político profissional coincide com a maneira flagrante com a mudança radical do aspecto social de São Paulo”.¹⁵²

A única exceção visível de prosperidade, para ele, estava em São Paulo. Favorecia o ponto de vista econômico, e a presença de quadros políticos como Rui Barbosa. São Paulo era uma “região privilegiada entre todas”.¹⁵³ Seguindo São Paulo, à época ele incluía Rio Grande do Sul e Minas Gerais, enquanto outros Estados da União mantinham a “sua fisionomia social primitiva”. Avalia que era uma fase de crise, cuja regeneração só se fazia presente em alguns lugares. A partir desse diagnóstico, propõe então os prognósticos e intervenções.

Uma imagem que o texto busca consolidar é que São Paulo se legitima e assume a vanguarda de uma Independência nacional, em relação àquilo que chama de oligarquia. A figura de Barbosa é tomada, como a expressão de um liberalismo “puro”, e diz que “toda vez que a voz de Rui Barbosa se fez ouvir, daí por diante, São Paulo mostrou-se inclinado a seguir seus passos”. Depois de, no início, ter insistido em apontar os elementos de “barbárie” da nacionalidade, os outros tópicos são enfáticos em igualmente apontar os pontos “civilizadores”.

Para Júlio, o Brasil estava em posição próxima aos Estados Unidos quando da promulgação da primeira constituição. Estava declarada a assimetria entre os Estados, que justificaria a prerrogativa política de uns sobre outros. “[...] Na verdade, São Paulo, o Rio Grande do Sul. O Distrito Federal (Rio de Janeiro) e Minas Gerais estão, nos dias que correm, para os outros Estados da União Brasileira, como os treze Estados primitivos da Federação

¹⁵¹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. p. 175.

¹⁵² MESQUITA FILHO, Júlio de. *A crise nacional*: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 28.

¹⁵³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A crise nacional*: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 31.

‘yankee’, ao tempo de Washington e Hamilton, para o conjunto de territórios da antiga colônia inglesa”.¹⁵⁴

A democracia, conforme aponta, depende da regência regional, o “núcleo aglutinador da sua emancipação política definitiva”.¹⁵⁵ A regeneração guiada por São Paulo se apresenta, na voz do jornalista, como um processo orgânico como “no ciclo épico das Bandeiras”, tornando a “florescer em nosso meio aqueles tipos representativos da comunhão, que sucessivamente se encarnaram, de acordo com o momento histórico, nos Fernão Dias, José Bonifácio e Feijó”.¹⁵⁶ Personagens aparecem como estátuas, presenças metafísicas a compor um espírito, no sentido atribuído por Habermas (Volksgeist).¹⁵⁷

O *presente* no qual ele escreve e publica o original desse texto se apresenta com teor fortemente político, que a seguinte frase sintetiza, numa transição de tópicos: “o passado e o presente se chocam, para que o futuro se elabore no sofrimento de toda uma nação”.¹⁵⁸ Não é à toa que as dimensões de passado, presente e futuro estejam tão enfaticamente costuradas – é exatamente por ser uma narrativa que visa certo passado, politiza o presente e enseja o tecimento de um futuro; o narrador maneja, ao longo da argumentação, a visão de mundo que o seu lugar social possibilita e motiva.

No caso do aniversário da República, é o sentido do regime político que busca disputar, em termos de representação. Faço breve remissão à tese VI de Walter Benjamin, que versa sobre a captura de uma “imagem do passado”. O caminho que se desenha é justamente de que o passado para o qual Júlio olha em seu longo editorial é um que passa a se transformar em “instrumento da classe dominante”, exatamente aquilo que Benjamin combate em sua negação do historicismo. Recordemos que o filósofo alemão contemporâneo de Júlio aponta que a Filosofia da História foi, em muitos casos, instrumento para a construção de uma filosofia burguesa e de domínio. Acender centelhas e fazer ressurgir fantasmas, através de determinada leitura da memória nacional, é um instrumento político.¹⁵⁹

¹⁵⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 51.

¹⁵⁵ ¹⁵⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 52.

¹⁵⁶ ¹⁵⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 62.

¹⁵⁷ HABERMAS, Jürgen. “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização”. Em: **Novos Estudos Cebrap**, 43, pp. 87-101., 1995.

¹⁵⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 33.

¹⁵⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 243.

A citação de Goethe que já mencionei, a recordar, “onde vejo grandes efeitos, sempre suponho grandes causas”, sinaliza para uma determinada compreensão da realidade situada em relações de causas e efeitos. Vislumbramos, também, o positivismo de Durkheim e a teleologia de Hegel operando nas fissuras desse embrião de filosofia política, com mote diagnóstico e prescritivo. Esse pensamento do autor que marcou o discurso moderno não seria abandonado por Mesquita Filho, e se faria presente ainda na década de 1960, mostrando que se tratava de uma chave de leitura estável de sua interpretação histórica, fundamento de interpretação da mecânica dos eventos.¹⁶⁰ E o enunciado de fato se encaminha nesse sentido, de fazer uma crítica às *causas* dos efeitos de *crise* que ora se desenhavam. Simultaneamente, um diagnóstico e um manifesto que previa intervenções de atores sociais específicos.

Por esse caminho, algumas Unidades da Federação foram sendo definidas como “centros” políticos que, ao lado de São Paulo, estariam aptas a tomar a liderança de um latente espírito republicano. Os argumentos baseados em categorias étnicas continuam presentes, por exemplo, ao falar do Rio Grande do Sul, “cuja constituição étnica homogênea foi causa de que só naquela unidade da Federação se mantivesse uma organização política digna desse nome: - o Partido Federalista, encarnação republicana do Partido Liberal da Monarquia”.¹⁶¹

A “vitalidade das massas” nesses estados é, como o contexto sugere, a articulação política e partidária que desempenhe o papel de elite pensadora e construtora. Esta é colocada como estandarte de uma épica batalha contra o obscurantismo do “antigo regime” de um lado, e da população não esclarecida, mestiçada, do outro. É uma “terceira via” entre duas alternativas igualmente inadmissíveis, a “oligarquia” e às multidões incultas, sem merecimento de cidadania. Uma “boa” oligarquia, talvez. Uma que estivesse positivada, cujo centro era São Paulo, de liderança inquestionável.

¹⁶⁰ No livro política e cultura, ao comentar o “nihilismo” político na França e as revoltas estudantis de 1968, seguia a mesma inspiração de Goethe: “o conceito do ilustre pensador nos obriga também a reconhecer que algo de extraordinariamente importante se acha envolto na onda de proporções enormes e inusitadas, levantadas na velha República pelo protesto da juventude estudiosa”. MESQUITA FILHO, Júlio de. A rebelião juvenil abala as estruturas. In: **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 137.

¹⁶¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 35.

II

Se desenha com nitidez, então, a matriz da tendência apontada por Alfredo Bosi sobre as características da ideologia que fundia a “linguagem humanista” e a “linguagem dos interesses”. As suas linhas cruzadas apontam para mais de um aparente (e falso) paradoxo, a saber, a linguagem Iluminista não é proibitiva de sistematizações excludentes, e o que ocorre na verdade é que os começos de uma ideologia hegemônica se fazem presentes. Nas palavras de Bosi: “[...] na São Paulo pós-bandeirista, tinha a ver com a ideologia nobilitadora dos estratos familiares que, em suas respectivas áreas de influência, iriam constituir a classe dirigente do futuro Estado nacional”.¹⁶² As suturas entre passado, crise do atual, e resolução para o futuro, não são gratuitas ou isoladas.

Um verdadeiro manifesto em favor da preponderância e liderança paulista é feita como um propósito maior, um destino cuja realização ganha força profética. A profecia é, também, uma arma política, pois de sua força e dever não se pode tergiversar.

Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil, nos momentos mais aflitivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar fronteiras dentro das quais haveríamos de evoluir; em território paulista via a luz do dia José Bonifácio, o patriarca da Independência; Feijó foi o mais paulista de todos os paulistas. [...] Porque, pois, faltarmos a nossa secular missão e não darmos agora início a autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo? [...] Desgraçadamente, de 1910 a 1925 o aspecto político do país assemelha-se extraordinariamente ao que na Rússia se passou em 1905, quando o padre Gapone capitaneou o primeiro movimento que em 1917 degeneraria em tenebroso drama, cujo epílogo é ainda hoje para a humanidade terrível enigma.¹⁶³

Insiste que, para conter a crise que se apresenta no horizonte político de então, o paulista é o personagem chamado ao dever:

Ponderado, calmo, refletido, educado na rude escola da lavoura, o paulista sempre soube prever os instantes decisivos para a nacionalidade. Mais uma vez a sua acuidade é posta à prova. Não nos faltam sintomas demonstrativos

¹⁶² BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 37.

¹⁶³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data**. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 67.

de que hoje, como no passado, o paulista de raça é feito daquela massa excelente em que plasmaram os Andradas, os Feijós e tantos outros.¹⁶⁴

O ideal de civilização e a concepção de sujeito ideal parecem estar entrecruzados. Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo se encarregariam da providencial missão de levar tais modelos políticos, culturais e econômicos para outros recantos do país, capitaneando uma verdadeira missão de atualização histórica. Para tal análise, Júlio ensaia exames comparativos com os modelos que considera adequados para a implantação nos trópicos.

O caso dos Estados Unidos é um exemplo categórico nesse sentido, pois considera ideal aquele modelo de inclusão dos estados da federação enquanto tais, e a sua construção paulatina da autonomia política de cada um deles. Assim escreve: “Quando outras frações da imensa região iam atingindo a maturação política indispensável, via a bandeira da nova potência aumentar o número de suas estrelas, sem artificialismo”,¹⁶⁵ emendando em seguida a crítica ao caso brasileiro, em contraste com o supracitado:

Apresentando a mesma desproporção no grau de evolução social das diferentes unidades do seu organismo político, a União brasileira conferiu, entretanto, ao Amazonas e ao Rio Grande do Sul, ao Ceará e a S. Paulo, a Mato Grosso e a Minas Gerais, as mesmas prerrogativas constitucionais, erro palmar, cujas consequências poderiam ter sido fatais.¹⁶⁶

A crítica elaborada é nítida, situando com clareza a hierarquização geográfica que o autor do documento pressupõe. Na prática, Amazonas, Ceará e Mato Grosso seriam estados intrusos num lugar constitucional que não poderiam ocupar, segundo as prerrogativas elaboradas por Mesquita Filho.

A tautologia que se desdobra até esse ponto, e que segue aprofundando, como discutirei adiante, constitui a síntese de uma ideologia da cultura. Isso pressupõe regras de organização da sociedade, da economia e da política. O ponto para o qual aponta toda a argumentação sinaliza a exclusão de regiões e de sujeitos, empurrando-os para condições de subalternidade e passividade política. No contraste, busca elaborar a “inquestionável” lógica da dominação. Em meio às crises de representação da República brasileira em 1925, o ato de

¹⁶⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 68.

¹⁶⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 42.

¹⁶⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 43.

tomar a palavra estava imbuído de intenções implícitas e disputas que se realizavam em altas temperaturas de engajamento.

A pretensa autoevidência da nacionalidade escorria, desta feita, na ponta de um funil voltada para a realidade paulista, para a comunidade que lá brotava abruptamente, na expressão de Nicolau Sevcenko, como um “colossal cogumelo depois da chuva”.¹⁶⁷ Segundo este historiador, a “fremência” e aceleração do período, em São Paulo, se dava justamente quando as grandes multidões, inclusive – ou principalmente – aquelas constituídas pelos despossuídos, se tornavam um “personagem em si”, e a figura humana encolhia perante essa “energia ciclópica”.

A noção de ideologia, central para a interpretação aqui proposta, emerge no percurso da tese a partir da formulação de Alfredo Bosi, que a define como um movimento pelo qual um interesse particular se generaliza e se apresenta como universal, mascarando sua origem situada e histórica.¹⁶⁸ Trata-se de um procedimento típico das classes dominantes, que naturalizam seus projetos, valores e perspectivas como se fossem expressão do bem comum, ocultando sua vinculação a posições específicas de poder. Esse núcleo conceitual é decisivo para compreender como, em *A Crise Nacional*, Mesquita Filho transforma a experiência particular de sua classe e de sua região em um diagnóstico nacional, generalizando-a como se fosse um imperativo histórico para todo o Brasil.

Posteriormente, Marilena Chauí aprofunda esse entendimento, deslocando a análise da ideologia como mera expressão falseadora ou distorcida da realidade para compreendê-la como uma forma estruturante de ocultamento. Para Chauí, a ideologia não apenas encobre, mas também produz uma realidade aparente, instaurando um sistema simbólico que impede o acesso às determinações concretas da vida social e naturaliza relações de dominação. Assim, se Bosi destaca o processo de universalização do particular, Chauí evidencia o caráter ativo e constitutivo da ideologia enquanto camuflagem performativa da realidade.¹⁶⁹

Essa articulação conceitual permite analisar *A Crise Nacional* não apenas como uma expressão intelectual da elite paulista, mas como um dispositivo ideológico, que opera tanto pela generalização do interesse regional como pela produção de uma narrativa nacional que oculta as contradições sociais e políticas, naturalizando o protagonismo paulista e justificando sua função tutelar na condução do país. O jogo de máscaras que se espelha em expressão

¹⁶⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31.

¹⁶⁸ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁶⁹ CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 21.

ideológica, essencial para a fundamentação da tese. A realidade que este discurso busca instituir naquele documento é metaforicamente comparável ao acendimento de uma fogueira na noite, com fim de produzir sombras e fantasmagorias. Invocar espectros do passado.

Uma mistura de dois mundos, a priori pensados como antagônicos – o do desejo e o da razão – operam em consonância, este último dando sustentação àquele. Promove-se, então, o esfumaçamento da realidade social, legitimado pelos procedimentos “racionais”. A pertinência de problematizar essa dimensão da ideologia se expressa não como a falsidade do mundo, mas como uma maneira específica de ver o mundo que efetivamente existia. Não apenas ver, mas também agir. Se esboçava ao olhar *ativo* do personagem que era partícipe do enredo, um demiurgo da restauração da ordem em tempos de crise.

A argumentação colocada de maneira tão segura e audaz é, ao mesmo tempo, abstrata e vaga. O seu escopo parece ser justamente a generalização mais radical. A representação de Brasil afirmada é vazia de elementos efetivamente empíricos que deem sustentação material ao que é dito, operando por meio de meta-categorias essencialistas. A agência histórica do sujeito-escritor se expressa, de fato, como o esforço de criar uma Origem política, uma escala hierárquica de valores na qual uma evidente colonização interna ganha forma.

Ao fazer valer como verdade sociológica, contando com a força de divulgação d’*O Estado de São Paulo* e posteriormente com a publicação no formato de livro, não é exagero tomar *A Crise Nacional* como o formigamento de formas de pensamento que agiam para produzir dobras nos efeitos de real na República da primeira metade do século XX. A crise anunciada é ponto de partida para o exercício de imaginação política.

Chegar a um discurso que dê conta de instituir realidade a níveis muito profundos é a utopia daqueles que se veem como ideólogos doutrinadores. O estilo de escrita utilizado no documento que aqui trago à baila, oscila entre o prosaico e teorizações que sussurravam a validação da verdade “científica”.

Unidades da Federação são eleitas como “centros” políticos que, ao lado de São Paulo, aptas a tomarem a liderança de um latente espírito republicano. Os argumentos baseados em categorias étnicas continuam presentes, por exemplo, ao falar do Rio Grande do Sul, “cuja constituição étnica homogênea foi causa de que só naquela unidade da Federação se mantivesse uma organização política digna desse nome: - o Partido Federalista, encarnação republicana do Partido Liberal da Monarquia”.¹⁷⁰

¹⁷⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 35.

A “vitalidade das massas” nesses estados é, como o contexto sugere, a articulação política e partidária que desempenhe o papel de elite pensadora e construtora. Esta é colocada como estando numa épica batalha contra o obscurantismo do “antigo regime” de um lado, e da população não esclarecida, mestiçada, do outro. Conforma uma terceira possibilidade entre duas alternativas igualmente inadmissíveis, a “oligarquia” e às multidões incultas, sem merecimento de cidadania.

Com a vanguarda política definida principalmente para os “paulistas de raça”, chega a um ponto essencial das sugestões contra a crise: as universidades. Em 1925, Júlio de Mesquita Filho via na instituição universitária um mecanismo “concatenador da mentalidade nacional”: “sem o concurso dessa instituição secular a que a humanidade deve o melhor das suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva”.¹⁷¹

A paulistanidade é uma das meta-categorias reivindicadas como hegemonia política. Os personagens que eram invocados, apresentando camadas de tempos exemplares, invariavelmente com São Paulo na vanguarda. A grandeza do Brasil que era movida a partir da matriz paulista. Em termos benjaminianos, podemos conceber claramente que em cada passado visado, procurava-se a germinação de uma outra história possível, na qual se poderia vislumbrar um futuro latente, desviante da crise diagnosticada.

E então chegamos nas universidades, que também são apontadas como instituições marcadas pela predominância de espírito civilizador. O signo da falta aparece nesse texto de 1925, evidenciado em trechos como este: “nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que do ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em toda as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham os homens de ação”.¹⁷²

Em comparação com outros países, entre os quais destaca a Inglaterra, a França, Itália, nos Estados Unidos, ao Brasil faltaria elites intelectuais. Acrescenta também países latino-americanos, como a Argentina, onde já se verificava a presença universitária. As elites intelectuais em cujo nome falava, aí também se incluía, pois os jornalistas as compunham. A tradição, o passado, era variável importante: “assim, esses povos evoluem dentro de horizontes perfeitamente delimitados, sobre bases seguras, que se assentam nos *ensinamentos*

¹⁷¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 75.

¹⁷² MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 76.

do passado e visam uma finalidade a que todos tendem num esforço harmoniosamente construtivo".¹⁷³

O futuro como desdobramento de certo passado, e não qualquer passado, mas um específico, rigorosamente definido e necessariamente excludente. Volta-se ao signo da falta mais uma vez: "entre nós nada disso existe. Impera em todos os meios alarmante anarquia", sentencia Mesquita Filho. O pensamento que construía é tributário do modelo de interpretação e representação do passado que se aproxima das conclusões da chamada História Filosófica:

Com um passado cheio de ensinamentos, onde abundam feitos de extraordinário valor, a nacionalidade espera ainda pelo balanço que se há de proceder no vasto acervo das suas já respeitáveis realizações, para retomar, alentada e reconfortada, a árdua, mas grandiosa tarefa que lhe cometeu o destino".¹⁷⁴

Abaixo, uma pista do passado no qual se ancorava a possibilidade de futuro, e um comentário sobre as realizações que deveriam se expressar através da constituição de uma elite intelectual:

A formação da nacionalidade pela epopeia das Bandeiras; as lutas contra as tentativas de conquista do solo pátrio por holandeses e franceses; o movimento da independência; os primeiros dias da vida constitucional do Brasil, sintetizados na figura, ainda por estudar, de Feijó; a solução do problema da escravatura e da crise formidável que a ela se seguiu; o início das correntes imigratórias e as suas consequências na evolução do país; a questão do elemento autóctone e a conquista da bacia amazônica pela civilização, problema empolgante que os formidáveis trabalhos da comissão de linhas telegráficas estratégicas acabam de incorporar ao patrimônio nacional, são os arquivos virgens e riquíssimos da nossa gente, de onde os Euclides da Cunha e os Albertos Torres extraíram páginas preciosas, e que esperam, para revelar-se em todo o seu esplendor, que o Brasil mobilize e adestre os seus valores intelectuais. Do estudo sistemáticos desse arquivo, sem igual na América, deverão surgir os ensinamentos que nos conduzirão com mão segura pelos séculos afora.¹⁷⁵

As Bandeiras estão em primeiro lugar na listagem das virtudes históricas. E a tradição se faz presente nesse trecho que converge para a formulação do mundo intelectual, e da inserção do ideal civilizador por personagens específicos, como Feijó, citado várias vezes, e Euclides da Cunha. Através desses símbolos e personagens, se realizaria a "consciência da

¹⁷³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d' "O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 77.

¹⁷⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d' "O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 78.

¹⁷⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d' "O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 80.

nacionalidade, consubstanciada na cultura brasileira”,¹⁷⁶ com destaque para as metáforas espirituais, com propriedades míticas, voltadas para a realização futura. Tratava-se de apontamentos para a realização de uma cultura espectral.

O processo de incidência desses personagens e eventos no corpo da história era visto como “a ação ininterrupta do indivíduo sobre a sociedade”, implicando que ele próprio se incluía na disputa daquilo que nomeou de “organismos de cultura”, mais completamente expressos nas “universidades”, e também defendendo a composição da educação primária para colocar em contato as massas populares com as “elites pensantes”, estas ocupadas com a produção de conhecimento e as regras de distribuição.

Esse molde educacional, elaborado de modo a criar elites civilizadoras, é defendido por ele como a imagem de um centro nervoso essencial a nutrir o organismo social de cultura produzida por “um centro de cultura superior”.¹⁷⁷ Estes organismos de cultura, devidamente guiados pela elite intelectual, serviriam para “dotar o povo de um mínimo de princípios gerais *de harmonia com o nosso passado histórico e com as tendências naturais da nacionalidade*”.¹⁷⁸

O ensino das humanidades, formação pela qual ele mesmo já havia passado no exterior e no Brasil, deveria ser estimulada para a formação “das indispensáveis elites intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor eficiência na luta pela existência”. A experiência eleita para guiar os modelos educacionais idealizados por Júlio estavam, em termos de modelos universitários, o da “ainda insuperável Europa Ocidental”, cujos moldes deveriam ajudar a talhar os modelos brasileiros. Os professores também deveriam ser remanescentes da Europa, para ensinassem os “métodos de cultura geral, com ajuda de suas luzes [formar] corpo docente capaz de remodelar eficientemente o nosso ensino de humanidades”.¹⁷⁹ Os indícios do encantamento pelo mundo europeu, como identidade, estão postos de maneira fundamental.

Mais uma vez, busca sintetizar as pretendidas razões da existência do livro *A Crise Nacional*, transcrito de editorial do jornal: sugere um exercício metalinguagem que torna o

¹⁷⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 81.

¹⁷⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 85.

¹⁷⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 85-86. Grifos meus.

¹⁷⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Seção de obras d’ “O estado de São Paulo: São Paulo, 1925. p. 89-90.

texto no qual o escritor é também um personagem implícito. Mas, claro, representa o de “espírito cultivado”: “Como se verificou em todo o mundo, deveremos começar por formular o problema brasileiro – tarefa a que só os espíritos superiormente dotados e cultivados se poderão abalar – para depois procurarmos a sua solução, pelo esforço conjugado e metodizado de toda a nação”.

A “revolução” proposta começa por cima, e só no longo prazo, por condução, passaria a ser emulada na “consciência popular”. Um país incivilizado, ainda imerso em barbáries e caos advindos de categorias da população, e heranças históricas que deveriam ser suprimidas em favor de outras: dos Feijó, dos Euclides da Cunha, das Bandeiras... dos Mesquitas?

As 92 páginas de *A Crise Nacional* estabelecem diversas hierarquias: étnicas, civilizacionais, geográficas, individuais, subjetivas. Trata-se da definição de valores, de uma ética da nação, julgada pelo seu autor importante a ponto de publicar para além da data de 15 de novembro de 1925. As “reflexões em torno de uma data” trazem à tona os alinhamentos à elite, e situa o próprio escritor dentro da lógica providencial de resolução das questões brasileiras. De alguma maneira, está a sugerir um destino, algo tributário do “espírito” e “vontade” hegelianos. Nas elites, se realizava o espírito da História de um país que estava em crise, de uma República cujos costumes eram artificiais, contaminada pelo misticismo dos antigos escravos.

O enredo faz sentir que Júlio de Mesquita Filho considerava a si mesmo como um dos “pais fundadores” do Brasil no século XX, que era o universal a se manifestar no indivíduo, no particular: se faz sentir a presença da ideologia. A realização de uma Filosofia da História cujo avatar próprio simbolizava os grandes personagens do passado cuja relevância deveria ser transmitida ao país pelo “ensino de humanidades”, e também a realização de estrangeiros, como Hamilton, citado com indisfarçável euforia. Somado a isso, as hierarquias geográficas estão lá, com São Paulo como centro irradiador, mas incluindo ainda outras unidades da federação que os conflitos futuros o fariam excluir, como foi o caso do Rio Grande do Sul (juntamente com Getúlio Vargas, “o caudilho”, discutido no terceiro capítulo).

Retomemos uma última vez a epígrafe de Goethe, sobre “grandes efeitos” advindos de “grandes causas”. A escolha de tal trecho sugere um regime de causalidade que vem do passado, e aponta para determinado futuro. Duas imagens fortes, de articulação, estão em jogo, que é a perspectiva sobre o passado como matéria prima de elaboração do futuro. Existe um vetor titânico, relativo ao mito de Prometeu, que atravessa o ideal moderno, manifesto nas teorias de evolução social. Bosi escreve que “o presente se torna mola, instrumento,

potencialidade de futuro”, e aquele presente de 1925 era fortemente político e politizado, cuja mola se esboçava sem reservas em documentos como *A Crise Nacional*.

A intertextualidade é pluritemporal, e adquire coesão dentro de um imaginário específico, tanto dos leitores do editorial de Mesquita Filho, como dos livros, que um dos exemplares chegou até esta análise. Optei aqui por não analisar quantitativamente, a circulação do jornal, ou a venda dos livros, já que a mera realidade na qual a circulação desse pensamento foi possível, já aclimata consistentemente o pensamento que concilia uma fusão ilustrada de progresso de um país e a noção de cultura, que no fim das contas, tinha serventia de classe, simultaneamente moderna e retrógrada.



Figura 3: Júlio de Mesquita Filho, Fiel Jordão e Olavo Bilac, fazenda Louveira, 1916. Acervo Ruy Mesquita Filho.

Se compartilhamos da ideia de que poetas são “antenas” que capturam as melodias vivas de seus tempos, uma imagem é útil a se acrescentar. O poeta paulista Olavo Bilac, que teve amizade estreita com Júlio Mesquita (o primeiro) e chega-nos uma fotografia tirada por volta de 1916 com Bilac ao lado de Mesquita Filho (figura 3), escreveu versos sobre a epopeia Bandeirante. O poema é intitulado o “Caçador de Esmeraldas”. Algumas estrofes parecem prenunciar aquilo que o escritor de *A Crise Nacional* situa em sua prosa: “Noites de outrora!... enquanto a bandeira dormia exausta, e áspero o vento em derredor zunia [...] quantas vezes Fernão, do cabeço de um monte, via lenta subir do fundo do horizonte a clara procissão dessas bandeiras de ouro!”.

Contava então “episódio da epopeia sertanista no XVIIº século”, a história de Fernão Dias Paes Leme. Estrofes adiante, depois de falar das dores e paixões vivenciadas pelo sertanista, Bilac escreve “tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas, no esto da multidão, no tumultuar das ruas, no clamor do trabalho e nos hinos da paz! E subjugando o olvido, através das idades, violador de sertões, plantador de cidades, dentro do coração da Pátria viverás!”.¹⁸⁰ O tema da epopeia paulista estava na ordem do tempo, a herança paulista era reivindicada, capturada, e divulgada por múltiplas antenas culturais e políticas, que transitaram da lírica à ação histórica.

Assim, Júlio de Mesquita Filho armou-se da “força irresistível do mito”, ou ao menos assim intentou, para fundamentar certas atitudes políticas, que passam pelo liberalismo, pela epopeia paulista, o predomínio de uma civilização cuja forma e conteúdo era legitimamente guiado por São Paulo. O fenômeno parece encontrar eco na síntese de Koselleck sobre a criação do mundo burguês na modernidade: “A crise transforma-se em um tribunal moral cujas leis estão escritas nos corações dos críticos burgueses”.¹⁸¹

III

A tendência regressiva-conservadora não era despropositada, considerando a história da *crise* então contada. A República aniversariante recebia a crítica do texto de Mesquita Filho. Ao Segundo Reinado, uma leitura positiva e saudosa. A realidade institucional, proporcionada pelo “espírito liberal” do imperador da casa Bragança, encontra síntese na ironia cortante de Machado de Assis em sua *História de quinze dias*, datada do ano de 1876. Um trecho apresenta rimas históricas claras com a temporalidade 50 anos posterior, de *A Crise Nacional* e o apelo de Júlio às hierarquizações: “[...] proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: ‘consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação’; mas ‘consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%’”.

A voz do texto de Machado acrescenta: “A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%”. Um deputado que disser na Câmara: ‘Sr. Presidente, falo deste

¹⁸⁰ BILAC, Olavo. O caçador de esmeraldas. In: **Antologia Poética**. Porto Alegre: L&PM. 2018. p. 52-56.

¹⁸¹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição da patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 150.

modo porque os 30% nos ouvem...’ dirá uma coisa extremamente sensata”.¹⁸² O passado imperial, não passava e encardia o presente. Estava nas tintas do panfleto ensaístico, que tematizava “a adaptação da democracia no Brasil”. Assim, abre espaço, entre outras questões, para a problematização do que se compreendia como liberalismo nesses períodos, com o auxílio de discussões como as levantadas por Alfredo Bosi, para penetrar mais a fundo nesse passado de tradições (e evidentes contradições) que orientava a caneta do jornalista.

O sociólogo William Edward B. Du Bois escreveu, a pretexto da abolição da escravidão, que a liberdade era reivindicada pelo liberalismo de então como o arbítrio para destruir a liberdade. O liberalismo era uma doutrina firmada e apropriada que seguia a própria lógica interna de humanidade e hierarquias. Em outras palavras, existe um metro padrão, que passa pelo homem branco, com a propriedade sendo a mais sagrada garantia. Não carece forçar a lógica para fazer a associação de que num mundo que a propriedade de escravos estava na lei, defendida como legalismo, a abolição era um roubo, uma expropriação indébita e autoritária.

A forma dessa ideologia implica hierarquias entre humanos e não-humanos, ou sub-humanos. No projeto de silenciamento dos vícios escravistas, buscou-se estabelecer a posteriori um antagonismo entre o escravismo da barbárie e o liberalismo das liberdades. Um exemplo contemporâneo desse fenômeno é a biografia de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, elaborada por Jorge Caldeira. Os interesses de demarcação desse antagonismo, liderado por um humanista libertário contra um império escravocrata, foi levado às salas de cinema em 1999. De um lado temos uma sociedade escravocrata e, na figura de Mauá se encontra personificado o ideal liberal-capitalista, representando forças antagônicas. No caso de Júlio de Mesquita Filho, que reivindicava a “doutrina” liberal, se mostra admirador do mundo do Segundo Reinado, já então visualizado em retrospectiva, como um passado a ser visado.

Nesses pontos de vista conflitantes, as contradições indisfarçáveis são esboçadas na medida em que novas hierarquias são postuladas no início da República. A defesa da predominância da agência política paulista, excluindo parcelas indesejáveis da população, está na herança do Brasil imperial a ser recuperado na anunciada “crise” da primeira República.

“A ideologia compõe retoricamente (isto é, em registros de persuasão) certas motivações particulares e as dá como necessidades gerais. Nos seus discursos, o interesse e a

¹⁸² ASSIS, Machado de. História de quinze dias, 1876. Compilado por: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em 09 de agosto de 2024. p. 11.

vontade exprimem-se, ou *traem-se*, sob a forma de algum princípio abstrato ou alguma razão de força maior”.¹⁸³ Esse argumento é esclarecedor sobre Júlio de Mesquita Filho, que em sua veiculação de ideologias, retórica e esforços de persuasão, engrenou alguns motivos de força maior (bandeirismo, raça paulista, ciência, capacidade técnica) para fundamentar a visão de mundo liberal, como de interesse geral. No passado imperial, está localizada a genealogia da ideia que nutria os argumentos de Júlio, pois foi quando “a articulação da ideologia liberal com prática escravista” foi consolidada.¹⁸⁴

Fundamentalmente, o escravismo e o liberalismo foi um falso impasse, ou seja, nunca viveram, representaram ou produziram incongruências recíprocas. Na verdade, andaram juntos, ombreados. Escravismo-liberalismo é dissonante apenas do ponto de vista formal, ao menos no caso brasileiro. “O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, *liberalismo*, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia”.¹⁸⁵ Em outras palavras, durante o século XIX, o escravismo conviveu de maneira ausente de conflito com o liberalismo. Como já acompanhamos nas memórias de Júlio de Mesquita Filho, esse imaginário escravista esteve intimamente ligado à formação e a como esquematizou a sua cosmovisão.

A compreensão do termo liberalismo deve seguir a dimensão contextual (temporal), não abstrata. O liberalismo do mundo europeu operava de acordo com regras definidas no contexto lá existente. Se na Europa era excludente, a variante brasileira buscou menos ainda um projeto de cidadania ampliada. O liberalismo se tornou autodefensivo no Brasil pós-colonial, como um instrumento político de classe. Bosi sentencia que “o nosso liberalismo esteve assim apenas à altura do nosso contexto”.¹⁸⁶

O que leva a questionar, em termos de influência, quais contextos Júlio de Mesquita Filho levava em conta quando se filiava ao liberalismo, afinado ao ideal de liberalismo imperial, quando fazia menção a este passado como uma possibilidade real de inspiração histórica, uma das bases sobre a qual deveria elaborar a sua interpretação de Brasil que não apresentasse derivas significativas. Além do mais, um modelo institucional cujo controle cabia às elites, entre as quais incluía a si mesmo. Para isso, temos em vista que “Liberalismo

¹⁸³ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-195.

¹⁸⁴ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-195.

¹⁸⁵ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 195.

¹⁸⁶ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 199.

[...] não significava democracia, termos que depois se iriam dissociar, em linhas claras e, em certas correntes, hostis”.

O termo “liberal”, utilizado nas formações de Estado no Brasil, significou “conservador das liberdades” de produzir, vender e comprar, de representar-se politicamente, “na categoria de cidadão qualificado”. A categoria de “cidadão qualificado” é sugestiva, uma vez que ilumina o cidadão qualificado considerado por Júlio de Mesquita Filho em plena República, excluído hierarquicamente e reduzido a heranças de Bandeiras, a unidades específicas da federação.

O liberalismo imperial que mantinha cativos os escravizados no Brasil de Pedro II, elogiado por Júlio, garantindo a liberdade dos que tinham a capacidade de ser livre, é conectado historicamente, em um salto sugerido, como o predecessor daquele liberalismo que devia manter as massas incultas sem “cidadania qualificada”. Por isso mesmo, a qualidade de cidadão à qual teria sido elevado o antigo elemento servil era, na visão de Mesquita Filho, um vislumbre da crise e do caos social.

Como demonstra Bosi, a retórica liberal trabalha seus discursos em torno de uma figura redutora por excelência, a sinédoque, pela qual o todo é nomeado em lugar da parte, implícita”.¹⁸⁷ É por causa disso que a *Crise Nacional* é contraposta com projetos de elite, localizados regionalmente, quando nomeia esses aspectos de “Brasil”, de “país”, de nação. Implícita a isso, há toda uma perspectiva de racialização.

O Padre Feijó, que muito inspirava Júlio, foi afrontado pelo separatismo imperial, justamente por províncias cujos regionalismos e nativismos estavam bem avançados e consolidados, como o Rio Grande do Sul e Pernambuco. A historiografia pernambucana sintetizada na obra de Evaldo Cabral de Melo,¹⁸⁸ na vasta literatura enfocada no Pernambuco,

¹⁸⁷ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201.

¹⁸⁸ Evaldo Cabral de Mello carrega no próprio sobrenome a tradição pernambucana, que ao longo do século XX construiu percurso intelectual e nas letras. Pertencente à família de Gilberto de Mello Freyre, sobrinho do poeta João Cabral de Mello Neto. Incentivado para o mundo das letras desde os doze anos de idade, apresentado à comunidade pernambucana pelo seu pai, dr. Luiz Cabral de Mello, tornou-se diplomata e usou do ofício como condição de possibilidade para ser historiador *avant la lettre*, ou mais precisamente, fora dos protocolos universitários. Reivindicou uma história regional, e seu projeto “sempre fora abertamente regionalista”, ao afirmar que “somos todos provincianos”. Seus textos, de recepção muito significativa na academia, não fizeram questão de filiar a linhas de pensamento específicos, escolas históricas, etc. Sendo diplomata de carreira, frequentava arquivos coloniais como a *Torre do Tombo*, e fez da empiria documental a sua marca. No geral, a sua obra aborda o Brasil a partir do mundo Pernambucano colonial, e centrou suas análises no Brasil Holandês, evidenciado mais fortemente quando escreveu a biografia de Maurício de Nassau. Apesar de suas vinculações ao mundo das famílias bacharelescas de Recife, seus textos não prescindiram da dimensão crítica, e se mostraram cientes de que o nativismo “é uma construção política e não uma essência e mônada alheia ao tempo”, dando a Pernambuco uma visão federalista, ligada a “açucorocracia” e um “nativismo aristocrático”. No século XX, esse nativismo foi vinculado pela crítica como algo “pré-moderno”, ligado à tradição, cujo contraste se operava mais

demonstra um clima histórico favorável a esses regionalismos antagônicos. No caso do Rio Grande do Sul, a obra *O Tempo e o Vento*, narrando a epopeia gaúcha,¹⁸⁹ também estava a disputar tais signos de hegemonia. Não é coincidência que Feijó é um personagem cultivado por Mesquita Filho em mais de uma ocasião na sua obra, em confronto mesmo com personagens do Rio Grande do Sul e de Pernambuco (Vargas e João Alberto, no capítulo 3).

“Joaquim Nabuco acertou em cheio ao historiar a situação: a reação conservadora ‘pretendia representar a verdadeira tradição liberal do país’”.¹⁹⁰ Joaquim Nabuco, notável abolicionista, não é um personagem que receba as atenções de Mesquita Filho, uma vez que as suas adesões são contrárias, e as daquele sendo profundamente críticas. Nabuco também não merecia atenção dentro da lógica regionalista: formado pela Faculdade de Direito do Recife, era um homem cujas lealdades regionais não se vinculavam ao mundo paulista.

Em muitas regiões coloniais, políticos defensores do liberalismo ortodoxo velaram pela manutenção do trabalho escravo. Bosi afirma que uma ideia extemporânea teria sido a defesa da democracia moderna por proprietários rurais. O que estava sendo colocado em jogo era a conformação de um contrato social. Ele se realizava “fechado e excludente”. “Por trás do seu pesado biombo auriverde, onde os mesmos fios de seda bordavam ramos de café e de fumo e o escudo dinástico dos Bragança, aninhavam-se o voto censitário, a eleição indireta e o direito inviolável à propriedade escrava”.¹⁹¹

Isso não significa que o liberalismo brasileiro era um “erro histórico”, pois como demonstrou Hobsbawm, o liberalismo europeu também carregava os atavismos próprios de lá: “O liberalismo e a democracia pareciam mais adversários do que aliados; o tríplice slogan da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – expressava melhor uma

claramente em relação a São Paulo. Nesta tese, busco demonstrar como os contrastes regionais disputavam hegemonia através de signos históricos que, a priori, não são mônadas, e apesar da reivindicação moderna paulista, ali também ocorreu a produção ideológica de mitos. Essa nota se baseou em: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil, a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: São Paulo, 2010.

¹⁸⁹ No caso da obra de Erico Veríssimo, em especial *o tempo e o vento*, sintetiza os signos de gênero, de masculinidade e a “macheza” que predominaria entre os personagens gaúchos, são notáveis. O Capitão Rodrigo Cambará, personagem ficcional criado por Veríssimo, se alia a outros, que efetivamente existiram e canalizaram o nativismo regionalista de lá, como Getúlio Vargas e Borges Medeiros. A epopeia do Rio Grande do Sul é marcada pela “espera” feminina, o separatismo, as guerras de clãs, o idealismo autoritário. Toda a saga da Família Terra e Cambará, se passa em diversos tempos, disputando as suas verdades, marcadas por violências e massacres. Os volumes de *O arquipélago* e *O continente* costuram a identidade a perspectivas maiores, continentais, de braveza e intrepidez no mundo colonial. Em outros volumes, como *O Retrato*, o pano de fundo é mais contemporâneo, chegando ao século XX, quando o próprio ideal de República é buscado por personagens que não poderiam ser extemporâneos, e se ligam ao mundo da tradição. Ver: VERÍSSIMO, Erico. **O tempo e o vento** (7 tomos). São Paulo: Companhia das letras, 2004.

¹⁹⁰ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 202.

¹⁹¹ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 204.

contradição do que uma combinação”. “Lá, uma política utilitária amarrou-se estruturalmente à uma espoliação sem nome do novo proletariado. Aqui, o nosso ideário constitucional se nutriu do suor e do sangue cativo. Cá e lá os poderes cunharam a moeda fácil do nome liberal”. Mesmo o liberalismo ortodoxo, quando Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações* na década de 1770, não faz nenhum tipo de recomendação abolicionista no que diz respeito ao mundo colonial. Smith apenas propõe que a “boa administração” do escravo é “mais rendosa do que os maus-tratos”.¹⁹²

Não vale se apegar às coerências da evolução histórica quando o tema é as ideias que ganharam vida no Brasil, e o exemplo claro é o fato de um traficante negreiro de 1772 ser citado na defesa jurídica de posse de escravos em 1884, com um hiato de 112 anos. “Direito individual à propriedade de homens: válido em 1772, válido em 1884”. Em 1925, o rescaldo da legitimidade da propriedade de homens, ou ao menos do destino destes, por outros, estava em pleno vigor, como podemos acompanhar na argumentação inicial de *A Crise Nacional*. A hegemonia regressista operava por meio de saltos passadistas, com forma e conteúdo conformados para produzir a evidência de cada presente. Alfredo Bosi ilustra um desses saltos, “mutatis mutandis”, a linguagem liberal da UDN.

“Filtragem ideológica e contemporização, estas seriam as estratégias do nosso liberalismo intraoligárquico em todo o período em que se construía o Estado nacional”. No Brasil, a defesa do tráfico e apologia do escravismo nunca foi tão evidente como no Velho Sul americano, que se chamou de “pedra angular das liberdades civis”. Por outro lado, ficou mais delicado diagnosticar os efeitos desse pensamento não dito. Em *A Crise Nacional*, os Estados Unidos são tomados como modelo de organização de Estado Nacional. Isto sugere como o pensamento de Mesquita Filho estava afinado com o modo de pensar segregacionista estadunidense de então, apesar de tal defesa não ser textualmente explícita.

Alfredo Bosi, preocupado com as implicações do processo ideológico, afirma que este, diferente do acontecimento, não é intempestivo, nem surge de improviso (embora no acontecimento, operem forças ideológicas). “A sua matéria-prima [do processo ideológico] são ideias afetadas de valores, e ideias e valores se formam lentamente com idas e vindas, no curso da história”. O comentário faz referência ao tempo da ideologia, e as suas camadas diacrônicas. Essa inferência fortalece a percepção de que Júlio de Mesquita Filho navegava

¹⁹² BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 213.

confortavelmente nesse modelo ideológico de contemporização do liberalismo com um país racialmente excludente e de castas.

As “reflexões em torno de uma data” de Júlio ainda dialoga com outra afirmação de Bosi: “como a ponta do iceberg é claro indício da existência de massas submersas cuja profundidade não se pode calcular a olho nu, também certas situações, rigorosamente datadas, ao se armarem, servem de pista ao leitor de ideologias para detectar correntes que vêm de longe. *A data exerce, então, o papel de signo ostensivo de uma viragem*”.¹⁹³ No aniversário da República de 1925, quando se publicou o texto de *A Crise Nacional* n’*O Estado de São Paulo*, a ponta de um iceberg secular aparecia de fora, através de Júlio de Mesquita Filho.

Conforme discutido no tópico anterior, com as conexões de Mesquita Filho com o café do Oeste Novo paulista, através de seu avô Cerqueira César, faz sentido as suas adesões, pois “as tendências ideológicas dos fazendeiros de café tidos por mais modernos (principalmente os do Novo Oeste paulista), seriam, na verdade, muito peculiares. Neles, o que parece, à primeira vista, antiescravismo, é, a rigor, *imigrantismo*”. Por isso, a impressão de que há um equilíbrio entre paradoxos, como se cada perna estivesse em uma canoa diferente, navegando calmamente sobre um rio de consensos.

Sujeitos como Júlio de Mesquita Filho, nascidos no final do século XIX, são como cabos condutores de um *ethos* senhorial-burguês-liberal, com tempero originalmente brasileiro. Essas posições ideológicas não foram gestadas de uma hora para outra, mas criadas, recriadas e revitalizadas ao longo dos acontecimentos e conjunturas, no correr das décadas. Coando tais experiências históricas, Júlio encarna em si uma parte da forma e do conteúdo de uma classe dominante que possui cartilha e interesses particulares, com aspiração ao geral. 30% com aspirações a 100%, para retomar a ironia de Machado de Assis na já citada crônica de agosto de 1876.¹⁹⁴

Na votação da Lei do Ventre Livre, houve 35 votos contrários. “*O café paulista votou contra*. A mentalidade empresarial dos fazendeiros do Oeste, já em plena expansão, não era, porém, tão moderna, lúcida e progressista como supôs a historiografia paulista do século XX. Ainda era escravista”.¹⁹⁵ Júlio de Mesquita Filho, adotando uma perspectiva evolucionista,

¹⁹³ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 222. Grifos meus.

¹⁹⁴ ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*, 1876. Compilado por: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em 09 de agosto de 2024. p. 11. (Outra possibilidade de acesso online, do mesmo texto: <[História de quinze dias : Tomo 30, 1ª edição, de 1788. - Machado de Assis](#)>).

¹⁹⁵ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 233.

apoiaria uma reforma gradual, de duração longa, capitaneada por valores paulistas, garantidos e legitimados pela relevância econômica e pela conquista vanguardista da “modernidade”.

Apesar dos “louvores sem medida com que se exaltou a *lucidez* ou o *espírito moderno* dos fazendeiros do Oeste Novo”, entende-se que os homens do café e os seus herdeiros não são revolucionários como poderiam parecer. Pelo menos, não no sentido que poderíamos intuitivamente atribuir a “revolução”: Para os “bandeirantes do café”, os negros cidadãos eram um incômodo herdado pela República. Tal perspectiva evidencia o abismo entre a retórica modernizante e a persistência das práticas escravistas, como também percebeu Joaquim Nabuco. A isso, no calor dos eventos, ele teria reagido com horror, em cartas a André Rebouças: “com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor do escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais!”.¹⁹⁶ A sinceridade ou não de Nabuco seria impossível distinguir sem graus inaceitáveis de arbitrariedade interpretativa, mas a síntese que produziu nesse trecho foi lapidar.

As ordens de tempo no Brasil do século XIX para o XX foram repletas de solavancos e apressamentos formais. Em rápidos ritos, como uma “Lei Áurea”, pretendeu-se sepultar longas contradições, que voltariam como implacáveis e sedentos mortos-vivos. Súbitos movimentos de desterritorialização pulverizam os sujeitos, gerando impactos dissonantes, modulação de cosmovisões que não parecem sincronizadas. A interpretação linear de tempo não acompanha as agências históricas, pois estas apresentam um vertiginoso nível de contradição.

Abre um flanco para a aparição de personagens, entre os quais percebemos Mesquita Filho, que buscaram soldar tempos partidos, ajustando e dando ordem à cronotopia brasileira. As suas escritas começam com reivindicação de legitimidade para dizer o que considera necessário, na forma de destino. A interpretação das rupturas mobilizadas por eventos e legislações, como a lei de 13 de maio de 1888 e a proclamação da República em 1889, inauguram os motes que seriam lidos por este homem de ar grave.

Em razão desses ziguezagues históricos, a crise que motivou a crítica em 1925 se conecta ao relato memorialístico escrito décadas depois. As periodizações são agenciadas de modo a dar evidência à multiplicidade dos “rios do tempo” nos quais nadou.¹⁹⁷ O trabalho da

¹⁹⁶ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 245.

¹⁹⁷ Referência à leitura de François Hartog sobre a vida de Chateaubriand, nobre que presenciou a queda do antigo regime, vendo-se a “nadar nas duas margens do rio do tempo”. O apego do personagem à tradição na qual

memória que é feito no documento privado dá pistas sobre como recordava a infância, um mundo no qual a República tinha legítimos representantes, de ideias grandiosas, sussurradas pelo passado imediato àqueles. A família, que encontra síntese na figura senhorial do avô, Cerqueira César, fazia-se metonímia do passado a ser imitado, *grande* passado que prometia *grande* futuro. O destino se completava nele mesmo, o herdeiro por direito da tradição.

A vontade de origem que exorciza a historicidade. A ideia de necessidade implicada na noção de destino. A fundação de eventos inevitáveis, inscritos na ordem natural das coisas. A ontologia da realização de certo modelo, ocidental, de civilização. A réplica do Mesmo Europeu, do Mesmo estadunidense. Como fazer uma receita de sociedade, com ingredientes exógenos e interesses particulares. A substância do Brasil, que estava em determinados signos, que eram geográficos, passava pela classe, pela raça, pelo tempo, pelo *mesmo* da identidade. Marcadores de pureza (que vão se expressar nos agenciamentos políticos). A negação da diferença, que seria levado até o mundo institucional. A aristocracia se mistura ao vislumbre do mundo burguês liberal, que se apresentava como moldura. Um passado senhorial que ressuscitava em cada presente, lustrado pela “revolução burguesa”.

CAPÍTULO 2 – GENEALOGIAS DO NATIVISMO

BANDEIRAS, HERÁLDICAS E O MITO ILUSTRADO

[...] E tu, Portugal-centavos, resto de monarquia a apodrecer a República, extrema-unção-enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturais em África!
E tu, Brasil <<república irmã>>, blague de Pedro Álvares Cabral, que nem te queria descobrir!

(*Ultimatum* - Álvaro de Campos).¹⁹⁸

A epígrafe pode ser lida como um ataque às ideias eternas. Causa estupefação em explicadores do mundo que busquem teleologias, organizadas em torno do destino. O poeta português Fernando Pessoa, cujo Heterônimo Álvaro de Campos assinou o poema do qual retirei as linhas acima, carregava a marca ardilosa de um crítico das mais diversas pretensões de coerência. Se insurgia contra as transcendências individuais e coletivas. O seu país era o primeiro a ser denunciado pelo furor implacável dos versos, contra o qual o estribilho “fora tu” foi lançado, e sem proposta de intervenção ou apaziguamento. O Brasil, “república irmã”, não escapa da iconoclastia, e a condição de acaso é reverberada. Afinal, milagres não são acasos, e negar o destino é negar o milagre.

Por causa disso, poderíamos intuir um dos possíveis motivos para Gilberto Freyre, fundador da “lusotropicologia”, não apreciar a obra de Pessoa.¹⁹⁹ Aliás, a concepção de que o Brasil foi apenas um “blague” contingente, parasitado por uma monarquia finita, caída de podridão na república incompleta, não agradaria a nenhum “intérprete” que gostasse de conceber a antiga colônia e a metrópole do passado andando abraçadas por aí. Provavelmente, Pessoa tampouco figuraria entre os afetos intelectuais do jornalista devotado à ‘contribuição’ portuguesa na fabricação do Brasil. Afinal, disso dependia o parentesco do país tropical com

¹⁹⁸ CAMPOS, Álvaro de (heterônimo de Fernando Pessoa). *Ultimatum*. In: PESSOA, Fernando. **Livro de Versos**. Edição crítica de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Estampa, 1993. p. 89-93

¹⁹⁹ Essa afirmação é feita pelo biógrafo e amigo de Freyre, Edson Nery. Ver: CASA GRANDE & SENZALA, (Capítulo I – Gilberto Freyre, o Cabral Moderno) Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 2000, son., color., 58 min. Disponível em: < <https://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3167> >, acesso em: 19 de jun. 2025.

as civilizações do Atlântico Norte. Os partidários da mitopoética costumam ser suscetíveis a ironias incandescentes como essa.

Esse prelúdio não é sem propósito. A seguir, apresento a afeição de Júlio de Mesquita Filho com os mitos que atuam para ligar Portugal e Brasil. Em texto de 1961, intitulado “o significado de uma data” e publicado como apresentação do livro *O Século dos Descobrimentos*,²⁰⁰ Mesquita Filho elabora a síntese de uma das mais significativas colunas daquilo que dá substância à interpretação de Brasil por ele mobilizada. Tratava, na ocasião, do quinto centenário da morte de D. Henrique, fundador e patrocinador da celebrada Escola de Navegação de Sagres. Em torno da figura e das ações deste príncipe, promove a ligação umbilical, a atravessar os cinco séculos, entre Brasil e Portugal.

O acaso do “achado” de Cabral é recusado, e convertido em termos de destino e realização. O volume reúne textos de diversos intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, Jaime Cortesão e Arthur César Ferreira Reis, em função elogiosa da aventura portuguesa. Mesquita Filho argumenta que o financiamento de D. Henrique à expansão portuguesa deu “um aspecto novo e definitivo à Civilização Ocidental”. Isso, para ele, concorreu para definir “o período de absoluta hegemonia da raça branca em todo o planeta”. O Brasil filia-se a esse télos de hegemonia:

Concebido o desenvolvimento da Nação Brasileira como um aspecto do grande feito realizado pela Nação Portuguesa, assume a nossa história *um sentido ecumênico*. Deixamos de ser obra do acaso [...] para participarmos de uma *nova fase da Civilização Ocidental*: aquela que ficaria a assinalar o aparecimento do Continente americano, na sua totalidade, no concerto dos povos de raiz europeia. Compreendida assim, a História do Brasil traz-nos ao espírito a noção das nossas responsabilidades numa dimensão universal.²⁰¹

Acima, o eixo de legitimação que só é possível obter através de filiações universais. Sem a elaboração da genealogia nobiliárquica de um grande Príncipe português pioneiro, cuja agência era dotada de espírito “científico” extemporâneo, em simultaneidade às “trevas” medievais, não seria possível reivindicar a herança e o exclusivismo do *descobrimento*. A visão de Fernando Pessoa, a fazer troça do destino em nome da contingência, não cabe aí.

²⁰⁰ O SÉCULO DOS DESCOBRIMENTOS. — (Biblioteca de "O Estado. de São Paulo"), Anhembi, São Paulo, 1961. 157 págs. Em resenha na Revista de História da USP em 1962, José Roberto Amaral Lapa define o livro como tendo um dos maiores interesses de “integrar o Brasil, sob diversos aspectos, como o político, o econômico e o social, no complexo da empresa ultramarina portuguesa”. Ver: LAPA, José Roberto do Amaral. Resenha de: O século dos descobrimentos. *Revista de História*, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 564–566, 1962. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121666](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121666). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121666>. Acesso em: 10 set. 2024.

²⁰¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. O SÉCULO DOS DESCOBRIMENTOS. — (Biblioteca de "O Estado. de São Paulo"), Anhembi, São Paulo, 1961. p. 09.

Afinal, “somos uma parte da nação portuguesa na sua acepção mais ampla e como tal herdamos da Mãe-Pátria as responsabilidades que ela contraiu consigo mesma, quando se atirou à aventura conscientemente decidida pelo Príncipe de Aviz”.²⁰²

Júlio escolhia uma chave interpretativa que defendia a formação da nação brasileira como criação europeia, de matriz lusa. Os desdobramentos históricos da colonização apresentariam, nessa perspectiva, um caminho civilizacional que teve início na chamada “Escola de Sagres”. Essa suposta “Escola” é um dos mais recorrentes mitos que buscam enquadrar a narrativa colonial e de origem sobre a Expansão Portuguesa. Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda mostrou que não existiu um projeto moderno e científico de expansão, e sim motivos metafísicos, “edênicos”, até mesmo contingentes.²⁰³

Mesquita Filho não compartilharia desse ponto de vista. Ele afirma que o *projeto* da “Escola de Sagres” percorreu um longo caminho evolutivo cujo principal fio condutor seria o bandeirante do “planalto de Piratininga”. O bandeirante se caracteriza como um personagem sociológico condicionado pelos tempos de violência em que viveu, sendo ainda “o bandeirismo, na sua essência, um fenômeno eminentemente, visceralmente português”.²⁰⁴

O bandeirante e o bandeirismo constituem, respectivamente, o personagem e o movimento que forneceria à São Paulo contemporânea a Júlio os fundamentos de legitimidade para a condução do país. A interpretação da pesquisa por meio do ensaio sociológico forja a proto-história de maneira a acalantar a projeção da figura espectral do “sertanista” através dos séculos e a presentificar para usos em fórmulas de coerência.

Trata-se da elaboração de um mito de origem, frequentemente materializado por meio de descrições geográficas. Exemplo cristalino dessa ideia está na seguinte passagem textual em que Mesquita Filho descreve “sociologicamente” as implicações das paisagens e acidentes geográficos na construção da civilização: “sem montanhas, mares, rios difíceis de transpor, os povos não se transformariam jamais em nações, as nações em Estados e estes em civilizações”.²⁰⁵

Se referia mais uma vez à “gênese bandeirante”, e o que teriam enfrentado no Brasil. A descrição paisagística recorda o que propôs Simon Schama sobre a colonização do mundo

²⁰² Loc. Cit.

²⁰³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁰⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 144.

²⁰⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 145.

natural pela cultura que encarnava o modelo de civilização.²⁰⁶ Além disso, essa relação de transposição de montanha e a relação com “os rios difíceis de transpor” são elementos que concorrem para a constituição de identidade, fazendo daqueles que superaram tais obstáculos naturais, heróis. Heróis que, como veremos adiante, mereceriam que as faltas fossem compreendidas e os pecados fossem perdoados.

Encontramos no pensamento de Cassiano Ricardo uma síntese do vigoroso imaginário bandeirista que se fazia presente na primeira metade do século XX em São Paulo, sendo ele mesmo um entusiasta. Ricardo afirma que a “descoberta do Brasil seria bem pouca coisa, se localizada no litoral; fácil seria, na pitoresca frase do cronista, ficar caranguejando pelas praias. Penetrar o sertão. Entrar no Brasil, ainda fechado por dentro, como um grande enigma verde”.²⁰⁷ Aqui também, mais uma vez, a imagem de força civilizadora é nítida.

Na definição conceitual, defende que a bandeira é mais do que o seu significado histórico. Seria algo “mais complexo, com influência nítida no sistema da vida brasileira, nas suas instituições sociais e políticas e como reflexos – mais importantes do que se pensa – na vida do mundo moderno”. O que Cassiano Ricardo defende é, no fim das contas, uma influência da História de São Paulo no mundo moderno brasileiro, em uma interpretação de Brasil que passa necessariamente por um mundo bandeirantista. A aproximação de pontos de vista com o Mesquita Filho é evidente. São, no fim de tudo, realizadores de façanhas.

Os “heróis” são arrolados por Taunay: Raposo Tavares, o mais notável. Fernão Dias Pais, Pascoal Moreira Cabral Leme, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz, “o talentoso” Bartolomeu Pais de Abreu. Além desses, são citados os “magnum cabos de tropa da conquista do nordeste, Domingos Jorge Velho, apossador do Piauí, e expugnador de Palmares”... e segue uma extensa lista de nomes de bandeirantes. Haveria um bandeirismo heroico e geográfico. Entretanto, a bandeirologia tem a pretensão de ser um gênero de pesquisa que buscava fazer relações daquele recorte histórico colonial com as instituições contemporâneas. Poderiam inspirar a criação de centros universitários, como as novas montanhas a serem transpostas pela civilização?

Diferente de Mesquita Filho, Cassiano Ricardo não considera o bandeirismo um fenômeno exclusivamente português, e sim brasileiro. Mas a dimensão heroica, colonizadora, é semelhante. É o homem coletivo que realiza a bandeira. Faz parte de um tipo social, que

²⁰⁶ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

²⁰⁷ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 03.

está localizado em um meio geográfico, étnico e econômico ao qual se vincula: seria “o planalto de Piratininga”. A “sociedade bandeirante” faz parte dos grupos sociais da colônia localizada intra-serra, no planalto de Piratininga, dedicada “à exploração de ouro e de prata”, ao lado da sociedade agrária do Nordeste, do latifúndio, da monocultura, com sacas grandes a representar “imenso poderio feudal”; da sociedade pastoril dos sertões, “o nordeste dos vaqueiros e dos currais”.

Nisso, o pendor do bandeirante para abrir caminhos se direciona melhor à construção de formas inaugurais de economia e sociedade, como se sugerisse um caminho orgânico ao mundo moderno. A casa grande, por outro lado, regressa ao feudalismo. “O nomadismo bandeirante foi um semeador de valores culturais, do mesmo modo que o foi a estabilidade patriarcal do senhor de engenho”, e defende que o bandeirante foi mais orgânico, mais ligado à terra. O bandeirante teria patrocinado uma *cultural change*, diferente do senhor de engenho.

Passa a sugerir que o fenômeno seria a “base democrática do grupo nacional”. As bandeiras ganham estatuto de arauto da democracia. Pode nos levar à seguinte questão: o que os seus herdeiros mereceriam, segundo essa lógica?

A “bandeiriologia” de Júlio de Mesquita Filho afirma praticamente que a história de Portugal e a do Brasil estão no mesmo *continuum*. Cassiano Ricardo, por outro lado, afirma que “quando entra no sertão bruto a primeira bandeira cessa a história de Portugal e começa a do Brasil”.²⁰⁸ Apesar desse distanciamento, que marca a singularidade do procedimento argumentativo de Mesquita Filho, se aproximam na ideia de que os bandeirantes são criadores da brasilidade, e da “democracia” no Brasil. Na criação da “formação sociológica do Estado brasileiro”. Cassiano Ricardo disputa, inclusive, o significado do 7 de setembro: “as raízes históricas do 7 de setembro são nitidamente bandeirantes”.

Para Cassiano, o bandeirismo não é “regionalismo”. O “bandeirismo histórico” se confundiria com a própria nacionalidade:

Num excelente estudo sociológico, em seus “ensaios sul-americanos”, Júlio de Mesquita Filho confirmou a tese por mim aduzida, dizendo: ‘reúnem-se em praça pública para tomar deliberação do mais alto alcance: a eleição do chefe do novo grupo social. Assim, nos confins desse imenso sertão, em meio de tribos primitivas e bravias, súditos de S.M. El-Rey de Portugal, nascidos em São Paulo de Piratininga, recorrem à prática de um instituto de democracia direta.’²⁰⁹

²⁰⁸ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeiriologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 42.

²⁰⁹ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeiriologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 55.

É uma interpretação de Brasil que busca construir hierarquias, colocando em prateleiras distintas as civilizações de cada parte do país. Ainda se referindo a Mesquita Filho, Cassiano Ricardo corrobora com os argumentos daquele nos “Ensaio Sul-americanos”: “o exemplo por ele citado, como ‘origem da democracia brasileira’, coincide com o que dei – o que prova, no mínimo, a procedência do argumento que é a tese principal de ‘marcha para o Oeste’; isto é, o grupo social bandeirante com aquele em que a democracia brasileira teve a sua origem”. Ainda afirma que tal democracia brotou organicamente, e “não foi ensinada por ninguém”, “vem de nossas próprias raízes”.

Isso leva continuamente à reflexão de como o pensamento paulista sobre o bandeirismo no século XX, com tantos matizes, acalentava projetos daquele presente. A “bandeira no século XX”. A ideologia presumida por essa permeabilidade de tempos, em saltos dados do passado distante, colonial, para o contemporâneo, implicava também categorias econômicas. A interpretação de Brasil que tinha como chave o bandeirismo se traduzia na forma de ação, força de trabalho, guiar “o Oeste” para o ritmo da civilização, mesmo à revelia das forças políticas dessas regiões heterônomas.

A bandeira continuava a existir, dizia eu: pelas causas do fenômeno, que ainda atuam; pela repercussão do fenômeno, que chega até nós; pela presença dos seus resultados; pela repetição do bandeirismo, embora em outras condições técnicas e culturais, pela retomada do espírito bandeirante, nas expedições de caráter oficial, destinadas à incorporação do Oeste ao ritmo social e econômico do país.²¹⁰

Júlio de Mesquita Filho via-se como um bandeirante? Ao menos na dimensão da herança, é possível afirmar que sim. Ainda para Cassiano Ricardo, era comum que personagens contemporâneos “reeditassem” as proezas dos sertanistas. O Barão do Rio Branco, com o tratado de Petrópolis, revive Alexandre de Gusmão, que conquistou para o Império Português regiões que ultrapassavam o Tratado de Tordesilhas. Este é apenas um exemplo das analogias elaboradas por estes ensaios. Assim, muitas camadas de “estratos de tempo” são agenciadas como organizadoras da epopeia bandeirante; em cada presente, uma politização desse fenômeno é feita pela intelectualidade que Cassiano Ricardo e Mesquita Filho são representativos.

Um curioso argumento é formado, e que é muito elucidativo: se a grandeza geográfica do Brasil é “culpa do bandeirismo” paulista, que é graças a ele que o país é grande e diverso, a geografia de alguma forma lança “uma réplica à história”. “É a réplica do Brasil a São Paulo,

²¹⁰ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 58.

da geografia à história”. Se São Paulo fez do Brasil grande, caberia a São Paulo assim o manter. Poucos argumentos exclusivistas seriam mais fortes do que esse para demonstrar que o raciocínio hierárquico, administrativo e “democrático” de São Paulo deveria ser considerado para além de qualquer questionamento. Poderia decorrer daí a economia do pensamento cujo principal vetor busca verbalizar, capturar e disputar os sentidos políticos e culturais brasileiros.

No raciocínio de Júlio, o que Cassiano Ricardo compartilha ganha contornos verdadeiramente nobiliárquicos. A mitopoese se expressa em termos de limpeza de sangue, utilizando termos como “cavalaria”. O “Brasil grande” seria obra de brancos de Piratininga, como o seguinte excerto assim argumenta.

[...] quase todos os velhos ramos bandeirantes [...] concorreu decisivamente para essa permanência das qualidades diferenciais do lusíada. Corroborando com essa opinião, diz-nos Alcântara Machado em “vida e morte do bandeirante”, que “as famílias da aristocracia colonial são muito orgulhosas da limpeza de sangue que lhes corre nas veias”. [...] Ora, a grande maioria dos membros dessa quase ordem de cavalaria sertaneja que foram as “bandeiras” pertencia aos melhores “clãs” de Piratininga. Pode ter havido uma ou outra de menor importância que tivesse sido chefiada por um filho obscuro das demais camadas da sociedade paulista do planalto. Se as houve, porém, foram em número tão diminuto que a sua história não chegou até nós. As demais, as que traçaram os contornos definitivos do Brasil maior, do Brasil do tratado de Madrid, têm os seus feitos sempre e indissolivelmente ligados aos fastos das principais “gentes” piratininganas.²¹¹

Com prolixas referências a *Vida e morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado, Mesquita Filho enfatiza a nobreza do proceder de antigos chefes de bandeiras. Ressalta os escrúpulos, mesmo considerando o mundo de violência e escravidão em que estavam imersos. Seriam praticantes de uma moral rígida, não hesitando mesmo de tornar forros e livres os filhos bastardos que tinham com as mulheres escravizadas. Esses “formidáveis formadores de impérios” teriam sido fulgurantes pontos de “elevação moral” que deu estrutura moral à “São Paulo das bandeiras”.²¹²

Junta-se a esse coro, em termos valorativos, Cassiano Ricardo, que diz: “Não há dúvida que temos ainda necessidade de cultivar o espírito do bandeirismo”.²¹³ Ambos estão de acordo que o “espírito bandeirante” teria o dever de manter a unidade nacional. Seria a

²¹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 147-148.

²¹² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 150-151.

²¹³ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 63-64.

expressão de uma “dialética geográfica e histórica”. Assim, defendem que o bandeirismo seria o instrumento adequado para a “conciliação das duas áreas até hoje separadas por mútua incompreensão, a do sertão e a do litoral”, a liga positiva do *ethos* nacional.

O bandeirismo teria reflexo no mundo moderno, pois modelou mesmo os destinos do mundo, através do fornecimento de ouro brasileiro para alimentar a Revolução Industrial. Do *uti possidetis*²¹⁴ que configurou a grandeza territorial do Brasil até expulsar os jesuítas, o bandeirismo influenciaria destinos. Mesmo a posição que o Brasil tinha no mundo, quando da publicação do livro de Cassiano Ricardo, seria graças ao bandeirismo. Simultaneamente, a longa articulação de Mesquita Filho em torno desse discurso, também dá o tom de sua interpretação de Brasil, bem como da própria atuação política e intelectual.

Na visão propalada pela intelectualidade representada por Cassiano Ricardo, o elogio bandeirante chega mesmo a ser a representação da mística da cultura brasileira:

Ainda está vivo, repito, o fenômeno bandeirante – e não apenas na sua mística, no apelo às origens [...] – mas também nos trilhos sociais, digamos assim, que nos levarão sempre [...] a pedir novos bandeirantes. [...] Estão vivos, em nós, as qualidades ancestrais de imaginação, de espírito de iniciativa, de ações recortadas em ponto grande, típicas do bandeirismo. [...] Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante.²¹⁵

Temos elementos suficientes para ilustrar o quanto a região, o discurso de centro, orientava a sério o proceder político de maneira orgânica a ponto de a efígie de bandeirante não ser um mero espantalho. Era o mote. Do mito, de ideias de nobreza, saía projetos modernos de universidade, de cultura, de saber. Os tempos mais uma vez se cruzavam, com signos de um passado reconstituído a partir de certas políticas da memória, a invadir o contemporâneo. O presente não era estanque, também, ao nível das categorias simbólicas e espectrais. A relação de semelhança com as figurações do passado fornecia moldura simbólica para projetos materiais e intelectuais que os agentes políticos conscientes elaboravam.

Júlio de Mesquita Filho acreditava na necessidade de fazer de São Paulo um centro de saber hegemônico não apenas no Brasil, como na América Latina. No artigo “Um empreendimento científico”, de 16 de maio de 1920, dá o tom dessa reivindicação, tomando como exemplo Oswaldo Cruz. O então jovem jornalista, no jornal dirigido ainda pelo seu pai, chama a responsabilidade para São Paulo. O nativismo, então, está em manifesto na medida

²¹⁴ “*Uti possidetis*” (ou *uti possidetis juris*) refere-se ao direito internacional, que define as fronteiras de um novo território que ganha soberania.

²¹⁵ RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956. p. 69-70.

em que se ufana pelo desenvolvimento econômico de São Paulo e reivindica o destino manifesto: “o esforço de tornar esta parte do universo digna do mundo civilizado”, e a formação de um “cordão de defesa social”.²¹⁶

Depois disso, a sua militância pela constituição de São Paulo como centro hegemônico se tornou um crescendo. Estava no jornal, e em livros como *A Crise Nacional*. Buscou se ombrear ao mundo político, diluindo-se nas escritas editoriais d’*O Estado*, que passavam a atuar como a voz autorizada da razão em meio ao turbulento mundo político.

Júlio de Mesquita Filho sofre uma derrota pelas forças políticas que o exilaram em 1932, tributárias da Revolução de 1930, e das quais se tornara um dissidente. Apesar disso, não se daria por vencido em termos da “guerra” no geral. A sua primeira “resposta à crise” se dá no projeto da Universidade de São Paulo. Procuro, a partir do evento USP, compreender quais eram os fins dessa universidade, quem eram os ‘Outros’ e dissidentes a serem enfrentados, e quais caminhos possíveis conduziram Júlio à busca pela hegemonia intelectual.

No segundo momento, Júlio mais uma vez sai em exílio. Em 1937, Vargas assume o poder central, e o jornalista se vê acuado. Depois de várias prisões, segue para o exílio, quando escreve *Ensaaios sul-americanos* (1946), elaborando de maneira mais sistemática uma outra “resposta à crise”. Indago de que forma *Ensaaios Sul-Americanos* sistematiza um pensamento já presente em diferentes momentos da trajetória, tanto anteriores quanto posteriores à obra. Situo em que circunstâncias o livro foi escrito; quais os papéis do livro no reconhecimento do seu autor como ensaísta; quais os comentários realizados; e, por fim, detalhando como mobiliza o discurso do bandeirismo, cujo esboço elaborei nas páginas anteriores.

Em termos gerais, esse itinerário interpretativo se entrelaça diretamente ao primeiro capítulo, sobre como Júlio de Mesquita Filho retomava a sua visão de educação de a crise nacional e como desdobrou a mitopoese nativista, nobilitadora e liberal.

²¹⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. “Um empreendimento científico”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de maio de 1920. p. 02.

2.1 Templo do saber para a missão ilustrada

I

Júlio de Mesquita Filho, ‘pai espiritual’ da FFCL e de toda a Universidade, não somente organizou os projetos, fomentou encontros e missões, como também acompanhou com atenção o desenrolar da missão francesa e do ensino dado na nova Universidade. Lia as provas, sugeria correções, intervinha diretamente.

— *Paul Arbousse Bastide, O Estado de S. Paulo, 29 jan. 1984*

Ainda na primeira metade da década de 1930, após a derrota do movimento constitucionalista de 1932,²¹⁷ a fundação da USP (em família, ao lado do cunhado Armando Sales), é o fundamento da força acadêmica em nome de São Paulo – afinal, é a universidade de *São Paulo*, como templo que quer dar combate científico, e sociológico, às forças que imaginava hierarquicamente inferiores, culturalmente atrasadas. Estava em foco exorcizar os tempos “anacrônicos” que ameaçavam usurpar o Brasil.

Refratário aos contornos bárbaros da cultura brasileira, era apresentado o santuário institucional, a missão francesa, as vontades civilizatórias, tendo as almas “bandeiristas” como parte desse corpo místico. Para elaborar uma reflexão sobre esses aspectos, chamarei ao diálogo Carlos Guilherme Mota, um depoimento de Darcy Ribeiro, em face da defesa de Júlio de Mesquita Filho sobre a USP, explicitada em discursos como paraninfo. A presença de uma ideologia da cultura brasileira intrínseca à elaboração deste projeto universitário e educacional, situa a Universidade de São Paulo posta a serviço da sua visão de cultura. Sobre Mesquita Filho, Darcy Ribeiro afirmara: “um patrocinador que exigiu muita coisa”.²¹⁸ A exigência pode ser sintetizada na defesa institucional do excepcionalismo paulista.

²¹⁷ Discuti a atuação de Júlio de Mesquita Filho no Movimento paulista de 1932 no primeiro capítulo de “Nação como retórica”, monografia escrita em 2018. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. (115 f.) Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

²¹⁸ MACÊDO, Francisco Adriano Leal; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. A ideologia da cultura brasileira nas universidades. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 198-212, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/11953>>, acesso em 12 de agosto de 2024.

Em *Tristes Trópicos*, Claude Lévi-Strauss informa sobre as percepções que passou a ter sobre a USP com o passar dos anos. Lévi-Strauss esteve no bojo da missão francesa que veio ao Brasil, liderada por Georges Dumas, e contratada por um grupo entre os quais estava Mesquita Filho. Diz o antropólogo, nas páginas iniciais do livro que publicou em 1955 na França, traduzida no Brasil em 1957:

[...] a fundação da Universidade de São Paulo, grande obra na vida de Georges Dumas, devia permitir a essas classes modestas começar a sua ascensão, obtendo diplomas que lhes abriam acesso às posições administrativas, de tal forma que a nossa missão universitária contribuiu para formar uma nova “elite”, que se ia afastar de nós na medida em que Dumas, e o Quai d’Orsay atrás dele, se recusavam a compreender que era ela a nossa criação mais preciosa, embora se entregasse à tarefa de solapar uma classe feudal que nos havia, é verdade, introduzido no Brasil, mas para servir-lhe em parte de caução e em parte de passatempo. [...] tínhamos sido prevenidos por Georges Dumas de que nos precisávamos preparar para levar a vida dos nossos novos senhores: isto é, frequentar o Automóvel Clube, os cassinos e os hipódromos. [...] ‘Sobretudo’, havia-nos dito Dumas, ‘teremos de nos vestir bem’.²¹⁹

Claude Lévi-Strauss relata as intenções conflitantes no projeto da USP. De um lado, jovens professores sequiosos por fazer nome, encantados com os propósitos da missão e os salários vultosos; de outro, os interesses do que chamou de “classe feudal”, contratante dos serviços. Elevados à categoria de estrelas, verdadeiros sacerdotes portadores de saber arcano a iluminar as novas elites intelectuais do Brasil (ou de São Paulo?). Das instruções de vestuário a frequentar o Automóvel Clube e hipódromos, tudo ilumina o espírito das intenções originais do projeto elitista. Cada ato, um ritual de prestígio e excepcionalismo.

A evocação ritualística da figura de Júlio de Mesquita Filho como "pai espiritual" da USP revela a dimensão memorialista e sacralizadora que orientou a consolidação da universidade paulista. Mais que um projeto educacional, tratava-se de instituir um campo de poder simbólico, no qual se articulava uma pedagogia das elites, o controle do saber e a reprodução de uma cultura política liberal-conservadora sob a forma de tutela racionalizada.

Em seu trabalho sobre o processo de metropolização de São Paulo e a chegada da hegemonia capitalista na capital em formato de rituais “órficos” da aceleração modernizadora, excludentes e contraditórios, Nicolau Sevcenko aponta que Júlio de Mesquita Filho pretendeu fazer de São Paulo um centro hegemônico do saber, quando agiu com tal intuito ao participar ativamente da criação da USP, juntamente com o Armando Sales de Oliveira, à época na interventoria paulista.

²¹⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957. p. 13-14.

Isso implica, de saída, a evidência da vontade política para se instituir uma instituição de legitimação da região como centro gravitacional da guarda dos saberes e da racionalidade. Uma universidade não se auto-institui, e como sugere a etimologia intuitiva do nome, a *universidade* assume ou favorece um discurso universal, cosmopolita, mesmo que de fato seja regional. O desejo universalizante de Júlio de Mesquita Filho é, então, evidenciado em um trecho de artigo que escreveu para o jornal argentino *La Prensa*.

[...] uma universidade valerá pelo espírito que nela vier a palpitar, pelo poder nacionalizador que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. Por isso mesmo impõe-se às suas elites não perder jamais a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansas, se sentissem dentro de suas casas?²²⁰

A presunção de universalidade é particularista, em termos simétricos ao do conceito de ideologia (discutido no capítulo anterior). A tônica é marcada por gestos de tradição. A ideologia ganha vida mais uma vez, quando em tantas camadas temporais, em repetidas agências do personagem, predominaram esforços quase alquímicos em converter o particular no universal. Os personagens favorecidos, nomeados ou não, ecoam aqueles arrolados desde 1925 em *A Crise Nacional*, ou de temporalidades ainda mais recônditas.

Ao falar de “intransigente fidelidade ao passado”,²²¹ a associação com fantasmas regressivos se torna cristalina. Se restasse alguma dúvida quanto ao passadismo impregnado nas linhas, as imagens seguintes reificam o seu sentido, quando insistem que a cidade universitária é a forma moderna de se honrar os ancestrais das elites de agora, que foram elites outrora. A rigor, a formulação é religiosa, e não prescinde nem mesmo da ressurreição, ainda que retórica. Os esforços em criar um sentimento espiritual secularizado são fervorosamente políticos. Aspiram a recomposição intelectual de forças políticas, e assim controlar o fluxo da história.

Entre a década de 1930 e 1970, os pontos de partida para uma “história das ideologias no Brasil” são muitos. Pontos de ignição que compreendem desde as ressonâncias do Movimento Modernista dos anos 1920, o desencanto posterior de alguns dos seus membros

²²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio. **Cidades universitárias**. 10 de novembro de 1939. Arquivo Ruy Mesquita Filho. p. 06. Grifos meus.

²²¹ MESQUITA FILHO, Júlio. **Cidades universitárias**. 10 de novembro de 1939. Arquivo Ruy Mesquita Filho. p. 06.

duas décadas depois – como Mário de Andrade, na década de 1940, fazendo uma intensa (auto)crítica sobre o dito modernismo – e atinge os “grupos-geração” de intelectuais críticos dos que vieram antes deles, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Podemos sondar parcelas consideráveis dessas fortunas críticas através do percurso apontado por Carlos Guilherme Mota em *Ideologia da Cultura brasileira*. O seu próprio texto, escrito na década de 1970 como tese de livre-docência em meio ao regime ditatorial então estabelecido em uma das suas fases mais severas e repressivas, aponta um mapa de ideologias da Cultura que permeiam as fronteiras do social.

Júlio de Mesquita Filho, um dos personagens que aparecem naquela obra de Mota, não foi contemplado com análises mais detidas. Por vezes, a impressão é de que ele está dormitando, como se não tivesse tido a participação tão efetiva e intensa na vida pública e intelectual brasileira. O que de fato teve, centrada em São Paulo e, mais amplamente, durante e por causa dos seus exílios políticos.

Mas o testemunho intelectual de Mesquita Filho, torna evidente que a sua trajetória não foi tímida ou vacilante, conforme venho procurando mostrar. Foi, sim, um homem de pensamento e ação que participou efetivamente das dinâmicas de diversos “grupos-geração”, aglutinando em torno de si personagens como Monteiro Lobato, Antonio Cândido, Jorge Amado, Décio de Almeida Prado, dentre outros. Nem todos estes indivíduos tiveram seus pensamentos afinados com o universo mental e intelectual de Júlio, mas essas “improváveis” interlocuções são, em si mesma, reveladoras.

Mesmo sendo Júlio um adepto de epistemologias evolucionistas sobre raça, como narrei a partir do livro *A crise nacional* de 1925 ao longo do primeiro capítulo, bem como ainda presentes no seu depoimento autobiográfico e livro *Nordeste*, ambos da década de 1960, Jorge Amado mantinha relação de amizade. Mesmo com o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 – pessoal e editorial através do seu jornal – a ruptura com indivíduos dissonantes não foi total.

Esses elementos são sintomas de que os matizes do pensamento e da ideologia da cultura não são unívocos. As intersecções são muitas, e o preto-no-branco nem sempre são as cores mais usadas no correr das relações humanas e o desdobramento da história. As contraditórias relações de poder que se efetuaram entre e através dos intérpretes de Brasil que se acotovelaram naqueles que se pretenderam grandes centros de saber.

Existe uma noção formulada por Sérgio Milliet de “Rebelião das Elites”, que se expressa na forma da construção de estruturas de significação “brasileiras” que estivessem

estribadas em classes pensantes, pretensamente dirigentes, que tomavam para si a voz-guia da Cultura Nacional. Em meio a esses grupos, o sujeito que estivera em exílios intermitentes entre a década de 1930 e 1940 pode ser apontado como um dos possíveis protagonistas – ao menos um participante engajado – dessa “rebelião de elite”.



Figura 4: "Sérgio Milliet, com cigarro na mão, ao lado de Júlio de Mesquita Filho. 'Não posso deixar de aplaudir essa rebelião de uma elite que há de preceder a das massas [...]'".²²²

Acima, Júlio foi fotografado ao lado de Sérgio Milliet, este que fazia um elogio à “revolução de uma elite” – integrando Mesquita Filho – que através do labor intelectual e engajamentos políticos produziram ebulição significativa nas estruturas simbólicas e culturais da sociedade. Milliet revelaria em *Testemunho de uma geração* a sua simpatia com as respostas da elite com o incentivo uma construção de uma intelectualidade vigorosa, que seguiu – segundo ele – dos paulistas que foram derrotados no Movimento Constitucionalista de 1932. Esse ato conclusivo que visava perseguir um “Brasil Nação” para além do “Brasil Formal” nascia em centros de poder-saber como a Universidade de São Paulo, pavilhão e panteão de um saber que se fortaleceu apoteoticamente.

É exatamente de uma “rebelião de elite” que se trata. Ou, ainda, um “foco de renovação do pensamento paulista”.²²³ É o que deixa evidente no discurso de paraninfo realizado em 25 de janeiro de 1937, na primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Pronunciar-se também é uma forma

²²² Fotografia presente no caderno fotográfico da edição aqui citada de *Ideologia da Cultura Brasileira*. Ver: MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. (1930-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 347.

²²³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 153.

de aparecer, de se colocar em evidência, de produzir uma memória. O pronunciamento do discurso do personagem busca causar uma marca através da agência, provocar efeito.

A retórica do discurso empreende-se como uma busca por convencimento. Quando o sujeito se dirige a uma plateia de formandos, de uma universidade fundada recentemente, a retórica é o elemento primordial para produzir adesões. A circunstância de emoção que caracteriza o momento de formação torna o ouvinte do discurso especialmente sensível, favorável a aderir ao conteúdo da argumentação. Sendo a universidade de São Paulo um lugar para receber o sussurro ancestral, quando Júlio de Mesquita Filho fala da universidade e os motivos da criação, está numa relação de quase mediunidade com essas vozes do passado.

Sobre o discurso de Júlio de Mesquita Filho, se imprime um elemento doutrinador, passadista, que remete ao regime de historicidade antigo.²²⁴ Como que emulando a história “mestra da vida”, se não buscava produzir regras para a geração seguinte, tinha a vontade de inspirá-la. “Os discursos e pronunciamentos aparecem como forma de intervenção, de participação nas decisões que levaram a história a um dado desfecho”,²²⁵ perspectiva fortemente presente no texto-base do que seria falado naquela ocasião. Mesquita Filho participara das deliberações que tornaram tal história possível, incluindo a conquista do diploma que então obtinha a audiência que o escutava.

Em janeiro de 1937, se posicionava como parte da força histórica que se realizava como sendo destinada. Como no regime antigo de historicidade, que lhe povoava a formação, o pronunciamento galvanizava tanto pelo conteúdo como pela ocasião na qual se efetuava. Enquanto os antigos eram inspirados por deuses e oráculos, ele partia das forças míticas às quais se vinculou e ajudou a construir, tanto ao bandeirismo como personagens posteriores que representariam a “grei paulista”, “os serviços que porventura me tivesse sido dado a prestar à causa paulista”.²²⁶ O futuro de glória, em disputa, era pleiteado junto com a instituição, na medida em que nela buscava imbuir o próprio espírito.

Atos e palavras se fundem em um discurso. A função de elogiar faz parte do mote da escrita do discurso, especialmente quando pensado no seu fim de arquivamento para a posteridade. O nível imediato, de impacto, e como ele foi considerado importante para

²²⁴ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

²²⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 228.

²²⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. Universidade, realização da revolução democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 155.

justificar a divulgação. O elogio da história e de personagens não é inocente. As hierarquias presentes em *A Crise Nacional*, baseadas em perspectivas sociológicas para fundamentar a cosmovisão regionalista, são nitidamente retomadas no seguinte trecho do discurso de Júlio:

Somos um mundo, ou melhor, não estamos longe de oferecer dentro de nossas próprias fronteiras a imagem do próprio mundo. Os nossos domínios mais se assemelham, pela sua vastidão, a um império... [...] nação alguma apresenta, dentro dos próprios limites, complexidade social que se lhe compare. Agrupamentos humanos primitivos, na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria mística, dominam em quase todo o território do Amazonas e do Pará e em grande parte dos estados do Maranhão e Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda a sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a exceção. Mais abaixo, em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social do chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconheçamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo.²²⁷

Tratava da grandeza territorial do Brasil, e também das dificuldades de pensar a adaptação do país ao mundo moderno. A interpretação sociológica estabelecia as ausências e falta de sincronia que desafiava “o poder de adaptação do mais aparelhado dos povos”. Assertiva que fazia referência aos tempos desorientados do país, a autorrepresentação que seguia em crise. O Nordeste “medieval”, o Norte “selvagem”, eram preocupações urgentes, problemas que ameaçavam o lugar do país no concerto das nações. A preparação cultural deveria ser capitaneada pelos personagens capazes de tal missão.

A USP é um ponto de celebração e aclamação do modelo de civilização ocidental. A Instituição foi como um torreão a partir do qual projetos de Brasil foram elaborados. Nos limiares do final do século XX, o país contou com um Presidente de República cuja formação intelectual e atuação profissional devém de dentro dos muros do “templo de saber” que Júlio de Mesquita Filho contribuiu na elaboração. Nesse ponto específico, na medida em que situamos as “Ideologias das culturas brasileiras” como construtos diversos, é justo que considerar a tese de Livre-docência de Carlos Guilherme Mota, para além de uma referência, mas também como fonte.

Uma vez produzida no contexto da própria Universidade de São Paulo, a obra de Mota busca a ruptura com a própria engrenagem que concorreu para produzi-la, uma deriva na “ordem do discurso” celebrativa. Ainda assim, ele admite as suas “afinidades eletivas” direta ou indiretamente. Em considerações feitas por Darcy Ribeiro, transcritas em edições recentes

²²⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Universidade, realização da revolução democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 157.

do próprio *Ideologia da Cultura Brasileira*, é afirmado ser esta última uma “tese acadêmica de louvação da USP”, acrescentando que foi “escrita para os examinadores”, vaticinando por fim que é “boa de ler, criticamente”.²²⁸ Isso ocorre porque “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social”,²²⁹ e é sabido que o próprio livro de Mota foi produzido dentro de um contexto do qual depende os argumentos apresentados. Mas já são outras ideologias, pelo menos bastante metamorfoseadas, tendo como base o projeto inicial.

A Universidade de São Paulo teve diversas variações em sua história. A da geração de Carlos Guilherme Mota, formada na influência de Florestan Fernandes e marcada pela ditadura civil-militar, abalou alguns ídolos que haviam sido hegemônicos na mesma universidade décadas atrás. Esse é um cruzamento da relação institucional que ora fabricam altares, e em momento seguinte promovem a sua quebra e profanação.

Fernando Azevedo aparece no texto como um ideólogo que desejava fazer uma restauração da cultura brasileira através da escola e da educação. Júlio de Mesquita Filho partiu em interesse semelhante, algo que já estava manifesto no embrião de *A Crise Nacional*, nove anos antes da fundação da Universidade. Nove anos, aliás, vertiginosos em acontecimentos para Júlio, que em menos de uma década participou de flertes intensos com o mundo político e se mostrou decidido a interferir no cenário das instituições. O intérprete havia se misturado intensamente à ação.

A pesquisadora Priscila Elisabete da Silva, em tese que busca compreender como a categoria de raça esteve implicada no que chama de “projeto USP”, descreveu com minúcia o processo de criação da Universidade de São Paulo. Este contou com Fernando Azevedo, Júlio de Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira como figuras centrais.²³⁰ A autora aponta que a criação da Universidade pode ser pensada numa “temporalidade projetiva”, que foi gestada ao longo das primeiras décadas do século XX. Para efeito da presente discussão, analiso o projeto de acordo com as condições históricas de possibilidade que se faziam presentes, mas também como resposta a uma anunciada crise, nomeada de maneira mais significativa por Mesquita Filho em *A Crise Nacional*, conforme já descrevi no capítulo anterior.

²²⁸ RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1985, verbete 2.271. MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 409.

²²⁹ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

²³⁰ SILVA, Priscila Elisabete. *Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1945)*. São Paulo: s.n., 2015. p. 23.

A Universidade de São Paulo se configura como um projeto de resposta ao poder político, nos moldes da crítica intelectual, fundada pelo Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Júlio atuou após o primeiro exílio como um projetista institucional. Quando foi novamente exilado, no final da década de 1930, responderia com um produto intelectual, que foi os *Ensaio Sul-Americanos*, como discutirei adiante. A construção institucional e o projeto intelectual mantêm entre si uma relação umbilical, tanto de orientação teórica quanto política.

A criação da Universidade de São Paulo expressa, de modo exemplar, a articulação entre projeto intelectual, intervenção política e construção institucional. Constitui-se como resposta à crise das elites paulistas no contexto da Revolução de 1930, e da reorganização do Estado brasileiro sob as bases do autoritarismo modernizador.

A figura de Júlio de Mesquita Filho é fundamental para compreender essa dinâmica, pois nele se condensam, simultaneamente, as funções do intelectual que interpreta a crise nacional, do agente político que projeta reformas e do dirigente que intervém diretamente na edificação de instituições, em consonância com a tradição weberiana do “intelectual político”²³¹ e com a noção gramsciana de “intelectual orgânico”.²³²

A hipótese que desenvolvo é que o “projeto USP” foi concebido sob uma “temporalidade projetiva” – conforme formula Priscila Elisabete da Silva – e se apresentou como tentativa de restaurar a hegemonia das elites ilustradas paulistas através da educação superior, num gesto de refundação cultural e política que encontra raízes na reflexão sobre a crise nacional elaborada por Mesquita Filho desde *A Crise Nacional* (1925). Esse movimento revela uma prática típica das elites brasileiras, tal como descrita por Florestan Fernandes, que associava a modernização técnico-institucional à conservação das estruturas de poder oligárquico, articulando uma modernização conservadora que renova as formas de dominação sem transformá-las substantivamente.

A criação da Universidade de São Paulo não é apenas um acontecimento institucional, mas também um gesto intelectual e político que, no limite, estabelece a imposição de uma visão legítima sobre a cultura nacional e sobre os critérios de excelência intelectual. A função histórica da USP une saber, poder e formação institucional no Brasil, bem como estabelece as condições de possibilidade para a existência de intelectuais-construtores na conformação do Estado e da cultura nacional. Essa chave, que articula a história intelectual e a sociologia das

²³¹ WEBER, Max. **A política como vocação**. Tradução de Sérgio Bath. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

²³² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

elites, se mostra factual conforme será discutido com mais vagar no quarto capítulo, através da legitimidade que Mesquita Filho reivindicou no seu direito de tutela da política.

Júlio é signo para a análise desse movimento dialético e conflitivo de ações e reações que permearam os anos vinte e penetraram na década seguinte. As respostas que ele deu à “crise” diagnosticada em *A Crise Nacional* desenham o mapa da interpretação de Brasil que formulou, cuja proposta é a construção sistematizada de um projeto educacional como método de fixação de doutrinas. As forjas de mitos antagônicos que disputaram espaço na cena pública da época se expressaram de maneira viva desde quando Mesquita Filho, ao lado dos correligionários, liderou um movimento contra o governo provisório de Getúlio Vargas vestindo, ele mesmo, fazendo uso das próprias mitologias.²³³

A temporalidade que compreende a década de 1920 até a década de 1940 apresenta-se como um campo de batalha real e virtual no qual se digladiaram projetistas de Brasil, tendo em punho as suas ideias artificiosamente justificadas. São Paulo foi a “cidade mundo” de Júlio de Mesquita Filho, quando encarnou um projetista de país. No fluxo dessas circunstâncias se tornaria um errante pelos próximos anos enquanto o que ficaria conhecido como a “Era Vargas” se consolidava como o projeto sociedade momentaneamente hegemônico.

Os rastros dessas dinâmicas se tornam evidências de disputas acirradas no campo das ideias. Acompanhamos a seguir trechos de depoimentos de Darcy Ribeiro²³⁴ e Paulo Duarte²³⁵ e escritos de Júlio de Mesquita Filho, dirigente do Jornal *O Estado de São Paulo*, tendo este

²³³ Na monografia *Nação como retórica* (2018), tratei do movimento constitucionalista de 1932, especialmente através da correspondência entre Júlio de Mesquita Filho e sua esposa, Marina Vieira de Carvalho. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos, Picos, 2018.

²³⁴ A contraposição entre Júlio de Mesquita Filho e Darcy Ribeiro, embora raramente tematizada de forma direta, expressa duas concepções antagônicas de Universidade e de projeto nacional. Enquanto Mesquita, articulador da criação da USP em 1934, entendia a educação superior como instrumento de formação das elites dirigentes e da manutenção da ordem social, Darcy Ribeiro, idealizador da UnB em 1962, via a Universidade como motor de transformação estrutural da sociedade brasileira. Para ele, a educação deveria emancipar, e não tutelar; servir ao povo, e não às oligarquias. Ao trazer Darcy Ribeiro para esta análise, visamos tensionar a lógica liberal-autoritária que sustenta o pensamento de Mesquita, colocando em evidência as disputas de sentido em torno da própria ideia de civilização no Brasil.

²³⁵ Paulo Duarte foi parceiro político e intelectual de Júlio de Mesquita Filho, especialmente nos anos 1930, tendo atuado ativamente na criação da Universidade de São Paulo e na consolidação de um imaginário paulista de civilização. Após o exílio forçado durante o Estado Novo, Duarte escreveu diversos testemunhos que ajudaram a forjar uma imagem heroica de Mesquita como patriota e educador. Sua presença nesta tese se justifica não apenas por seu papel ativo na tessitura institucional do projeto uspiano, mas também como produtor de memórias e narrativas que reforçam a mitologia liberal-conservadora do Estado de São Paulo. Ao mobilizá-lo, buscamos compreender os processos de legitimação e transmissão desse imaginário, bem como as ambiguidades da própria experiência intelectual paulista.

último como ponto de convergência. Problematisa as intenções que preocuparam e mobilizaram os sujeitos de estirpe intelectual, bem como as suas maneiras de se inscrever no tempo estimulados por determinados *ethos*. Os enunciados da sociologia e os projetos de centros educacionais são aspectos predominantes na trajetória de Júlio de Mesquita Filho.

Como já estabelecido no capítulo anterior, a construção da temporalidade não significa habitar o mundo dentro dos mesmos anos do calendário, e não é uma questão de cronologia. Júlio vive as ressonâncias de experiências que se estabeleceram na década de 1920, em São Paulo. Demarca, também, atravessamentos e relações conflituosas entre personagens da intelectualidade pertencentes a “grupos-geração” diversos.²³⁶ A batalha pela narrativa hegemônica não começa ou termina de um dia para outro, pois está diluída na temporalidade anterior e ulterior aos limites da vida de qualquer personagem. A constituição de um Estado independente, seja qual for a sua configuração institucional, passa necessariamente pelos contornos dos projetos de educação, pelos orçamentos a eles dedicados, e pela reflexão intelectual que os animam.

II

Uma entrevista com Sérgio Buarque de Holanda publicada originalmente pela *Folha de São Paulo* em 26 de junho de 1977, cujos interlocutores eram Tarso de Castro, Paulo Duarte, Moacir Amâncio, Miguel Fontoura e Sérgio Gomes, evidencia a centralidade que a Universidade de São Paulo buscava no debate público do país. O título é sugestivo: “Os velhos mestres”, circunscrevendo todo um espírito do tempo que se relaciona com o mundo intelectual. A entrevista discute a dinâmica educacional no contexto paulista de maneira específica, e brasileira de maneira geral. Acrescente-se ainda que São Paulo é, novamente, agenciado como a expressão nacional.

Os sujeitos supramencionados demonstram preocupação pelos caminhos tomados recentemente (no contexto da entrevista) pela universidade brasileira, vista por todos como

²³⁶ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014. p. 152.

um lugar do esclarecimento, então tomada pela ditadura civil-militar. A latência de ideias trazidas por esse pequeno texto permite um olhar amplo por todos os tempos misturados que veiculavam a essa aproximação ao *fin de siècle*. Mostra também a universidade como um campo em disputa, da profusão de narrativas e verdades a serem defendidas com tanto ardor, esse passado onde “velhos mestres” estão a esgrimir os seus pontos de vista.

Duas entrevistas elaboradas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) no interior do projeto "História da Ciência no Brasil", são informativas a respeito do quadro geral da universidade de São Paulo, e as relações com Júlio de Mesquita Filho no ato da sua fundação. O primeiro é Paulo Duarte, referenciado por Carlos Guilherme Mota como um importante intelectual do pensamento social brasileiro,²³⁷ entrevistado em 1977.²³⁸ Duarte, ao lado de Mesquita Filho, estava entre os intelectuais que receberam a “missão francesa” na USP na década de 1930. As impressões de Paulo Duarte, personagem que esteve próximo de Júlio de Mesquita Filho e manteve amizade por um extenso período da vida, mostram muitos dos interesses deste último.

O segundo é Darcy Ribeiro. Os trechos em foco são sobre um encontro entre Ribeiro e Mesquita Filho para tratarem das concepções de universidade no Brasil, evidenciando-se enquanto objeto de litígio e um significante em disputa. É um depoimento conflituoso, com uma perspectiva mais agressiva do que a de Paulo Duarte.²³⁹

Não é possível prescindir de informações do próprio Mesquita Filho, como as que anotou em 1939, quando se encontrava exilado pelo Estado Novo que então vigorava. Como já era um renomado jornalista, ligado a associações internacionais de imprensa, passa a colaborar com alguns periódicos estrangeiros. No caso, o *La Prensa*, que no final da década de 1930 organizou dossiês sobre o tema das cidades universitárias na América Latina.

Numa nota deste documento datilografado, consta que o texto que o brasileiro exilado escreveu foi “o terceiro de uma série que o grande órgão da imprensa platina vem publicando sobre o problema da construção de cidades universitárias”, acrescentando que “vêm assinados pelas maiores sumidades sul-americanas no assunto”.²⁴⁰ Essa descrição nos mostra a

²³⁷ MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história: perfis e contrapontos**. São Paulo: Globo, 2010. p. 48, 123, 178, 218, 259, 310.

²³⁸ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

²³⁹ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p.

²⁴⁰ FILHO, Júlio de Mesquita. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939. p. 06.

notoriedade adquirida no concerto de intelectuais que então se esforçavam em consolidar projetos de pensamento social. Reiterado isso, é razoável admitir que nenhuma influência adquirida é insignificante no debate político.

No início da história contada por Paulo Duarte, fala-se longamente sobre como entrou em contato com as ciências e a sua carreira acadêmica nos dias iniciais da sua atuação na Universidade de São Paulo. É nesse ponto, da fundação da USP, que o personagem Mesquita Filho se entrelaça com a história de Paulo Duarte. Segundo ele, sem Júlio de Mesquita Filho não poderia existir a universidade. Quando os dois se conheceram, ainda na década de 1920, Duarte aponta o que afirma ter sido algumas percepções daquela época:

[...] Aí fiquei conhecendo o pensamento do Júlio Mesquita. E o Julinho era um excelente sociólogo. Ele era, por assim dizer, um autodidata. Ele não teve uma carreira de Sociologia. Ele estudou na Suíça, onde fez a formação secundária dele. Veio da Suíça para São Paulo, e fez o curso da Faculdade de Direito.²⁴¹

Conforme a tese proposta por Carlos Guilherme Mota, os intelectuais no Brasil passaram a agir nas fissuras da prática política como um meio considerado estratégico no terreno das influências. Júlio de Mesquita Filho foi um sujeito cuja trajetória pessoal e intelectual esteve em sintonia fina com uma ideia liberal de Brasil, com militâncias diversas. Tais militância foram mapeadas em textos anteriormente produzidos: o envolvimento no “Movimento Constitucionalista” de 1932, que lhe rendeu um exílio; depois desse engajamento bélico e frustrado, a sua vertente intelectual se faria presente em textos produzidos para os editoriais *Notas e Informações* no período que foi dirigente do *O Estado de São Paulo*, publicados posteriormente como livros.

É digno de nota a correspondência mantida com intelectuais brasileiros conhecidos, como Monteiro Lobato e estrangeiros, a exemplo de Fernand Braudel e Raymond Aron. Não se tratava de um intelectual do insólito, isolado da prática social. É notória a existência de correligionários, conforme fica claro a partir do tom quase-épico de Paulo Duarte, fazendo uma certa elegia das intenções de Júlio de Mesquita Filho e as suas ferramentas sociológicas adquiridas autodidaticamente, a partir dos seus estudos na Suíça.

Nesses embates intelectuais, as pistas de um “pensamento brasileiro” indicam a presença de esforços em forjar um tempo brasileiro, como veremos adiante através do depoimento de Darcy Ribeiro. Quando os esforços bélicos falharam em consolidar projetos,

²⁴¹ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

formas mais sutis poderiam ser consideradas para “transformar o país”, ou afinar a melodia político-cultural sob determinado diapasão.

Stuart Schwartz anota a existência do paradoxo do Brasil ser “tanto uma ideia quanto um lugar”, e que grupos de intelectuais de épocas distintas entraram, por seu turno, numa corrida para redefinir e reinterpretar o significado da “ideia” e remanejar a materialidade do “lugar”. Temos então a busca de um “verdadeiro Brasil”, flertando em cada momento com os diversos brasis, uma “estratégia argumentativa e discursiva” que significava uma projeção para o futuro.

Em outras palavras, as ferramentas envolvidas para fazer parecer transcendente e definitivo um determinado Brasil, envolviam estratégias que tinham variados níveis: primeiro, estava implícito a existência de “verdadeiros brasileiros”; depois, tal narrativa tinha de se fazer o mais verossímil e autoevidente. Júlio de Mesquita Filho participava dessa esgrima ideológica carregando como armas certas noções sociológicas e um projeto educacional. O trecho abaixo é sintomático desse esforço em se inserir nessa ordem discursiva:

Quando ele foi para o Estado, levou o germe da sua questão universitária. Da necessidade de uma universidade, porque ele era muito lúcido, tinha estudado muito bem. Ele era sociólogo, era um durkheimiano. Até eu dizia: “O Julinho é tão durkheimiano, que se amanhã apresentar-se um crepúsculo vermelho demais, ele diz: Não, aquilo não existe, porque Durkheim não previu. Ele era do grupo, foi ele que fez o Fernando de Azevedo durkheimiano. Fernando de Azevedo era durkheimiano também, até morrer”. Pois é, o Julinho, um dia lembrou de fazer um inquérito sobre o ensino em São Paulo. O ensino primário, o ensino médio, o secundário e o superior.²⁴²

Esse trecho indica um esforço em situar a universidade paulista dentro dos paradigmas científicos demarcados em torno de um mecanicismo ansioso por precisão, sem possibilidade de falhas. O modelo deveria ser rígido, para refletir a criação de uma pátria forjada pelas letras. Quando o entrevistador indaga Paulo Duarte acerca da finalidade de todos esses esforços para a criação de uma cidade universitária em São Paulo, menciona que num certo discurso de Mesquita Filho, afirmou ter sido “vencido pelas armas” e justifica que a USP seria uma maneira de recuperar a “hegemonia perdida”. Essa provocação causa efeito, e Duarte admite prontamente que a criação da universidade era sim “um ato político”, acrescentando

²⁴² DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 21.

que “[...] o sentido do discurso do Julinho é o sentido cultural, é a conquista do Brasil pela cultura. E a cultura estava na Universidade de São Paulo”.²⁴³

A busca pela hegemonia fica clara no já citado discurso de 1937.²⁴⁴ É tratado em termos de “São Paulo e a Revolução”. Referia-se a 1932 quando afirmou que a derrota dos “constitucionalistas” colocava São Paulo em posição de reformar o “aparelhamento escolar do país”. A cultura universitária deveria ser capaz de emular saltos civilizatórios claros, atuando como freios para tendências indesejáveis que “os movimentos de 1922, de 24, e 30 e 32 nada mais faziam do que prenunciar”. A visão de história que costurava o “tenentismo”, “revolução de 30” e “revolução constitucionalista” na mesma sequência, era aquela que Júlio acalentava. O ato fundacional da Universidade de São Paulo, e particularmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, representava a mobilização da visão de civilização.

A batalha pelo futuro do Brasil envolve interesses familiares, de clãs, e assim a batalha é travada – no caso de Júlio de Mesquita Filho, tomando de empréstimo as antigas formas “bandeirantes”, misturadas a poções modernas e liberais. Tratava-se de fundar um *horizonte de expectativas* para a Nação, um ser brasileiro. Mesmo quando esses projetos se opunham radicalmente, os projetistas de Brasil se aproximavam no objetivo de elaborar “uma proposta de tempo” brasileiro.

Dentro desses embates epistemológicos e estéticos para a definição da cultura e da sociedade brasileira, os seus representantes não estavam vinculados a apenas um espectro político. Fazemos cá essa conexão como demonstração que, de fato, as batalhas pela autoridade de dizer a cultura brasileira se articulam como prioridade vital por intelectuais de várias áreas e posições políticas. Quando Júlio de Mesquita Filho, cercado por nomes como o próprio Paulo Duarte e políticos como Armando Sales de Oliveira, se propõe a erigir uma universidade, aponta justamente para o teor político explícito nos projetos que envolvem o saber e o poder.

Paulo Duarte é questionado sobre de quem partia o ato político anteriormente enfatizado, se seria da “elite paulista”. A resposta obtida é que Armando Sales de Oliveira, cunhado de Mesquita Filho, seria o arquiteto do ato político de conquista cultural. Nesse ponto, o relato do entrevistado ganha um tom prolixo:

²⁴³ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 119. Grifos meus.

²⁴⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. São Paulo e a Revolução. In: _____. **Política e Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

[...] Tivemos, em São Paulo, o Armando Sales de Oliveira, que era realmente um homem excepcional, sob o ponto de vista de cultura, honestidade e de princípios. Ele se recusou a fazer um Governo totalitário em São Paulo, sendo um representante do Getúlio. Fundou uma Universidade; permitiu que se fundasse um Departamento de Cultura. Ele tinha os olhos voltados para a cultura, e teve ao lado dele o Julinho, que era um reacionário, não tem dúvida nenhuma, mas um homem de alta cultura. E o Julinho foi a alma da Universidade, e o vigilante da Universidade, principalmente.²⁴⁵

As referências a Armando Sales de Oliveira como político ideal, tendo Júlio de Mesquita Filho como escudeiro intelectual, são intrigantes. Ligados por um elo de parentesco – com Sales de Oliveira casado com uma irmã de Mesquita Filho – dá um tom especialmente patrimonialista ao ideal de cultura que buscavam consolidar. A proximidade familiar com Armando Sales de Oliveira é suficiente para evocar, em termos althusserianos, o municiamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O AIE familiar está intimamente ligado ao escolar, da informação (através do OESP) e cultural.²⁴⁶

Definido como a “alma da Universidade”, o paladino da cultura também é a introdução de ideias no interior das negociações com os projetos antiliberais. Essa proeza é realizada com a criação da Universidade de São Paulo, a partir da qual cultivou “todos os franceses e estrangeiros que passavam pela cidade cosmopolita”.²⁴⁷ Nesse interim, a vontade dos intelectuais que atuaram no tempo da “segunda República” em empreender uma mudança efetiva na sociedade representa uma profunda convicção, como que se auto atribuísem uma tarefa heroica, uma missão urgente.

Não esqueçamos, todavia, as premissas envolvidas. Quando o termo “reacionário” é utilizado por Paulo Duarte para designar Mesquita Filho, quer sugerir que o labor das elites intelectuais fosse um trabalho solitário, aristocrático? Foi com esse escopo que a historiadora Maria Helena Capelato desenvolveu o livro *Os arautos do liberalismo*, tendo como objeto de pesquisa o jornal *O Estado de São Paulo* entre as décadas de 1920 e 1945, período em que Júlio de Mesquita Filho esteve na direção. Segundo a autora, “o intelecto despótico se transformou em instrumento de domínio de si e dos outros”.²⁴⁸ Os chamados “universais” – Justiça e Verdade, principalmente –, foram convertidos em espadas e escudos dessa *intelligentsia* que não hesitava em empreender projetos dos quais as massas estavam

²⁴⁵ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 121.

²⁴⁶ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Lisboa: Presença, 1974.

²⁴⁷ MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história**: perfis e contrapontos. São Paulo: Globo, 2010. p. 122.

²⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

excluídas, ao menos no curto prazo; a justificativa que davam era que eventualmente todos seriam beneficiados pelo progresso futuro da nação.

Não sendo possível nem desejável esgotar o longo depoimento de Paulo Duarte, algumas questões tratadas por ele podem ser olhadas por outro lado, da perspectiva de Darcy Ribeiro. O político e antropólogo mineiro, mesmo falando de maneira lacônica sobre Mesquita Filho, fornece uma visão sobre o clima reinante no encontro entre aquele envolvido na criação da USP e o que ajudou a fundar a UNB.

Concedido em 1978, o depoimento de Darcy Ribeiro assemelha em muitos pontos ao de Paulo Duarte, no que se refere ao seu motivo. Faz parte também do projeto "História da ciência no Brasil", sob a coordenação de Simon Schwartzman. Darcy Ribeiro foi um dos 77 cientistas brasileiros entrevistados. Falou sobre sua vida profissional, o que significava atividade científica para ele, com ênfase no ambiente científico e cultural no país, frisando a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo.²⁴⁹

O Darcy esteve envolvido em momentos cruciais de grandes reviravoltas no tecido político-cultural brasileiro, sendo, por exemplo, “um dos responsáveis pelo histórico Programa de Reformas de Base antes de 64, e ter sido dos poucos que resistiram concretamente aos golpistas civis e militares, até o último minuto”.²⁵⁰ As militâncias empreendidas ao longo de parte significativa da vida são amplamente conhecidas. Em *O povo brasileiro*, sua obra síntese, Ribeiro lança logo na introdução uma imagem que é especialmente reveladora sobre o seu estilo crítico ao elitismo brasileiro.

Para ele, o “povo-massa” permanece “sofrido e perplexo”, vendo na ordem social que define como tirânica “um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de serem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis”.²⁵¹ Nesse ponto, é nítida a afiada postura crítica, semelhante à abordagem de Florestan Fernandes sobre a “autocracia burguesa” (que discuti ao longo do capítulo 1), e em oposição clara aos motes de Júlio de

²⁴⁹ Todas essas entrevistas se encontram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC", Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984).

²⁵⁰ "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC", Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984). p. 209.

²⁵¹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 22.

Mesquita Filho. Fortaleceu uma narrativa de aspiração antielitista “como marca mais sobressalente de seu discurso sobre o Brasil.”²⁵²

Dado o acúmulo de informações, é possível entender Ribeiro como um intelectual orgânico que criticava um tipo de cultura vigente e, ao mesmo tempo, propunha outra – tornando-o um crítico e ideólogo. Esse rápido perfil nos guia a melhor compreender os afetos envolvidos num encontro em mesa redonda entre Darcy e Júlio de Mesquita Filho para falar de temas que eram caros a ambos e apresentavam conclusões em muitos pontos conflitantes. Na entrevista concedida por Darcy Ribeiro ao CPDOC,²⁵³ Mesquita Filho aparece representado em sua fala como parte daquela elite que combatia.

No contraste, é possível observar a distância fundamental entre os fins da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UNB). Ao mesmo tempo, o destino pretendido parecia bastante semelhante nas suas conclusões. Como pensador ligado a criação da instituição de Brasília, Darcy Ribeiro passa a definir, sob sua perspectiva, o que ela representava para o projeto de sociedade que habitava seus desejos:

Então, a Universidade de Brasília teve um efeito tremendo sobre o Brasil, porque ela apresentou uma tábua de valores, uma tábua de contraste. Uma universidade que podia ser uma universidade adequada para o Brasil, para dominar o saber, para cultivar o saber e para aplicar o saber. Colocando isto em pauta, se podia ver a loucura que eram as outras universidades. O entusiasmo que a Universidade de Brasília provocou nos meios intelectuais brasileiros que estavam descontentes foi tremendo. E, ao mesmo tempo, ela representou uma crítica severíssima à gente contente. Então, surgiram atitudes, desde as bobocas atitudes da Universidade de São Paulo que, com ciúmes, tinha falado mal de Brasília...²⁵⁴

A vontade de intervenção efetiva de uma instituição, nas palavras de Ribeiro acima transcritas, é a busca de consolidação de contraponto às demais Universidades que então existia. A referida crítica a “gente contente” era o mote central, como uma maneira de dizer que seria um instrumento de franco ataque às tradições. Nesse ponto específico, fica evidente do porquê do encontro entre Ribeiro e Mesquita Filho ter sido conflituoso, a saber, um antagonismo de perspectivas sobre as finalidades e prioridades da educação no país.

O caso é que essas batalhas discursivas moviam tantos afetos quanto as bélicas. Eram contendidas entre filosofias pessoais que permitem entrever, em franco combate, os espíritos de

²⁵² BOMENY, Helena. Aposto no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um País. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 343.

²⁵³ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p.

²⁵⁴ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p. p. 43.

sujeitos que foram contemporâneos. Nessa busca de recuperação/criação de horizontes, fundição de uma proposta de tempo, e uma “tábua de contraste” no plano do “cultivo do saber”, os antagonismos se mostram. As representações de mundo implicam um lugar social que vai influenciar diretamente nos esforços de classificar entre si os objetos visíveis e as suas respectivas conclusões.²⁵⁵

Com efeito, no momento seguinte ao trecho supracitado, Ribeiro relata as impressões sobre o encontro com Júlio de Mesquita Filho em uma ocasião para falarem dos temas caros à produção de saber no país. Esse fragmento da entrevista demonstra como os antagonismos e as diferenças se operaram, quando Darcy Ribeiro destaca intensas discordâncias ao projeto político da Universidade de São Paulo e buscava colocá-lo em dúvida:

[...] Aí há um episódio muito gozado. Fui uma vez a São Paulo para fazer uma conferência a quatro mãos, ou a duas bocas, com o Júlio de Mesquita Filho, que era o diretor do Estado de São Paulo e que hoje tem o nome na Universidade de São Paulo. O Júlio de Mesquita Filho foi uma espécie de patrocinador da USP. E ele, embora fosse um tipo, assim, com um certo interesse cultural, era uma espécie de ditador, também, da vida universitária. *O Estado de São Paulo ajudou, apoiou, mas também exigiu muita coisa.* Por exemplo, ele chegou a fazer a maravilha de colocar o aio dos filhos dele, o professor de repetição de curso primário, que era um débil mental, chamado Laerte Ramos, na universidade de São Paulo. E esse Laerte, porque era aio da família Júlio de Mesquita quando nós caímos em Brasília; quando saiu o Zeferino Vaz, que era um homem competente – é que foi chamado para enterrar a Universidade de Brasília. Esse homem foi quem quebrou a louça, quem liquidou os professores, quem expulsou 200 e tantos professores da Universidade de Brasília. Foi esse imbecil, que era aio dos Mesquita. Então, estive com o Júlio de Mesquita para fazer uma conferência, e o Júlio Mesquita trouxe a conferência escrita no bolso, e ficou meio constrangido, porque *a conferenciazinha dele era para dizer como o Armando de Salles Oliveira tinha criado a Universidade de São Paulo e a maravilha que era a Universidade de São Paulo. E eualaria da maravilha que era a Universidade que eu estava fazendo em Brasília.* Aí, eu, ao invés de falar disso, comecei a contar a história da Universidade de São Paulo, dizendo que o Armando de Salles Oliveira e o grupo Júlio de Mesquita podiam ter tido uma grande influência, mas não tiveram porque foram vencidos pelas grandes escolas. Eles quiseram, como Anísio Teixeira, fazer uma universidade integrada, mas as grandes escolas jamais admitiram que seus alunos passassem pela Faculdade de Filosofia para fazer o curso de Matemática ou qualquer outra coisa [...]

Ele ficou com a cara no chão, porque não pôde ler o discurso dele. Fez só algumas observações, porque, realmente, estava sem discurso. E, de certa forma, era verdade o que eu dizia, que Brasília retomava, não a ideia do Armando de Salles, mas o espírito que informou aquilo, que era criar uma

²⁵⁵ Análise guiada por alguns postulados de Michel Foucault, especialmente no seu livro *As Palavras e as coisas*. Ver: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins fontes, 1999. p. 173.

universidade integrada. A Universidade de Brasília, ao ser proposta, provocou ciúmes em São Paulo – que era a melhor atitude, ainda. Ciúme competitivo, bom. Essa emulação que ocorre entre as instituições científicas, que é uma coisa grata, boa. Mas provocou irritação, ciúme, raiva, em quantos catedráticos imbecis e ruins havia nesse país [...].²⁵⁶

Esse trecho da fala de Ribeiro parece reiterar a afirmação de ser ele um “homem de fé e partido”. Também dá a impressão de desvelar o seu estilo costumeiramente enfático. Textualmente, o que temos é um homem contando uma experiência intensa em meio a uma conferência. Se lida a contrapelo, trata-se da fala de um sujeito defendendo um ponto de vista e colocando-se como o desbaratador de um discurso apologético do “patrocinador da USP” Mesquita Filho e combativo com os seus métodos administrativos. A “conferenciuzinha” que seria proferida por Mesquita Filho, provavelmente seria mais um dos discursos solenes que costumeiramente fazia, como acompanharemos no quarto capítulo.

Mesquita Filho era visto como um aristocrata patrocinador do saber a serviço do poder. A visão aristocrática e mesmo patrimonialista é frisada quando Ribeiro menciona o “aio” dos filhos de Júlio, seguido de um tratamento severo. Remete a característica da nobreza, cujos filhos são educados por tutores particulares.

Encontramos pistas de como os saberes dessa época efervescente, de criação de universidades no Brasil, se constituíram. Os diversos esforços de organização dos centros de saber se constituíram em *diferenças* que tornavam possível erigir uma identidade, focando de maneira notável no afastamento de perspectivas, em desfavor às suas vizinhanças e semelhanças.

Darcy Ribeiro entrega uma posição bastante dura sobre os projetos educacionais que se buscava implantar no Brasil em meados do século XX. Curiosamente, o longo trecho acima apresenta semelhanças ao seu conhecido argumento sobre a crise no sistema educacional brasileiro ser um projeto, um projeto de elite que desejava sucatear e manter as classes subalternas na obscuridade, sem acesso ao pensamento crítico. O que se apresenta nessa narrativa sobre a referida conferência é um claro antagonismo de Ribeiro em relação àqueles apresentados pela Universidade de São Paulo, da qual Júlio havia sido “patrocinador” ao lado de Armando Sales de Oliveira.

Sales de Oliveira participou ao lado de Mesquita Filho dos conflitos do movimento constitucionalista de 1932. O nativismo estava entranhado profundamente nas artérias desses

²⁵⁶ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p. p. 43-44 (Grifos nossos).

dois personagens. Por outro lado, Darcy Ribeiro era natural de Minas Gerais, aquele estado da federação que havia sido considerado “traidor” do movimento paulista. Esse encontro fugaz entre o paulista e o mineiro ter despertado uma contenda de regionalismos não é uma possibilidade histórica insignificante, mostrando como o desejo e a política não são elementos naturalmente separáveis.

Nesse contexto de debates retóricos acerca do tema da nacionalidade e flertaram com os nativismos, os jornais foram veículos privilegiados para a ancoragem daqueles. Ser proprietário de um significava o manejo de um manancial discursivo, como veremos adiante. Era exatamente Júlio de Mesquita Filho o dirigente e membro da sociedade anônima que detinha as ações de um jornal. Em que medida esse sujeito buscou ampliar a sua influência no seio do mundo intelectual?

O Estado de São Paulo foi tomado como objeto de pesquisa histórica pelas historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, reunidos no livro *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo.”*²⁵⁷ As historiadoras mapearam que os discursos d’o *Estado de São Paulo* eram expressões de vozes das elites dominantes que se dirigiam a grupos sociais que desejavam representar e/ou convencer. Essas elites dominantes seriam “as classes proprietárias – sem distinção de frações ou grupos específicos –, isto é, a visão daqueles que defendem a manutenção das estruturas econômico-sociais vigentes”. Em outras palavras, segundo Capelato e Prado, a direção do jornal veio de uma tradição conservadora (como também já aponte no capítulo 1).

Darcy Ribeiro situou Mesquita Filho como “patrocinador da USP”, acrescentando que se tornaria uma “espécie de ditador” da vida universitária. Quando o tema era as configurações de universidades, é salutar compreender o que pensava ele próprio sobre isso, pois o conflito está sempre presente nas estruturas sociais. Um espelho desse fenômeno, mesmo que desfocado e traduzido em suas respectivas linguagens, se apresenta nas paixões presentes nos trechos de depoimentos anteriores, contados em tons de “era uma vez”. Temos em vista, contudo, que esses depoimentos não tratam de “uma imagem eterna do passado”.²⁵⁸ Escrevendo nesse mote de definir o destino das ciências, sua utilidade e seus lugares propagação, diria que:

²⁵⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

²⁵⁸ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 250.

[...] A mais rigorosa unidade assim intelectual como moral caracterizava a vida desses ilustres centros de alta cultura [o que considerava os maiores centros de saber ao redor do mundo]. Como é sabido, essa unidade era ainda fortalecida pelo fato de ter sido durante séculos o latim a única língua não somente admitida nos cursos, mas ainda nas obras impressas, o que fazia das universidades e dos homens cultos da época uma espécie de sociedade internacional pairando acima das diferentes nacionalidades.²⁵⁹

Esse escrito de Júlio aponta para perspectivas bastante particulares de interpretação. Remete a ideias como “alta cultura” e transcendências ligadas a concepções de nação. Júlio de Mesquita Filho passa a concentrar suas ações dentro das possibilidades de recuperação dos destinos de um país ao qual desejava ofertar um projeto, e seduzido por determinada utopia. O que, historicamente, possibilitou imaginar uma nação, segundo Benedict Anderson, é a ideia que uma língua antiga – como o latim – que fornecia o acesso à verdade ontológica. A questão do Latim é mencionada no trecho acima transcrito, fortalecendo a hipótese de estar este intelectual buscando uma realidade nacional, já que essa ideia por muito sustentou as comunidades nacionais.²⁶⁰ Júlio pretendia uma coesão de propósitos nacionais, tendo a universidade que fundou como eixo.

Essas ideias proporcionavam aos seres humanos um sentido superior, enraizando a sua existência à natureza das coisas. Em outras palavras, elementos que tornava suportável as fatalidades e contingências cotidianas, como servidão, a morte e a perda. Aos poucos, essas perspectivas redentoras/consoladoras foram entrando em declínio sob impacto da economia, “‘descobertas’ (sociais e científicas)”, desenvolvimento dos meios de comunicação cada vez mais rápidos.

Tudo isso levou a uma “clivagem entre cosmologia e História”. A nação surge como outra entidade transcendente que pudesse unir “fraternidade, poder e tempo”. O capitalismo editorial, segundo Anderson, foi um dos principais elementos para que as pessoas “viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas”. Nesse esforço de aferir a importância das cidades universitárias, um certo fim se fazia presente:

Tal qual hoje se observa havia idêntica troca de conhecimentos entre os grandes centros de cultura. Com o progresso das ciências, porém, essa unidade se foi pouco a pouco rompendo. À medida que a inteligência humana ia devassando mais profundidade os mistérios da natureza e que, em

²⁵⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

²⁶⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50.

consequência, se dilatavam os horizontes do ensino, novos institutos se foram criando e passando a funcionar fora da órbita e dos domínios das universidades.²⁶¹

Em resumo, o desejo de unificar novamente os saberes sob a convergência de uma cidade universitária consistia em produzir uma narrativa de sacralidade. Imaginar e consolidar uma comunidade. As referências culturais a que Mesquita Filho demonstrava estar agarrado levavam a uma cosmogonia de saberes que canalizavam ordens discursivas divididas entre apologias e críticas. Como apontado por Edward Said, “cada região do mundo produziu seus intelectuais, e cada uma dessas formações é debatida e argumentada com uma paixão ardente”, o que explica, por exemplo, a rivalidade expressa entre as concepções de Darcy Ribeiro e Júlio de Mesquita Filho.

Ainda para Said, “não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais”, e o fato desses contemporâneos se aproximarem e se afastarem em suas convicções dependem de quais movimentos históricos estiveram filiados ou tiveram simpatia, já que “os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas”.²⁶² Mesquita Filho, ao se colocar no debate intelectual, deseja verbalizar e agir de acordo com diretrizes ideológicas, disputando os significados e rumos de ideais como “revolução” e “nação” (essa discussão será retomada no quarto capítulo).

Os devires humanos estão fortemente marcados pela imagem de fim, configurada pela própria mortalidade dos sujeitos. Essa narrativa apocalíptica ganha tons mais dramáticos quando existem rupturas históricas significativas, impelindo a inteligência a criar novos começos, escavar novas passagens em labirintos que parecem ter sido obstruídos por desmoronamentos violentos.

Após o mergulho de Mesquita Filho nas ondas dos turbulentos anos 20 e a busca de recuperar a estabilidade em meio a névoa que se adensava na “noite longa e exasperante”²⁶³ através do estado de enfrentamento – expresso através do engajamento intenso no “movimento constitucionalista de 1932” –, a atuação social do proprietário do grande jornal

²⁶¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

²⁶² SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 25.

²⁶³ Expressão de Nicolau Sevcenko para refletir sobre o processo de desestabilização de conceitos sociais, inaugurado na década de 1920, após o fim da Primeira guerra. SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 313.

paulista continuava intensa. Conheceria, então, a experiência do desterro, longamente documentada na correspondência em tom angustiado que manteve com sua família. Pressionado a reinventar novos começos, passou a enxergar na intervenção intelectual um terreno de luta mais eficaz do que as armas. Como discutirei mais adiante, o mesmo sentimento norteia a escrita dos *Ensaio Sul-Americanos*.



Figura 5: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Quando escreveu o texto *Cidades Universitárias*, estava no final da década de 1930. Estava no segundo exílio. O Brasil estava sob o Governo de Getúlio Vargas. Por esse tempo, já pensava também no projeto de escrita do livro de ensaios que consolidaria o seu pensamento bandeirista. A criação da USP, universidade que Darcy Ribeiro denunciou como tendo sido penetrada pela vida pessoal de Mesquita Filho, tinha se dado alguns anos antes, logo após o seu retorno do primeiro exílio.

A parceria com o seu cunhado, Armando Sales de Oliveira (figura 5), se apresentava como um admitido revide às recentes derrotas no campo político. Os sujeitos que figuram na imagem acima, em especial Júlio, estão em busca de definir as fronteiras do Brasil, seguindo certos projetos, colonizando o futuro. Passadas essas experiências como intelectual idealizador de universidade, passou a ser considerado como uma autoridade no assunto e convidado para escrever para um órgão de imprensa estrangeiro. As suas conclusões apresentam um tom apaixonado:

Se tivermos bem em mente o espírito geral que em vimos procurando explanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitário, chegaremos logicamente, a conclusão de que um único estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: *aquela que lembre a todos os momentos tanto a estudantes como a professores as origens ibéricas da nacionalidade*. Uma universidade valerá pelo espírito que nela venha palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. A ciência, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porém que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saiba dedicar às suas origens, às suas tradições. Se isso constitui um imperativo absoluto para todos os países sem exceção, muito maior o será para os que, por circunstâncias especiais, se vêm procurados por volumosas correntes emigratórias de todos os matizes, como acontece tanto com a Argentina como com o Brasil. Por isso mesmo, impõe-se às suas elites não perder jamais a ocasião de afirmar bem alto *a mais intransigente fidelidade ao passado*. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem dentro de seus muros como em suas próprias casas?²⁶⁴

A enfática argumentação sobre o propósito da universidade traduz as prioridades éticas, étnicas e políticas do projeto de educação que propunha. O trecho sobre “as origens ibéricas da nacionalidade” sugere que este seria a direção para a qual os projetos políticos pedagógicos deveriam estar voltados. É notável que todo esse enunciado parece ser dirigido às elites, indicando o que estas não devem esquecer. A conclusão se apresenta como uma pergunta retórica que sela em definitivo o seu esforço de definir “um novo começo” que é, ao mesmo tempo, uma “intransigente fidelidade ao passado”.

Uma fina ironia se faz presente nesse momento-chave, convergindo entre desejo de criação e busca de uma tradição, remetendo a uma concepção de tempo regressiva, sugerindo uma busca de restauração da grandeza ameaçada pela crise. Essas questões se ligam a outras que seriam recuperadas mais tarde, como a construção de argumentos intelectuais que desse coerência à sua trajetória enquanto sujeito. Como veremos, isso ficará demarcado nitidamente nos *Ensaio Sul-americanos* (1946).

As problemáticas supramencionadas se debruçam em torno de um ideal de universidade que, no limite, é possível compreender como uma marca compartilhada por sujeitos intelectualizados de gerações distintas, que amealharam o discurso do poder canalizado através de instituições universitárias. Seja na perspectiva de Jean-François Sirinelli, na qual as gerações de intelectuais ocupam escalas móveis de tempo e se

²⁶⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

concatenam uma na outra,²⁶⁵ ou naquela pensada por Carlos Guilherme Mota dentro do seu longo recorte de estudos entre a década de 1930 e 1970,²⁶⁶ é possível definir afecções comuns e dissidentes entre os sujeitos Darcy Ribeiro, Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho, cada um sonhando brasis ideais a partir dos seus pontos de vista. Os olhares sobre si mesmos, sobre os outros e instituições revelam pontas discursivas que afunilam para pontos comuns. As lutas sociais se expressam no mundo intelectual, como um investimento de poder.

Júlio de Mesquita Filho está motivado intelectualmente e politicamente pelo sopro do nativismo regionalista, recebendo inspiração dos personagens do passado, cujos ombros suportariam o peso do futuro a ser construído. O mundo “ibérico” é o exemplo mais cristalino dessa tendência colonizadora.

As ressonâncias desses processos de disputas simbólicas e intelectuais se fazem presentes na entrevista “os velhos mestres”, na qual um dos personagens que constam na presente seção, Paulo Duarte, está entre o time que conversa com Sérgio Buarque de Holanda. Entre outras questões, conversa-se sobre os devires pelos quais passavam a Universidade de São Paulo, vista a partir do interior da ambiência histórica do ano de 1977, conjuntura sombria da Ditadura Civil-Militar, como decadente e desviante dos propósitos “originais”.

Aí está representado um certo pessimismo compartilhado entre intelectuais dissidentes ou não perante a truculência de um regime autoritário. A certo ponto da entrevista, Tarso de Castro demonstra uma inquietação acerca do *O Estado de São Paulo* ter sido apoiador do golpe de 1964 e mesmo assim, contraditoriamente, ter o apoio de muitos intelectuais, o que é redarguido por Paulo Duarte nos seguintes termos:

[...] sou do *O Estado*, eu trabalho no *Estado* há 57 anos. Sou do *Estado de São Paulo* e não sou *persona non grata* lá não. [...] e principalmente da família Mesquita, que tem uma influência enorme dentro do *O Estado de São Paulo*, eu sou queridíssimo. [...] Pois bem, foi o seguinte, quando veio o governo do Jango, isso trouxe pânico ao Julinho [Júlio de Mesquita Filho], que era o cabeça do *O Estado de São Paulo*. Era um homem muito inteligente e um homem muito correto.²⁶⁷

A isso, Buarque de Holanda responde laconicamente, sobre Júlio, o seguinte: “Mas era menos avançado do que o velho Júlio Mesquita” [pai de Júlio de Mesquita Filho], afirmando a seguir: “O Primeiro Júlio Mesquita: e vai piorando de geração em geração”.

²⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

²⁶⁶ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014.

²⁶⁷ MARTINS, Renato (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

Essas questões que estavam sendo discutidas 13 anos após o abril de 1964, enunciavam que, algumas vezes, os sonhos intelectuais se expressavam no horizonte histórico com fúria espectral. Já tendo Júlio de Mesquita Filho desaparecido, a marca indesejável de um regime de exceção permanecia. O seu envolvimento no caso que contribuiu para levar o *status quo* político-social brasileiro à ditadura, será discutido ao longo do quarto capítulo.

Em torno de Mesquita Filho, uma dinâmica intelectual se delineou sensivelmente e os relatos sobre ela chegaram aos nossos dias por meio de seus contemporâneos. Seja por palavras datilografadas no apagar das luzes da década de 1930, ou ditas quase quarenta anos depois através do trabalho da memória, conceitos caros a esses sujeitos se imprimem intensamente, às vezes com notável ferocidade. A fundação da universidade é comentada por Júlio em 1937, de modo que as motivações ficam evidentes nos termos políticos: de resposta à crise. O trecho a seguir foi transcrito a partir da versão que consta na publicação de *Política e Cultura* (1969):

[...] se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e de 32 nada mais faziam do que prenunciar. [...] Sabíamos por experiência própria a que terríveis aventuras nos tinha arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionariamente disposto dos destinos tanto do nosso Estado como na Nação, e, de outro, a *fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de outubro*. Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que *o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura*. Daí a fundação da nossa Universidade e consequentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.²⁶⁸

Dentro de uma lógica histórica contingente, Júlio de Mesquita Filho se engajou a explicar o Brasil, projetar um tempo. Essa projeção, no geral, era mestiça de interpretação e crítica, era também ideológica na medida que partia de lugares e interesses diferentes e seus enunciadores desejavam ser vencedores em suas respectivas ideias. O país como enigma a ser desvendado era,²⁶⁹ por igual, visto como uma tábula-rasa a ser preenchida de significados. O de Mesquita Filho trazia uma marcada tendência passadista, de tradição, embebida em mitos de excepcionalismo regional. O “problema de cultura”, expresso no trecho citado acima, é

²⁶⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. São Paulo e a Revolução. In: _____. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 164. Grifos meus.

²⁶⁹ BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um País*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

fruto do vórtice político provocado por um dissidente conservador no interim dos movimentos políticos entre as décadas de 1920 e 1930.

A fundação da universidade é, de fato, uma resposta política. É um exercício de imaginação política e social, institucionalmente validada. O jogo das tradições era feito de acordo com os situacionismos divergentes, que queria um conservadorismo de certo modo, sem estar contente com os rumos da Revolução de 1930 – que considerava usurpada. A via da cultura era representada pela via do saber. Ritual delicado de se fazer, afinal carecia de templos adequados. Os ritos ressuscitavam mitos antigos, e produzia novos. A presença como paraninfo, em 1937 e em outros momentos, não é gratuita. A solenidade das origens, do prestígio, da virtude se faz ouvir.

Mesquita Filho, um explicador e diagnosticador do Brasil a partir do discurso jornalístico e sociológico-universitário, pensa longamente os seus reivindicados ancestrais como inspirações de civilidade e civilização. A Universidade de São Paulo surge como “morada dos ancestrais”, mas com vestes modernas e afrancesadas. Todavia, recordando uma breve passagem de *Grande sertão: veredas*, “no real, as coisas acabam com menos formato, nem acabam”. Tal metáfora nos serve para pôr em suspeição esse construto nacional gelatinoso, cujas múltiplas faces já são esculpidas há quase dois séculos por muitos artistas diferentes. Essa é uma genealogia de tradições e mitos.

Júlio de Mesquita filho se coloca como um observador atento do seu tempo e, de certa forma, buscou construir a partir de si mesmo, sujeito imanente, um arcabouço de ideias que legitimasse a própria ideia de Nação. A trajetória de um sujeito que, refém de contradições como manda os devires humanos, vislumbrou um país ideal que foi fruto das suas experiências. O “caráter nacional” e a “invenção de um povo” se legitimam na palavra escrita e ações práticas. Esses engajamentos se efetuaram a partir dos encontros e desencontros com diversos dos seus contemporâneos, definindo o sentido geral da sua trajetória. A busca da imagem do pensamento sobre o Brasil, que se construiu solidificando os lugares comuns mais eficazes ou menos concretizados, parte, em grande medida, de desejos.

A agência, tão recorrente na trajetória, segue prescritiva e organizacional, fundamento que operava através de uma rede prestígios. O princípio da exclusão é um dos mais contumazes, seja do ponto de vista geopolítico-nacional-racial ou de classe. Documentos familiares apontam a existência de um significativo consenso entre os parentes e aliados históricos de que o critério econômico era um dos mais fundamentais pré-requisitos para o exercício da vida pública e política. Em uma entrevista feita na década de 1970 por Carlos

Lacerda à viúva de Júlio, Marina Mesquita, esta afirma que Armando Salles de Oliveira, cunhado do seu marido, acreditava que apenas com a “independência econômica” era possível se tornar homem público.²⁷⁰

Lacerda, que então recolhia informações para escrever uma biografia de Júlio de Mesquita Filho (nunca realizada de fato), prontamente concordou. A síntese possível dessas ideias e a realidade que elas mobilizam está justamente no caráter estamental da representação política, e por conseguinte, intelectual. A permeabilidade das castas, em termos econômicos, era praticamente nula. Os lugares sociais estavam claramente definidos quando, em 1934, Armando Sales e Mesquita Filho trabalharam na fundação da Universidade de São Paulo.

A dimensão “mística” é ressaltada, de maneira explícita, nos escritos de Júlio. A moralidade, cujo olhar altaneiro é fornecido às elites pelo saber. Um saber que ultrapassava a curta duração dos governos, alimentando a fogueira da “disciplina intelectual”. Ao mesmo tempo, a construção das elites intelectuais deve mirar na produção de uma cultura essencialmente brasileira, fundada nas tradições:

[...] tendes por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva ou, para falar a linguagem da época, tendes por principal missão criar no espírito da juventude e instilar na alma coletiva a mística nacional. [...] Sois na quase totalidade nascidos em São Paulo e se porventura alguns dentre vós não viram pela primeira a luz do Sol dentro de nossas fronteiras, aqui formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, baste que voz apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte a sombra de uma dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã. Se a tanto vos dedicardes, vereis que ao paulista de hoje o destino cometeu uma única tarefa: a de completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração.²⁷¹

Em janeiro de 1937, o acirramento político se encontrava incandescente. Essas palavras sugerem, no primeiro plano, a expressão dos antagonismos políticos em ebulição, quando as sensibilidades dos “nascidos em São Paulo” recebem, no interior do templo do saber, os sacramentos da “mística nacional”. Mesquita Filho, cuja voz autorizada ritualiza os procedimentos discursivos que misturam a modernidade das instituições acadêmicas e a tradição dos processos pretéritos. Ele sustenta a heráldica paulista e aponta o caminho.

Para isso, não cabe hesitação, não é permitido titubear. A última oração do excerto acima é lapidar: para que se complete a obra material (e colonial) do passado carece haver a produção espiritual no presente. As heranças de sangue são subjacentes ao argumento que

²⁷⁰ ENTREVISTA realizada por Carlos Lacerda a Marina Vieira de Carvalho Mesquita. Acervo particular de Ruy Mesquita Filho.

²⁷¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. A mística nacional. In: _____. **Política e Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 166.

propõe, no limite, representadas pelo elogio à semelhança, ao nascimento ocorrido dentro das fronteiras de São Paulo. Tal configuração de pensamento evidencia o espírito bélico que se materializa na esgrima intelectual e institucional.

Era um percurso que Júlio há tempos buscava construir. Na *Revista do Brasil*, editada por Júlio Mesquita e Monteiro Lobato, possibilita enxergar as preparações. Na revista, ainda em 1923 – e antes da publicação de *A Crise nacional* – Oliveira Vianna se dirigia a Mesquita Filho em carta pública. O enunciado geral desse texto-resenha é revelador de dois movimentos simultâneos: uma cultura de legitimação mútua na vida intelectual do período; o objeto que interessava o autor resenhado e o resenhista era a formação do povo brasileiro, mas o enfoque era a “comunhão paulista”. Os debates em torno da intelectualidade desses dois sujeitos demonstram, em primeiro plano, a consolidação de uma determinada realidade na qual os pensamentos compartilhados e a verdade ontológica da época deveriam ser legitimados por um discurso científico, e vice-versa.

Segundo estudo minucioso feito por Maria Stella Martins Bresciani sobre Oliveira Vianna, este intelectual defendia que “[...] o “movimento de ‘entradas’, o capítulo heroico da história dos latifúndios”, e também deliberado ato de cumprimento de dever, conferiu às populações “paulistas” uma “importância persistente em sua leitura da formação da sociedade brasileira”.²⁷² A *Revista do Brasil* e seus editores tinham interesses notáveis em fazer do nativismo emergente, um combustível para capital político. Para os envolvidos, tanto melhor que tais ideias – que já faziam parte da textura de um pensamento em circulação – ganhasse ares e tons científicos. Coloco em análise alguns trechos dos escritos de Vianna supracitados. Chamando-o de “ilustre confrade”, Vianna se dirige a Júlio em tom elogioso.

[...] O que há de propriamente novo nos meus estudos, meu brilhante confrade, o que há neles de propriamente original, é o Brasil – (a grande novidade, grande originalidade, desconhecida, não só dos estranhos, como também de nós mesmos. O preconceito, que há cem anos nos domina (conforme demonstrei no volumezinho do *Idealismo na evolução política*), de que entre nós e os grandes povos modernos não há diferenças essenciais, nos tem dispensado de voltar os olhos para essa "grande originalidade", que é o nosso povo e que, por isso mesmo, continua inteiramente ignorado. O meu esforço tem sido apenas de revelar alguns aspectos mais impressionantes desta "grande originalidade" e mostrar o erro fundamental que se contém naquele preconceito secular. Só o facto de sermos, como observa o nosso

²⁷² Para Stella Bresciani, o principal mote dos intelectuais que pensavam a formação do Estado-Nação brasileiro no século XX era definir um modelo de República funcional. O seu objeto de pesquisa é o cientista social Oliveira Vianna, mas perpassará por outros pensadores que se propuseram a essa “missão”. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 227.

insigne Alberto Torres, o único grande povo situado em regiões intertropicais, bastaria para fazer com que fossemos um "caso" à parte na economia internacional, constituindo um "problema novo" para todo o mundo, mas principalmente para nós mesmos.²⁷³

Quando a disputa política parecia engolir a República, os ecos dos eventos eram vários. Em 1922, 17 jovens tenentes e um civil descontentes com os poderes administrativos do país, marcharam contra milhares de soldados do governo e foram quase todos imolados nas areias da praia de Copacabana. Em 1924, o “movimento tenentista” eclode e se prolonga até 1927 com a “Coluna Prestes”. Esses acontecimentos, na curta duração, eram impactantes para aqueles que lá estavam inseridos e motivava a disputa intelectual, que também é a construção e uma memória autorizada. Júlio de Mesquita Filho disputou esses eventos, bem como 1930, e 1932.

O esforço em produzir as narrativas se aproxima das universidades, por serem centros de poder, uma fonte de produção de enunciados sociológicos, filosóficos, então encarados como motores políticos. Via-se que esse instrumento poderia ser apropriado para cimentar uma certa visão de mundo, daí as ironias propaladas por Darcy Ribeiro sobre Júlio de Mesquita Filho, já que a participação na criação da instituição teoricamente abriria portas para que esse sujeito arrogasse o direito de deliberação. Nessas tentativas de recortar o palco cultural segundo vontades individuais – o nativismo, no exemplo de Mesquita Filho. Em outras palavras, foram intelectuais que penetraram nas brechas da política.

Os elementos do clima de uma época e as suas transformações se encontram no palco no qual Júlio de Mesquita Filho se inseriu, no caso, a Universidade de São Paulo como objeto de disputa. O estado de guerra civil em 1932 apontou para elementos e paixões que demarcam sensivelmente a mentalidade de um regionalismo, transmutado em nativismo, do qual Júlio foi fervoroso partícipe. Uma vez derrotado o movimento, entre mortos e exilados, ressurgiu das cinzas sob outro formato. Dessa vez, a contenda seria intelectual e institucional. As forças em ebulição nos anos trinta rechaçam, dentre outros, Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira. Seriam novamente exilados.

Uma imagem que demarca bem o lugar social de Júlio e de onde partiam as suas militâncias e a constituição subjetiva, intelectual e humana: mesmo em tempos de ostracismo, viajaria em confortáveis camarotes “réservé aux passagers de première classe”,²⁷⁴ como pode ser lido na placa fixada no navio da imagem abaixo. O enquadramento da fotografia não é

²⁷³ VIANNA, Oliveira. A comunhão paulista. *Revista do Brasil*, 1923, anno VIII, v 23, n 92. p. 43. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26317> > Acessado em 30 de abr. de 2023.

²⁷⁴ Tradução do francês para o português: “Reservado aos passageiros da primeira classe”.

inocente, e resume em grande medida as intenções daqueles que desejaram projetar o *seu* Brasil. A guerra se impõe, uma guerra pela “alma” do Brasil, o caráter nacional. As guerras pela alma, dada a importância que o homem ocidental deu à metafísica, costumam ser das mais acirradas. Derramando-se sangue ou não, os afetos e desafetos são uma constante.



Figura 6: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

As notas retóricas e de desejo de Júlio enquanto vislumbrava o Brasil como um corpo, que buscou nele imprimir significados. No campo das ideias e dos discursos, os projetistas-ideólogos de Brasil são compostos de muitas camadas, cujo centro existe apenas na medida em relação a uma perspectiva. Em outras palavras, estaremos seguindo as pegadas daqueles que ansiavam por fazer uma “Cultura brasileira”, supostamente ausente ou coberta, tomar formas de natureza e essência. A perspectiva de Mesquita Filho foi contemplada até aqui, e o movimento que ocorria em torno dele, mostrando que não era a única história entre aqueles que, de uma maneira ou de outra, buscaram traçar uma certa ordem na confusão de uma “Babel” Latino-Americana.

No tópico seguinte, a produção dos *Ensaio Sul-Americanos* está em foco, a começar pelas circunstâncias do aparecimento do livro, o discurso a que adere, produz, bem como as alternativas que propõe. A reflexão sobre a produção de mitos, que chamei de mitopoesia, aprofunda o debate sobre o nativismo bandeirista e discute a recepção dessa perspectiva de Filosofia da História. A dimensão espectral se faz presente na remissão à categoria de “bandeirante” como um personagem-conceito que sintetiza virtudes históricas. Além disso, esse espectro irá povoar os comentários sobre o livro, quando as celebrações sobre o livro passam a sintetizar autor e obra como elementos que se fundem e se confundem.

2.2 Mitopoesse bandeirante

I

[...] Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

(Walter Benjamin – Teses sobre o conceito de História).²⁷⁵

Começo com uma imagem de 14 de julho de 1939, em Santiago, no Chile: a silhueta de Júlio de Mesquita Filho se desenhava no contraste de uma luminária da escrivaninha do hotel. Taciturno, curvado sobre folhas em branco, respirava fundo para iniciar a redação de uma carta para a sua mulher, que estava no Brasil. Parecia exausto e preocupado, afinal era um sujeito momentaneamente nômade, chegando de uma viagem de 18 dias por mar. Antes de Santiago, passara por Paris, Nova York e Washington, com o propósito de denunciar a situação política brasileira entre colegas jornalistas. Era, mais uma vez, um dissidente exilado.

Na quarta-feira seguinte, rumaria para Buenos Aires. Começou a escrever, contando para Marina que, estando prestes a completar 50 anos, a idade tirava-lhe o ânimo e “ideias covardes” passavam-lhe pela cabeça. Assuntos íntimos, como a saudade, se misturam ao ressentimento das amarguras próprias do exílio. No Brasil, a esposa escrevia que tinha

²⁷⁵ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

emagrecido e que os móveis da casa estavam encaixotados. O dirigente d'*O Estado de São Paulo* estava em conflito com os poderes constituídos no Brasil há quase uma década.²⁷⁶

O vislumbre do fracasso parecia corroer Júlio naquele momento, pois as derrotas sofridas não eram insignificantes. O cunhado, Armando Sales, havia sido pré-candidato à presidência da república em 1937, mas os planos haviam sido frustrados pela implantação do Estado Novo. Neste julho de 1939, enfrentava forças agonísticas. A imagem de altivez, tantas vezes cultivada ao longo da vida, parecia se esboroar naquela carta. Um homem face à perda das esperanças, de país em país, pensava em “capitulação”, que certamente se tratava de alguma desistência. Uma das providências tomadas para evitar a melancolia seria, entretanto, escrever um livro que estava impregnado de vontade de significação, uma obra de combate. O ato foi uma maneira de recuperar as esperanças.²⁷⁷ Evidência desse aspecto começa pela dedicatória carregada de sentimentalismo: “À Marina e a todos aqueles que a iniquidade humana banuiu da terra em que nasceram”.²⁷⁸

Júlio de Mesquita Filho foi um homem que compartilhou o seu tempo com milhões de outros. Ao escrever a cifra dos milhões, situo-o dentro do seu próprio país, o Brasil. Na temporalidade que aqui o localizo, especificamente no apagar das luzes da década de 1930, ele esteve exilado do país, durante parte da Segunda Guerra Mundial. Esteve entre os sujeitos que estiveram em ostracismo, desterrados, vivendo uma singular experiência de desenraizamento,²⁷⁹ entrando em contato com outros povos e outras culturas, ainda que algumas dessas culturas produzisse nele mais identidade do que diferença.

A fala cotidiana em francês, inglês e em espanhol fazia os seus ouvidos terem uma audição do estranhamento, mesmo com fluência nesses idiomas. A paisagem visual não tinha, nesses países, as mesmas tonalidades daquelas a que estava acostumado em São Paulo, onde vivia com sua família. Acompanharemos mais algumas correspondências para efeito de ilustração do momento turbulento que vivia no batente do maior conflito generalizado do século XX. Durante a crista da onda cujas consequências e desdobramentos se refletem em ampla duração, as circunstâncias nas quais Júlio ainda buscava se orientar no tempo, eram

²⁷⁶ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de carvalho. Santiago, Chile, 13 a 16 de julho de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁷⁷ Ver: ZELDIN, Theodore. **Uma história íntima da humanidade**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁷⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Martins Fontes, 1946.

²⁷⁹ TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Tradução de Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

delicadas. Com vislumbres do passado e anseios de futuro, estava ele envolvido em projetos, baseados nas próprias expectativas e experiências, elaborados a partir do seu lugar social.²⁸⁰

Se voltarmos alguns anos até 1932, vemos Júlio saindo do país após a sua derrota na guerra-civil que participou, o Movimento Constitucionalista paulista, nomeado à época como “Revolução”. Em 1939, estava novamente exilado do país por conta do regime de força comandado por um Getúlio Vargas vestindo as próprias mitologias, antagônicas às suas. Apátrida já no ano da eclosão do conflito no qual se usaria pela primeira vez uma bomba atômica, um tempo “extremo”. Estava lá situado o limite de ruptura entre “estágios civilizacionais”, a mesma civilização que foi sua preocupação recorrente.

As anotações para sua esposa Marina, também em trânsito, é uma superfície tátil através da qual é possível intuir certas experiências pessoais e compartilhadas, ainda que fragmentadas. A correspondência passiva recebida por Júlio, vinda Marina Vieira, é igualmente reveladora de angústias muito próprias e das urgências históricas de então.

E é através desse registro sensível e intimista que é possível organizar minimamente tais percepções, quando a bordo de um navio e a caminho de São Paulo, entre os dias 26 de abril e 4 de maio de 1939, Marina voltava ao Brasil e saía de perto do seu marido exilado. Essa missiva era encaminhada para “Mister Julio de Mesquita, c/o E. J Schuabach e co, 67 Broad Street, New York, U.S.A.”.

Julinho,

O vapor chegou às 6 e saiu às 10 da manhã. Quando subi já estávamos desatracados. Armandinho delirou com a chegada às terras brasileiras. Fez exclamações, deu largas expansões ao seu patriotismo. Eu, se disser a verdade, só senti uma tristeza profunda de chegar sozinha neste Brasil tão ingrato. A ideia me é profundamente desagradável e não me conformo com ela. Pelos jornais aí comprados parece que a situação europeia vai pedras.²⁸¹

É notável que, ao retornar de viagem e sendo compulsoriamente separada do marido pelas circunstâncias errantes, Marina tenha escrito um trecho com tom rancoroso sobre o “país ingrato” que era o Brasil. Daí os traços biográficos dessa mulher que vivia uma experiência desagradável de desenraizamento que, em outros momentos, ecoará a do seu companheiro exilado. Uma grafia da vida que denuncia a aspereza própria daquela experiência limite que viviam. Na Europa, estavam acossados por um prenúncio sombrio da

²⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

²⁸¹ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. A bordo, a caminho de São Paulo, 26 de abril a 4 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

guerra por vir. A seis de maio de 1939, Júlio enviava uma carta para a esposa dando notícias de que havia chegado nos Estados Unidos.

Nova York, 6 de maio de 1939
Marina,

[...] Deixei Paris sob atmosfera sinistra. Todos certos de que era inevitável a guerra e convencidos de que pouca coisa restaria da Europa, depois do furacão. As despedidas foram tristíssimas. Os moços, em idade militar, esperavam ver-me ainda, se não morressem na luta, e os velhos vivem na perspectiva de assistir a partida dos moços e a destruição de tudo quanto os séculos acumularam de belo e de grande. Vi a todos os amigos e conhecidos.²⁸²

Este é um testemunho do personagem que está embebido pelo repertório valorativo que concebia a Europa como o cume da civilização humana. Era maio. Em setembro, o vaticínio melancólico do jornalista exilado se realizava. Enquanto isso, na marca da data dessa missiva, “as trincheiras já foram abertas e as esquadrilhas de caça e bombardeio estão nos aeroportos prontos para alçar voo”.²⁸³

Estabelece-se a presença no fenômeno de revolta em Júlio, que parecia sentir na “atmosfera sinistra” parisiense o eco futuro nascido no “sangue e nos clamores do século”. Paradoxalmente, o que essa latência regurgitava eram os esforços da prodigiosa história do orgulho europeu.²⁸⁴ Funde-se nessa experiência as dimensões afetivas de pessoas exiladas e afastadas entre si, a angústia com a situação geopolítica mundial e os afetos tristes em relação ao território ao qual eram ligados.

A referência a uma Europa que acumulara algo “de belo e de grande” é a mesma a que já criticava Charles Baudelaire durante o século XIX. De forma semelhante, Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, estava consciente da capacidade inventiva da burguesia.²⁸⁵ Como acompanhamos no primeiro capítulo, a burguesia que Mesquita Filho era inspirada na congênere europeia, porém carregava de maneira muito mais densa a força das tradições nobiliárquicas.

Quando essas tradições de valores foram ameaçadas por tal atmosfera sombria, o desenraizamento de Júlio parece transparecer na sua persona, na medida que as suas cartas

²⁸² CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁸³ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁸⁴ CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 15-22.

²⁸⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 132.

parecem sugerir que alguns sonhos do modernismo sedutor europeu, estavam em crise. A travessia no oceano, rumo aos Estados Unidos da América, é duplamente simbólica: um exilado brasileiro, partícipe intenso da vida pública e cultural, parece exilado novamente; e, também, nesse novo desterro, se vê de súbito “em Nova York após uma viagem desagradável num vapor relativamente pequeno e transformado em um gueto alemão”, onde lançaria âncora para reforçar o seu pensamento e crenças em relação a tradição europeia do moderno transplantada na América.

Os EUA, porém, se mostraria um refúgio seguro para a tempestade que se formava no horizonte da construção de trincheiras e reunião dos soldados, passando a ser outro porto. No desenraizamento europeu, *mutatis mutandis*, já fazia a muda imediata de uma reativação das referências estáveis, do imaginário social de alguém que não se permitia ter dúvidas; aparentemente, era uma profissão de fé que tinha se incumbido de construir referências sólidas de mundo e lançar para as terras brasileiras, com as funções ideológicas que já acompanhamos. Sintomaticamente, na mesma carta que citei, Júlio se mostra aliviado por saltar em terras estadunidenses, saído do navio em que se acotovelara na travessia do mar. Os ares novaiorquinos parecem agradá-lo:

[...] Não há dúvidas nenhuma de que o norte americano criou uma coisa nova e que constitui uma contribuição ao patrimônio estético da humanidade. E isso quer queiram, quer não os europeus. Num pedaço da cidade as ruas são tão amplas que a população se escoa sem que se tenha a sensação de formigamento, que seria de esperar. Nesse sentido, Paris dá a impressão de maior densidade de população. O aspecto da gente é incomparavelmente melhor que a da Europa: no asseio, na beleza das mulheres que é realmente notável, na afabilidade de todos, que lembra o Brasil.²⁸⁶

Se voltarmos o olhar no tabuleiro do passado para algumas décadas antes dessa carta – de maneira não teleológica – uma versão jovem de Júlio estudava na Europa e tinha as suas primeiras formações. Após algumas rupturas e soldas, engajamentos no Brasil, guerras, exílio, construção de uma cidade universitária e por fim novo exílio, a versão mais envelhecida que escreveu essa carta para a sua companheira já parece disposta a mudar o centro de interesses, mas sem alterar em quase nada os signos. Apenas o posicionamento do significante se movia geograficamente. Essa busca de consistência é uma espécie de tentativa de antídoto ao “tudo o

²⁸⁶ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

que é sólido se desmancha no ar”, passando a ser tudo que se desmancha no ar pode retomar a sua solidez.

Uma certa instabilidade, no entanto, não desaparece. A empolgação dá espaço a à intranquilidade e ao mal-estar. Quem fala em seguida é o “sonho comum a imigrantes”, que é “o da impossibilidade de voltar pra casa”.²⁸⁷ Se desnuda a experiência de fratura e desenraizamento de Júlio de Mesquita Filho em relação ao país que o recebeu boa parte da vida até ali e o tomou como pátria, mas viu-se contrariado politicamente. Apesar de ter gostado de estar na “terra da liberdade”, não estava disposto para a apostasia do Brasil. A melancolia desse trecho é de singular penetração, sob forma de perguntas insistentes:

[...] E vocês por aí como vão? Que impressões teve você ao chegar? E os nossos filhos? E todos os da família? E os amigos? E São Paulo? E o Brasil? Quando verei tudo isso, de novo? Quando voltarei a viver, realmente? Ao me sentir tão longe, uma grande angústia me invade. Parece que tão cedo não será dado retomar o fio da minha verdadeira vida.²⁸⁸

As circunstâncias do seu segundo exílio rumo à França carregam traços de privilégios e prestígio – como camarotes de primeira classe –, mas ao mesmo tempo não deixa de ser uma experiência desoladora. As estruturas afetivas, como a família, os amigos, a sua cidade de origem e o seu país estão situadas em regime de incerteza; mesmo que elogie o “patrimônio estético” estadunidense, parece deslocado da sua “verdadeira vida”; a angústia que diz invadi-lo faz parte das vivências de um brasileiro no exílio que, mesmo sendo um brasileiro notável e com distinções simbólicas e materiais, ainda é um latino-americano em trânsito por Nova Iorque. Desesperança em relação a “retomar o fio da verdadeira vida” no curto prazo o torna abatido, dizendo que “[...] É verdade que o meu estado de espírito, não ajuda, antes me predispõe a achar tudo ruim”.²⁸⁹ Do Brasil, Marina recebia as missivas após uma também angustiada espera, levando-a, por vezes, a telegrafar – o que custava caro até para os padrões de uma família abastada quando em exílio. Essa aflição que separava sujeitos também criava afetos tristes.

²⁸⁷ TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Tradução de Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 16.

²⁸⁸ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁸⁹ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.



Figura 7: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) discursando para exilados brasileiros em Buenos Aires. Marina V. de C. Mesquita à esquerda (entre 1939 e 1943) (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Do ponto de vista político, a reação. Na imagem acima (figura 7), um registro de época que coloca Júlio no front de uma batalha retórica. Discursava para conterrâneos exilados, já em território argentino, faz máquina de guerra *soft power* em meio a Segunda Guerra Mundial, uma vez que um *pronunciamento* constitui também um ato de “tentar mudar o curso da história através da intervenção pública, da força, e não apenas das armas, mas das ideias, das maneiras de pensar, dos valores, das ideologias e das utopias”.²⁹⁰

O próprio ato da materialidade da fotografia tirada em momento oportuno e arquivada, manifesta um desejo de constituir uma narrativa para si, de modo que o coloque na crista de fatos históricos propriamente ditos. Esses fatos são cristalizados a partir de acontecimentos, simultâneos a tantos outros em suas similitudes e diferenças através do mundo, e que em si são surpreendentes, não assimiláveis, imprevisíveis e contingenciais. A ossificação factual pretendida por uma fotografia desse tipo é, em si, retórica. Cientes disto, passamos a sondar as texturas temporais que perpassam esses momentos da trajetória desse projetista de Brasil.

Quando as utopias se esgotam, a cronologia deixa de ser vetorizada pelo futuro. Assim, o tempo torna-se “não reconciliado”.²⁹¹ O tempo, aquilo que “contém uma infinidade de mundos”, pode ter em seu centro de gravidade um passado exemplar para ser projetado em uma modernidade flechada pelo futuro. O que acontece quando o eixo do presente se esvai? A

²⁹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

²⁹¹ PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

reorganização pode ocorrer a partir de referências já conhecidas, em modo de reificação. Aliás, essa modalidade regressiva de formulação mítica já não era exatamente uma novidade no pensamento de Mesquita Filho.

Nas aventuras e desventuras humanas de Júlio e Marina exilados, os focos no passado e referências estáveis – como a época em que “o fio das suas vidas” permanecia normal – se choca com o presente obscuro, potencialmente aterrador, e o foco no futuro. Essa fabricação de sensação de tempo que se intercala com uma experiência, configura uma das possíveis “aberrações do tempo” que influencia o pensamento de um intelectual e a sua família a tomarem determinada postura perante o mundo e o seu país.

As estruturas do pensamento que se situam na história do tempo são zigzagueantes. O tempo homogêneo, com o qual rompeu Walter Benjamin, promove uma divisão entre o que ficou soterrado no passado como um futuro abortado, influenciando acordes de tradição que gera aversão completa a vertentes de pensamentos e ações que se considera particularmente culpadas por tais instabilidades e derrotas.

Marina e Júlio voltavam a face rancorosa para Getúlio Vargas – ironicamente apelidado de Gegê nas correspondências – e tudo aquilo que lembrasse a sua influência. Ao regime varguista era atribuído o crime de roubo da pátria. Isso é cristalinamente posto em carta enviada a 18 de maio:

Chegou afinal sua carta. Fiquei tão contente! Tão contente e com tanta saudade. Li-a para os meninos ouvirem e fiz o mesmo papelão que lá em Paris lendo as de Alicinha. Botei a boca no mundo. Como esse GG estragou a nossa vida, meu Deus! Eu estou constantemente agoniada. Agora, enquanto não me vir de novo ao seu lado, não sossego.²⁹²

O tempo da cultura brasileira e os seus tecedores – ideólogos, projetistas – opera como um lenço repetidamente dobrado e amarrotado, que uma vez enfiado no bolso, faz tocar as superfícies que antes não tinham nenhuma relação aparente. Aí se faz presente a massa da memória ontológica, com lençóis e jazidas de passado, que se comunicam entre si e exercem pressão no presente. Atravessam-se idades. As linhas do tempo não são realmente linhas. Outras vezes, os tempos-argila se rearranjam e se afastam em suas topologias, modulações variáveis, pontos que cintilam e se rearranjam e viram uma memória mundo. Depois desses *flashes* de 1939, em que Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho estiveram embebidos

²⁹² CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 12 a 18 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

em um tempo limite e vivendo condições adversas, elementos de fusão com outros pontos dessa narrativa são apresentados.

Na imagem abaixo (figura 8), um registro do ano de 1910. Nele, Júlio na marca dos seus dezoito anos, não podia adivinhar sobre as vicissitudes às quais seria sujeito. É notável o ar de um jovem que deixava o país europeu que tinha o recebido para os seus estudos e obter formação que seria impossível no Brasil de então. Como muitos jovens de estirpe privilegiada da América Latina, Mesquita Filho teve um ensino voltado para o estímulo de uma ideia de destino, como narrei no primeiro capítulo. Foi o que Ana Oppo chamou de primeiro nível da socialização política, que é a invenção da identidade, a partir dos seus “símbolos mais visíveis”, ao mesmo tempo que inventa a diferença e escamoteia o caráter artificial dessas formulações.²⁹³

Já acompanhamos como a cosmovisão que se formou em Júlio estava fortemente disposta a assumir algum tipo de missão intelectual, a herança por direito. A herança material era *O Estado de São Paulo*, que o governo Vargas confiscou no Estado Novo. Como uma vertigem, viu-se na década de 1940 em uma Europa muito diferente da que idealizara e onde havia tido companheiros. Muitos destes que aparecem na fotografia ao seu lado podem ter sido convocados para a Primeira Guerra Mundial e, talvez, se vivos, para a Segunda. Foram décadas intensas entre 1910 e 1939. Estava mergulhado em tempos de perplexidades, que levava à estupefação ou à reflexão.



Figura 8: Júlio de Mesquita Filho (Julinho), (em primeiro plano, sentado, 3º da esquerda para a direita) despedindo-se dos colegas da "La Chateleine". Genebra – 1910 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

²⁹³ OPPO, Ana. Socialização Política. In: Bobbio, Norberto; Mateucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNEB, 1998.

Se Mesquita Filho tinha tido choques existenciais nos períodos que antecederam e sucederam o Movimento Constitucionalista de 1932, nessa época de segundo exílio e coincidindo com a dobra dos sinos para o início da Segunda Guerra, surgia uma sensação muito particular que entremeou o imaginário intelectual de então. O clima transnacional introduzia cores pouco animadoras no horizonte da *intelligentsia*. No mesmo período em que Marc Bloch foi fuzilado pelos nazistas, a “consciência infeliz” dos pensadores da ideologia da cultura brasileira estava aflorando, dividindo as trincheiras, de uma outra espécie.²⁹⁴

Como possível consequência nascida desses tempos de perplexidades diversas e realizadas em âmbito cosmopolita, observamos que as resoluções e questões de representação para uma elaboração de projeto de sociedade, gestado a partir de instrumentos culturais, são ardentemente influenciadas por uma vida agitada. Júlio vivera esse tempo conhecido por rupturas diversas nos padrões que definiam a condição humana e seu labor.²⁹⁵

O conceito de memória, em que pese ser muitas vezes tomado como uma imagem fidedigna do passado dos indivíduos guardado em um baú, é uma fabricação sutil e pode ser conectada em escalas de tempo variáveis, desde muito próximas e imediatas até bastante longínquas. Compartilhando da percepção de Ecléa Bosi, a recordação é “uma organização extremamente móvel cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado”.²⁹⁶ Os trechos que seguem são associáveis a memórias do primeiro exílio de Júlio, motivado pelo seu engajamento na guerra civil de 1932. Essa é uma maneira possível de ler esses acontecimentos.

Depois do seu retorno ao Brasil, Júlio ficaria por um tempo recluso na sua fazenda, a Louveira. Quando retomou completamente as suas liberdades civis, buscou reaver o seu costumeiro hábito de tomar parte dos debates intelectuais. Tornou a manejar o timão d’*O Estado de São Paulo*, e lançou o seu livro *Ensaio Sul-Americanos*. Foi a esta altura que, lançando mão das suas experiências recentes, concluiu a escrita dos ensaios que remetia a uma interpretação do Brasil.

Todavia, não contente em apenas publicar livros e redigir editoriais de seu jornal, Mesquita Filho aproveitava-se de ocasiões nas quais ficava em evidência de públicos intelectuais para transmitir as suas narrativas e conhecimentos de um tempo que vivenciou. É

²⁹⁴ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da Cultura Brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014. p. 130.

²⁹⁵ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 13.

²⁹⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 51.

notável essa sua característica que, na década de 1940, após diversos envolvimento no cenário político e cultural, buscava presentificar múltiplas temporalidades, remetendo a acontecimentos recentes e mais recuados, como os anos da sua juventude cortados pela Primeira Guerra.

Complementar a estas visões de mundo *progressistas* – relativas ao Progresso – Júlio de Mesquita Filho foi um intelectual que se situou dentro do paradigma de pensamento chamado naturalista,²⁹⁷ guiado pela racionalidade rígida, característica da modernidade. Daí vem a sua insistência em escopos de análise da realidade europeus e modos de intervenção de inspiração também ocidentais. Sendo assim, lançou o olhar para um país latino-americano – o Brasil – e desejou dizê-lo, como sugeri na introdução, de modo a torná-lo substantivo concreto.

Num país pós-colonial (ou marcado pelo neocolonialismo), Mesquita Filho tomou partidos cujas fronteiras ideológicas eram borradas, mas em cujo mapa esfumado é possível visualizar as preferências e simpatias ontológicas. As ideias de Júlio sobre raça e região apresentam sintomas claros de que o naturalismo, evolucionismo e concepções positivistas de progresso estavam imbrincadas em suas proposições. Os usos políticos do passado feitos sobre Indígenas, Jesuítas e bandeirantes enunciam a tríade interpretativa da nacionalidade – e onde quer fato e ciência, muitas vezes se faz presente o mito.

A antipatia com regimes políticos como o de Getúlio Vargas e João Goulart, que foram, respectivamente, alvos de insurreição e de conspiração, sinaliza para uma visão de sociedade cuja multidão de habitantes pode estar antes preocupada com coisas tangíveis, como “a alimentação e o vestuário”, do que com o “reino de Deus” prometido por um agente do progresso eurocentrado – para lançarmos mão de um belo trecho de Hegel, citado por Benjamin em suas “teses”.²⁹⁸

O personagem Mesquita Filho se projeta como o operador de certa Filosofia da História que compreende o Ocidente como motor da Civilização, e nesse empreendimento de escrita ele engendra diálogos indiretos com contemporâneos, como Gilberto Freyre, que por seu turno fundou a noção de “plasticidade” portuguesa. Segue orientando o debate proposto o pensamento de Eric J. Hobsbawm, Darcy Ribeiro, Marilena Chauí e Walter Benjamin. Para reflexões de ordem antropológica, contribui o pensamento de Eduardo Viveiros de Castro e os

²⁹⁷ BASCHET, Jérôme. **Corpos e almas**: uma história da pessoa na Idade Média. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2019.

²⁹⁸ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

seus postulados sobre o pensamento ameríndio, que reflete sobre o choque cosmológico com o naturalismo europeu, do qual Mesquita Filho faz parte.

Tais ensaios foram produzidos por intelectuais que se aventuraram a dar suas versões sobre as “raízes” daquilo que se pretendia como Brasil “real”. Júlio de Mesquita Filho, por seu turno, publicou o livro “ensaios Sul-Americanos”. Na obra, relata conclusões e sínteses de seu pensamento e estudos desenvolvidos na primeira metade da década de quarenta e viria à luz em 1946. Os comentários e impacto do trabalho são apontados posteriormente.

II

A filosofia da história faz com que os cidadãos tenham elã e segurança para provocar a crise como um tribunal moral.

Reinhart Koselleck, *Crítica e Crise*, p. 152.

O livro *Ensaio Sul-Americanos* foi escrito durante o exílio, artefato dos tempos de conflito. Os textos dos *Ensaio*, permitem acompanhar a costura epistêmica dos argumentos presentes em *Memórias de um revolucionário* (1954) (tema do capítulo 3). O bandeirismo é central nesta “interpretação do Brasil”, aspecto fundamental para a defesa da hegemonia e superioridade hierárquica do regionalismo mobilizado pelo autor, que está em tela desde o prólogo da presente tese. O mito é uma síntese para tornar inteligível todo um processo, capturando o signo e invocando-o como cânone histórico.

A interpretação sociológica em tela retoma personagens e categorias de um passado distanciado. Mesquita Filho mergulha no mundo colonial brasileiro para definir lugares sociais, como “índios”, “jesuítas” e “bandeirantes”, com estes últimos a receber o papel civilizador, como técnica de conquista. A temporalidade virtual dos ensaios – no sentido de uma moldura narrativa que transcende os eventos – é ampla. Segundo seu autor, começa no “Tratado de Tordesilhas”, ou mesmo antes, na “Escola de Sagres”. Se faz necessário buscar as chaves conceituais com as quais Júlio opera para assumir um ponto de vista do bandeirismo, mítico, porém com pretensões históricas.

Em suma, trata-se de uma reunião de ensaios escritos durante os cinco anos de exílio, decretado pelo Estado-Novo varguista, ao qual se refere como “mais torpe dos regimes”; em face da experiência de desterro, Mesquita Filho afirmou se defrontar com “a contemplação do conformismo passivo” com que quase todo o país assistia a “devastação sistemática da nacionalidade pelo caudilho de São Borja e seus assecclas” [em referência a Getúlio Vargas e os seus apoiadores].

Os ensaios compõem, assim, uma resposta intelectual e um plano de interpretação sobre a História do país, vista por Mesquita como um importante fator norteador da nacionalidade e como fornecedor de resoluções, influência do vetor “história mestra da vida”. O esforço ensaístico e de pesquisa que dá corpo a este documento permite inferir sobre uma Filosofia da História do Brasil elaborada a partir de referências míticas, regionais, que haviam tido os seus começos registrados em uma genealogia remota e que, paradoxalmente, se pretendem cosmopolitas e mesmo globais. A ontologia pessoal, a própria “essência”, se imprime no enunciado.

Acompanhar os argumentos da obra é um dos pontos mais fundamentais deste trabalho, pois trata de uma coletânea de ensaios que reúne um significativo volume narrativo a informar sobre elementos plurais do pensamento de Mesquita Filho. Torna compreensível como o pensamento marcado pelo positivismo e evolucionismo deu contornos a sua obra, em suas análises sobre o Brasil, situando como isso concorreu para cristalizar personagens-chave de uma proto-história do Brasil, legando aos Indígenas um papel de passividade, na medida que estabelece conexão com uma visão linear de História Universal.

Estão entrelaçadas as dimensões da trajetória como personagem-escritor, demonstrando como uma cosmovisão mítica sobre o Brasil surge a partir de diálogos com o pensamento eurocentrado e nativista, na busca de promover a naturalização de um tempo linear e homogêneo. Em virtude disso, continua buscando respostas à crise cujos contornos estabeleceu em *A crise nacional* (1925). Depois da Universidade de São Paulo, *Os Ensaios Sul-Americanos* é uma outra forma de expressão da esgrima que se via envolvido.

Antônio Cândido, em prefácio da edição de 1963 de *Raízes do Brasil*, aponta que o livro de Holanda havia atravessado “facilmente o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil e se tornou um clássico”.²⁹⁹ Essa passagem sugere o processo tornar-se “clássico” de determinada obra, que é se ajustar às verdades transitórias de cada tempo,

²⁹⁹ CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p. ix.

resistir ao fluxo das ideias que inovam ou não as análises sociais. Além disso, sabe-se que seu autor, Sérgio Buarque de Holanda, estava sempre ajustando o texto ao longo das edições, excluindo passagens que pudessem ter caducado.

Júlio era contemporâneo de Sérgio. Não foram raras as interações entre eles, especialmente pela relação estreita daquele com o *Estado de São Paulo*. Os livros e ensaios de Júlio, portanto, passariam por um processo de envelhecimento mais acentuado. Não ganhariam novas edições, por exemplo. Chegam ao presente através de arquivos, carcomidos pelo tempo. Não por coincidência ou acaso, e sim por pesquisa e busca, tenho as suas obras em mãos, e cabem análise para compreender estes artefatos que também carregam memórias, e que atravessaram as décadas. Mas não nos apressemos em avaliá-las como letras mortas.

O livro *Ensaio Sul-americanos* foi citado por edições de *Raízes do Brasil* que perduraram até o mercado editorial contemporâneo, como a seguinte, que consta inalterada até as atuais versões:

[...] não hesitaria mesmo em subscrever pontos de vista como o recentemente sustentado pelo sr. Júlio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra, em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia e na América, desde os tempos do infante d. Henrique e de Sagres. [...] como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de morrer para afinal poder crescer e dar muitos frutos.³⁰⁰

Os rumos das ideias de Mesquita Filho nos ensaios mais reveladores dos *Ensaio Sul-Americanos* versam sobre os temas caros entre aqueles que eram aquecidos pela “formosa lareira intelectual” que fora o Jornal *O Estado de São Paulo*, nas palavras do apresentador da edição, Plínio Barreto, que exalta a característica de ensaísta de Júlio, que transcendia a efemeridade e superficialidade do *modus operandi* do jornalismo para a verticalidade do ensaísmo. Segundo Barreto, o caráter histórico tomado pelo ensaísta sobre a sociedade e cultura brasileira é quase uma missão de fé, deixando claro que tipo de formação discursiva desejava fazer ir além das páginas do jornal.

As críticas aos modelos historiográficos se dão em dimensão internacional e nacional. Mesquita Filho, nesse preâmbulo, adota a postura de combatente a vertentes de pensamento segundo as quais demoniza-se o bandeirante paulista, segundo ele, por motivos políticos aos quais serviriam os historiadores. Se posiciona a partir do revisionismo, pretendendo a princípio aguçar a crítica sobre a História escrita e restabelecê-la “para os fins da nação”,

³⁰⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 132.

quando passa a considerar que o personagem conceitual que escolheu para representar o motor civilizador do país sofreu uma condenação injusta pelas narrativas que o “detratavam”.

Seja definindo alguns historiadores como “detratores” ou declarando obsoleto o método de outros, a exemplo do próprio Capistrano de Abreu – ainda que admitindo a sua intuição intelectual –, discorda do argumento que lega às bandeiras paulistas o lugar de “violentos caçadores de índios”, direcionando-os para outros postos mais “nobres” no concerto das movimentações sociais brasileiras.³⁰¹ Quando a sua intenção é justamente demonstrar como esses personagens foram parte da dinâmica de uma época, e na medida que busca fazer essa narrativa pretensamente universal, segue um caminho que sugere a grandeza dos personagens, e não escapa dos juízos valorativos.

A violência no curso da atualização histórica, na visão de Mesquita, não era apenas aceitável, mas essencial para o triunfo da nação, assemelhando ironicamente à ideia de guerra justa, que mencionei na introdução deste trabalho.

Segundo Michel Foucault, as enunciações são tentativas de convencimento e atualização das ordens do discurso, as narrativas em geral buscam dar contornos a visões de mundo, tons de inteligibilidade a determinados construtos de realidades, fundam correntes de pensamento e concorrem para estabelecer mitos de diversas espécies. Assim ocorre a tecitura e atualização das ordens discursivas, que organizam e recortam as multiplicidades do real. As próximas páginas estarão sempre tocando, direta ou indiretamente, nessa questão.

Em meio aos intelectuais e pensadores, que certamente não enxergam as coisas do “ponto de vista da eternidade” e podem ser “presas fáceis do seu tempo”,³⁰² é comum que sejam adotados discursos de ordem teleológica como parte dos seus repertórios analíticos. É costume, inclusive, se transformar em ideologia tingida com as tintas dos pincéis científicos. Cartografados pela História das Ideias, ensaios como *Raízes do Brasil* propuseram análises que privilegiaram a dimensão sociológica, fundando interpretações localizadas em torno das ideias de Brasil e de Nação, passando a ser muito comuns depois da década de 1930.

No caso de *Raízes do Brasil*, talvez o livro mais reconhecido e editado de Sérgio Buarque de Holanda, foram fundadas concepções bastante consolidadas e referenciadas do chamado “caráter nacional” ou “alma nacional”, que passaram a impactar profundamente o

³⁰¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 198.

³⁰² Sérgio Buarque de Holanda afirmou isso em entrevista, a respeito do fato dos intelectuais que falam de dentro de seus próprios tempos carregam elementos de testemunha e são “presas” dos afetos que são próprios de sua época, nas suas palavras, “um certo conceito de tempo” (MARTINS, 2009, p. 93).

cenário acadêmico e erudito. As querelas e discussões que derivaram desse livro carregam um tom acalorado, mesmo quase noventa anos depois da sua primeira edição ter sido lançada. Muitos estudos no âmbito da História Intelectual, Sociologia e das Humanidades em maneira geral se debruçaram na disputa dos sentidos pretendidos ou não pelo seu escritor, inclusive tendo diversas contestações deste enquanto esteve vivo. Além disso, ocorreram recorrentes mudanças, de edição para edição, que de fato produziram alterações significativas ao longo das décadas. Um exemplo dessas dissidências interpretativas está em torno do conceito de “homem cordial”, que se tornou uma espécie de rifão com múltiplos sentidos. Em entrevistas e outros textos, Buarque de Holanda se esforça para reestabelecer o que seria o sentido original da expressão-conceito.³⁰³ Como se vê, a multiplicidade interpretativa que se efetua em muitas camadas, com elevadas cargas de subjetividade, faz surgir uma trilha de escritas de si mesmos entranhadas ao exercício do pensamento.

Outros ensaios foram produzidos por intelectuais que se aventuraram a dar suas versões sobre as “raízes” daquilo que se pretendia como Brasil “real”. Júlio de Mesquita Filho, por seu turno, publicou o livro *Ensaio Sul-Americano* no qual relata conclusões e sínteses de seu pensamento e estudos na altura do ano de 1946. Como já alertado na seção “advertência”, os esforços de Júlio – então se apresentando como jornalista trabalhando como cientista social – foram instados para “aproveitar, do modo mais útil possível ao Brasil, as intermináveis horas de inatividade em que nos atirou o arbítrio do mais torpe dos regimes jamais implantados em nossa terra”.³⁰⁴

Uma das primeiras questões que se fazem notar, antes mesmo de qualquer aprofundamento nas definições conceituais e empíricas presentes nestes ensaios é, a rigor, o engajamento intelectual, tão presente quanto reivindicado ao longo da trajetória de Júlio de Mesquita Filho. Remetendo aos estudos de Eric J. Hobsbawm e a agudeza do seu olhar sobre um fenômeno sociocultural do qual ele mesmo fazia parte, os intelectuais tiveram variadas funções e razões de existir em diferentes contextos sociopolíticos, bem como estiveram no aguilhão de muitos paradoxos.

³⁰³ A este pretexto do conceito de “homem cordial”, que foi, por muitos, associado a “homem bom”, de índole mansa, Buarque de Holanda apressa-se em dizer que a sua ideia “não era fazer nenhuma avaliação ética. Cordialidade vem do coração. É possível até odiar cordialmente” (Idem, p. 186). O debate com Cassiano Ricardo sobre o conceito de Homem Cordial consta em algumas versões de *Raízes do Brasil*, como a de 1963. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

³⁰⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 02.

Sendo Júlio um intelectual em exílio, fruto das dissidências inconciliáveis com o governo, proprietário e dirigente de um grande veículo da imprensa, a sua posição era também de um “intelectual orgânico” que servia a interesses ditos antagônicos àquele *status quo*. A metáfora de Hobsbawm que “a pena jamais teve mais poder do que a espada”³⁰⁵ esclarece o fato dos textos só terem sido publicados após Getúlio Vargas ser apeado do poder em 1945, mas ainda assim atesta que a “pena” que Mesquita Filho empunhara neste e em outros escritos levam consigo registros e ambiências históricas que coexistiam na mesma temporalidade. A imaginação política é consequência de uma mente engajada, prefigurando outras agências.

Na dialética comum entre os desejos e sonhos de brasis que foram esgrimidos dentro dessa realidade virtual de textos, os manifestos e ensaios podem ser lidos como faces do que já foi chamado por outros intelectuais e críticos brasileiros de “Brasil Oficial”, mas que aqui apresento como ideias a serem tratadas fora do maniqueísmo de “Brasil Oficial X Brasil Real”, em vista do fato de que ambos se misturam e terminam por compor partes do mesmo, se organizando dentro das mesmas fronteiras geográficas e culturais. É a pretexto desse “Brasil Oficial” de Mesquita que podemos vislumbrar as categorias que nutrem a leitura de Brasil, este grande híbrido que cabe na mesma equação mitos, remetem a “bandeirantes”, “jesuítas”, “índios” e outras imagens de origem que terminaram por se tornar personagens de uma intriga que passou a ser apresentada em diferentes versões, por sujeitos diversos. Disputavam para se tornarem a trama vencedora da nacionalidade.

Postas as condições do contexto de publicação – no tempo da redemocratização pós-Estado Novo –, o texto propriamente dito entra em pauta. Após versar sobre dados dos tempos coloniais em ensaios reunidos no livro, a sistematização do que aparenta ser a constituição dos rudimentos de uma Filosofia da História brasileira que, note-se, parte de São Paulo, fazendo-se presente principalmente no texto final. O título sugestivo de “Índios, jesuítas e Bandeirantes” demarca a sua escolha dos elementos-base de sua interpretação do Brasil, de forma semelhante a Gilberto Freyre, quando definiu serem os Africanos escravizados e Portugueses aqueles que constituíam o caráter brasileiro.

“A guerra de 1914” – escreve Júlio ainda no início do referido texto – “e a tremenda crise social que a ela se seguiu provocaram sensível diminuição no ritmo e na qualidade da produção intelectual da humanidade”, mas segue argumentando que teve uma outra característica, que foi a produção de um laboratório de estudos sociais a céu aberto, pelo fato

³⁰⁵ HOBBSBAWM, Eric J. Os intelectuais: papel, função e paradoxo. In: _____. **Tempos fraturados:** Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

de muitas nações “de elevado nível cultural” terem caído perante regimes de força.³⁰⁶ Nessa nova realidade de conflitos, o autor infere que “a história perdeu o caráter de serena interpretação do passado, para assumir a feição de uma acerba polêmica em que tendências ideológicas individuais se sobrepõem sistematicamente aos interesses da verdade objetiva”.³⁰⁷

A perspectiva de uma crítica à verdade histórica é feita a partir do que chama de ideologização da Filosofia da História que, citando Benedetto Croce – demonstrando nesse ponto a afinidade com o filósofo italiano – acusa a historiografia de ter deixado de ser “um ato de pensamento” para se transformar na “aprovação ou condenação”, entre outros maniqueísmos. Segue neste tom, ainda parafraseando Croce sobre as características do saber histórico: “[...] como perante um tribunal, citam-se os homens do passado, para que respondam por suas ações, distribuindo-lhes prêmios, ou marcando-os com o estigma da maldade, do vício, da tolice, da inépcia ou o quer que seja”.³⁰⁸

Nesse interim, iniciam-se os esforços de reabilitação do bandeirantismo como a peça-chave do “processo civilizador” na História do Brasil. O mote sistemático, a partir de vários matizes, é o de conciliar a imagem do bandeirante com a matriz empreendedora das “entradas”, dotado de um “espírito europeu”. Descontado da violência desses sujeitos o fato de ser uma temporalidade remota, na narrativa de Mesquita Filho é acrescentado “a favor do bandeirante a situação de tremenda inferioridade em que se viu, durante todo o decorrer do século XVI, ante a massa enorme e hostil de Carijós, Tamoios, Tupiniquins e Guaianazes, que enfrentavam”.³⁰⁹

Quanto ao escravismo e o apresamento de índios, o ensaísta estabelece que a corrente moral da época – amplamente compartilhado pela Europa, incluindo setores da igreja – autorizava a escravidão como justa e que, assim sendo, não havia surpresa que os paulistas coloniais lançassem mão desse recurso – “era pois absolutamente geral esse estado de espírito”.³¹⁰

³⁰⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 02.

³⁰⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 196.

³⁰⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 196.

³⁰⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 203.

³¹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 206.

Tais características elencadas acerca dos “paulistas” e dos “colonizadores modernos” que vai firmemente definindo um enunciado ao texto, age desviando a figura daqueles da definição de inovadores da desumanidade. Recheando de exemplos que remetiam aos Vikings, através de citações de estudiosos tais como Hippolyte de Taine, busca demonstrar que na construção das civilizações que consideravam o cume do desenvolvimento humano houve episódios cruentos, mas que terminaram tendo grandiosos resultados. Em outras palavras, o autor colocava que o que pensava como processo civilizatório tinha como ônus – este perfeitamente aceitável – recorrentes agressões a populações nativas. A violência no curso da atualização histórica, na visão de Mesquita, não era apenas aceitável, mas essencial para o triunfo da nação, assemelhando ironicamente a ideia de guerra justa. Destarte, a pretensão do autor é demonstrar que não existem motivos especiais para que se “detrate” e negue a ancestralidade paulista ao “sangue” dos primeiros colonizadores, pois:

É preciso confessar, diz Gerland, que todos *os povos civilizados* se conduziram em relação aos naturais com a mesma ferocidade; espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, alemães. A maneira desumana e mortífera com que os europeus lutaram contra esses povos, maneira que ultrapassa de longe a selvageria destes, conduz-nos a uma conclusão antropológica que não nos parece de pouca importância: o abismo que separa o civilizado do pretense selvagem está longe de ser tão grande como se pensa. Não se julgue, conclui, que se trate de casos individuais; são ao contrário fatos gerais nas colônias que recebem a aprovação universal.³¹¹

Remetendo a estudiosos da sociologia, o arcabouço argumentativo de Mesquita Filho se volta para a construção de fundamentos gerais que orientem a pulsão de civilização. Para ilustrar a sua retórica, apresenta exemplos retumbantes do colonialismo europeu, já em muito avançado no século XIX, para demonstrar que, séculos depois da atuação do bandeirantismo paulista, atitudes de barbárie – como as políticas de extermínio na Tasmânia – foram mais agressivas e desumanas do que naquele distante contexto colonial brasileiro:

E, ainda, que preando índios, procedia o paulista, nos séculos XVI e XVII, de modo exatamente idêntico ao do jesuíta, na mesma época, em Angola, e de maneira indubitavelmente mais humana do que, em pleno século XIX, o anglo-saxão na Austrália, na Tasmânia e em África; o belga, no Congo; o holandês em Java, na África do Sul e nas Guianas; o francês na Martinica e o dinamarquês nas ilhas de Santa Cruz e São Tomás.³¹²

Uma característica de Júlio na sua exposição é trazer questões paralelas de outros espaços e tempos para corroborar com a sua visão. Compreendemos melhor quando

³¹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 212. Grifos meus.

³¹² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 225-226.

remetemos ao que Walter Benjamin chamou de “relato da modernidade Ocidental”, cuja concepção das temporalidades consiste na anulação das contingências em nome do tempo homogêneo vazio, progressista, teleológico.³¹³ A naturalização do desenvolvimento das bandeiras como puxador do ideal de nação brasileiro é sugestivo e contempla o pensamento de Mesquita Filho em longa temporalidade. O bandeirantismo é uma das principais matrizes norteadoras de sua escrita e ação. Tal mito, que busca então ardentemente atualizar é, a um só tempo, criador e criatura; este mecanicismo particular compõe a tautologia que fecha a janela para o contraditório e ganha autoevidência.

Tendo escrito durante e após o seu segundo exílio, depois de meia década como jornalista em diáspora fora do Brasil, o olhar cosmopolita está inflado como, aliás, era característica de muitos dos intelectuais orgânicos do século XX, que foram educados e adquiriram erudição também em trânsito pelo mundo. A narrativa lança mão de estratégias em que categorias regionais e internacionais são alinhadas em paralelo, fazendo reflexões que remetem, de fato, a uma Filosofia da História bem demarcada. Esses esforços de abordagem de História Total e transnacional podem ser vistos, aliás, em passagens de outros ensaios do mesmo volume.

A questão bandeirante está aliada a uma compreensão transnacional dos processos históricos, e esta tese é recorrente em vários pontos do livro. Originalmente publicado no jornal argentino “La Nación”, o texto “O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra” representa uma outra camada do seu argumento, já referido, que colocava o “bandeirismo” a frente de um movimento que não apenas era regional ou nacional, como teria se tornado ecumênico e influenciado movimentos revolucionários na Europa.

Lançando mão das teses defendidas pelo historiador estadunidense Vannorden Shaw, passa a defender o argumento de que existiu uma decisiva influência “que sobre a eclosão da revolução industrial da Inglaterra no século dezoito exercera a descoberta, pelos bandeirantes paulistas, das minas de ouro nas províncias brasileiras de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás”.³¹⁴ Esse argumento sugere o quão profundamente o pensamento do progresso e da teleologia estava fincado nos posicionamentos de Mesquita Filho em seus ensaios.

O gênero dos ensaios e obras de interpretação que se consolidaram entre as décadas de 1930 e 1940 foram nitidamente influenciados pelas trajetórias dos seus autores, sujeitos

³¹³ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1)

³¹⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 137.

viajados e que entraram em contato íntimo com ideias que circulavam e buscavam inovar o debate das Ciências Sociais, achando-se também diante de perspectivas diferenciadas proporcionadas pelo olhar do fora. Alguns seguiram viagem exclusivamente para fins intelectuais – como o próprio Mesquita Filho havia feito três décadas antes nos seus estudos na Suíça – mas desta feita estava exilado, se confrontando com a relação de ostracismo. É uma experiência que certamente afeta um sujeito, na carne e nas suas relações com as sensibilidades e os ressentimentos. Em frente a isso, é inevitável que para além dos contatos com leituras, a sua própria condição contribuía para que o seu olhar sobre o que compreendia como Brasil ganhasse tons mais próximo daquilo que compreendia como lar.

Em que pese Júlio se apresentar como estudioso propondo uma interpretação historiográfica e sociológica de um objeto tão recuado no tempo, os sujeitos são mais do que apenas produtos de suas formações intelectuais. Aferir essa sutil presença afetiva que chega até nós através das letras pretas no papel amarelado não é tarefa simples, mas que se pode ter uma pista através da premissa que “o primeiro encontro entre carnes e letras se dá no fato de que ambas são habitadas pelo desejo”.³¹⁵ O desejo de escrita, de se traduzir em texto e fazê-lo inteligível, permite revelação de situações do seu “estado de espírito”, que já foi notado na biografia de Mesquita Filho escrita por Roberto Salone.³¹⁶

Na construção dessa Filosofia História centrada na teodiceia bandeirista, existe uma ligação íntima com o desejo pessoal e das circunstâncias vividas, como aponte na seção anterior. Aliás, em prefácio de uma segunda edição desses ensaios que foi publicada em 1956, o autor admite que as suas “adjetivações” eram frutos de um “[...] eu hipersensível, de quem fora violentamente arrancado do seu próprio meio para passar a viver, de certa maneira de favor, no seio da sociedade que nos acolhera”, acrescentando ainda que optava por deixar o texto sem alterações “em respeito ao nosso Eu daqueles tempos sombrios”, “como um grito de reunir dirigido a todos quanto, naquele doloroso momento, como ainda hoje, se obstinam em crer num futuro melhor para o Brasil”.³¹⁷

A vista desse Brasil por ele desejado tinha muito de São Paulo e fortes tendências de uma matriz explicativa luso-europeia. Em outras palavras, a força que animavam o texto era

³¹⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 12-23, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/>>. Acesso em: 21 de jan. 2024.

³¹⁶ SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: Política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz Editora, 2009.

³¹⁷ SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: Política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz Editora, 2009. p. 265.

justamente um “acordo mítico da memória”, ou seja, acordos da memória entre passado e presente e com vistas a fazer um futuro, para referenciar Muniz Sodré.³¹⁸

É notável que, para Mesquita Filho, os paulistas do passado ao fincarem as “raízes do Brasil”, carregam a plasticidade do português, argumento que nesse sentido se alia a Gilberto Freyre e as teses centrais de Casa Grande & Senzala. Na obra mais conhecida e traduzida do intelectual pernambucano, o português ocuparia um lugar híbrido que o permitiu “contemporizar” os usos e costumes dos povos colonizados. Aqueles teriam uma predisposição natural a se manter nos trópicos, sendo esse seu maior mérito, já testado na Índia e na África antes de se aventurarem no Brasil.

Em contato com o novo meio e sob a ação transfiguradora de uma atmosfera carregada de oxigênio, aquelas qualidades que o levaram a realizar uma obra de conquista, só igualada pelos romanos, se exaltaram até o paroxismo. Livre dos obstáculos que o oprimiam no extremo ocidental da Europa, ao abrigo dos efeitos aniquiladores consequentes do contato com populações extremamente densas e de civilização solidamente estratificada, da Ásia, o lusíada encontrara afinal o campo propício para que pudessem livre e harmoniosamente atuar. [...] Daí [surge] o bandeirismo propriamente dito: Raposo Tavares, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno e Borba Gato. *Daí também a nacionalidade brasileira.*³¹⁹

O português seria “cosmopolita e plástico”.³²⁰ Adaptado a essa perspectiva antropológica que lhe era contemporânea, o ajuste é feito para que se contemple a sua tese de maneira mais eficaz. Havia se passado pouco mais de uma década desde a primeira edição do volume mais famoso da obra freyreana.

Encarnar-se-ia no bandeirante a plasticidade que Freyre atribuía ao colonizador português em geral. A figura de proa da interpretação de Júlio, o português-bandeirante, é evidenciada na seguinte passagem:

[...] levada a cabo em meio a populações extremamente densas e altamente civilizadas, a epopeia portuguesa cria figuras gigantescas. [...] Surge Antônio Raposo Tavares, figura sobre-humana e herói de uma das mais famosas façanhas de que guarda memória a história da humanidade: a sua “entrada” através de S. Paulo e Mato Grosso, dos Chacos, dos Andes bolivianos, do alto Peru e Quito, até as nascentes do Amazonas.

Ora, Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses, aqui-portugueses. Portugueses de nascimento, e nas atitudes,

³¹⁸ SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 07.

³¹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 145. Grifos meus.

³²⁰ Para efeito de consulta do leitor, citamos uma edição recente de Casa Grande & Senzala, mas esses trechos já constavam nas primeiras edições. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003. p. 65.

no inacreditável poder de vontade que os anima e sustenta, na constância e maleabilidade com que se amoldam a todas as situações...³²¹

Nas estruturas de sentido às quais se busca articular os arquétipos, ancoradouros de tradições nacionais, Raposo Tavares – na condição de personagem tomado de maneira elogiosa por Mesquita Filho em sua narração –, se aproxima daquilo que Marilena Chauí situa como figuras que “[...] entram em cena [...] como palavras encantatórias que permitem a aplicação de esquemas europeus sem que nos envergonhemos deles”.³²² Nesses moldes de personagens encantatórios a partir dos quais se constroem usos do passado específicos, ilustro com um exemplo referido por Hobsbawm a pretexto das narrativas míticas construídas em torno do Caubói estadunidense, que através de mídias diversas, terminou por se converter também um símbolo de ideais caros a nacionalidades inteiras.

Nas palavras do historiador inglês, tratam-se de “mitos semibárbaros machos e heroicos de um tipo ou de outro em seus próprios países e às vezes mais além”.³²³ No presente caso, os acordes míticos são afinados através de um diapasão intelectual, que constroem uma influência transnacional de mitos. No caso aqui discutido, *processo* e *perspectiva* de alguma forma se fundem,³²⁴ pois durante a trajetória internacional do sujeito no século XX, o seu pensamento se volta para a análise de processos transnacionais de séculos anteriores.

Buscava-se isentar de qualquer qualificação vil estes personagens que penetraram o Brasil colonial, ficaram conhecidos como sertanistas e entraram em territórios tidos como inóspitos – essa é uma das camadas pretendidas pela forja de uma proto-história do bandeirantismo. Para que personagens se tornem símbolos numa longa duração, carece-se de elementos de coesão e justificação de atitudes que permitam a contemporização e construção de empatia. Na pena de Júlio, o enunciado de que esse símbolo do passado já remoto remete a sujeitos extraordinários que, admitindo serem capazes de feitos terríveis, foram também hábeis ao ponto de realizações dignas de “raças de gigantes”.

Retomando o caso dos bandeirantes em conflito com os Jesuítas, nos termos que estes últimos narraram aqueles como sujeitos impiedosos e diabólicos, Mesquita Filho apressa-se

³²¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 143-144.

³²² CHAUI, Marilena; ROCHA, André (Org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 36-37.

³²³ HOBBSAWM, Eric J. **Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX**. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 313.

³²⁴ Sebastian Conrad separa a história global enquanto perspectiva de história e enquanto processo histórico em si, sendo aquele anterior a este. No caso aqui analisado, o personagem Júlio de Mesquita Filho representa uma mistura das duas categorias, uma vez que ele mesmo estava em movimento durante o exílio. Ver: CONRAD, Sebastian. **O que é a história global**. Lisboa: Edições 70, 2019.

em utilizar novamente a retórica do “telhado de vidro”, ou seja, mencionando como aqueles da companhia de Jesus agiam de maneira hipócrita, já que recomendavam a escravidão africana para que pudessem “salvar as almas” indígenas em paz. “Estamos” – diz o ensaísta – “diante do reconhecimento explícito da Companhia [Jesuítas], dos métodos de economia escravocrata adotados pelo branco”.³²⁵

Demarcando os pares de opostos que compõem a intriga do texto – Jesuítas e Bandeirantes – o terceiro envolvido, nativo autóctone, é o elemento passivo dessa relação. Nos moldes descritos por Júlio, os métodos dos dois ativos estavam separados por uma fina barreira moral, havendo apenas uma diferença de “matiz entre os processos aplicados pelos dois irreduzíveis adversários”. É possível acrescentar até que, nesse alinhamento de objetivos, deixa-se entendido que os bandeirantes foram mais honestos do que os padres e missionários, uma vez que não se utilizavam de subterfúgios para as suas ações, assumidamente econômicas e empreendedoras. O catolicismo jesuíta era inadequado para essa ética empreendedora e “laica”.

O enredo segue na direção da economia colonial, que se desdobraria no entorno da força de trabalho expressa nos paulistas, mais especificamente a população de Piratininga onde, dizia Júlio, teria afluído “toda uma nova civilização”. Nessa altura, uma crítica a Capistrano de Abreu é retomada:

Nela [na população de Piratininga] vislumbramos tudo, menos os traços específicos daqueles “caçadores de escravos” afeitos a “provarem o aço de seus alfanges em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar lhes os membros” de que nos fala Capistrano de Abreu. E que admirável resposta constitui ela ao ilustre historiador quando pretende afirmar serem o “despovoamento e a depredação a característica essencial e inseparável das bandeiras”!.³²⁶

A crítica a conceituadas obras da historiografia brasileira, como a remissão a Capistrano de Abreu e os seus *Capítulos de História Colonial*, revela um considerável domínio da literatura existente sobre os significantes que interessavam Mesquita Filho naquela ocasião. Muitas pesquisas sugerem que o período colonial dos países da América Latina é um tema recorrente para os intelectuais “explicadores” e, no limite, é recorrente o

³²⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 231.

³²⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 249.

desejo de fazer usos políticos desse passado. Isso, em grande medida, decorre do fato de que o delineamento de divisas quase sempre foi alvo de disputas e litígios.

Há uma recorrência de casos em que genocídios são perpetrados, e o escamotear de povos e culturas se torna regra. Esses acontecimentos recrudesceriam no contexto que se desdobrou a partir da “descoberta” do “Novo Mundo”, especialmente durante a consolidação dos Estados-Nação da América do Sul. Grandes massacres permanecem envoltos em espessa névoa, lançada numa época de profunda fé no progresso. Decidiu-se que os recém-nascidos países da América Latina necessitavam de uma “alma”, um elemento que ancorasse o sentimento de pertencimento.

Dentro de textos como os *Ensaio Sul-americanos*, ocorre desejo de solidificação verossímil de determinado regime de verdade em torno do ponto de inflexão entre um tempo que precedeu a campanha de “conquista do deserto” por parte dos bandeirantes – território eminentemente selvagem, ambientes inóspitos e territórios não aproveitados –, e depois dessa empreitada. As duas forças “civilizadoras” os paulistas e, em segundo plano, os Jesuítas. A transposição desse enunciado para meados do século XX remete a uma filosofia do “fardo” do homem branco.

Como o intelectual em condição de exílio encarna um discurso sobre a América Latina, é possível estabelecer paralelo com discursos veiculados em outros espaços, de formas semelhantes, como escreve os historiadores Héctor Alimoda e Juan Ferguson sobre o que foi nomeado de “problema indígena”.

A guerra contra os índios é apresentada pelos intelectuais, políticos e militares desta nova geração como uma necessidade fatal. “Conquista do Deserto” que supõe, de fato, a produção física e simbólica daquele Deserto, a eliminação material dos povos que habitam nele, mas também a própria negação da sua existência. Operações similares se produziram e continuam se produzindo em outras situações nacionais, como no Brasil: Warren Dean vincula com a confrontação entre sociedades que tem modelos radicalmente diferentes de uso dos recursos naturais; quando duas sociedades compartilham o mesmo sistema de apropriação da natureza, o que se estabelece entre elas é uma fronteira política.³²⁷

No presente caso, a preponderância do prosseguimento da História e que tomaria as rédeas do futuro seria justamente dos seus “antepassados” conterrâneos. E isto, Júlio busca demonstrar através de uma engenhosa argumentação que vai da filosofia de Aristóteles, passando por Kant, até a antropologia de Malinowski, quando se trata de um evidente caso de

³²⁷ ALIMONDA, Héctor & FERGUSON, Juan. “Imagens desertos y memoria nacional – as fotografias da campanha do exército argentino contra os índios, 1879”. In: *Anais eletrônicos do III Encontro da Anphlac*. São Paulo, 1998.

elaboração de formulações ideológicas – apresentadas como postulados científicos, fundadas em princípios positivistas e eurocentrados.

Categorias metafísicas tais como “processo mental da humanidade”, “categorias do entendimento” e “vida espiritual do homem” concorrem para a construção do fio retórico que justifica como as sociedades em choque eventualmente deram origem à sociedade contemporânea tal como é.³²⁸ Mesquita Filho passa a defender, fazendo remissão a pensadores diversos, que o indígena era dotado de uma “perfeita passividade”, fruto da “carência total de determinação” que o tornaria “escravo submisso da sociedade”.³²⁹

O pensamento antropológico que influencia os seus argumentos e conclusões se volta, apropriadamente, no sentido de desqualificação de um modo de vida autóctone e favorecendo a ideia de uma “atualização histórica”, a ser realizada, presumivelmente, pelo sujeito civilizador. Para um intelectual que cultua o sistema de pensamento racionalista, a simbologia das escolhas antropológicas que postula para definir a célula indígena da sociedade é sintomática de um evolucionismo social que já vinha sendo, mesmo nos anos 40, questionado e, de certa forma, superado pelo debate intelectual.

Nas palavras de Mesquita Filho “o indígena, seja habitante da África, da América ou da Oceania, crê, incondicionalmente, na presença e na ação das forças invisíveis e inacessíveis aos sentidos, e essa certeza iguala, senão ultrapassa, à dos próprios sentidos”.³³⁰ Essa sequência remete a um organicismo muito comum nas interpretações sobre a “alma nacional”, cujo aparato formador tinha relações com um movimento natural e orgânico, um determinismo para a situação de conflito do choque cultural.

Isso trata-se do conflito cosmológico que Eduardo Viveiros de Castro tematiza em sua obra. Para este antropólogo contemporâneo, o xamanismo – ou modo de pensamento ameríndio – possui um ideal de conhecimento, singular, diferenciado em oposição das metodologias assumidas pelos pontos de vista ocidentais, que eram justamente o ponto de partida de Júlio de Mesquita Filho.

O modelo epistemológico de saber ocidental presume a existência da objetividade, da redução do objeto ao mínimo ideal, retirando-lhe toda a subjetividade impregnada, como se esta fosse um véu que impede de conhecer o sujeito cognoscente. O saber xamânico

³²⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 283.

³²⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 289.

³³⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 292.

ameríndio parece ser oposto a essa lógica, uma vez que a verdade ontológica gira em torno de outra premissa, “conhecer é personificar, tomar ponto de vista daquilo que deve ser conhecido”.³³¹ Mesquita Filho assumia o ponto de vista apenas dos sertanistas.

Essas supostas características de irracionalismo ou inconstância dos nativos fez com que, na interpretação de Júlio de Mesquita Filho, os esforços da Companhia de Jesus soçobrassem e os dos paulistas se fizessem vencedores no processo colonizador. A trama que ancora a sua representação de História do Brasil se dá, em síntese, a partir desse “drama cruento” que “se desenrolara entre índios, jesuítas e bandeirantes. Na parte final do texto de mais de cem páginas e repleto de dados de diversas naturezas e extensas notas de rodapé, escreve:

No ensaio que aqui termina procuramos narrá-lo, embora esquematicamente, tal qual no-lo representam os fatos. Colocando o bandeirante no quadro dentro do qual se processaria o predomínio da raça branca no mundo, e a Companhia de Jesus nos limites exatos em que se desdobraria, senão a ação do jesuíta, tomado individualmente, pelo menos a política da Ordem, cremos ter deixado perfeitamente claro, primeiro, que se alguma coisa distingue o paulista dos demais habitantes da Colônia, essa não foi certamente a sua maneira de tratar o índio, mas a sua incomparável capacidade construtora.³³²

Nesse trecho, tendo versado por questões que já foram aqui reiteradas, sobre o lugar que cada personagem ocupava nessa trama, cabe ressaltar ainda que, para fundamentar as suas ideias, a Revista do Instituto Histórico Brasileiro era amplamente citada por Mesquita Filho para imbuir a sua perspectiva e autorizá-lo a fazer o trabalho de historiador. Nas diretrizes do seu pensamento, evidências de influências mais arcaicas e mais contemporâneas se fazem notar na medida que, se de um lado citava historiadores como Varnhagen – já então bastante criticados pela historiografia e mesmo pelo ensaísmo –, por outro lado trazia referências contemporâneas que remetiam a perspectivas relativistas.

A tríade anunciada, nas relações empreendidas no “laboratório” histórico sobre o qual Júlio de Mesquita Filho erigia a sua interpretação particular e a ungia com fundamentos de Filosofia da História, carrega semelhanças com uma estratégia que outros intelectuais utilizaram em períodos e contextos diferentes. Carl Friedrich Philipp Von Martius elencou, ainda no período imperial – quase um século antes dos *Ensaio Sul-Americanos* – três componentes da História brasileira: Brancos, Indígenas, Negros.

³³¹ CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**, e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 358.

³³² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 316.

Martius propunha abordagem que em muito se assemelha com formatos exaustivamente usados pela historiografia, mostrando uma continuidade discursiva em relação a esse texto fundador.³³³ Um exemplo disso é que ele pretendia que se fizesse um estudo considerando quais as condições constitutivas do Brasil enquanto povo, como que em busca e suas raízes. Para ele, as instituições portuguesas que foram transplantadas para o Brasil e a ordem Jesuíta seriam importantes materiais de análise histórica, assim como mapear os efeitos da imigração e colonização no Brasil e suas causas.³³⁴ Na esteira de Martius, muitos outros escreveram as suas versões, como Francisco Adolfo de Varnhagen, seguindo tal metodologia. O já citado Freyre, nos anos trinta, daria ênfase aos elementos da África diaspórica e o Português “plástico”. Darcy Ribeiro, bem mais recentemente, põe os povos indígenas no centro do motor do *Povo brasileiro*.³³⁵

A tríade enunciada por Mesquita Filho tratava-se de uma escolha que nada tinha de inocente: Índios, Jesuítas e Bandeirantes. É sabido que cada intelectual deu sua respectiva versão e visão de Brasil, na tentativa de consolidar a verdade nacional em consonância com uma perspectiva de poder. É notável também o envolvimento de cada um com instâncias do poder político-administrativo, seja no Império ou na República. Suas obras, em alguma medida, ressoaram nas suas vidas e militâncias; homens “de fé e de partido”, como esboçou Darcy Ribeiro. Freyre, por sua vez, tornou-se arauto da luso-tropicologia. Essa digressão é válida na medida que contribui para demonstrar como a vida intelectual e pessoal carregam relações estreitas de interdependência, algumas vezes – seja conscientemente ou não – os textos servem para justificar certas posições enquanto sujeito, movidas pelos imperativos de seus contextos.

Essa sequência de objetos urdidos para a produção daquele longo ensaio sugere a existência de causas às quais esteve vinculado, inserindo Júlio numa certa *operação* de escrita, com *lugar*, *procedimentos de análise* e construção de *texto*.³³⁶ O lugar de intelectual e

³³³ Para Michel Foucault, o comentarista do texto primeiro pode construir novos discursos, mas por outro lado tende a repetir o que já havia, controlando a aleatoriedade do discurso, ordenando-o. Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

³³⁴ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

³³⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006.

³³⁶ Referência aos conceitos de *operação historiográfica* e *lugar de fala* gestados por Michel de Certeau. O autor postula que os escritos históricos são oriundos de uma instituição histórica, um lugar institucional de produção do saber, cuja filosofia institucional, igualmente, atravessaria o fazer historiográfico. No presente caso, os conceitos sofrem uma metamorfose, pelo fato de Júlio de Mesquita Filho ser um ensaísta com pretensões de

pensador, que escrevia dentro do contexto já mencionado, estava limpidamente atravessado pela aclimação dos seus engajamentos. A título de exemplo: o Movimento Constitucionalista de 1932 do qual participou foi um momento em que o bandeirantismo paulista se exprimiu de maneira especialmente intensa, bem como nas militâncias educacionais no âmbito da consolidação da Universidade de São Paulo, logo depois do primeiro exílio de Mesquita Filho (1933). Durante esse segundo exílio, o nativismo é canalizado para a sua produção intelectual, misturando o dito pensamento racional e desejo. Nesse cruzamento, se dá a formulação de cosmovisão mítica, um positivismo nos trópicos que estava prenhe de intenções políticas – a enunciação de um nativismo cuja heráldica almejava poderes, inclusive políticos e institucionais.

Sérgio Buarque de Holanda escreveu que “quando estamos num país estrangeiro vemos nosso próprio país com mais interesse, reparamos na diferença, no choque. [...] do estrangeiro, vemos o Brasil de outra maneira”.³³⁷ Foi do estrangeiro que Júlio de Mesquita Filho planejou parte desse desenho interpretativo do “corpo e da alma do Brasil” que emanava de referências regionalistas, mas que também buscava legitimação e aproximação com grandes narrativas que ungissem esses intelectuais como Universais, isto é, de um pensamento que ideologicamente busca amarrar o pensamento de tradição europeia e naturalista como a manifestação da ordem natural das coisas. Encontramos pistas dessa (in)compreensão dos indígenas como sujeitos sem cultura própria, que precisariam tomar uma de empréstimo, nos estudos de Eduardo Viveiros de Castro.

Júlio de Mesquita Filho narrou uma proto-história, que torna natural, fortuita e menor, a violência dos bandeirantes. Na sua cosmovisão, existe aquilo que Viveiros de Castro chamou de narciso antropológico, ao qual ele defendeu fazer-se necessário uma descolonização do pensamento no seguinte sentido: não pressupor que o crivo ocidental de análise do mundo deva prevalecer como sendo a ferramenta heurística que promove verdades.³³⁸ Essa naturalização de um argumento civilizatório, que legitima a violência em nome do progresso, tem conexão não apenas com um compromisso com a modernidade

análise histórica e não se vincular a uma instituição no sentido duro, porém a associação permanece útil para a compreensão (CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119).

³³⁷ MARTINS, Renato. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda (Encontros)**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 186.

³³⁸ CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, n-1 edições, 2018.

ocidental e o seu relato teleológico, mas também com a negação do pensamento ameríndio, tornando-o invisível.

Os bandeirantes e os jesuítas são os elementos ativos da interpretação sociológica e ensaísta de Mesquita Filho. Eles são os representantes da civilização, cada qual ao seu modo. O “índio” é o barro a ser moldado, em estado de natureza, adjetivados como ausentes de cultura. A complexa concepção de pessoa que Viveiros de Castro mapeia entre os ameríndios, inspirado no pensamento de Claude Lévi-Strauss, bem como de Deleuze e Guattari, é suficiente para revelar o caráter obtuso dos meandros evolucionistas pelos quais o autor de *Ensaio Sul-Americano* se enveredou para ilustrar a sua proto-história.

O perspectivismo ameríndio é um contradiscurso possível aos postulados de Júlio. O multinaturalismo é um modo de pensamento e uma cosmologia, que faz frente ao modelo do naturalismo europeu, que então orientava o escrito de Mesquita Filho. A negação da parcela indígena da população brasileira evidencia uma tentativa de apagar os rastros de culturas remanescentes do contato, somando uma violência discursiva àquela que foi infligida nos corpos, pelos bandeirantes paulistas e as “entradas”.

Essa violência tem muitas camadas, que vão de texto em contexto e se catapulta de século para século, possibilitando analogias fecundas como a seguinte: acolá, guerra justa, apresamento necessário à construção civilizacional; cá, invasão de terras indígenas, legitimação da grilagem de terra e inviabilização das políticas de demarcação de novas reservas para os povos originários, enfim, o “Marco Temporal”.

A interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre os bandeirantes parece aproximada àquela de Júlio. Os *Ensaio Sul-americano* e sua edição única, todavia, não teria o mesmo sucesso editorial de *Raízes do Brasil*. As adaptações ao longo das décadas deste último parecem ter logrado efeito de torna-lo aceitável ética e politicamente. Possivelmente, pela “capacidade surpreendente de comunicar, dentro da própria redução ao típico, o sentimento da mais viva complexidade”.³³⁹ Mas isso não impediu os *Ensaio* também fossem lidos e comentados, com significativa força de penetração. Acompanharemos a seguir alguns exemplos da amplitude de divulgação.

³³⁹ CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p. ix.

III

Seria impossível rastrear uma fórmula ou escola na qual todos os livros de Júlio de Mesquita Filho sejam abarcados. Tentá-lo seria uma distorção inútil, na medida que qualquer potencialidade heurística seria perdida em favor de forcejar o seu pertencimento total a tradições fixas. Até mesmo o tipo de publicação era pouco afeita ao mundo intelectual ao qual era contemporâneo. Na verdade, o caráter híbrido e mestiço dos argumentos contidos nos livros é onde reside a riqueza dos textos de um homem notável que teve no exercício da autoria de ensaios um registro lateral de sua própria militância e atuação política. São como confissões de seus pontos de vista, organizadas para interlocutores eruditos. Não são redutíveis uns aos outros, ainda que seus temas se cruzem e, de alguma maneira, as suas preocupações possuam *leitmotifs*, isto é, recorrências marcadas.

Ensaaios sul-americanos (1946), dentre todas as publicações de Júlio de Mesquita Filho, foi a que ganhou mais notoriedade. Pode-se dizer que foi a *magnum-opus* que o consagrou ensaísta, sempre referenciada quando algum comentador deseja situá-lo como “jornalista-ensaísta” e qualificativos semelhante. No seio da obra escrita de Júlio, este livro possui diversas particularidades.

São algumas dessas exceções: os ensaios contidos no volume foram escritos especificamente para aquele fim, a publicação livresca, quando outros eram geralmente a simples republicação de editoriais, escritos originalmente para as páginas d’*O Estado*. Foi escrito durante os anos de exílio, que torna notável o “signo da viagem” naquelas páginas – e não qualquer viagem. Talvez em decorrência disso, foi lançado com mais ênfase pelo homem que o assina, se comparado com outros textos seus, que sempre transpareciam uma vontade lânguida, como que a reboque do estímulo de amigos. Em 1956 foi publicada uma segunda edição, com prefácio do autor, contando com ampla divulgação “em todas as livrarias”. Todos esses elementos concorrem para uma sobrevida ao texto que faz daquele o mais comentado, que sobreviveu ao desaparecimento do autor, após a morte de Júlio.

Remeto ao que Michel Foucault apontou como um dos principais procedimentos de rarefação (captura, controle) do discurso,³⁴⁰ que é justamente a dimensão do comentário, que

³⁴⁰ Textos originais têm o seu sentido reinterpretado indefinidamente através do comentário. O comentário segue reintroduzindo essas narrativas na ordem do dia, atualizando e mantendo essa chama acesa. O comentarista do texto primeiro pode construir novos discursos, mas por outro lado tende a repetir o que já havia no texto

torna o acaso de determinado enunciado – como o acontecimento de um livro – a palavra celebrada, a consolidar verdades, ao mesmo tempo que é direcionada para outros e estranhos usos. Mas cá nos interessa Júlio, cuja trajetória foi recuperada por diversos comentadores amistosos, ao menos naquilo que a pesquisa apontou.

Uma polifonia parte dos *Ensaio sul-americanos* para, com alguma constância, desenhar redesenhar a fisionomia do seu notável escritor. O espaço do elogio merece atenção, pois alguns solenes comentários são publicados nas páginas d’*Estado de São Paulo*, antes e depois do falecimento de Mesquita Filho. Vivo ou morto, vislumbramos o espectro autoral a ganhar formas no interior de determinadas instituições que se filiam ao seu contorno ético.

Uma dessas instituições é a Academia Paulista de Letras, na qual ocupou a cadeira nº 28. A outra, é o seu próprio Jornal, *O Estado*. Com recorrência, as duas plataformas se uniam em divulgação. Sérgio Milliet e o acadêmico João Fernando de Almeida Prado, com renome entre a intelectualidade paulista, ainda em 1946, apressaram-se em redigir resenhas nas quais não economizaram elogios ao autor cujo título da obra se destacava no topo da página. Foram das interpretações iniciais ao livro de ensaios que Mesquita Filho fez no exílio.

Milliet escreve “à margem dos ensaios sul-americanos”, principiando por afirmar que o livro do jornalista é a “expressão dos talentos latentes que a rotina jornalística recalrava”.³⁴¹ Segundo o comentador, a ditadura expulsou Júlio do jornalismo. Entre os fartos comentários às qualidades dos ensaios, destaca a pertinência da “reabilitação do português colonizador”, e qualifica: “nada mais justo”.³⁴² Contemporiza com a tese de Júlio de Mesquita Filho sobre o caráter “inteligente” e “brando” da colonização portuguesa no Brasil, cuja agência civilizadora se avultava sobre qualquer outro aspecto.

Os Jesuítas, por outro lado, dificultaram esse processo e teriam sido responsáveis por massacres. Em certo ponto, faz reservas ao fato de que as bandeiras teriam sido um “fenômeno visceralmente português”, pois na visão de Milliet, o elemento brasileiro não pode ser de todo excluído. Mesmo com essa dissidência, a qualidade “sociológica” do livro é defendida, quando analisa “a história com olhos de Sociólogo”: “O senhor Júlio de Mesquita Filho é menos um cientista puro da história que um sociólogo desejoso de tirar da história um

primeiro, controlando a aleatoriedade do discurso, ordenando-o. Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

³⁴¹ MILLIET, Sérgio. A Margem dos ensaios sul-americanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de maio de 1946, p. 04.

³⁴² MILLIET, Sérgio. A Margem dos ensaios sul-americanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de maio de 1946, p. 05.

ensinamento proveitoso à solução do presente”. O mérito de Sociólogo a interpretar o Brasil, salvo reservas pontuais de tais leituras, é exaltado. O ano era 1946, o exílio de Júlio tinha acabado. O ensaísta retornava ao *metier* da imprensa, de seu jornal. Tempos de recomposição de autoridade e prestígio, principalmente político.

Poucos meses depois desse texto, na edição de 6 de setembro,³⁴³ é publicada outra resenha que merece atenção, agora com a redação de João Fernando de Almeida Prado. A resenha busca, também, situar o momento no qual o livro veio à luz. Segundo ele, o autor dos *Ensaaios sul-americanos* lutava contra a ditadura. Em seguida, os pontos desdobrados são semelhantes àqueles destacados por Milliet meses antes, acrescentando-se comentários ao ensaio de Mesquita Filho sobre a Guerra do Paraguai, redigido na forma de carta ao embaixador Ramón José Cárcano. De resto, o ponto de vista segue em concordância às teses do ensaio, como no caso dos impactos dos colonizadores brasileiros na Revolução Industrial da Inglaterra. Prado se aproxima dessa visão na qual os bandeirantes paulistas, entre outras proezas, com o ouro da mineração dos séculos XVII e XVIII, foram patrocinadores da modernidade da qual a Inglaterra fora ponta de lança. O outro polo da manifestação do embrião da modernidade é notado no caso do estudo de Júlio sobre os bandeirantes que se antagonizaram aos Jesuítas, como improváveis campeões de uma perspectiva pombalina a guiar as monarquias católicas. Em meio a tais considerações, a reivindicação de imparcialidade é constante.

No ano seguinte, chega à redação do *OESP* a notícia de que os *Ensaaios* são comentados em Portugal. Na edição de três de setembro de 1947, o *Estado* transcreveu o comentário do “ilustre escritor português Nuno Simões”, publicado no *Diário de Lisboa*.³⁴⁴ Nuno Simões, conhecido político e escritor português defensor do lusobrasileirismo baseado em laços de sangue, reportou a apreciação da obra do ensaísta e jornalista brasileiro. Nuno se refere a Júlio como “jornalista de raça que as vicissitudes da política brasileira tornaram ensaísta e intérprete da história do seu país”, em evidente reconhecimento. Menciona ainda “o excelente prefácio de Plínio Barreto”, acrescentando que a publicação do livro é a realização do “grande diário bandeirante”.

Curiosamente, na mesma página do jornal, um artigo de Jaime Cortesão intitulado “introdução à história das bandeiras”, exorta o estudo do bandeirantismo como sendo de

³⁴³ PRADO, João Fernando de Almeida. *Ensaaios Sul-americanos*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 de setembro de 1946, p. 06.

³⁴⁴ O ESTADO de São Paulo. “Ensaaios sul-americanos”. São Paulo, 03 de setembro de 1947, p. 06.

presença marcada em “todo o território do continente sul-americano”. Não é difícil imaginar os efeitos de presença causados para um leitor do ano de 1947, visualizando duas referências aparentemente insuspeitas a falar de um mesmo tema comum: o bandeirantismo no mundo sul-americano. Retomando Nuno Simões, sua apreciação dá ênfase ao fato de que “dois dos notáveis ensaios enfeixados neste livro [ensaios sul-americanos] são sobre a grei paulista no período colonial, o que quer dizer que diretamente nos respeitam”.

Atenta-se também para os argumentos de Júlio sobre as conexões diretas entre o bandeirante e a democracia brasileira e da nacionalidade, além dos impactos econômicos fora do país. Diz a transcrição do texto de Simões: as bandeiras e o bandeirantismo produziram impacto “na estrutura econômico-social dos países do velho continente, que animou a revolução industrial do século XVIII”, e sublinha que Júlio considerou “as bandeiras como um fenômeno eminentemente, visceralmente português, na sua essência”. Por sinal, o escritor português, diferente de Sérgio Milliet, assina sem reservas sobre o exclusivismo português que havia sido elogiado por Júlio de Mesquita Filho.

Estes comentários no calor da publicação são sugestivos não apenas de uma relativa circulação, tendo em vista que o jornal *O Estado de São Paulo* publicava tais materiais, havia interesse de divulgação e aquecimento do enunciado. Muitas outras perspectivas que enlaçavam o escritor à obra foram se acrescentando, nas páginas d'*O Estado* e na cena intelectual. O fato é que um crescendo de referências vão consolidando determinado lugar para o escrito do exílio, feito em duas edições, alçado à posição de obra na qual se misturam sonhos, paixões e anseios da alma do seu altivo autor.

A síntese da pessoa se imiscui, com o passar dos anos, ao longo de discursos solenes. A obra sobrevive ao desaparecimento do seu autor, e este vive através dela, a partir da produção ativa de espectros, da qual os vivos são encarregados. A exaltada invocação do fantasma é feita cerimonialmente, em duas ocasiões de posses na Academia Paulista de letras, quando Luís Martins e Lygia Fagundes Telles, em abril de 1970 e maio de 1982 respectivamente, assumiram a cadeira 28º que um dia pertencera a Júlio de Mesquita Filho. Além disso, em 1973, o historiador paulista Tito Lívio Ferreira, professor da Pontifícia Universidade Católica, publicou um texto nas páginas do *Estado* comentando os *Ensaios sul-americanos*. A cada um desses nomes, cabe uma abordagem, que seguirá em sequência cronológica.

No caso de Luís Martins,³⁴⁵ se tratava da sucessão direta na APL de Júlio de Mesquita Filho, cuja cadeira 28 ficou vaga no ano anterior. A solenidade segue os ritos de uma academia de letras, marcada por homenagens apaziguadas e pouca afinidade a críticas. Através da rememoração efetuada por Martins, é possível traçar o perfil de uma persona intelectual que era então absorvida e deglutida por gerações sucessoras a ele. Além disso, viabiliza a percepção de como a sua obra pretérita estava sendo recebida, e esse passado era lido em si.

Em linhas semelhantes à de Sérgio Milliet em 1946, Martins elogia os *ensaios sul-americanos* como a excepcional escrita de um jornalista-ensaísta. Plínio Barreto, o prefaciador de 1946, parece marcar a forma correta de compreender Júlio, como “ensaísta nato”. Ao reverenciar o livro, o acadêmico então empossado elogia ironicamente o Estado Novo, responsável pelo exílio do ensaísta e tornando possível a existência de sua obra. Para isso, formula em francês, como que um encantamento: *a quelque chose malheur est bon*.³⁴⁶

A Filosofia da História defendida por Mesquita Filho é validada através do rito do discurso em academia, refletido bem no título da matéria ostentada pelo *O Estado de São Paulo*: “Obra de jornalista é enaltecida”. A seguir, apesar das promessas de brevidade, dedica boa parte da sua longa fala a comentar a obra do antecessor e suas virtudes jornalista, ensaísta, e de homem de ação. Caminhava para se consolidar o lugar-comum da unidade entre obra e sujeito, sendo aquela reflexo direto das competências e experiências deste. O que leva ao próximo depoimento, redigido três anos depois, mais centrado na escrita.

A coluna assinada pelo historiador da PUC, Tito Lívio Ferreira, no dia 15 de julho de 1973, foi intitulada “Portugal e a Civilização Romana”.³⁴⁷ Tinha os *Ensaio Sul-Americanos* como uma das principais referências a nutrir o seu argumento. Tito Lívio foi um historiador conservador, notável por posições públicas contra o “materialismo marxista”, e centrava em São Paulo a sua interpretação de História do Brasil, o que torna o texto de Júlio de Mesquita Filho bastante adequado para defender a sua tese. Consistia em afirmar que “devemos a nossa civilização aos romanos” e que ela teria chegado ao Brasil através dos lusos, incluindo em seu argumento que a “língua materna do Português é o Latim”. Além disso celebra as proezas náuticas portuguesas, a expandirem o “Império de Cristo” pelo mundo, “não para ‘uma empresa colonial e colonialista’, como dizem hoje os comunistas” (sic).

³⁴⁵ O ESTADO de São Paulo. “Obra de jornalista é enaltecida”. São Paulo, 19 de abril de 1970. p. 22.

³⁴⁶ “para alguma coisa serve a desgraça”.

³⁴⁷ FERREIRA, Tito Lívio. “Portugal e a civilização Romana”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de julho de 1973. p. 206.

Ao denominar Mesquita Filho de “sociólogo das bandeiras”, anseia demonstrar que este detectou o grupo social que, como que por um ato de mediunidade, havia recebido o sopro civilizatório romano, através da expansão lusa. A faísca da cultura valorativa chegava ao Brasil, segundo tal leitura, nas naus portuguesas, a 22 de abril de 1500. Encerra a avaliação com uma crítica agressiva ao que chama de “marxismo-leninismo”, equiparados a negadores da história verdadeira: “a quem devemos o que somos? Ao povoamento humano e humanizante dos portugueses”.

Sérgio Milliet e João Fernando de Almeida Prado, reconheceram à época do lançamento. Nuno Simões, uma voz do exterior e claramente interessada, também contemporiza com os *Ensaio Sul-Americanos* e ao seu escritor. Luís Martins e Tito Livio Ferreira também procedem elogiosos, de seus respectivos a autorizados *locus*, apontando a sobrevida do escrito. Mas, em que pese o risco de adiantar excessivamente no tempo, ainda em termos de comentadores da vida e obra de Júlio de Mesquita Filho, cabe a menção do discurso de Lygia Fagundes Teles na posse da mesma cadeira 28ª, em maio de 1982, passados mais de duas décadas do falecimento do jornalista.³⁴⁸

Reconhecida literata brasileira, à época já havia ganhado dois “Jabutis”. Prudente, advertiu que falava sobre “uma quase ficção”, ciente de que é humanamente “impossível separar o homem do mito”. Por isso, insisto em apresentar o seu depoimento, pela riqueza em demonstrar que, mesmo para uma mulher ciente de estar em um espaço majoritariamente de homens – como, aliás, sugere no início do discurso –, ainda assim, traçou um grandiloquente conto da imagem de Júlio de Mesquita Filho, de quem afirma ter recebido palavras gentis e de encorajamento quando era uma aspirante a escritora. Não faria um discurso iconoclasta.

Lygia se formou em direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1946, então já com a Universidade de São Paulo sendo Instituição mãe. Muitos anos antes, na segunda década do século, Mesquita Filho lá havia também se graduado. As afinidades eletivas passam inclusive pela dimensão da formação, fortalecendo as razões da elaboração e enunciação desse discurso, que segue os ritos da construção de monumentos.³⁴⁹ O pronunciamento situava-se no seio de uma polifonia, da comunidade que se constitui em diferentes níveis.

³⁴⁸ O ESTADO de São Paulo. “Lygia Fagundes Teles, acadêmica paulista”. São Paulo, 02 de maio de 1982. p. 55.

³⁴⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

Ao comentar a obra, considerava que a trajetória do autor tinha relação com a própria *alma matter*, traduzindo-se em vínculos existenciais e afetivos. A perspectiva de ancestralidade e herança de tradição se transmite de várias maneiras, na ocasião sintetizada na cadeira de Acadêmica. Além disso, cria uma proibição de se elaborar alguma crítica contundente e desqualificadora ao homenageado, tendo em vista o ordenamento promovido pela ocasião. Há muito tempo, Mesquita Filho agiu na construção e solidificação do próprio prestígio que seria colado à trajetória.

Na definição do homenageado, menciona que em sua obra se refletia “os retratos desse singular monarquista, liberal apaixonado, romântico e ao mesmo tempo, objetivo, realista”, e sobre o retrato que um dia a impressionara, na sede do *Estado*, descreve que presenciou a altiva “expressão quase arrogante do líder cívico, non Ducor, Duco. Não sou conduzido, conduzo”. A artista sentencia, de maneira semelhante ao seu predecessor Luís Martins, que graças ao exílio do Estado Novo, “espicaçado, acabou por escrever as suas melhores páginas”. Se referia aos *Ensaio Sul-Americanos*, que qualificava como um trabalho de denúncia.

A construção do memorial conclui com a menção taxativa do papel civilizador que Júlio teria desempenhado, e nesse momento a oradora se volta para os Outros do “sertão”, com menção a Euclides da Cunha e a sua síntese sobre o sertanejo, que apesar de “ser antes de tudo um forte”, depois desse antes-de-tudo, tudo faltava. Faltava ao mistificado personagem, civilização e cultura. “Educar esse forte, fazer dele um cidadão e não um mendigo, um drogado. Ou um delinquente”.

Retornemos à época da publicação. Os comentadores posteriores ecoavam, em grande medida, as qualificações elogiosas de Plínio Barreto. Este escreveu em 1945 o prefácio intitulado *Do Jornalismo ao ensaio*. Barreto, vinculado ao *Estado de São Paulo* desde os tempos de Júlio Mesquita, faz reservas ao lugar de exclusividade “visceral” do luso ocupado na epopeia bandeirante, de maneira semelhante a Sérgio Milliet. O lusitanismo pode ser considerado mesmo uma afinidade ancestral com Portugal, país de origem do avô paterno.

Tal ressalva, feita de passagem, não compromete a aceitação elogiosa dos argumentos do livro no geral. Festejando a realização do ensaio, torna a defender com vigor que a obra é expressão de um serviço público, “desinteressado”, a combater a obscuridade do regime de Vargas. O jornalista é considerado um historiador, nos seus capítulos de interpretação filosófica do espírito brasileiro, e o contexto da escrita viceja em um comentário que torna a postura de combate ainda mais nítida. E tal combate, de fato, não era exclusivo de Júlio, a ecoar na voz de Plínio Barreto, especialmente em alguns trechos:

[...] a ditadura privou a juventude brasileira de um doutrinador em que a elevação e amplitude das ideias se conjugam, para lhe redobrar a força moral, a um patriotismo fecundo e a um sentimento vivo dos sofrimentos humanos. Não são em grande número, na imprensa nacional, os idealistas genuínos. Por isso mesmo, porque nessa classe de espíritos superiores é que se encontram os inimigos irredutíveis das ditaduras materialistas, foi que o caudilhismo anacrônico, que tomou de assalto o Brasil, expeliu Júlio de Mesquita Filho da alta tribuna, que ocupava, com a maior dignidade, na imprensa brasileira. A ditadura não deu tento, porém, de que, lançado fora de uma tribuna, ele seria capaz de galgar outra. Foi o que aconteceu. Perdido o jornal, Júlio de Mesquita Filho lançou-se ao livro.³⁵⁰

Segue avaliando que a ditadura perdeu mais uma vez “a luta contra o espírito”. O forte tom de realização de destinos se faz sentir na ideia de “espírito”: “tem sido, sempre, assim e, assim, sempre, será”. Nesta conclusão, a imagem de Mesquita Filho como autor de ensaio parece sintetizar algo de grandiloquente, associado a imagens de autoevidência, como democracia e civilização. Em contraste, os “anacronismos”. As palavras escolhidas pelo comentador são sugestivas de tal embate: “a noite é sempre grávida de uma aurora”.

Raízes do Brasil, publicado por Sérgio Buarque de Holanda nove anos antes da primeira edição de *Ensaaios Sul-americanos*, incorporou citações e argumentos do jornalista. Em tal citação, o historiador paulista menciona o “sr. Júlio de Mesquita Filho”, subscrevendo os seus pontos de vista. Cassiano Ricardo é outro intelectual de renome, vinculado a APL, que faz coro ao que defende Mesquita Filho. Estas referências apontam que o acontecimento do livro instaurou reações e consequências palpáveis, marcando inclusive a produção ou revisão de outros ensaios. Já acompanhamos, no correr desse capítulo, os principais argumentos do discurso que o ensaísta engajado Mesquita Filho enunciou ao longo do livro que escreveu como rebento do segundo exílio

Em 1971, a Revista de História da USP publicou um texto da lavra de Júlio de Mesquita Filho, como homenagem póstuma que saiu na seção “fatos e notas”. O artigo possui onze páginas, intitulado “Índios, jesuítas e bandeirantes”, homônimo ao principal capítulo de *Ensaaios-Sul Americanos*, de 1946. À época original de publicação, os intelectuais que se movimentavam no interior da própria Universidade de São Paulo, conforme a tese de Carlos Guilherme Mota, já procuravam “libertar-se seja da perspectiva mitológica, bandeirista, tipificadora dos Institutos Históricos”.³⁵¹ Mas a perspectiva mitológica não é simplesmente

³⁵⁰ BARRETO, Plínio. Do Jornalismo ao ensaio. In: MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaaios Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 1946. p. 17.

³⁵¹ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 75.

sepultada sem deixar rastros por algum gesto de iluminação. Ao contrário: não é apenas no escuro que os fantasmas aparecem.

Mais uma vez, os solavancos temporais, os prestígios e as influências individuais sobrepujam os celebrados rigores epistemológicos. A Revista de História do departamento uspiano parecia ainda ser “casa de ancestrais”, em plenos anos de chumbo. Os dissidentes haviam sido exorcizados por aposentadorias compulsórias, como foi o caso de Florestan Fernandes, em 1969. As bases intelectuais do mito bandeirista volta (ou nunca saiu?), sob forma espectral, para habitar o castelo que um de seus oficiais ajudara a construir, 37 anos antes.

A aparição e manutenção do discurso de consagração da obra se opera ao longo da própria trajetória. Processo que não se dá num piscar de olhos, que se dilui em eventos múltiplos, tornando-se progressivamente personagem de si mesmo. Quando reivindica a condição testemunhal de escritos, a própria voz se faz texto e instrumento de agência. O historiador Jules Michelet sugere uma compreensão desse fenômeno do ensaísta que se conta: “a obra justifica o autor como o autor justifica a obra”.³⁵² Permite ligar o mundo das convicções e heranças com o ato de elaborar o livro. Olhar para as circunstâncias em que foi elaborado, ajuda a desvendar os compromissos e adesões.

Um caminho específico liga a perspectiva liberal do mundo capitalista e as formas coloniais do mundo bandeirante. A associação entre o Brasil e a revolução industrial da Inglaterra parte fortemente desse argumento. Quando os bandeirantes descobriram as minas de ouro nas províncias brasileiras, as condições de possibilidade para a emergência do capitalismo moderno se estruturavam. A princípio, isso poderia sugerir que a história universal tem mais contribuições do que essencialmente a dos povos europeus – tendo em vista que a celebrada civilização teria nascido também com a contribuição de povos exógenos à Europa.

Júlio de Mesquita Filho nega, contudo, tal possibilidade. Discordando de Capistrano de Abreu – que por seu turno, apontava que o bandeirismo era composto por brasileiros – Júlio afirma que na verdade, trata-se de outros Europeus, expedicionários, fazendo o trabalho da civilização. A realização do espírito da história europeia teria vindo habitar o mundo colonial através dos seus agentes ibéricos, com orgulho de sangue, tudo rigorosamente planejado, séculos antes, pela “Escola de Sagres”. As sementes da civilização apenas

³⁵² MICHELET, *APUD*: NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 129.

germinam onde existe a influência da Europa. Existia uma “cadeia de façanhas pelas quais a gente lusa, abrindo os continentes africano, asiático e americano à influência dos povos europeus da início [...] à supremacia da raça branca no mundo”.³⁵³ Os bandeirantes eram portadores de “nobilitate probanda”, a prova de nobreza, baseadas em registros de pureza de sangue.

Os sertanistas pertenceriam a esta tradição e tinha a ela uma lealdade incoercível. Sugere que “não se esqueciam de quem eram”. A essência celebrada nos bandeirantes chega pela via portuguesa, e é fonte de intrepidez que cria as condições para a colonização e grandeza: “o português mantém intacta a sua singular plasticidade, aquele poder de adaptação biogenética que o torna [...] capaz de viver e prosperar em qualquer latitude, na Terra Nova ou em Macau, na Califórnia ou em Moçambique, em Cuiabá, Manaus, S. Paulo, Rio Grande ou em Timor”.³⁵⁴

Portugueses e “arqui-portugueses” são os responsáveis pela jornada épica da construção da nação embrionária. São filhos do gênio particular que “levou o Infante D. Henrique a conceber e executar a conquista científica dos mares”,³⁵⁵ afirmação que funda o mito da forma intuitiva do saber elevado a ciência, localizado numa época em que as concepções científicas modernas não estavam configuradas.

“Todo ensaísta se conta”, diz Michelet. A obra está em conexão com a existência de seu escritor, e muitas vezes o autor torna-se personagem da própria obra. No caso de Júlio de Mesquita Filho, é visível que ele se torna um personagem de si mesmo ao longo das várias narrativas, quando as próprias memórias e idiossincrasias são agenciadas para ganhar movimento em personagens como os bandeirantes, e até mesmo em outros mais recuados, a exemplo de D. Henrique. Como síntese principal, o nativismo é convertido em expressão do universal, cuja genealogia se expressa desde o formato ensaístico até a construção de instituições universitárias.

Mas a que se deve essa afinidade inabalável ao Atlântico Norte? A sua identidade parece ter sido desenhada em face ao confronto ontológico com imagens de regiões e grupos sociais do próprio país. Tudo o que não era bandeirante, parecia não ser Brasil. E o brasileiro bandeirante nada mais era do que “arqui-portugueses”, que vieram por mar, há alguns séculos, trazer aos trópicos as virtudes do espírito aquecido da história. O caminho místico de um

³⁵³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaaios Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 1946. p. 140.

³⁵⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaaios Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 1946. p. 143.

³⁵⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaaios Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 1946. p. 144.

extemporâneo naturalismo, com a tocha da modernidade civilizada que nascera entre os “povos brancos”. A verdade da cultura e da política brasileira, para o “sociólogo das bandeiras”, era a hegemonia nativista. Como personagem de si mesmo, um aspecto narcísico se esboça. No próximo capítulo, tratarei de trechos da trajetória que podem iluminar as angustias provocadas pelos espectros das naus e caravelas.

CAPÍTULO 3 – ANGÚSTIAS DE NARCISO

ANACRONISMOS CONTRA O MUNDO CIVILIZADO

A verdadeira imagem do passado passa voando.

(Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de História*)

Como um esforço para não ser capturado pela ordem narrativa da vida de Júlio de Mesquita Filho, esse capítulo acompanha, na primeira parte, o olhar retrospectivo de Júlio sobre a Revolução de 1930. Após isso, busca entender a construção a relação de diferença estabelecida com outros personagens. No seu ensaio memorialístico, olha para a coluna Prestes e, acima de tudo, para a Revolução de 30. Parece ser um passado ao qual adere em termos “ideais”, mas se contrapõe aos desdobramentos das coisas tais como ocorreram.

Com quais tempos irreconciliáveis ele joga? Em diálogo com os capítulos anteriores, até que ponto esse homem afeiçoado pela sua semelhança, aceitava a abertura da história além da conta? O segundo tópico busca responder a isso, acompanhando pistas contidas no livro *A Europa que eu vi* (1953), concluindo com trechos de um depoimento de Mesquita Filho para o livro *Ordem e Progresso*, de Gilberto Freyre.

Os argumentos desenhados ao longo dos tópicos seguintes estão baseados, como já elaborei anteriormente, a partir de documentos oriundos de distintas temporalidades. Os livros que enfeixam os textos que acompanho não informam apenas sobre o momento de suas publicações. Koselleck reflete sobre o caráter metafórico e permeável das ilustrações narrativas do tempo,³⁵⁶ e sintetiza com alguma precisão o mote que propus. Os “estratos do tempo” é uma metáfora espacial, mais especificamente, geológica. Permite ilustrar e dar a imagem de camadas temporais que, não sendo contemporâneas, atuam simultaneamente: a contemporaneidade do não contemporâneo.

Quando um conceito reúne significação multiplica, ele acumulou a polissemia de tempos anteriores. O conceito de liberalismo que acompanha o argumento central do trabalho carrega marcas temporais, por exemplo – desde a sua proposição e adesões. Ao longo das páginas que seguem, as experiências de Júlio de Mesquita Filho, enunciadas em sua maioria

³⁵⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

no plano da memória, coaram estratos de tempos vividos. As experiências de tempo não estão em sincronia estável e eterna com o tempo da rotação, translação, etc. Estes são impostos; "realizações intelectuais e culturais" possibilitam dar significado a estas medidas.³⁵⁷

³⁵⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

3.1 No espelho da memória, o (ant)agônico

O diálogo com os ensaios anteriores se dá quando o texto se debruça sobre os eventos ocorridos logo após a escrita de *A Crise Nacional* e antes dos *Ensaio Sul-Americanos*, sendo engrenado a partir da memória, posicionado em 1954. João Alberto, Vargas, Siqueira Campos e ele mesmo são os personagens que estiveram na ambientação da Revolução de 1930, e na herança do tenentismo. Apropriações de uma “síntese sociológica” conecta a cultura e política.

A seção trata o livro *Memórias de um revolucionário, notas para um ensaio de sociologia política*, publicado por Mesquita Filho em 1954, como fonte principal para a problematização e compreensão de conceitos que o preocupou, as suas adesões e filiações históricas, personagens que o mobilizou, e de qual maneira o fez. A abordagem teórica tem como premissa as disputas pelos significados do passado, do trabalho da memória e, finalmente, objetiva produzir a obra em tela como fonte histórica para problematizar as maneiras por meio das quais o memorialista elabora legitimidade política, delineia embates e propôs perspectivas de poder.

A temporalidade na qual a fonte foi forjada é contextualizada, considerando outras camadas de tempo que a compõe: produzida em 1954, volta-se para os contornos da “revolução de trinta” como fato histórico, introduzindo considerações sobre os personagens revolucionários e as imagens do tenentismo. Do ponto de vista da síntese sociológica ensaiada, apontamos os eixos discursivos que elaboram tipos sociais e feições temporais baseadas em concepções mesológicas (geográficas).

I

O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas.

(Alfredo Bosi – Dialética da colonização).

O documento em tela é um livro, com a capa da cor das folhas. Não possui nenhum detalhe ou ilustração além da autoria, título, editora, local e ano: Júlio de Mesquita Filho, “*Memórias de um revolucionário, notas para um ensaio de sociologia política*”, Editora Anhembi, São Paulo, 1954. Tinha o mote de comentar e, de alguma maneira, resenhar outro livro que havia sido publicado em 1953 sob o título de *Memórias de um revolucionário*, da autoria de João Alberto Lins.³⁵⁸

Entretanto, não se trata de uma resenha tradicional, pois Júlio buscou não apenas avaliar as virtudes e vícios do livro de Lins, mas também inserir a si mesmo como personagem da história contada por aquele, além de reorganizar o posicionamento de outros que lhe interessavam no “grande drama”. Além disso, havia a pretensão de síntese sociológica, como fica claro desde o subtítulo e a conceituação de “tipos sociais”. Ao longo das 41 páginas, se desenrola uma escrita que paulatinamente apresenta personagens, eventos, e ideais, submetidos ao acordo de memória particular do seu autor.

O enunciado do texto trata desde o que chama de “ciclo Revolucionário”, do Forte de Copacabana em 1922 até a “Revolução de 1930”. Já nas primeiras palavras do ensaio, fala da “violência e o poder de destruição que todos conhecem, à posse do sr. Getúlio Vargas”,³⁵⁹ deixando claro o caráter retrospectivo da narrativa. A edição do texto é de 1954, ano do suicídio de Vargas. O momento de publicação carrega uma mensagem, quando aponta para o momento politicamente delicado da elaboração e disputa das lembranças.

Para Júlio, 1930 estabelece um evento que “abalou a nacionalidade em seus fundamentos”. A seu ver, havia uma carência de bibliografia que esclarecesse esse “período

³⁵⁸ João Alberto Lins de Barros, General brasileiro, interventor de São Paulo (1930-1931) e diplomata. Em: Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>> Acessado em fevereiro de 2024.

³⁵⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 05.

tormentoso da vida nacional”.³⁶⁰ Ele nota que é uma zona de disputas de memória, e lamenta que muitos livros publicados sobre o período de 1922 a 1930 tenham sido escritos “mais [para] colocar em evidência a ação dos seus autores nos acontecimentos do que esclarecer os fatos”.³⁶¹ Essa afirmação não deixa de soar irônica, já que ao longo da leitura, nos deparamos exatamente com este esforço do autor de se colocar como protagonista, ao mesmo tempo que dá um tratamento implacável àqueles que as circunstâncias tornaram seus adversários.

O autor do documento mostra-se surpreso com o fato de João Alberto ter “sensibilidade literária”, pois o mesmo foi próximo de Vargas, e “como bom nordestino que é, frio e impassível, era a impressão que produzia sobre todos quanto dele se aproximavam”.³⁶² A faceta que teria se revelado para ele, no livro que então comenta e o surpreende, é o fato de Alberto ter se mostrado “compreensivo, humano e compassivo, [...] através da narrativa que nos faz da sua infância sem grandes alegrias, passada à margem do Capibaribe”. E prossegue:

É singularmente desnordeante esse contraste entre o João Alberto, homem de ação rude, primário e inconsequente, e o fino autor desse trecho de recordações de um adolescente, que constitui a primeira parte do seu livro.³⁶³

Comenta de passagem sobre as proezas militares de João Alberto quando esteve liderando um dos regimentos da Coluna Prestes. “Com ele” – diz –, “voltamos aos dias heroicos em que nós, os jornalistas de então, a serviço da democracia, criáramos o mito do Cavaleiro da Esperança, e tudo esperávamos da esplêndida mobilização das forças morais da Nacionalidade que a Coluna Prestes simbolizava. Era a Nação em marcha para a sua emancipação política”. O tom de intensa empolgação é indisfarçável. Esclarece, e mais do que isso, reivindica a simpatia pretérita ao movimento que havia apoiado:

Admirável movimento! [...] No exército, os tenentes e capitães. Cá fora, os jornalistas e moços à procura de novos quadros políticos dentro dos quais fosse possível a arregimentação das forças em ação. Todos, porém, animados pelo mesmo ideal e buscando inspiração numa mesma doutrina política. *Éramos liberais e exigíamos a democratização da República. Nada mais.* Sabíamos que Roma não se fizera num dia e que dentro da verdade eleitoral

³⁶⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 06.

³⁶¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 06.

³⁶² MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 06-07.

³⁶³ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 07.

e da limpeza na administração da coisa pública, estavam contidas em potencial todas as possibilidades.³⁶⁴

Manifesta, entretanto, contrariedade em relação ao que o movimento se tornou, depois da “Revolução de 1930”. Em tom de decepção, destaca que a consequência foi que “a mais apodrecida das facções oligárquicas da República se apoderou do País”,³⁶⁵ se referindo aos Governos de Getúlio Vargas e às suas bases políticas de sustentação.

O livro “memórias de um Revolucionário”, na sua avaliação, merecia certos elogios. Apresenta, todavia, as restrições “impostas pelas recordações que guardamos, daqueles já longínquos acontecimentos”. Nisso, Júlio evoca as suas próprias memórias, para contrapô-las nas fissuras das de João Alberto. E sentencia: “Fomos partes no grande drama”.

Conhecemos bom número das figuras que mais se salientaram nos lances cruentos da campanha iniciada pelos 18 do forte e que teria por epílogo a queda do governo do sr. Washington Luís. Secretário de redação do jornal que nunca deixara de protestar contra a flagrante deturpação do regime em que vivíamos, desde o primeiro quadriênio da República, éramos o elemento de ligação entre as forças políticas da oposição e os militares que, nessa altura dos acontecimentos, se haviam posto a serviço da reação democrática. Achávamos-nos, por isso mesmo, *em posição excepcional para ver e sentir de perto os fatos e seus protagonistas*.³⁶⁶

Júlio, em sua narração na terceira pessoa, coloca-se em “posição excepcional”, apontando a si mesmo como ponto de conexão entre atores políticos de importância primordial. Como secretário do jornal, estaria em contato com os representantes do Estado e com militares. Via-se em familiaridade com o poder e, por isso, capaz de dar a sua versão sobre aqueles períodos efervescentes da realidade política nacional. As disputas de poder se deram no calor dos acontecimentos e, a posteriori, no campo da memória e das relações entre história e memória.

Ecléa Bosi explicitou em suas pesquisas que “recordar é sempre um ato de criação através do qual o sujeito organiza uma ordenação pessoal que obedece a uma *lógica afetiva* cujos motivos ignoramos”.³⁶⁷ Compreender a lógica afetiva destacada pela autora significa, assim, um desafio que requer investigar a narrativa problematizando-a enquanto substância viva atrelada à dinâmica social e ao próprio tempo histórico. Nessa perspectiva, as narrativas

³⁶⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 09. Grifos meus.

³⁶⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 10.

³⁶⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 11.

³⁶⁷ BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 62.

de Mesquita Filho foram contextualizadas por meio da interpelação do trabalho de memória materializado na obra sobre João Alberto. O enredo memorialístico em tela foi responsável por reorganizar o passado em um tempo presente específico de produção. Por isso, durante as investigações, coube problematizar as tramas implicadas na elaboração das lembranças, por meio das quais se averiguou tanto a presença de representações ideológicas quanto o sentido dos esquecimentos propostos pelo narrador.

A história produzida por Mesquita Filho foi interpretada, portanto, como fruto de um trabalho de organização da memória que define o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido. Nesse sentido, todas as exclusões, os recalques e as lembranças foram problematizados como parte de um processo de produção da própria identidade que ele desejava engendrar. Como parte de uma escolha consciente do narrador, a obra memorialística estava também vinculada, por sua vez, a uma série de processos atrelados a uma dinâmica afetiva, de ordem subjetiva e, ao mesmo tempo, em diálogo constante com o delineamento de identidades coletivas e disputas políticas. Como ressaltou Tomaz Tadeu Silva, a produção de identidades e diferenças organiza-se sempre em conexão próxima às relações de poder e nunca é inocente.³⁶⁸

O que mobiliza a crítica de Mesquita Filho à obra de João Alberto? A hipótese é que, primordialmente, está em jogo a construção que elabora sobre si mesmo no tempo histórico, portanto, a própria identidade. Nessa perspectiva, a presente proposta buscou uma leitura a contrapelo da narrativa que o dirigente de *O Estado* produziu a partir das memórias elaboradas por João Alberto. Na trama que implica a tessitura de identidades e diferenças, coube principalmente compreender como Júlio de Mesquita Filho, a partir do seu lugar social e de produção, utilizou João Alberto Lins e o seu respectivo posicionamento de sujeito, como a principal diferença necessária para produzir a si mesmo como sujeito histórico e situar publicamente as convicções e valores que carregava.³⁶⁹

Como consequência desse espelhamento do Outro, arquétipos são esboçados. Passa do nível individual para o coletivo. De João Alberto, dos seus subordinados nordestinos e gaúchos, para considerações mais amplas, sociais e culturais. Importante destacar que o relato memorial, testemunhal, busca também uma espécie de efeito científico, de objetivação dos Outros. A identidade, dessa forma, se posiciona nas operações específicas do cotidiano, assim como na expressão mais ampla do enquadramento geral: título, “memórias de um

³⁶⁸ SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁶⁹ SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

revolucionário””; subtítulo, “notas para um ensaio de Sociologia política”. Ao mesmo tempo que a dimensão autobiográfica aparece, Mesquita Filho também elabora um corte estratégico, colocando-se criteriosamente como Sujeito cognoscente a examinar o Outro como Objeto.

II

Trata-se de um passado com significados rigorosamente cristalizados, como já sugeria Edgar de Decca em *O silêncio dos vencidos*.³⁷⁰ Para este historiador, a elaboração de certa cadeia de acontecimentos para que tornasse inteligível como *fato* histórico e em seguida fosse consolidado como *marco* historiográfico, implica na produção de silêncios. Alguns representantes das possibilidades vencidas em determinado processo reabrem o passado para preencher aqueles silêncios com vozes reformuladas. Permite-nos, então, perceber como determinada memória histórica tornou-se um problema e quais os caminhos alguns personagens trabalharam para resolvê-lo. A linguagem revolucionária, cujo lugar de único arauto foi reivindicado pelo Estado varguista, é disputada nestas *memórias*.

É nessa perspectiva que o jornalista Júlio de Mesquita Filho busca inserir a si mesmo como agente na vanguarda da evolução política brasileira, e a sua plataforma de divulgação não deve ser desconsiderada. Estudos clássicos, que já citei nesse trabalho,³⁷¹ demonstraram o profundo grau de penetração do jornal *O Estado de São Paulo* no calor e nos ecos dos acontecimentos políticos brasileiros. Não é escusado reafirmar que, como dirigente de um órgão de imprensa que tomou parte ativa e partido no debate público, e mesmo o transcendeu para as armas, Mesquita Filho tornou-se um cidadão vestido de significativo poder simbólico, cuja palavra não era indiferente ou insignificante. Mais do que isso: o jornal faz as vezes de instituição que ampara impressões de enunciados com vontade de verdade científica, e o critério de tal verdade sendo fortemente guiado pelo discurso de seu dirigente.

³⁷⁰ DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos Vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

³⁷¹ O Jornal *O Estado de São Paulo* foi palco político de paradoxos e delicados matizes em torno de uma orientação ideológica “liberal”. Os pesos e as medidas foram de tolerância circunstancial e de interesses específicos a determinados elementos que arranhavam as formas tradicionalmente liberais. Ver: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

Em “*Memórias de um revolucionário*”, Mesquita Filho descreve a sua relação de amizade com Siqueira Campos para, mais uma vez, endossar avaliações personalistas com o verniz da objetividade. Júlio parece adotar uma forma de escrita da história na qual é testemunha ocular e, ao mesmo tempo, narrador onisciente. Na prática, atua como um crítico da história que valoriza acima de tudo a elaboração de uma narrativa autorreferenciada. Executa um trabalho de memória por meio do qual se insere enquanto personagem de destaque nos eventos idos, retratando como fidedigna a sua própria versão de memória sobre as insurreições ocorridas no final da década de 1920 e que culminou na ruptura de 1930. Desenvolve o texto em paralelo com o *Memórias de um revolucionário*, sem aspas, de João Alberto. Como Siqueira Campos morreu em 1930, após um desastre aéreo, Júlio apropria-se sem reservas da voz daquele que afirma ter sido seu amigo, 24 anos depois.

Campos foi personagem de intensa atuação na última década da Primeira República. De acordo com documentação pública do CPDOC,³⁷² participou da revolta de 1922, notabilizada pelos “18 do forte”, quando Campos se fez presente como um dos Tenentes revoltosos e saiu gravemente ferido. Depois do período de convalescença, pediu baixa do exército e, quando não conseguiu, exilou-se no Uruguai. Dois anos depois, participou também das insurreições militares de 1924, e aderiu à Coluna Prestes em seguida. O destacamento comandado por ele marchou por 25.000 quilômetros, alcançando o Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e outros nove estados. Finda essa jornada com a mensagem revolucionária de então, passou à articulação do movimento que conhecemos como “Revolução de 1930”. Em uma das viagens clandestinas de Siqueira a São Paulo, fugindo da polícia, foi abrigado na redação do *O Estado de São Paulo*, então já comandado por Júlio de Mesquita Filho.

Escreveu, em primeiro plano, sobre as conexões que os aproximaram e motivaram tal amizade. Conheciam-se desde antes de Júlio ir estudar na Europa e de Siqueira partir para a escola militar, no Rio de Janeiro. Se reencontraram anos mais tarde, com “propósitos comuns”, “atraídos desta vez por um mesmo ideal e na defesa de uma mesma causa”:

Uma perfeita coincidência de propósitos, reforçando uma formação moral e espiritual idêntica, levar-nos-ia a uma absoluta franqueza na discussão dos

³⁷² LACLETTE, Jorge. **Campos, Siqueira.** Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS.%20Siqueira%20\(1\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS.%20Siqueira%20(1).pdf)> Acessado em 04 de março de 2024.

nossos pontos de vista, *na maneira de encarar o futuro*, e mais particularmente, na análise dos homens e das coisas brasileiras.³⁷³

Faz remissão aos dias em que estiveram juntos quando do confronto de Campos com a polícia, em 1928. Esse passado rememorado está imbuído da emoção do sobressalto que o confronto de seu amigo com a polícia havia causado, tendo em seguida se refugiado na sua casa. Um detalhe que sublinha a emoção dos dias aos quais faz referência é a menção ao estado de alerta em que se encontrava Siqueira, sempre com uma pistola automática em mãos. Descreve o clima do que era estar em confronto com as forças legalistas e se associar com forças disruptivas da ordem institucional, em nome de valores e de uma visão de futuro diferentes. Em quais moldes? Uma possível resposta a essa pergunta ecoa nas linhas seguintes, traçadas com lirismo e imagens romanescas:

[...] deixávamo-nos estar o resto do dia deitados no vasto gramado fronteiro à casa e sob a imensa figueira que o sombreia. Ao sabor da conversa que então se entabulava, falávamos sobre tudo. Siqueira olhava em torno. Encantavam-no as linhas sóbrias e patriarcais da velha residência, suas arcadas e o torreão que a ladeia. Deixando-se envolver pela paz e quietude do ambiente, fazia-nos sentir a surpresa que lhe causavam as nossas atividades revolucionárias, quando tudo quanto via ali nos convidava ao repouso e à indiferença pelo que ia lá por fora. Às suas observações costumávamos responder interrogando-o sobre as intenções dos militares revolucionários, os planos que tinham em vista, a maneira pela qual julgavam poder resolver os problemas nacionais. Mostrávamos a inquietação que nos causava a falta de um programa de ação que preestabelecesse, com consentimento de todos, os objetivos em marcha e os planos para atingi-los. As respostas eram quase sempre reticentes: – Vamos ao mais urgente, dizia. Apoderemo-nos poder. Depois, veremos.³⁷⁴

O trecho acima é especialmente rico ao demonstrar as tensões diversas que habitaram a visão de Júlio sobre o conflito, conforme rememorava do ponto de vista de alguém que escrevia na década de 1950. Em primeiro lugar, Siqueira Campos, um revolucionário, indagava, intrigado, sobre as motivações que o amigo jornalista tinha para aderir à campanha revolucionária, já que a própria casa que então lhe servia de abrigo após fugir das forças de repressão do estado, tinha ares senhoriais.

Parecia-lhe paradoxal – e Mesquita Filho dá ênfase a essa inquietação – que o dirigente do *Estado de São Paulo* fosse simpático a uma ruptura de ordem. Tal ruptura, por outro lado, também o inquietava, pois havia nele a preocupação de controlar os interesses em

³⁷³ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 12. Grifos nossos.

³⁷⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 12-13.

jogo e o alcance das mudanças. Revela que uma distensão revolucionária guiada pelo ímpeto dos tenentes não lhe soava agradável, porque poderia “ir longe demais”. Mais uma vez, e com remissão aos estudos de Florestan Fernandes, mesmo quando carregando bandeiras revolucionárias, as possibilidades políticas engendradas pelas particularidades do pensamento que a burguesia brasileira e a sua experiência histórica, eram limitadas por determinados freios senhoriais.

Mas devemos matizar possíveis conclusões abruptas. Esta particularidade do pensamento da burguesia brasileira não se trata apenas de uma variação de modo, mas principalmente de intensidade em relação a um fenômeno que não era exatamente inédito. As burguesias que instauraram as repúblicas liberais europeias no século XIX, fazendo largo uso das Filosofias da História do Iluminismo, também se aliavam aos interesses das classes dominantes dos “Antigos Regimes”.³⁷⁵ A clivagem entre diferentes temporalidades políticas era muito mais permeável do que a leitura romântica do jacobinismo francês. A contemporização entre imagens antigas e revolucionárias era a média do comportamento, medida com rigor pelo fato de Napoleão Bonaparte ter se casado com uma nobre do tempo que supostamente deveria estar enterrado sob uma pilha de cabeças.

Reinhart Koselleck chamou esse fenômeno de “assincronia do simultâneo”, essencial na leitura dos objetos em História e na interpretação dos conflitos históricos.³⁷⁶ No caso de Júlio, o alpendre senhorial de “linhas sóbrias e patriarcais” que está em sua memória, representa a marca insistente das imagens imperiais a invadir o mundo republicano. Se orgulhar de participar de movimentações revolucionárias é uma pista forte sobre a natureza contumaz das revoluções propostas por membros de elites senhoriais. Remeto a um dos trechos citados na abertura dessa tese, do diálogo de personagens nobres do romance *O Leopardo*, que o jovem Tancredi afirma ao príncipe siciliano Dom Fabrizio Salina: “Se não nos envolvermos nisso, os outros implantam a república. Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.³⁷⁷ E aí está uma possibilidade histórica muito verossímil para responder à pergunta que Siqueira Campos teria feito a Mesquita Filho.

Por isso mesmo, Júlio também estaria inquieto. Queria saber as motivações. Ansiava por um plano para substituir as antigas constituições. Na sua visão, o futuro deveria ser

³⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição da patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

³⁷⁶ KOSELLECK, Reinhart. Sobre a indigência teórica da ciência da história. In: _____. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014. p. 285.

³⁷⁷ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O leopardo**. Tradução de Lúcia Miranda. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27.

planejado com base em um programa e sob determinados critérios políticos. Um “roteiro” deveria ser capaz de pôr um cabresto no tenentismo e suas lideranças. Sentenciava que Siqueira Campos era um homem quase exclusivamente de ação, com uma visão das coisas “por demais esquemática”, causando-lhe “profunda perplexidade”: “nascera homem de ação, talhado para as mais difíceis empresas e por isso mesmo avesso a considerações de ordem doutrinária”.³⁷⁸

Faço mais um paralelo ilustrativo desse ponto. Quando Mesquita Filho coisifica o tenentismo com fins de domesticá-lo ao seu serviço, vale destacar que esta prática de buscar controlar o gargalo dos movimentos revolucionários não é novidade na história. Essa dinâmica foi dissecada exemplarmente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*,³⁷⁹ quando Karl Marx demonstra como a classe dominante burguesa engajou-se em se apropriar do significado de dinâmicas sociais e anseios orgânicos para direcionar as forças históricas segundo os seus interesses particulares. O Brasil do século XX não tinha o mesmo tipo de classe dominante da França do século XIX, e as suas histórias são distintas, mas o facho de luz da análise de Marx continua necessário para compreender que esse tipo de enredo não é despropositado, tendo em vista as especificidades da materialidade histórica. Retornemos à fonte.

Uma diferença, contudo, precisa ser marcada entre Júlio de Mesquita Filho e o avatar que redesenhou de Siqueira Campos: o primeiro, via a si mesmo como homem de ação, que fazia o que era preciso, mas também um intelectual, que estava por dentro das coisas de “ordem doutrinária”. Estudou na Europa, e se assenhoreou de um cabedal teórico que descreveria em outra circunstância (analisado no primeiro capítulo). Campos, por ter feito escola militar, é visto pelo seu amigo como feito exclusivamente para a ação – valoroso, não há dúvida – mas sem maiores reflexões sobre ideais maiores, sobre os Universais, sobre o que fazer depois de uma ruptura constitucional: “Acreditava na liberdade e nas virtudes do regime republicano [...]. Quanto ao mais, preferia deixar a parte referente aos assuntos que mais nos preocupavam a cargo dos outros, do Luís Carlos Prestes precisamente”.³⁸⁰

O “Cavaleiro da Esperança” é mais um personagem cuja atuação se encontra envolta em contradições e perspectivas conflitantes. Uma dessas visões está no livro de João Alberto, cujo conteúdo Júlio pretendeu apresentar as suas reservas. Os símbolos desenhados em torno

³⁷⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 13.

³⁷⁹ MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

³⁸⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 13.

de Luís Carlos Prestes desde a década de 1920 formam uma representação repleta de camadas. Muitas vezes era lembrado e contado como o líder revolucionário da coluna que ganhou o seu nome, nascida do tenentismo e dos conflitos que sacudiram a estabilidade da posteriormente chamada “República Velha”:

Não estávamos longe de pensar como ele e como, aliás, a opinião pública nacional, sobre as qualidades militares e de chefe de Luís Carlos Prestes. Seguirá-mos-lhe com entusiasmo a fulminante carreira, o que, aliás, não nos impedia de apreciar com apreensão a admiração quase mística do Siqueira por aquele a quem “memórias de um revolucionário” procuram apresentar como um simples reflexo de seus demais companheiros de campanha. [...] Dado, porém, um balanço em ambas as interpretações, e se a elas juntarmos a nossa própria, seremos forçados a concluir por um saldo decisivamente favorável ao Cavaleiro da Esperança.³⁸¹

O juízo a se dar sobre Prestes representa evidência do desejo de palavra sobre esse período de crise política e institucional, ou seja, ao apontar as próprias conexões com o “Cavaleiro da Esperança” – ainda que indiretas –, o prestígio também se destaca. As histórias e as fontes de legitimação – ou de infâmia – agregadas por uma determinada participação em eventos são aguerridamente disputadas. No presente caso, de antemão, já é possível vislumbrar o intuito de dizer ‘eu estive lá, não apenas assisti e sofri a história, eu efetivamente participei e contribuí para fazê-la, ao lado de notáveis personagens’. O tom clássico que se procura dar guarda semelhança ao dos historiadores da antiguidade, do tempo de Heródoto, cujo vislumbre do passado se dá através do testemunho e da participação simultânea dos próprios historiadores, ou da mediação de outros personagens diretamente ligados.³⁸²

Estribado dessa maneira, Júlio aponta que João Alberto afirma em suas memórias que Prestes foi excessivamente mistificado, e a sua “auréola de glória e de prestígio” era uma projeção exacerbada. Essa visão é contraposta:

[...] o que é sensível na obra do sr. João Alberto é o rancor de quem se julga ter-se mantido liberal e democrata, por aquele que, abjurando as suas antigas crenças, se transformara no campeão do totalitarismo de esquerda na América do Sul. Ora, a história, para aproximar-se da realidade, precisa cingir-se rigorosamente à época que pretende estudar, respeitando-lhe as limitações e abstraindo o que possa ter acontecido mais tarde.³⁸³

³⁸¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 14.

³⁸² Ver: HARTOG. A testemunha e o historiador. In: **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

³⁸³ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 15.

Esse trecho em defesa de Prestes não deixa de ser provocativo por diferentes motivos. Ao fazer um comentário sobre metodologia da narração histórica, Júlio afirma que João Alberto estaria cometendo anacronismo e sendo vítima de uma armadilha teleológica, erros muito comuns entre historiadores profissionais contemporâneos. Ao desenhar a imagem de um memorialista criterioso no processo de reconstrução do “Cavaleiro da Esperança”, interessado em contextualizar historicamente seus projetos políticos, Júlio pretende defender, na verdade, “seu próprio legado” e a ideia de que seria um intérprete imparcial da história e de seus personagens. Tal formulação chama atenção, pois os esforços em reconhecer a figura de Prestes pareceria improvável, tendo em vista que o próprio Júlio poderia sofrer do mesmo “rancor” de “quem se julga ter-se mantido liberal e democrata”. O imbróglio parece se dissipar, entretanto, na medida em que essa suposta aproximação escamoteia o fato de que o que se pretende valorizar é o julgamento de Prestes quanto a inaptidão de Getúlio Vargas em comandar politicamente a Revolução de 1930.

Portanto, ao endossar a memória daquele, Mesquita Filho age ideologicamente para capturar, transferir e adequar o prestígio tenentista de maneira que seja conveniente aos seus interesses particulares. Afinal, enquanto Prestes criticava a posição da Aliança Liberal e de Vargas pela insuficiência de propostas sociais radicais e por defenderem objetivos contrarrevolucionários, Mesquita tinha reservas a ambos justamente porque tinham sido responsáveis por produzirem uma revolução que teria proposto e realizado mudanças em demasia. Dessa forma, o conservantismo de “tudo permanecer como está” seria solapado.

A problematização sobre a adjetivação acerca de personagens tem uma pausa no trecho seguinte, quando volta a comentar sobre o seu falecido amigo Siqueira Campos. Enfatiza os “méritos do grande soldado”, e o quanto a Coluna Prestes devia a ele. Retoma a convivência com Campos na fazenda Louveira, e reafirma a qualidade de “bravo até a temeridade”, devoto às causas em que se engajou. Quanto a João Alberto, chama a atenção uma polida formulação para designá-lo como fanfarrão: “[...] torna-se fácil perceber o papel preponderante que, na interpretação das pessoas e dos lances que figurou, desempenha a hipertrofia do sentimento do ‘eu’ de que sofre o comandante do 2º Destacamento”.³⁸⁴

Júlio desenha a figura serena, corajosa e, quando necessária, indômita do amigo paulista, com causa definida pelas circunstâncias, levado a se rebelar contra o seu país por uma causa legítima. Siqueira Campos, morto pelas águas do Prata, até na ocasião do seu

³⁸⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **“Memórias de um Revolucionário”**: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 19.

falecimento provava seu valor ao “consentir o sacrifício supremo para que sobrevivesse o companheiro”. Campos representa o seu avatar, a efigie do herói paulista, do qual se apropria para dobrar a própria voz no seu *ensaio de sociologia política*.

João Alberto, por outro lado, é retratado como a antítese do herói anteriormente descrito. Pernambucano, afeito à violência pela violência, com o “sentimento do ‘eu’” inflacionado. Além do mais, até as qualidades admitidas de narrador atribuídas a Alberto como “pouco menos do que exímias”, significa algo manifesto com estupefação e contrariedade. O nordestino parece presa fácil do que poderia ser interpretado como uma pulsão autoritária que inflamaria o ego do resenhista:

A rapidez com que ele passa pela parte sentimental da sua adolescência, para entrar, com indisfarçável volúpia, na fase violenta da sua mocidade, muito nos diz sobre a natureza real do sr. João Alberto. Ela nos ajuda a compreender a sua intempestiva irrupção nos domínios da política propriamente dita, os gravíssimos erros por eles praticados durante a sua catastrófica iniciação nos mistérios da alta administração pública e sua irredutível incompatibilidade com a “elite” política paulista. Com efeito. Com serviços de tal monta à causa revolucionária, que lhe permitiram solicitar de Getúlio o mais alto posto político da República – a interventoria Paulista – s. s. nada realizaria na sua carreira civil. Afastando-se do Exército, passou a ocupar, na política ou alhures, os cargos que entendeu, sem jamais revelar por eles um pendor especial.³⁸⁵

Com efeito, o relato segue situando João Alberto como um intruso na política paulista. Uma questão de identidade, bem como de território, fala alto nas linhas seguintes. A dura arguição de Júlio em relação à avaliação do “ex-subordinado de Luís Carlos Prestes” se dá a partir de um contato pessoal que teriam tido. A utilização da persona de Siqueira Campos não era mais possível, visto que os eventos que se seguem são posteriores à morte deste. O tom testemunhal, de presença nos eventos, agora converge na construção de uma dramática interação entre ele e o já então constituído interventor do Governo Provisório de Vargas em São Paulo.

Os juízos são enunciados a partir de um si mesmo que fala através de um “nós”, com o uso da primeira pessoa do plural sugerindo a pretensão de carregar certa metafísica da presença, algo de transcendente. Diz o narrador, para introduzir a sua avaliação sobre aquele a quem “Getúlio [havia dado] a missão de esmagar São Paulo”: “Conhecemo-lo mui superficialmente. O bastante, porém, para percebermos, desde logo, o abismo que nos

³⁸⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 22.

separava e a intenção deliberada que trazia de nos dar combate”. Seguem trechos do relato de um primeiro e desconfortável encontro:

Seria rápido o nosso contacto e decisivo para a atitude que daí por diante assumiríamos. Aqueles poucos instantes foram suficientes para que compreendêssemos a terrível realidade, a cilada em que caíramos, a trama indigna urdida contra os que haviam tornado possível a vitória da Revolução pela ação pertinaz desenvolvida no seio da coletividade paulista, a favor dos ideais da Aliança Liberal.

O ar distante, o olhar vago e indiferente, sentou-se, o jovem interventor, ao receber-nos, apontando-nos a cadeira mais próxima. [...] Rompendo, a custo, o pesado silêncio que nos envolvia, balbuciou duas ou três frases vazias e inexpressivas. Medimos, num instante, a real significação daquela cena. Mau ator, o sr. João Alberto não conseguia dissimular as suas verdadeiras intenções. Saímos desse primeiro encontro aniquilado, com a antevisão daquilo que se preparava, da desordem em marcha e do epílogo sangrento a que forçosamente nos arrastaria.³⁸⁶

Este fora o relato sobre um sufocante e tenso reconhecimento, de imediata antipatia, entre Júlio de Mesquita Filho e João Alberto. Fala da “cilada” na qual teria caído a “coletividade” paulista. Mais uma vez, voltamos à ideia de que o curso dos acontecimentos tinha lhes tomado as rédeas, como se um perigo iminente estivesse à espreita. A segunda reunião tem um clímax que beira a violência e, como desfecho, mais uma severa avaliação:

Recalcando a revolta que nos provocava a indicação para o mais alto posto do Estado, de um simples tenente de artilharia, aproximamo-nos mais uma vez dele na esperança de fazê-lo compreender que a sua investidura no posto tantas vezes ocupado pelos mais ilustres vultos da nacionalidade, nos levaria fatalmente a uma crise de proporções imprevisíveis.

Nascido e criado no Nordeste, habituado à vida primitiva daquela infeliz região, e ao primarismo das populações do Sul, o sr. João Alberto era um *gritante anacronismo* a perambular pelos salões dos Campos Elíseos. De pijama e chinelos “cara de gato”, sentado com as pernas recolhidas numa das poltronas Luís XVI, de um dos salões do nobre edifício, o tenente-interventor soçobrava no momento grandes livros de contabilidade que fingia percorrer, na intenção – dizia-nos – de verificar pessoalmente o alcance dos maiores da política decaída no Banco do Estado. Caso os encontrasse, não hesitaria: passava-os pelas armas. Porque, acentuou, olhando-nos com firmeza, é mais fácil para mim fuzilar um desses tipos do que piscar um olho.

[...] Melhor do que após o nosso primeiro encontro, percebemos de relance o que havia de trágico nas horas que passáramos a viver. Olhávamos o nosso interlocutor sem pronunciar palavra. Dizer o quê? Sentíamos-nos inibido ante a brutalidade selvagem da cena. Como um autômato, levantamo-nos, procurando a porta onde entráramos.³⁸⁷

³⁸⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 23.

³⁸⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 23-24.

As longas citações acima se justificam pela quantidade de juízos e adjetivações negativas de Júlio em relação a João Alberto. Avoluma também o eco de preocupações localizadas na altura do relato de quando ainda tinha como interlocutor o Siqueira Campos: o que fazer após a revolução? Campos que, como já vimos, era considerado um homem de armas e ação, se desviava das questões do poder e da administração. O outro tenente, João Alberto, sofria uma severa avaliação, tratado como incompetente, violento, inapto para a vida administrativa. A questão de (pré)conceito sobre a questão geográfica e de lugar, faz parte da trama,³⁸⁸ na medida que o fato de ser “nascido e criado no Nordeste” era um atestado de atraso, ou de um “gritante anacronismo”. Quanto a este aspecto regional, ao qual o ressentimento de Júlio deve uma inegável centralidade, cabe esclarecimento historiográfico que será apresentado a seguir.

III

De acordo com Alfredo Bosi, já citado na epígrafe dessa seção, “o passado comum é remexido livremente em cada geração até que se formalize em mensagens novas”. A percepção dessa agência sobre o passado é que nos permite refletir acerca dos acordos da memória que Júlio busca efetuar em sua escrita, como viemos acompanhando. Os “seus conflitos do aqui e agora [de 1954]” o levam a fazer o exercício de rememoração de passados interessantes, com vistas ao “legado aberto e polivalente do culto e da cultura”,³⁸⁹ no caso, das suas filiações político-ideológicas. A mensagem que se buscava então reelaborar indicava uma dada coerência em defesa da nobreza de propósitos de uns enquanto hostilizava personagens vis que mereciam o justo combate.

Pusilânimes e/ou incompetentes, os caudilhos que amarraram seus cavalos em obeliscos paulistas, ou os rudes nordestinos que penetraram os salões do palácio Campos Elíseos, são denunciados como intrusos de um Brasil arcaico” manchando a “civilização” bandeirista. Tal união bárbara não era tolerável, e deveria ser dado o combate também a sua memória. Getúlio Vargas, bem como João Alberto, eram efigies da contemporaneidade de

³⁸⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Edições MMM, 2012.

³⁸⁹ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 35.

tempos atrasados, ou assimetria temporal e civilizatória, de sua interpretação. No ano do suicídio daquele contra quem Mesquita Filho se antagonizou por décadas, parecia adequado salgar a sua lápide e combater o seu legado.

Em sua tese sobre a representação do passado em *Casa-grande & senzala*, Fernando Nicolazzi situa uma tradição intelectual que, ao construir enunciados sobre a nação, elaborava determinado ordenamento do tempo no qual havia hiatos de tempo pluriseculares entre regiões diversas.³⁹⁰ O argumento se refere a uma tendência de pensadores e escritores que têm em Euclides da Cunha um dos mais notáveis exemplos: “cruzar os sertões era também atravessar calendários, em um retorno anacrônico na História”. No caso do *ensaio de sociologia política* de Mesquita Filho, esse vetor detectável na cultura histórica das três ou quatro primeiras décadas da república, dá um salto e se mantém firme na metade da década de 1950. Era a sexta década desde a Proclamação da República.

A representação narrativa do tempo que é elaborada diz respeito à consolidação de determinada visão de futuro que, no entanto, já era passado: o futuro hipotético de 1930, elaborado em 1954, já era um *futuro passado*. Reinhart Koselleck apontou como os modernos ansiavam por realizar a ousada “combinação de política e profecia”.³⁹¹ A estranha modernidade incorporada por Júlio, tinha a particularidade de a profecia ser retrospectiva. Mas de acordo com esta “previsão”, a intrusão do atraso em um presente tão importante, prejudicou e impediu que a engrenagem revolucionária realizasse a sua teleologia.

É justamente esse sentimento de assimetria civilizacional entre São Paulo e aquilo compreendido como espaços do Nordeste, que é sugerido em diversos trechos de *Memórias de um Revolucionário*. Os comentários de Mesquita Filho sobre a atuação política de João Alberto demonstram não apenas um amargo ressentimento em relação ao que aponta como usurpação de poder em São Paulo depois da Revolução, mas também o seu juízo sobre o grau de “civilização” do tenente:

Espírito formado num meio distante pelo menos cinquenta anos do grau de evolução social que já havíamos atingido, sem prática nenhuma dos homens e da coisa pública, o ex-interventor neste Estado [...] demonstra em seu livro uma inacreditável incompreensão do que então se passou. Datasse-o ele de dez ou quinze anos atrás e o levaríamos à conta tanto da indigência cultural que então revelara, como da imaturidade de um espírito que do mundo e dos homens só conhecia o que lhe havia ensinado o Nordeste de há um quarto de século e as correrias através das planícies do sul e dos sertões do planalto

³⁹⁰ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

³⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica aos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006. p. 37.

brasileiro. Mas essas páginas datam de hoje [1954]. [...] Suporá o ex-comandante do 2º destacamento da Coluna Prestes que a documentação acumulada respeito nestes últimos vinte anos não seja o bastante para denunciar a puerilidade da versão sobre eles apresentada por s.s. nas “Memórias de um Revolucionário?” E que valor atribui ao depoimento dos seus antigos companheiros, dos que hoje se penitenciam por haver participado da conjuração chefiada por s.s. *contra a mais culta e socialmente evoluída das unidades federais?*³⁹²

Ao tirar satisfações com João Alberto textualmente, dirigindo-se diretamente contra a versão deste sobre antecedentes e desdobramentos da Revolução de 1930, o que temos em tela é a insistência da disputa pela memória em torno da cristalização de eventos e a teia de significados políticos que se imprimiram no eco de acontecimentos intempestivos, cuja moldagem necessariamente ocorre a posteriori. O principal argumento utilizado por Júlio, como evidenciamos nos grifos do trecho acima, baseia-se em uma questão regional e “civilizacional”. Conforme a visão deste último, Alberto se equivocara à época dos conflitos e disputas, e agia de maneira ainda mais imperdoável ao não reconhecer as supostas ignominias de outrora. Tratar-se-ia, então, de um insulto acrescentado a uma ofensa. Às ações políticas executadas no passado, somava-se a produção de uma memória dissonante. Toda a narrativa era encarada como um verdadeiro *dever de memória*.

Um certo tom de superioridade nobiliárquica é um presente ausente no texto, como era tradição nas primeiras décadas do século XX. Encontramos na ficção de Scott Fitzgerald um exemplo sintomático dessa linha da estética e etiqueta burguesa,³⁹³ que significa justamente manter o espírito calmo e “civilizado” mesmo em momentos de conflito: o personagem Jay Gatsby performa nobreza e cavalheirismo em um mundo de opulência familiar, sendo subitamente desmoralizado quando confrontado por Tom Buchanan, com a sua riqueza secular cujos começos se confundem com a formação do próprio país. Essa passagem faz-se pertinente quando permite estabelecer simetria crítica com Júlio, cuja narrativa se esmera na autorrepresentação de serenidade, própria da civilização ocidental, dos seus patronos maiores. Com este espírito, ele parece passar uma ácida reprimenda nas pretensões administrativas de alguém como João Alberto, nordestino violento que ousou barganhar com o caudilho Vargas o cargo de Interventor em São Paulo. Tanto o primeiro, quanto o segundo, sabiam exatamente o que significava subverter a expressão: “a civilização não é para aventureiros”.

³⁹² MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 28.

³⁹³ FITZGERALD, F. Scott. **O grande Gatsby**. Tradução Vanessa Barbara. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

As linhas que escreve sobre o vácuo de poder depois de 1930 são incisivas. O personagem “sr. Getúlio Vargas” recebe um tratamento inclemente. Ainda a se referir a João Alberto, Júlio sentencia que “quanto a nós os que em defesa da democracia e do decoro nacional, desde a primeira hora nos dispusemos a enfrentá-lo. Tivemo-lo por aquilo que na realidade era, por um simples mandatário do sr. Getúlio Vargas”. E sobre este, mais palavras dão o tom daquilo que Mesquita Filho desejava traçar como retrato de Vargas:

A vitória abria-lhe incontestavelmente o apetite político, fazendo-o ver longe. Filho da planície e, como tal, muito mais platino do que brasileiro, o discípulo do Velho Borges estava desde que lhe chegara a notícia do golpe dos generais no Rio, firmemente disposto a implantar em todo o país o regime que durante vinte e cinco anos imperara no Rio Grande. Figura até então apagada, inteligência sem dúvida alguma de segunda ordem, nunca, entretanto, lhe faltou o instinto caudilhesco que o levaria a aproveitar, com raro senso, as oportunidades que as circunstâncias lhe iam oferecer.³⁹⁴

A cisão de interesses entre os revolucionários é traçada por Júlio em claras linhas que divide o campo político. De um lado, a barbárie da “horda” (“no seu significado sociológico”, afirma ele em nota de rodapé) caudilha, aliada ao atraso nordestino, guiadas pela intuitiva inteligência “de segunda ordem” de Vargas. Do outro lado do maniqueísmo, as forças civis, esclarecidas, das quais ele e outros paulistas eram representantes, que não poderiam aceitar o “aviltamento das instituições”. A posição maniqueísta fica ainda mais nítida no seguinte comentário: “Era evidente que a execução do sinistro plano dependeria acima de tudo da maneira que em face dele se comportassem os paulistas”.³⁹⁵

Os lençóis de tempos não lineares tocam mais uma vez o presente de 1954, quando ainda perdurava a força do signo varguista.³⁹⁶ Consta que a impressão do livro ocorreu em outubro deste mesmo ano, portanto, após o suicídio de Vargas, embora o episódio não seja mencionado. Seja como for, restava um legado a ser disputado, e o que Júlio elaborava era a tecitura da sua memória como artefato político. Fazendo frente às “Memórias de um revolucionário” de João Alberto, lançava petardos repletos de ironia, como o seguinte:

Admirável maneira de se escrever a História! Deturpando aqui, escamoteando ali, supondo poder diminuir os homens de bem para inocentar

³⁹⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 29.

³⁹⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 30.

³⁹⁶ Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo elencam algumas razões da popularidade orgânica de Getúlio Vargas e os seus desdobramentos políticos para aliados e adversários: “A população, ao lamentar nas ruas a morte de seu grande líder, não só reabilitava sua figura, como criava uma situação política bastante incômoda para seus opositores”. GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: ática, 1989. p. 70.

uma série de aventureiros, julga o sr. João Alberto ter contribuído para que um dia venha a nação a saber o que na realidade se passou naqueles sinistros dias.³⁹⁷

Aproximação da “caatinga e dos pampas”, uma forma de Mesquita Filho dizer que o grupo que havia se apropriado dos caminhos políticos do país era composto por aqueles que representam a barbárie, pois “era a civilização e a barbárie que tornariam a medir-se em terras do Atlântico Sul”.³⁹⁸

Notemos que na escrita de Júlio, há uma efígie principal sendo atacada: João Alberto. Isto parece ocorrer como um fim em si mesmo e como forma de atingir indiretamente Getúlio Vargas. Não apenas a atuação política de Alberto na época foi questionada, mas também as “memórias” deste são negadas, em certos trechos com uma franca condescendência de infantilização, que não cessam de corroborar o seu desprezo com blocos regionais outros, sempre travestido de análise sociológica. Destacamos mais um trecho que captura bem este espírito:

[...] era natural que lhe escapasse (a João Alberto) o sentido real do que a sua volta se desenrolava, o drama resultante do embate entre duas mentalidades, entre duas concepções de vida em sociedade, entre a fronteira e o Nordeste, de um lado, e a ordem, a disciplina social e o progresso, de outro. Nascido sob o signo do padre Cícero e criado na admiração de Antônio Silvino e Lampião, o determinismo social do meio em que transcorreu a sua juventude o impeliria a aproximar-se de Getúlio Vargas, homem de horda [...]. O caudilhismo e o cangaço são duas manifestações do mesmo estado social, dois aspectos de uma mesma diátese.³⁹⁹

O conceito de região está implicitamente presente durante todo o texto. Faz uma remissão a Capistrano de Abreu, que segundo Júlio, havia alertado da insubordinação “das populações do planalto central”. Mobilizando outras memórias históricas e ressentimentos mais antigos, afunda o poço em busca de outras camadas genealógicas que poderiam fundamentar a ideia de que era o varguismo como expressão do caudilhismo, contra a coletividade nacional representada por ele mesmo. Tal escavação recua de maneira mítica a movimentos do passado que teriam suprimido o caudilhismo, que em 1930 reagiria, fazendo de São Paulo “a primeira das vítimas” de tal vingança. João Alberto teria sido ferramenta nas mãos dos portadores desse ideário obscuro.

³⁹⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 31.

³⁹⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 34.

³⁹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 35-36.

E retorna ao tom de infantilização cultural, afirmando que não se podia cobrar de alguém que fora criado “no sertão nordestino” que “respeitasse um partido cujas origens remontavam aos primórdios da República”.⁴⁰⁰ Se referia ao Partido Democrático Paulista, agremiação fundada por Antônio Prado e pelo seu pai, Júlio Mesquita. A cisão entre a civilização, representada por si e pelos seus idênticos, e a barbárie, representada por aqueles Outros, faz alusão direta ao antagonismo amigo/inimigo, civilização/barbárie, ordem/desordem, bem/mal. Na sua política, a família seria aquela que possuiria os valores que deveriam ser incorporados pelas instituições “republicanas” e todo o aparato legislativo correspondente.

Em nota de rodapé, um comentário afetando educação e imparcialidade sublinha e reivindica o ponto de vista científico para a análise: “é claro que quando nos referimos ao cangaço, ao caudilhismo e aos mucambos do Recife, não nos move senão a intenção de assinalar um determinado estágio da sociedade brasileira, sem nenhum intuito, evidentemente, de menoscabo ou ofensa”.⁴⁰¹ O álibi de tão engajada escrita está justamente na aspiração de fundamentação epistemológica. Por justo, as ciências seriam o guia de Júlio para a análise social apontar os estágios civilizatórios e negar a contemporaneidade *de fato* entre o seu Outro e si mesmo.⁴⁰² De alguma maneira, a heteronomia política de entes nordestinos, aproximados do cangaço, e a agência desprezível de caudilhos, era algo inscrito na própria transcendência do determinismo. No limite, pesava uma questão racial e que negava a esses Outros qualquer possibilidade de agência positivada.

Como é evidente, uma questão cultural é convertida em questão política, como argumento para legitimação de um lado e invalidação de outro. O ponto de vista paulista de Mesquita Filho dá ênfase positiva à liderança de personagens como Prudente de Moraes, Cerqueira César (seu avô) e Júlio Mesquita (seu pai). Nenhum rastro de passado é inocente, mas nesse, a parcialidade do ponto de vista está bem mais evidente. Rui Barbosa é outro personagem invocado em meio a esta confrontação de ídoles e comprometimento político, no “pugilo de homens fortes” que “se insurgiram contra a deturpação do regime”.⁴⁰³

⁴⁰⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 37.

⁴⁰¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 36.

⁴⁰² FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece o seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

⁴⁰³ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 38.

IV

Para o dirigente do Grupo *O Estado de São Paulo*, a imaturidade política de algumas lideranças teria distanciado os tenentes dos liberais de São Paulo e Rio de Janeiro, impedindo que a Revolução de 1930 tivesse o desfecho controlado e diminuto esperado: um golpe incapaz de produzir um processo revolucionário que mudaria estruturalmente o país. Eles teriam sido enganados pelo canto da sereia proferido pelas “velhas raposas da política”. O tenentismo passava a ser considerado responsável por levar ao poder “a mais apodrecida das facções oligárquicas da República” que se apoderava do país. Ao escrever sobre a Revolução de 1930 a partir de 1954, Mesquita Filho demonstra não apenas o seu descontentamento em relação aos tenentes que teriam sido capturados pelos interesses de Vargas, mas revela também seu apego a um projeto de reforma política que queria assegurar reacionariamente a manutenção da ordem econômica e reduzir qualquer projeto de Estado nacional à medida dos interesses exclusivos da burguesia paulista.⁴⁰⁴

Ele próprio o confessa, de alguma maneira, quando comentava a sua adesão inicial às propostas de derrubada do governo constituído. Destacou o “ritmo da evolução histórica” que considerava adequado ao Brasil. As possibilidades verdadeiramente democráticas estavam apenas “contidas em potencial”, a se realizar equidistante ao grau de “maturidade social”, e que a “evolução do mundo nos obrigassem a modificações profundas na estrutura social do país”.⁴⁰⁵ Desde 1925, como documentado no livro *A Crise Nacional*,⁴⁰⁶ que os apontamentos desse critério evolucionista se faziam presentes no pensamento de Mesquita Filho. Quase três décadas depois, aquelas convicções eram reiteradas com amargura.

Pode ser valioso observar que ele escamoteia o fato de que os tenentes negociaram com outras lideranças políticas desde o ano de 1927, quando do exílio da Coluna Prestes na Bolívia. No período de clandestinidade, os contatos de Luís Carlos Prestes com seus companheiros revolucionários permaneceram frequentes graças ao trabalho conspirativo

⁴⁰⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 9.

⁴⁰⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 9.

⁴⁰⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925.

mantido através de telegramas e de cartas com o apoio de emissários. Tanto Prestes, como Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes eram constantemente visitados por jornalistas e permaneciam respondendo aos questionamentos como legítimos chefes militares de uma revolução inacabada. Eles continuavam ditando o tom do movimento revolucionário durante o ano de 1928 e narrando as primeiras grandes histórias da Coluna através do Correio da Manhã, de O Jornal e do Diário Nacional, alimentando a admiração das populações das grandes cidades ao destacarem os grandes feitos do movimento rebelde.⁴⁰⁷

Em fevereiro de 1928, Prestes saiu da Bolívia com destino a Argentina objetivando reencontrar Isidoro Dias Lopes e se reunir com os demais companheiros junto aos quais havia compartilhado a liderança da marcha. Depois da visita de Astrogildo Pereira, o encontro político mais importante para o líder tenentista no exílio ocorreu em Buenos Aires pouco tempo depois, entre fins de março e o início de abril de 1928. Essa reunião, realizada com Paulo Nogueira Filho e Assis Brasil, marcou a primeira tentativa do recém-fundado Partido Libertador de construir uma aliança com o tenentismo para viabilizar a derrota das oligarquias tradicionais e a conquista do poder.

O Partido Libertador era resultado das negociações estabelecidas durante a reunião de importantes lideranças pertencentes aos partidos liberais de oposição ocorrido no início de 1928, representando interesses em São Paulo e no Rio Grande do Sul, conhecido como Congresso de Bagé. Terminadas as negociações, a primeira medida tomada por Assis Brasil incumbia o representante do Partido Democrático de São Paulo, Paulo Nogueira Filho, de agendar um encontro com Prestes. Para tanto, encaminhou-o para Paso de Los Libres com o intuito de avistar-se com Miguel Costa na chácara Santa Faustina, local onde residiam alguns chefes revolucionários na Argentina. Na reunião com os exilados o visitante percebeu grande disposição entre os revolucionários em retomar a luta interrompida, que se traduziria rapidamente no empenho de João Alberto em conseguir para breve a conversa desejada com o líder tenentista.

Antes mesmo de reunir-se com Paulo Nogueira Filho e Assis Brasil em Buenos Aires, Prestes havia proferido declarações favoráveis à iniciativa dos líderes liberais na composição de uma frente única antioligárquica. Em entrevista concedida em Paso de Los Libres ao jornalista João Batista Barreto Leite Filho, de O Jornal, Prestes havia afirmado que apesar de

⁴⁰⁷ QUARTIN DE MORAES, João. **A Esquerda Militar no Brasil (Vol.1)**. São Paulo: Siciliano, 1991.

não estar a par dos recentes acontecimentos políticos, entre eles a realização do Congresso de Bagé, considerava um avanço a arregimentação liberal no Rio Grande do Sul.⁴⁰⁸

Finalmente em abril de 1928, Assis Brasil e Paulo Nogueira Filho puderam explicitar – em um encontro realizado com Prestes –, os detalhes que envolveram a realização do Congresso de Bagé e a fundação do Partido Libertador, cujo programa reiterava os objetivos políticos do Partido Democrático Nacional. Durante as discussões travadas em Buenos Aires, as três lideranças comprometeram-se em engajar-se na construção de um movimento determinado em organizar a ação de grupos políticos dispostos a destituir as oligarquias tradicionais do poder e a imprimir mudanças capazes de reabilitar as instituições republicanas no país. Assis Brasil ficou com a responsabilidade de ampliar a rede de alianças políticas no Brasil, enquanto coube a Paulo Nogueira Filho o encargo de buscar financiamento para a arregimentação dos soldados e a compra de armas e munições que seriam destinadas para o comando militar da revolução, sob a responsabilidade de Luís Carlos Prestes.

A única menção direta a Prestes na resenha – “campeão do totalitarismo de esquerda na América do Sul” – esconde a real importância do Cavaleiro da Esperança nesse contexto. Vale lembrar que desde novembro de 1929, desenhava-se nos bastidores da conspiração tenentista duas possibilidades históricas para o tenentismo. De um lado Prestes condenava a proposta da Aliança Liberal e sabia que se os revolucionários de 5 de julho abdicassem da sua independência, a sua liderança política e militar estaria praticamente comprometida e o controle do movimento oposicionista estaria definitivamente perdido para Getúlio Vargas: “Se não aproveitarmos o momento político e econômico para radicalizar nosso programa, seremos ridiculamente envolvidos pelos bernardes e epitácios, sacrificando, por um problemático auxílio material, a grande força moral de que dispúnhamos, fruto do sacrifício de numerosos companheiros”.⁴⁰⁹ Em contrapartida, o receio de Vargas quanto a deflagração de uma revolução com Prestes no comando o levava a convencer seus aliados a respeito da inviabilidade de organização de uma insurreição, temendo que seus frutos pudessem ser colhidos pelo então líder tenentista.

O encontro entre Prestes e Vargas realizado em janeiro de 1930, após o lançamento da sua plataforma eleitoral no dia 2, pode ser interpretado como uma última queda de braço entre as duas posições concorrentes. A reunião secreta em Porto Alegre consistiu numa espécie de

⁴⁰⁸ MORAES, Denis de. **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

⁴⁰⁹ MORAES, Denis de. **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

investida diplomática da liderança tenentista no sentido de convencer os aliancistas e seus próprios companheiros de marcha que para derrotar os situacionistas seria preciso mais que a força das urnas. A posição do “Cavaleiro da Esperança” marcou, portanto, um esforço final na tentativa de evitar que a posição da Aliança Liberal se tornasse definitivamente hegemônica. A essa altura, Prestes certamente tinha consciência de que a sua liderança sobre o movimento tenentista havia sido definitivamente posta em cheque durante os últimos meses de 1929.

Os veteranos da Coluna, por sua vez, tinham conhecimento das alianças realizadas por Vargas com as oligarquias dissidentes e estavam convencidos da importância do apoio que vinha da parte de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul e do acordo firmado em novembro de 1929 entre a Aliança Liberal e os políticos mineiros liderados por Artur Bernardes. Os revolucionários veteranos, entre eles Miguel Costa, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra, Estilac Leal e João Alberto, continuaram trabalhando no estabelecimento de contatos com a Aliança Liberal em todo o Brasil e, ao mesmo tempo, tentando dissuadir Prestes da ideia de sustentar um movimento independente da Aliança Liberal, abafando as contradições existentes no seio do movimento revolucionário.

Entre mágoas passadas e presentes, Mesquita Filho costura com finas linhas de ironia suas afinidades eletivas pelos tenentes: João Alberto e Vargas teriam sido responsáveis pela aproximação do “laço e do gibão”. Em sua avaliação marcada politicamente pelo ressentimento, a aproximação de setores que considerava bárbaros, colocara fim ao pacto de Ponta Grossa, definindo o aniquilamento do Partido Democrático Paulista.⁴¹⁰ Afinal, ao acusar João Alberto de “preposto da ditadura em São Paulo”, o herdeiro paulista vestia seu próprio gibão para laçar os tenentes numa superficial paródia com ares de análise histórica: os tenentes teriam traído os ideais originais da Aliança Liberal urdidos no “seio da coletividade paulista” e, tal como Vargas, tinham abandonado os ideais liberais e democráticos.

Como num jogo de espelhos, vale a pena observar que o que Mesquita abomina no interventor João Alberto é exatamente aquilo que defenestra às ações desempenhadas pelo tenentismo. Mais exatamente, sua veia revolucionária. Ao definir o memorialista como um “simples tenente de artilharia” que não tem cautela, medida ou ponderação, o resenhista metaforicamente quer não apenas depreciar as ações que o primeiro empreendeu a frente do governo do Estado de São Paulo, mas, particularmente, seus propósitos políticos e econômicos. Uma leitura a contrapelo permite pensar que o interventor criticado trabalhou

⁴¹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 33.

incansavelmente para garantir que o projeto revolucionário não fosse sabotado pela burguesia senhorial paulista. Ou seria uma oligarquia burguesa?

Afinal, foi da sua própria pena que saiu a confissão de que “as linhas sóbrias e patriarcais da velha residência”, e toda a ampla redoma de privilégios, o “convidava ao repouso e à indiferença”. O desejo de ruptura com a ordem, que era compartilhado pelo seu amigo Siqueira Campos em outros tempos, naquele *agora* de 1954, era lembrado como um possível não realizado. O “depois, veremos” que teria saído da boca de Campos, realizou-se à sua revelia.⁴¹¹

Uma leitura crítica da fonte permite-nos sentir o gosto das decisões políticas rememoradas em outro momento de impasse. A memória sobre a ocupação dos vácuos de poder deixados pelas ações da *revolução possível* de 1930 é uma variável que permite o vislumbre de outra dinâmica, que é qual tipo de personagem Júlio de Mesquita Filho – e supondo razoavelmente que ele representava um grupo social – gostaria de ver ocupando os quadros políticos do país e, antes de tudo, de São Paulo.

O tratamento dado a João Alberto Lins, é como “malhar o judas”. Um enfrentamento, ou antes, uma desforra, contra forças políticas que considerou antagônicas. Ecoa a justificação retrospectiva do “9 de julho”, em referência ao movimento constitucionalista de 1932 do qual participou. E para tornar seu ponto de vista convincente, vale chamar o próprio escrito de “notas para um ensaio de sociologia política”. Utiliza o discurso científico – por mais desatualizado e anacrônico que pareça mesmo para 1954 – como o cavalo de Tróia carregando dentro de si uma presumida imparcialidade. Quando toma o testemunho próprio, e subscreve aquele que Siqueira Campos o teria relatado – para preencher lacunas dos seus –, utiliza-se da memória. Acrescenta-se a isso a síntese sociológica, que é própria da episteme ocidental, para imbuir o texto da verdade ontológica daquele passado disputado.

Mas não há imparcialidade, e sim a condenação de Vargas, de João Alberto, e por fim, do Brasil que fosse externo aos personagens de sua estima: “erramos ao supor que os Andradas, os Feijó, Prudente, e o Brasil fossem uma coisa só, quando, na realidade, ele se achava muito mais próximo de Getúlio Vargas e seus sequazes”.⁴¹² De análise moral, psicológica, histórica, Júlio parece dar combate ao Outro. Este Outro, que acessava “sociologicamente”, eram bárbaros, ao mesmo tempo semelhantes em idioma falado e

⁴¹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 13.

⁴¹² MESQUITA FILHO, Júlio de. “**Memórias de um Revolucionário**”: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954. p. 41.

vivendo dentro das fronteiras nacionais, mas de costumes quase hediondos e certamente inadaptados à alta política. Negava-lhes contemporaneidade e coetaneidade. Eram caudilhos, nordestinos, usurpando o poder.

Mesquita Filho acusa Alberto, por fim, de negligenciar o cargo que usurpou. No exercício das funções administrativas do executivo de São Paulo, teria ousado abandonar o gabinete para “comer churrascos, revivendo passagens da vida de aventuras, a que desde a adolescência se entregara, em companhia de seus antigos subordinados. [...] o que lhe aprazia era recordar os tempos em que dava largas às suas verdadeiras tendências, na revolta e nos embates contra a ordem estabelecida”. O ressentimento de Júlio é nítido. A oligarquia “liberal” que representava se ofendia perante os prazeres incivilizados de um pernambucano comendo churrasco preparado por caudilhos. Passa a impressão de que seus hábitos alimentares tinham aspirações mais complexas e ocidentais.

Sobre o *Nordeste*, Júlio escreveu um pequeno livro pessimista, com 52 páginas. Trata-se, em síntese, da compilação de três tópicos – “Bahia”, “Pernambuco” e “Ceará” –, precedidos por uma breve apresentação assinada por Paulo Duarte. A Capa carrega o nome do autor, Júlio de Mesquita Filho, logo abaixo “NORDESTE” escrito em letras garrafais. Há também uma ilustração monocromática, com a cor do papel hoje amarelada, destacando em preto uma árvore seca no primeiro plano, ladeada por outras vegetações retorcidas e sem vida. A história que parece querer contar é de atraso, aridez e fome. Semiótica visual à parte, cabe entrar ao conteúdo do texto para análise dos textos que pode nos ajudar a compreender a compreensão que Júlio de Mesquita Filho tinha do que chamava de Nordeste, e que nove anos antes tinha tratado em *Memórias de um revolucionário*. Já vimos que a sua concepção de homem estava intimamente aparentada com a do meio, de acordo com certa visão de antropologia e de geografia.

A origem do texto e as suas motivações são esclarecidas pelas páginas escritas por Paulo Duarte. Diz ele que “trata-se da reprodução de catorze editoriais recentemente publicados em ‘Notas e Informações’, d’*O Estado de São Paulo*. Mas revelando a sua autoria, que é do eminente diretor desse grande jornal, Júlio de Mesquita Filho”. Depois desse comentário positivo, Duarte acrescenta que a revelação de autoria dos textos de Mesquita Filho quebra com a praxe dos editoriais não são assinados, que mantinha para não quebrar com a “impessoalidade” dos pontos de vista “do jornal”. Não deixa de ser curioso o fato de que se um artigo não está assinado, possa ser dotado de impessoalidade, ou que seja ausente de intenções, traduzindo o universal.

Um trecho do livro *Nordeste* captura todo o enunciado. Para não estender em demasiado, transcrevo abaixo:

A porcentagem de homens de cor – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de “mentalidade primitiva” a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas.⁴¹³

A Sociologia que propôs na década de 1960 continua baseada na categoria de raça. A publicação desse livro nesses termos torna evidente que a relação com o *Outro* interno se dava de maneira que o situava como um representante da civilização via *nobilitate probanda*, como evidenciado no capítulo anterior. A identificação, o seu *familiar*, se encontrava, quando não entre os paulistas de estirpe bandeirante, estavam do outro lado do atlântico. Podemos acompanhar sintomas expressivos dessa identidade no tom da narrativa de *A Europa que eu vi* (1953).

⁴¹³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Nordeste*. São Paulo: Anhambi, 1963. p. 14.

3.2 Ao Atlântico Norte, o futuro

Júlio de Mesquita, nascido em São Paulo em 1892, expande-se sobre o problema sociológico das relações de brancos com pretos e mulatos, para concluir “poder-se afirmar, categoricamente, que os ‘valores ocidentais’ são cada vez mais fortemente determinantes de nossa maneira de encarar os problemas que se nos deparam. [...] aumenta constantemente o desejo de vermos um dia atingir o Brasil – por cruza, está claro – o tipo branco puro. Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a nação, são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí o nos afastarmos, cada vez mais, dos valores africanos.

(Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*).⁴¹⁴

No livro *A Europa que vi* (1953) encontramos relatos de uma imagem de civilização. Em *Nordeste* (1963), um mundo oposto da civilização. Quais as incongruências entre mundos tão afastados? Quais as implicações políticas da elaboração de uma assimetria temporal entre regiões, discutidas na seção anterior? De que servia essas hierarquias? Quais os remédios e soluções propostas para estas qualificações de tempo atrasado?

Afinal, quais debates e contextos mais amplos podem estar implicados na avaliação de Júlio de Mesquita Filho em pensar, tal como acompanhamos através dos enredos de *A Crise Nacional* e *Ensaio Sul-Americanos*, o Brasil como um conjunto de federações culturalmente assimétricas, cuja civilização só se fazia presente em São Paulo? Entre publicação de *A Crise Nacional* e *Ensaio Sul-Americanos*, livros escritos em diferentes ambiências e por motivações distintas, duas décadas se passaram. Júlio foi conduzido pelos salões como jornalista, conspirador, e como combatente de campo no caso do Movimento Constitucionalista de 1932. O diagnóstico nativista de 1925 foi ativo, e o de 1946, reativo. O ensaísta desejava não apenas disputar a definição da verdade sobre o passado e sobre o futuro, como também obter a legitimidade de construí-lo.

Multiplicaram-se as narrativas de como o homem nascido no final do século XIX, que teve vida consciente formulada nas primeiras décadas do século XX, passou por entre extremos, de uma forma ou de outra. Isso, apesar de criar uma experiência até certo ponto comum para sujeitos letrados, viajados, e vinculados à imagem da civilização do Ocidente

⁴¹⁴ FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Global: São Paulo, 2013.

“liberal”, não criou unanimidade de interpretação e convergência automática de pontos de vista sobre a formulação do futuro. Faço mais uma vez a reflexão de colocar em contato com outrem as particularidades do pensamento de Mesquita Filho, compondo com *Mise En Scène*. Desta feita, menciono um judeu austríaco, escritor famoso, que se refugiou no Brasil no final da década de 1930: Stefan Zweig.

Zweig veio ao Brasil e se apaixonou pela alteridade que aqui acreditava ter encontrado. De súbito, vislumbrou a possibilidade de futuro no país. Via na Europa que deixou, escombros de uma civilização que entrara em erosão. Trata-se também de uma projeção de futuro num tempo de incertezas: década de 1940. Zweig nasceu em Viena, 1891, um ano antes de Júlio de Mesquita Filho. Suicidou-se em Petrópolis, RJ, em 1942.

O prefácio de Afrânio Peixoto, de 1941, qualifica assim: teria olhado com os “óculos vermelhos de Kant”, e vira “Brasil róseo”, beleza na miséria e assim por diante. Foi um “enamorado” das gentes brasileiras. Teria recusado honrarias, condecorações, pompas. O amor europeu, “caboclo supercivilizado”, que pintou um Brasil com os pinceis da poesia, sem esperar retribuição do objeto de sua afeição. Um amor platônico.

Ele afirma que o Brasil estava destinado a grandes contribuições no “futuro do mundo”. O austríaco era alguém chegado do que se compreendia – e em grande medida até hoje se compreende – como herdeiros da civilização greco-romana. Júlio de Mesquita Filho saíra do Brasil nos seus verdes anos e foi à Europa, colocar-se em contato com esse mundo civilizado, buscando respostas para o que cá se passava. O Europeu olhava as realidades brasileiras e, segundo ele, elas lhes estimulavam os sentidos, excitavam os nervos, dilatavam o coração, e outras várias metáforas corpóreas. “Percebi que havia lançado um olhar para o futuro do mundo”,⁴¹⁵ enquanto queixava-se da “nossa Europa suicida”.

Faz uma ressalva sobre o desconhecimento que o Brasil teria de si, sugerindo que o Brasil do futuro era singular, e estava mais por ser inventado de maneira imanente do que propriamente tributário de outros espaços: “É impossível ter uma noção completa dum país que ainda não tem uma vista de conjunto completa de si próprio e se acha em crescimento tão rápido que toda estatística e todo relatório já estão atrasados quando impressos”.⁴¹⁶

Pensava ele que o Brasil havia resolvido seus conflitos raciais e sociais de maneira exemplar. A homogeneidade do povo enquanto brasileiros é celebrada por Zweig como uma dádiva da terra, em um raciocínio muito próximo daquele que Darcy Ribeiro estabeleceria

⁴¹⁵ ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. p. 15.

⁴¹⁶ ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. p. 19.

mais tarde em *O povo brasileiro*. O que distingue fundamentalmente o pensamento de Zweig e Ribeiro, é que este põe em foco a violência, ao passo que aquele praticamente anula todo o seu peso. Este paraíso racial que via ser exemplo para o mundo no futuro, sem hierarquias, era severamente questionado nos escritos de Júlio de Mesquita Filho.

Escreve Zweig que “o que em outros países está teoricamente estabelecido apenas no papel e no pergaminho, a absoluta igualdade dos cidadãos na vida pública, bem como na vida privada, aqui existe de fato, na escola, nos empregos, nas igrejas, nas universidades, nas cátedras”.⁴¹⁷ O seu otimismo não era sem fundamento afinal, pois no Brasil de 1940 não se presenciava um extermínio racial semelhante ao que estava a ocorrer com o povo judeu nos campos nazistas. Por outro lado, as formas de devastação de grupos raciais tinham os seus subterfúgios, afinal mesmo o terceiro Reich tinha a sua propaganda oficial de campos modelo, nos quais judeus cultivavam campos em paz. Enquanto isso, na realidade além da criada por Joseph Goebbels, eram reduzidos a adubos. No fim das contas, ao ver no Brasil um modelo de paz racial, Zweig era capturado pela mesma cilada interpretativa que muitos brasileiros também partilhavam.

Nos escritos de Júlio, vis-à-vis aos de Stefan Zweig, podemos ver a negação sistemática do seu ponto de vista. O ato de ir para a Europa na sua fase de estudos nas primeiras décadas do século XX, e ter visitado outras vezes, inclusive durante seus dois exílios, demonstra que o futuro do jornalista ainda estava no “Velho Continente”, e a tocha da civilização não viria de qualquer outro lugar, apesar dos violentos sopros que evidenciou a fragilidade de tal chama após 1914.

Zweig avalia que os antagonismos sociais e políticos são minimizados no Brasil. Argumenta também que é um equívoco sair do Brasil com a sensação de superioridade civilizacional ou cultural. “Os acontecimentos dos últimos anos alteraram essencialmente a nossa opinião sobre o valor das palavras ‘civilização e cultura’”, diz ele, e acrescenta “já não estamos dispostos a simplesmente equipará-las à ideia de ‘organização’ e ‘conforto’”.⁴¹⁸ Se referia, sem dúvida, aos eventos das guerras europeias. O espírito pacifista do Brasil o agradava, acreditando que até mesmo as ditaduras, como a do Estado Novo que então se passava, era forçada a permitir satisfação individual e liberdades.

E ao chegarmos no Estado Novo, e em Vargas, o mais severo antagonismo de Júlio se presentifica, o regime que o exilou. Ao contrário das “lentes róseas” de Kant, Júlio utilizava

⁴¹⁷ ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. p. 21.

⁴¹⁸ ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. p. 26.

uma lupa cinzenta, cujo ressentimento estreitava qualquer visão de futuro imanente por ser criado, e que só passaria por uma fresta que conectava um passado monarquista, com diagnóstico liberais, civilizadores, coados por salvacionismo e um “Iluminismo” no fim das contas tributário do mundo Europeu. O facho de luz passava por um prisma que, para Júlio, estava distante do legado da Revolução 1930 conforme aconteceu, que o fez responder com as armas da guerra civil em 1932, pelo engajamento na Universidade de São Paulo e, ainda, nas suas contribuições escritas.

Em a *Europa que eu vi*, se faz escutar um longo lamento em relação ao desmoronar daquelas civilizações notáveis, a partir das observações de um homem já sexagenário, no pós-Segunda Guerra. A melancolia do texto é transbordante na medida em que admite ser a Europa de então apenas uma sombra pálida da que conhecera em sua juventude. Mas ao contrário de Zweig, não considera o Brasil o País do Futuro e a Europa como simplesmente o mundo do passado, pois este ainda tinha um papel de tutela histórica, como se fosse a ilustração de um modelo de civilização para “renascimentos”. Vale a pena acompanhar trechos do livro uma forma de representar o que considerava tal “civilização”, que mesmo em crise, parece ter mais valor do que as contradições do processo histórico brasileiro.

O volume possui uma capa simples, o nome do seu autor na parte superior, o título e, logo abaixo, uma ilustração de traços minimalistas compõe a silhueta do que parece ser uma tentativa de representação da “Europa que viu”: casarões sóbrios, de estilo clássico, a síntese de uma estabilidade secular. Ao longo do livro, outros desenhos similares são esboçados, da lavra do artista plástico Darcy Penteado.

O primeiro país de que trata é Portugal. Como a temporalidade na qual se situa a narrativa é imprecisa, a dimensão do espaço ganha um primeiro plano. O que é contado está situado após a segunda guerra mundial e, logo, depois dos seus exílios. O livro foi publicado em 1953, e é razoável que a viagem que o originou tenha sido feita no início da década de 1950. Júlio avalia que após a guerra, o mundo tornou-se polarizado entre “Washington e Moscou”, e que boa parte do mundo havia coercitivamente se alinhado a uma das duas forças. A esta regra, apenas Portugal e Espanha teriam conseguido fugir.

Portugal e Espanha tornaram-se “os últimos remanescentes dessa tentativa frustrada que foi o Fascismo”, e se tornaram “anacronismos”.⁴¹⁹ A régua medidora da civilização estava, desta feita, apontada para a Europa. Em foco, estava a ditadura de Oliveira Salazar,

⁴¹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 10.

“de temperamento e tendências personalíssimas”. Salazar assumia o poder no seio do “mais violento caldo de cultura de doutrina sociais” legado desde a primeira guerra mundial, ao qual o ditador teria sido uma resposta oportuna. “Corriam então aqueles trágicos dias em que a sorte das nações ocidentais parecia oscilar entre a revolução reacionária e os horrores da ditadura comunista”.⁴²⁰

Sob o regime de Salazar, Portugal se manteria fora da guerra e “conheceria um dos períodos mais fecundos da sua história econômica”.⁴²¹ Em meio ao caos da Europa esmagada pela Guerra Total, Júlio afirma, sem conter o tom elogioso, que Portugal floresceu, modernizou-se, e ao lado da “velha cidade de Lisboa cheia de encantos e tradições, uma outra acrescentou-se”, e que esta face moderna, “entre a cidade de Pombal e a que a abundância da guerra tornou possível edificar, se faz suavemente [...] o passado e o presente se interpenetram harmoniosamente”.⁴²²

Após esta exposição, Mesquita Filho apresenta as suas reservas ao regime. Comenta a crescente oposição ao Estado Corporativo, que já não há “como há anos atrás uma quase unanimidade de opiniões sobre as virtudes do regime”. Na sua leitura, o Salazarismo estava produzindo um efeito “espiritual” em Portugal, estagnando-o: “não que lhe falem valores. Mas porque a ordem de coisas ali reinante se mostra cada vez mais incompatível com o espírito criador”. A ordem e a disciplina que existiam refletiam “muito mais a mórbida misantropia do ditador do que uma atitude espontânea da alma portuguesa”.⁴²³

Assombrava os portugueses, segundo Júlio, o mesmo sentimento de “vencidos da vida”, “o mesmo ascetismo sombrio que sucedeu à época das conquistas voltou a pesar sobre a nação”. A seiva do obscurantismo passado parecia fazer efeito no presente, como uma ressurgência de um passado: “as instituições vigentes, em trágico conflito, com a nossa época, aberram das formas de governo de que nos fala a ciência política”.⁴²⁴

Passando à Espanha, argumenta que a Guerra Civil foi devastadora. A Franco, faltava “todas as qualidades que fazem de Salazar um Pombal... às avessas”.⁴²⁵ O ditador espanhol é impopular e odiado, mantendo-se no poder pela força das armas. O sucesso econômico que se via em Portugal, não se repete na Espanha, com a infraestrutura em ruínas.

⁴²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 11.

⁴²¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 12.

⁴²² MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 12-13.

⁴²³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 15.

⁴²⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 16.

⁴²⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 18.

A avaliação é mais breve e seca. O diagnóstico de fome e ausência de prosperidade do Fascismo espanhol é diferente do de indigência “espíritual” que tinha marcado sobre Portugal. As culpas são distribuídas entre o ditador Franco, e resta uma parcela para o próprio povo. O que chama atenção à sua leitura de jornalista-testemunho, é a filosofia sobre a avaliação do “espírito” de povos “grandes pelos gênios, que produziram na religião, nas letras, nas armas, na música”, entre os quais situa o povo espanhol.

A imagem de um “espírito dos povos” aparece sub-repticiamente nas reportagens, esclarecendo algo daquilo que Júlio concebia sobre a “seiva” alimentadora dos países. Quando menciona, mesmo com pessimismo, o regime de Salazar (que Mesquita Filho não viveria para ver o fim), reivindica a prosperidade, ao menos econômica e aparente. O “caudilho” espanhol “Franco e seus asseclas”, por sua vez, se mostrava incapaz, aos seus olhos, de unificar catalães, castelhanos, galegos, andaluzes, basco, fazendo da Espanha “um dos problemas mais graves da Europa Ocidental”.⁴²⁶

Da Espanha, seguiu para a França. A má impressão que tivera no país governado por Franco o deixou, após presenciar os indícios de prosperidade e “o tempo ameno”. A sua contemplação só é interrompida quando forçado a constatar as “primeiras cicatrizes deixadas pela última grande guerra”, cujas consequências “do choque entre as democracias do Ocidente e as forças reacionárias de Hitler e Mussolini” tinham sido a ruína de bairros inteiros. Detém-se então em uma análise da destruição causada pela guerra na civilização francesa, que considerava a vanguarda das vanguardas. E logo em seguida passa à Itália.

“A Itália, como a França, fez um imenso esforço. Mas, como são graves os seus problemas e como longe se acha o dia em que se poderá falar na reconstrução total de tudo quanto a incurável ferocidade humana destruiu”.⁴²⁷ O problema de unificação, semelhante à Espanha, é abordado como um dos obstáculos para a Itália: “a Itália, como unidade, é uma ideia puramente intelectual e nunca um sentimento espontâneo e coletivo”. Júlio conta a sua chegada a Roma, com “um respeito quase religioso”, que sentira ao ser “envolto pelo espírito da Roma”, um lugar de tradições ocidentais: República, Césares e Papas. As “tradições ocidentais” são reiteradas como os motores da civilização.

Recorda em seguida que, quando do exílio após a “Revolução paulista”, em 1933, estivera em Roma. Passa a narrar o encontro que tivera com Ítalo Balbo, ministro da aviação, que com ele teria chegado a debater as causas do insucesso do Movimento de 1932. Balbo

⁴²⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 23.

⁴²⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 33.

havia estado no Brasil em 1931, e fora recepcionado por Getúlio Vargas. Mesquita Filho afirma ter se afeiçoado à personalidade de Balbo, o “seu admirável físico, franqueza do seu olhar, a sua lúcida inteligência” o teria conquistado.⁴²⁸

Nessa viagem pela Europa, passando por Roma após a segunda Guerra, rememora a sua conexão com o antigo ministro italiano. Vale destaque um encontro surpreendente: Goering e Goebbels. Fora convidado para acompanhar “os dois líderes germânicos numa visita à Roma noturna”, com o intuito de ajudar a divertir aqueles que Balbo havia chamado de dois “cacetes”.

As impressões retrospectivas sobre ambos, da parte de Júlio, são resumidas como “grande desilusão”: “Não lhes ouvimos uma frase sequer capaz de denunciar os homens que mais tarde se revelaram [...] ao fim da noite tínhamos a sensação de havê-la perdido. Goering e Goebbels foram sem dúvida uma forte decepção”.⁴²⁹ Arremata como a impressão do italiano havia correspondido à sua própria, ao avalia-los mais uma vez como “cacetes”.

Teria Júlio, à época do encontro com Balbo, passado a tecer comentários sobre a situação política da Europa, e as consequências da aliança entre a Itália e o Terceiro Reich. O seu trabalho de memória o conduz para uma posição na qual é possível avaliar profeticamente o que, no entanto, já tinha passado. Entre a Europa que teria visto já em convulsão política durante o exílio de 1933, ameaçando entrar em ruínas, e a que atravessava de automóvel após o fim do conflito, coloca-se como melancólico vidente da derrocada e dos crimes contra a humanidade.

Não deixa de ser excepcional o lugar assumido, não importando quantas foram as ficcionalizações, na medida em que isso ilumina os contrastes que projeta em sua própria atuação no Brasil, a aversão a Getúlio Vargas, e as afinidades eletivas ao personagem Ítalo Balbo. “- como não querer bem a vocês, brasileiros, se não me deixa nunca a imagem do seu País?”.⁴³⁰ Acrescenta ainda sobre ele, adjetivos enobrecedores, afirmando que apesar das contradições, “havia naquela bela e nobre personalidade algo superior, de um Benvenuto ou de um Giovanni Delle Bandenere, muito mais que de um simples chefe esquadrista”.⁴³¹

Ao voltar a tematizar o presente da viagem, com a decadência do pós-guerra, após “21 anos de fantasias e loucuras, durante os quais toda uma população excessivamente impressionável viveu sequestrada do mundo e submetida à mais desenfreada das

⁴²⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 44.

⁴²⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 45.

⁴³⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 47.

⁴³¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 48.

propagandas”.⁴³² Ao sintetizar as dificuldades que se passam na Itália, reforça sempre o “tesouro histórico” que o país encerra. Uma civilização que, na sua avaliação, estava à mercê da solidariedade norte-americana do “Plano Marshall”. Em seguida, chega à Suíça.

A Suíça é uma exceção à devastação da guerra na Europa. Não é sem espanto que reflete sobre as possíveis causas de tal incomum estabilidade. Com a sua contumaz preocupação sociológica, aventa hipóteses. Decide defender que é “por se saber frágil que [a Suíça] age sempre com medida e ponderação. A força moral é a sua única defesa”.⁴³³

Dirigia-se para Genebra, a cidade onde estudou na juventude, e encontrou tudo “como há décadas atrás”.⁴³⁴ Fala também de um espírito conservador, de tradição. O tom é o mesmo do que chama “o apogeu do individualismo liberal”. Entre as “grandes coisas” que Genebra lhe evoca, está um vislumbre de um período antes de 1914. O itinerário da viagem europeia do repórter chega, então, à França. A francofilia é explícita em cada palavra, mesmo que fazendo comentários negativos sobre o governo socialista vigente no país.

Ao passar por Paris, faz considerações sobre o cume civilizacional e estético que considerou ser a capital francesa: “um denominador comum de toda a humanidade sensível, um trecho, o único trecho do mundo onde todas as raças e todas as consciências se dispõem a esquecer suas origens e nuances espirituais para se sentirem, se não unidos, pelo menos dispostos a uma quase compreensão”.⁴³⁵

Sua visão de civilização humana parte do mundo greco-romano, e essa fusão teria se operado com mais completude no mundo da França. Aliás, a Revolução Francesa era uma das inspirações políticas de Júlio, embora fosse anti-jacobino no sentido que já verificamos anteriormente, em relação às multidões e à expressão popular. Sabemos que a França Revolucionária capitalizava a imagem de uma Roma ressurreta, cujo *continuum* do tempo se emendava na República romana, realização máxima da obra Iluminista.

É tratando desses temas que, a pretexto da França, Mesquita Filho escreve na sua reportagem-testemunho o seguinte: “A quem possuir a fundo o significado íntimo desses poucos monumentos da antiguidade clássica [os tesouros culturais gregos e Romanos], muito pouco faltará para se tornar senhor das duas fontes principais de onde promana aquilo que constitui o melhor do patrimônio cultural e moral da humanidade hodierna”. Paris, por sua vez, aparece como a síntese da civilização contemporânea. Seus valores se manifestariam

⁴³² MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 50.

⁴³³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 59.

⁴³⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 64.

⁴³⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 72.

através dos bairros, dos conjuntos arquitetônicos, a Sorbonne, o Louvre, as obras-primas dos museus, “[...] e as bibliotecas e os mil e um cantos onde viveram, moraram ou morreram os grandes espíritos, e os lugares ilustres onde fatos decisivos da atribulada vida da humanidade ocidental deixaram a sua marca definitiva”.⁴³⁶

Um panteão forma-se a partir de personalidades francesas, passando de uma escola literária a outra, de Baudelaire a Flaubert, chegando a Rimbaud. A estética da pintura também é mantida na conta de privilégio, bem como a escultura e o teatro. A revoada das musas em Paris é uma realidade para o jornalista, pois isso marcaria a sua grandeza, não ficando restrito em uma dimensão da produção espiritual. “São, aquelas, forças, por assim dizer, brutas da natureza que explodem repentinamente sem medida nem proporção”.⁴³⁷ Essa Paris, diz Júlio, foi a que conheceu na adolescência. As guerras a modificaram bastante. Apesar da guerra e da destruição, o jornalista era recalcitrante em sua definição civilizacional.

E segue falando da mesma França, de um tempo anterior à segunda guerra, quando passou por lá exilado pelo Estado Novo brasileiro: “Como consequência da luta que se processava no Velho Continente, entre a democracia liberal e a reação da direita, conhecida por fascismo, o Brasil caíra nas mãos de uma cáfila de aventureiros”.⁴³⁸

Mesquita Filho apresenta um testemunho do seu lugar nessa luta política, quando se tornou um “dos primeiros a sofrer as iras de novo regime”, do seu lugar de jornalista que o contestava: “desde dezembro de 37 perambulávamos pelas prisões, ora aqui, ora acolá, segundo a fantasia das autoridades estaduais ou federais. No decorrer do mês de outubro de 1938, éramos pela 14ª vez atirados a um presídio, ou melhor, a uma masmorra, nos fundos escusos da polícia central do Rio. [...] Coagia-nos o Ministério da Justiça a partir para o Velho Continente”.⁴³⁹

Sublinha as condições que, no ano de 1938, mais uma vez reencontrou a França. O discurso que utiliza para narrar o tempo ao qual pertenceu guarda uma mensagem eloquente sobre o seu próprio lugar na história, e o contato com personagens do jogo político mundial não é gratuito. É útil pensarmos com Walter Benjamin aqui, na medida em que, a pretexto da

⁴³⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 73.

⁴³⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 75.

⁴³⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 77.

⁴³⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 78-79.

obra de Proust, propõe que uma vida lembrada por quem a viveu é o que de fato importa quando se estuda uma trajetória.⁴⁴⁰

“Foi nesse ambiente de severas provações que voltamos a tomar contato com a França. Muito longe estava ela do que fora nos anos felizes e cheios de promessas que precederam a catástrofe de 1914”.⁴⁴¹ Entre os problemas que via na França de antes da segunda guerra, estava a luta de classes que levava o país a “uma quase guerra civil”. As medidas do Primeiro-Ministro da França, Leon Blum, são reprovadas por Mesquita Filho. Enquanto Blum, do Partido Socialista Francês diminui as horas de trabalho nas fábricas, Hitler aumenta a capacidade de trabalho na Alemanha. O Terceiro Reich anexa a Áustria em março de 1938.

“Quiseram as Parcas que assistíssemos a essa longa e dolorosa agonia da grande Democracia. Desde novembro de 1938 passáramos a residir em Paris, de onde acompanhávamos acabrunhados os acontecimentos”, escreve Júlio. Afirmava que, nesse período, se dedicou a fazer um raio x da situação política, e travar contato com as “personalidades de relevo”. Interessava-lhe “penetrar a maneira de sentir da burguesia”. Tudo se refletia de maneira sombria, “reflexo do nosso estado interior, do acabrunhamento profundo em que vivíamos mergulhados desde o momento em que deixáramos o Brasil”.⁴⁴²

Ele sugere que havia uma afinidade entre o que ocorria na França ameaçada pela guerra e o que ele, então exilado, sentia, puxando pelas memórias dessa estadia na França prestes a entrar na Guerra.

Júlio, com seu hábito de comentar sobre personagens notáveis que encontra, fala que prestes à eclosão da Guerra, em Paris, deu com o escritor anarquista e colaborador da Revolução Russa, Victor Serge: “era uma personalidade absolutamente excepcional. De uma retidão de caráter a toda prova, a sua inteligência fora do comum o colocava entre os maiores cérebros do socialismo do seu tempo. [...] ele via a tempestade aproximar-se com a filosofia fatalista própria a todos os de sua raça”. Afirmava que “a qualidade de exilados” tinha fundado entre ele e Victor Serge uma grande simpatia, por causa desse “estado de espírito especialíssimo, que poucos têm experimentado, mas que, entre homens dignos desse nome, possuía a virtude de nos tornar extraordinariamente compreensivos”.⁴⁴³ Nisso, considerou que eram eles mesmos personagens representativas “do estado de espírito reinante no país”.

⁴⁴⁰ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1). p. 37.

⁴⁴¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 79.

⁴⁴² MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 82-83.

⁴⁴³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 90-91.

Relata também ter estado, ao lado de Armando Salles e do médico Georges Dumas (time de implantação da Universidade de São Paulo), na companhia daquele conhecido como o “Leão de Verdun”, Henri Philippe Benoni Omer Joseph Pétain. Demonstra sentir enorme admiração pelo Marechal Pétain, descrevendo-o como “Belo”. Nesse encontro. Aquele que se tornaria o chefe maior de Estado durante a França ocupada, manifestaria o rancor contra a Frente Popular socialista.

Entre as perdas maiores que Júlio acredita ter havido na apatia da França na Segunda Guerra, fora as perdas das colônias africanas. Mas também aponta que viu o florescimento da França após o cataclisma: “nada estará perdido, e grandes destinos ainda estarão reservados à terra a que o Brasil deve o melhor da sua cultura”.⁴⁴⁴

A aversão pelo socialismo, anunciada principalmente nos comentários sobre a França do pós-guerra, faz referência à economia cujos dados, para ele, estariam sendo anunciados com base em “artifícios”. Mesmo os setores da economia que conseguiram alguma prosperidade, esta era atribuída ao Plano Marshall, reiterando o compromisso com o mundo capitalista. A “superburocratização do país exigida pelo socialismo”, diz ele, acabará por anular os efeitos positivos “da generosidade Norte Americana”.⁴⁴⁵

Não obstante, a francofilia se mantém intacta, quando afirma que as “qualidades de trabalho, de sobriedade e eficiência” se mantém”, mesmo que estranguladas pela realidade política e social. A “demagogia dos partidos de esquerda” teriam, desde 1929, premido a opinião pública da França a aceitar a interferência do Estado na economia. Essa crítica ilustra, novamente, o anticomunismo irredutível do personagem, ao mesmo tempo que afirma a superioridade cultural do povo francês.

Em *A Europa que eu vi*, especificamente sobre a França, Júlio de Mesquita Filho constrói mais do que um relato de viagem – elabora uma narrativa de si como sujeito civilizado, culto e politicamente engajado. A enumeração de figuras como Baudelaire, Flaubert e Rimbaud, associadas à exaltação das artes plásticas, do teatro e da literatura, compõe um panteão simbólico que legitima sua autoridade cultural e sua visão de mundo. A Paris que evoca é menos uma cidade do presente e mais uma encarnação de uma civilização ideal, refinada, racional, iluminista, contrastando com os “bárbaros” do seu tempo: o fascismo na Europa e o autoritarismo no Brasil. Quando rememora seu exílio forçado pelo Estado

⁴⁴⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 102.

⁴⁴⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 110.

Novo, inscreve-se como mártir da democracia liberal, alguém que sofreu por defender os “valores certos”.

Nesse gesto, sua narrativa opera como um dispositivo de autolegitimação e distinção, próprio das elites ilustradas. Como propõe Walter Benjamin ao refletir sobre a obra de Proust, a vida lembrada e narrada por quem a viveu adquire centralidade: não como documento neutro, mas como forma de dar sentido ao vivido. Mesquita Filho narra sua experiência para afirmar um lugar na história e justificar um projeto de poder simbólico.

A lembrança da França – ainda que já abalada pela guerra – funciona como palco de uma civilização a ser defendida, e sua própria trajetória, como exemplo dessa missão. Trata-se de uma operação discursiva que articula política e estética para sustentar um liberalismo de pretensões universalistas, mas alicerçado em valores hierárquicos, seletivos e autorreferentes. Por isso a crítica ao socialismo implica diretamente em ode ao liberalismo.

Chama atenção o fato de que, em que pese a crítica ao modelo de sociedade que a França assumia, os personagens não eram atacados em suas virtudes como homens. Pois, diz ele, não negava que a mocidade nacional conservava intacta a “disposição para a luta que permitira às gerações da segunda metade do século passado e da primeira metade deste, construir um império colonial e salvar com o sacrifício do próprio sangue a civilização ocidental”.⁴⁴⁶ O *continuum* histórico do século XIX e do mundo colonial era o que havia para ser recuperado, e o futuro estava enraizado no passado europeu. A configuração do ocidente tinha o colonialismo como condição *sine qua non* para a instalação civilizacional no mundo, representando até mesmo um ato de sacrifício “do próprio sangue”.

Mesmo Leon Blum, cujas ações socialistas reprovava no contexto da Segunda Guerra, era personagem apaziguado. Nada parecido com as ligações entre o homem político e o que considerava vício político, como no caso que destacava sobre a heteronomia política de personagens como João Alberto no Brasil, imediatamente atribuída à personalidade e autoritária, “pernambucana”. Sobre Blum, Júlio narra um encontro tenso que tivera em 1938 com o político francês, mas a dissidência se mostra política, entre um liberal e um socialista intransigentes. Não como sujeitos antropologicamente díspares.

Fundamentando ainda mais o elogio ao “mesmo” francês e ocidental, Mesquita Filho sentencia que historicamente, “o berço da liberdade saberia refazer e encontrar nas próprias entranhas a energia capaz de reerguer-se”.⁴⁴⁷ A vanguarda da civilização denota a teleologia

⁴⁴⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 128.

⁴⁴⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953. p. 138.

da narrativa ocidental, da providência, finalista. De “primeira ordem o lugar que lhe caberia no largo âmbito da civilização ocidental”.

O saldo da viagem de cinco meses à Europa, realizada no rescaldo da Segunda Guerra, são os textos de *A Europa que eu vi*. Apesar das notas melancólicas sobre a erosão de alguns países europeus, não se modifica a percepção filosófica de que, em meio aos escombros, germinará o único futuro possível. Mesquita Filho se filia a essa imagem do pensamento, àquela tradição intelectual e política, aderindo ao conservadorismo europeu, e elogiando sempre que possível a força moral das nações que visitou.

A relação empreendida é de “familiaridade”. A interpretação do Brasil, colocando de maneira mais ampla, era colocada nos textos escritos por Júlio, das mais diversas tiragens, fazendo usos de formas hierárquicas e comparativas. Conforme visto no primeiro capítulo, nas elaborações de 1925 já se fazia presente o olhar de exemplos que utilizava imagens de outros países, como o caso dos Estados Unidos. Colocava-se como o jornalista que viajou, quando teve a formação europeia, e foi *levado* compulsoriamente a viajar, na qualidade de exilado político. Nesse processo, de alguma maneira afinou o olhar para fazer largas análises transnacionais. O signo da viagem está umbilicalmente ligado ao da valoração cultural de determinados modelos culturais em detrimento de outros.

Passo a concluir a presente seção com a retomada do excerto de *Ordem e Progresso*, de Gilberto Freyre, presente como citação de abertura. A entrevista com Júlio de Mesquita Filho realizada por Freyre sintetiza, de algum modo, as posições desejantes daquele, tanto na vida quanto na obra. O sociólogo de Apipucos transcreve cruamente e sem reservas o ponto de vista do jornalista paulista, claro que com a anuência deste. “Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a nação, são os mesmos que norteiam os povos chamados ocidentais”, e acrescenta que o caminho natural da civilização é o afastamento dos “valores africanos”.

Freyre questionou inúmeras pessoas na sua entrevista para a escrita de *Ordem e Progresso*,⁴⁴⁸ um livro que trata do processo de aderência do Brasil aos valores *hodiernos*. Muitas pessoas “cultas”, como Mesquita Filho, foram entrevistadas. Muitas das posições de homens e mulheres, especialmente nascidos no século XIX, foram de uma forma ou de outra, semelhantes às de Júlio. Mas poucos exprimiram de maneira tão radical e orgulhosa a aderência irrestrita às formas étnicas, éticas e estéticas de uma certa imagem decalcada de ocidente. Freyre categorizou as respostas do entrevistado como “francas e até

⁴⁴⁸ FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Global: São Paulo, 2013.

desassombradas”, especialmente quando recomendou que devia fazer delas “o uso que entender”.

Esse desassombro me conduz a mais uma vez entrar em contato com o objeto de pesquisa, não sem certa perplexidade perante a diferença radical expressa em seus pontos de vista. Por outro lado, a sensação de verdade que se instala é muito significativa. Este personagem do passado, se lhe fosse possível a leitura desta tese que tomou a sua trajetória como ponto de chegada, provavelmente não se sentiria vexado ou hostilizado com o olhar crítico que busquei imprimir. A verdade de que falo não é a Verdade transcendente, mas a verdade solipsista que se configurou neste homem nascido no final do século XIX, e que buscou alinhar a subjetividade à ciência.

Num texto de Sigmund Freud, encontramos uma possibilidade de leitura-síntese do Narciso angustiado que Júlio de Mesquita Filho parecia emular. Em *O Infamiliar*,⁴⁴⁹ Freud escreveu sobre como a relação de estranheza pode se estabelecer em relação a coisas, objetos, pessoas ou grupo étnico, principalmente quando existe alguma sensação de parentesco e risco de proximidade. Tal relação conduz ao rechaçamento. O desconforto, a sensação “obscura” que se avoluma em face à diferença enfatizada, pode ser acompanhada em muitos pontos. No caso da repulsa política a Getúlio Vargas, a João Alberto, como metonímias de lugares bárbaros e heterônomos. Quando os sujeitos que ocupam as instituições do país e de São Paulo são representantes de “Caudilhos” gaúchos e “Vaqueiros” do Nordeste, imagens de vileza e menoridade intelectual.

A semelhança e *O familiar*, se expressa em personagens com os quais se alinhou politicamente, que não considerou traidores da causa que se engajou em cada circunstância. Do outro lado do Atlântico, encontrava a fonte de tal identidade, enfim, as raízes étnicas e éticas do mundo civilizado ao qual se julgava pertencente. Assim, reificava a si mesmo na medida que se colocava em guarda firme contra o Outro. Sobre a alteridade que considerava inaceitável, na qual não reconhecia a si mesmo nem o Brasil desejável, o rechaçamento à mestiçagem se aprofunda através da seguinte sentença, revelada perante o questionário enviado pelo sociólogo pernambucano: “[...] é obvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indisfarçavelmente de cor”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ FREUD, Sigmund. *O Infamiliar [Das unheimliche]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, 8).

⁴⁵⁰ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Global: São Paulo, 2013.

Em um dos comentários de Gilberto Freyre sobre Mesquita Filho em *Ordem e Progresso*, o predado dado é de que ele era um dos “brasileiros ricos, nascidos com a República, cujos estudos foram em parte feitos na Europa”, acrescentando que este fez parte da geração que se preocupava com “o passado brasileiro e relação com o futuro”, além de “cotejar o passado monárquico do país com o seu presente republicano”.⁴⁵¹ A percepção de Freyre sobre o dirigente d’*O Estado* captura o espírito da obra deste a rigor, desde *A Crise Nacional* e a visão desfavorável com a República em crise. Mesquita Filho, “o sobrinho-neto de Campos Sales”, mostrava-se em desfavor à multidão, às polifonias insuspeitas e incontroláveis que poderia vir de uma população mestiça.

No oposto, a visão favorável se dava para com o Império de Pedro II, que “formou moralmente” aqueles que legaram a sua herança imediata. A verdade nacional não poderia estar em outro lugar que não o passado, este que não poderia ser recuperado senão através de uma “revolução” regressiva. A monarquia Europeia que estava derrubada desde 1889 não poderia ser restaurada, mas a República precisava do sopro de ânimo europeu, por uma elite cujos valores chegavam do “Velho Mundo”, por ancestralidade bandeirante, pela absorção de valores herdados do Império, e pela cultura que recebeu através da “Europa que viu”. A exclusão dos subalternos, condenados à vida nua, não são apenas “reliquias do comportamento humano destinadas ao desaparecimento”, mas um padrão sociocultural que se afirmou de maneira sistemática, legalista, institucional e implantada na subjetividade. Este era um jogo bastante conhecido por Júlio de Mesquita Filho.

O jogo continuaria. Os esforços de interpretação elaborados na década de 1950 com textos como *Memórias de um revolucionário* e *A Europa que eu vi* reúnem elementos ativos de sublimação identitária, sublinhando marcadores com cores vívidas. As letras não se esvaziariam em si mesmas, pois havia uma herança a ser deixada. Os conflitos políticos dos quais foi agente, não cessavam. Em 1954, recordou 1930 e a “revolução” que considerava usurpada. Na primeira metade da década de 1960, outra oportunidade de “revolução” se esboçaria em seu horizonte. O testamento da imaginação política nativista e liberal seria legado por Júlio, mobilizando a conspiração golpista a partir das referências que recebeu e da socialização política que viveu. Tratarei desse tema a seguir, no quarto e último capítulo.

⁴⁵¹ FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Global: São Paulo, 2013.

CAPÍTULO 4 – HERANÇA E TESTAMENTO

NARRATIVA DOS VENCEDORES CONTRA EXILADOS DA HISTÓRIA

O Getúlio chegou à conclusão de que um país como o nosso, onde impera o pauperismo e o analfabetismo, não se pode dar o luxo de ter o sufrágio universal. Seus deputados e senadores jamais serão os representantes do povo, mas sim das oligarquias municipais e estaduais. O que nosso povo precisa é dum governo paternalista que cuide dela como de uma criança, que a alimente, que lhe dê roupa, casa, trabalho como bom salário e principalmente a sensação que está segura, protegida. O doutor Getúlio acha, como eu, que sem democracia econômica não pode haver democracia política.

(*O Arquipélago* – Erico Veríssimo).⁴⁵²

Na década de 1960, Júlio de Mesquita Filho estava chegando a respeitáveis 70 anos de idade. Já há algum tempo, dizia ter aderido aos pontos de vista “freudianos” e, por consequência, pessimista com a natureza humana.⁴⁵³ Para reestabelecer “aquela nação que o seu grande passado prometia”, o que estava disposto a fazer? Se efetua então um projeto político de futuro, com intenção de que se tornasse institucional. Acompanharemos nas próximas páginas, que já seguem para a conclusão desta tese, o processo que Mesquita Filho viveu de reivindicação da herança cujo testamento seria legado ao Brasil. Em suma, encontramos rastros do jornalista fazendo uso da palavra autorizada pela própria trajetória e atuação para reivindicar, elaborar e implantar a diacronia proto-histórica de mitos e tradições espectrais, culminando no apoio do golpe de 1964.

Para refletir filosoficamente sobre a questão do legado de uma vida, olhemos por um instante o trabalho de Norbert Elias sobre a vida de Mozart. Quando o Sociólogo fala sobre os traços da vida curta e amargurada do gênio vienense, que diferente de Mesquita Filho, não ultrapassou os 35 anos, podemos vislumbrar algo sobre Júlio. Mozart faleceu e foi enterrado em uma vala comum, em 1791. Era outro tempo, outro país, outra cultura, mas a pulsão existencial que Elias reflete naquele personagem, pode ser pensada como condição

⁴⁵² VERÍSSIMO, Erico. *O arquipélago*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 241.

⁴⁵³ MESQUITA FILHO, Júlio de. Declínio de Rousseau. In: _____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969.

antropológica, quando se pensa em seres humanos buscando a sua realização pessoal no interior de circunstâncias históricas que, em tantos sentidos, não respondem aos anseios. Estes anseios, diz Elias, “não estão definidos antes de todas as experiências”.⁴⁵⁴ É no decorrer das experiências, entre decisões e acasos, que se forma uma trajetória. A de Mozart tem celebração póstuma, após ser ignorada pelos contemporâneos; Júlio, por outro lado, encontrou bastante escuta e celebração.

A trajetória que temos acompanhado através da presente tese, é a de outro homem com notáveis aspirações, ciente de sua influência no lugar social que já discutimos, e desejoso de ser um destino. Tal destino foi reconstituído várias vezes, ao sabor dos encontros, mas com um zeloso desenho biográfico de modo a dotá-lo de certa vontade de transcendência, aspectos que atravessam todo o seu caminho, elaborando *recorrências*. Tais desejos “vão evoluindo através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida”,⁴⁵⁵ como acompanhamos a sua memória sobre a juventude.

A memória de Mesquita Filho, elaborada retrospectivamente em meados de sua vida, quis dar impressão de destino, que para melhor compor o quadro, situei no primeiro capítulo. Mas essas histórias não são meras maquinações sem lastro, e sim um vislumbre da vida lembrada e contada por quem a viveu. Dentre as pessoas que dão uma configuração a desejos e ressentimentos de Júlio de Mesquita Filho, está Getúlio Vargas, que uma vez fora seu aliado circunstancial, na época dos acontecimentos cristalizados sob a designação de “Revolução de 30”.

Após a ruptura com Getúlio, um crescente antagonismo foi estimulado pelo dirigente do *Estado de São Paulo*, aprofundado pelos exílios, estendido às suas alianças e “herdeiros”. Vargas ultrapassou a categoria de personagem histórico e foi elevado à categoria de mito político, que incorporou características da cultura política, e respondeu a anseios de forças sociais historicamente detectáveis. Deixou de ser um político entre outros, incorporou mitologias orgânicas da multidão, passando a ser circuito aglutinador de personagens tão heterogêneos ideologicamente que ultrapassam a lógica formal.

Um exemplo cristalino desses paradoxos está materializado na adesão improvável do comunista Luís Carlos Prestes. O Estado Novo comandado por Vargas fora perseguidor de comunistas, e deportou Olga, esposa de Prestes, grávida, para ser executada em campo de

⁴⁵⁴ ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 13.

⁴⁵⁵ ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 13.

concentração na Alemanha Nazista da década de 1940. Enquanto isso, Mesquita Filho celebrava a identidade paulista, redigia livros de combate, e se ocupava em universidades, com fins nativistas. Com Getúlio, ele não aceitava proximidade. Era o “radicalmente Outro”.⁴⁵⁶

Eram antípodas porque os futuros que imaginavam eram tão distintos que se tornavam irreconciliáveis, mesmo que seus caminhos se tocassem, ou até se cruzassem. Isso levou o jornalista a reificar identidades, defendendo a oposição de qualquer coisa que lhe parecesse minimamente simpático a qualquer “getulismo”, mesmo após o “caudilho” ter desaparecido da história vivida após 1954 (ano em que redigiu “memórias de um revolucionário”). A epígrafe que abre essa seção, vinda da literatura, sintetiza elementos antiliberais que Mesquita Filho se colocava antagônico: não propriamente o autoritarismo de Vargas, não a negação do Sufrágio Universal, mas a questão da “independência econômica” que Getúlio fomentava através da intervenção do Estado.

Os anseios de Mesquita Filho, em vários tempos, se canalizavam para, mais uma vez, buscar controlar o fluxo do tempo e da história, baseado na sua experiência humana, intelectual, e de classe. Diversas categorias a montar uma identidade feita de retalhos, parte dela presente desde *A Crise Nacional* (1925), compondo aspectos da Filosofia da História dos *Ensaio Sul-Americanos* (1946), disputada em *Memórias de um revolucionário* (1954).

Através da efigie de Vargas, enfrentava todo um sistema político do qual se afastava, com o qual criava uma relação de *diferença*. Isso o levou a apoiar aquilo que nomeou de “Revolução” em 1964, para isso utilizando o púlpito autorizado do saber intelectual e a legitimidade hereditária construída entre um mundo mítico de bandeirantes e outros personagens espectrais, aliados à vida ilustrada. O guardião da herança passaria a ler o testamento.

A documentação que anima os dois tópicos a seguir são textos contidos no livro *Política e Cultura* (1969). Se o marcador inicial do recorte temporal da tese foi o aparecimento do livro *A Crise Nacional* (1925), o ato final está amparado empiricamente em escritos que foram reanimados em 1969, através da publicação póstuma do último livro de Mesquita Filho. Malgrado o ano de publicação, tratam de escritos diversos e localizados temporalmente em momentos diversos. Na década de 1940, 1950 e 1960, pronunciamentos públicos e uma carta às forças armadas – posteriormente divulgada sem alterações no jornal *O*

⁴⁵⁶ FREUD, Sigmund. **O Infamiliar [Das unheimliche]**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras Incompletas de Sigmund Freud,8).

Estado de São Paulo, configuram mapa da história do envolvimento de Júlio de Mesquita Filho no golpe empresarial-civil-militar de 1964, à época dos eventos e conspirações, chamado de “revolução” e tratado como tal.

4.1 Signos da crise para uma revolução regressiva

Esta seção está em conexão com o primeiro tópico do terceiro capítulo, que versou sobre as “memórias de um revolucionário, notas para um ensaio de sociologia política” (1954). Urge a necessidade de marcar com nitidez, apesar da recorrência em outros tópicos, a constância da figura de Vargas como antagonista político de Mesquita Filho. O homem que motivou seus dois exílios é um problema desde a Revolução de 1930, que transcende o próprio desaparecimento, através da força política que sobreviveu ao tiro no peito que levou Getúlio da “vida para a História”. As menções na correspondência pessoal, usualmente repletas de rancor, dão o tom desse ressentimento que transcende o puramente político, que teria sido o “mais torpe”, refletindo o seu líder. Um exemplo dessa aversão se dá em cartas de 1942:

A terra das bandeiras, de Bartolomeu de Gusmão, de Feijó, dos Andradas, do Marquês de São Vicente, de Prudente de Moraes, de Campos Sales, de Cerqueira Cezar, de Rodrigues Alves, de Júlio de Mesquita, de Oswaldo Cruz, governado durante três anos por um sacripante mentecapto, como Adhemar. Jamais Rio Grande se lavará da ignomínia de ter dado ao Brasil um político capaz de levar a cabo tamanha vilania. Se o Brasil existir daqui a mil anos, pesará sobre aquele Estado, a responsabilidade moral pela inqualificável humilhação a que os srs. Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e demais líderes da atual política brasileira, submeteram S. Paulo. Acusa-se o negro de ser responsável por quase tudo quanto de errado se fez no Brasil. Que dizer-se então da canalha gaúcha? Faça-se um cotejo entre o mais negro dos negros, entre o mais depravado dos mulatos e a nata vinda do sul com a revolução de 30, e ver-se-á que incomensurável vantagem em matéria de safadismo levam os mais puros representantes desta sobre aqueles.⁴⁵⁷
[...] não haverá força na terra capaz de me acovardar diante do Getúlio, representante supremo em nossa terra do espírito que fez desabar sobre o mundo a catástrofe que o vai destruindo. Ele poderá reduzir-me à miséria, obrigar-me a tirar meus filhos das escolas por não ter com o que sustentá-los e educá-los, mas não poderá jamais transformar-me num trânsfugo, num traidor às ideias que recebi de meu pai e de meus avós.⁴⁵⁸

Em face disso, estabelecido esse antagonismo fundamental e situando os personagens históricos que mobilizam a interpret(ação) de Brasil de Júlio, entramos na senda das últimas

⁴⁵⁷ Documento pesquisado no Arquivo Getúlio Vargas, do CPDOC – FGV. Carta de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho, datada de 04/06/1941, interceptada pela censura sobre a mudança na Interventoria paulista: Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201941.06.04/2&pagfis=2393> Acesso em 02 de setembro de 2024.

⁴⁵⁸ CARTA de Júlio de Mesquita Filho à família, Buenos Aires, 17 de março de 1942. Acervo Ruy Mesquita Filho.

décadas da existência e da atuação pública do *Publisher* do *Estado*. Os documentos que norteiam são principalmente os textos reunidos no livro publicado já postumamente, em 1969, intitulado *Política e Cultura*, especialmente transcrições de discursos pronunciados pelo personagem e uma carta aos militares intitulada “o roteiro da revolução”.

Seguimos na reflexão sobre o Cidadão Júlio de Mesquita Filho e a experiência que adquiriu a visava transmitir. A atenção deve estar na atuação intelectual, as características oscilantes e contraditórias entre oligarca e republicano, entre aristocrata e burguês. Pensador, jornalista, que estava sendo “chamado à ação” em tempos da vertiginosa esgrima política e os rumos do Brasil. Cabe pensar sobre a pessoa de Júlio, as possibilidades de angústia e decisões ancoradas na genealogia do próprio pensamento e trajetória, marcados por adesões viscerais, pontos de vista implacáveis e eventos marcantes. Para tal, pensemos rapidamente com as sensibilidades de um literato-ensaista.

I

[...] em certo sentido, o homem é uma obra acabada, marcado não só pela sua experiência passada, mas marcado sobretudo – e definitivamente – pela sua dependência absoluta de valores, coluna vertebral de toda “ordem”, e encarnação por excelência das relações de poder. Incapaz de dispensá-los ao tentar organizar-se, é este o seu estigma; sempre às voltas com valores, vive aí sua grande aventura, mas também sua prisão.

(Raduan Nassar, *A corrente do esforço humano*).

Raduan Nassar, escritor brasileiro cuja obra literária se tornou notável, produziu também ensaios de interpretação. Foi de um deles, *A corrente do esforço humano*,⁴⁵⁹ do qual retirei o trecho acima, a epígrafe para o presente tópico. Tratou do devir histórico brasileiro, acrescentando análise à alegada tensão entre aquilo que foi compreendido como cultura brasileira “orgânica” e a Civilização com C maiúsculo. Mas não esquecemos do personagem central que cá interessa, Júlio de Mesquita Filho.

Digressões são recorrentes, mas Júlio não esteve ausente em circunstância alguma ao longo de todo o texto. Não obstante, as derivas temáticas são elementos para demonstrar que

⁴⁵⁹ NASSAR, Raduan, *A corrente do esforço humano*. _____. **Obra Completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 210.

os sujeitos não são mônadas, e que existem atravessamentos múltiplos entre personagens de gerações distintas. Natural de São Paulo, Nassar presenciou e esteve mergulhado nos processos históricos que se forjaram no ato de debater sobre “afinal, que deve ser o Brasil?”.

Segundo o autor da epígrafe, além do passado, os *valores* predominam sobre as decisões políticas e existenciais de uma pessoa. É instigante tomar essa premissa como ponto de partida, ou de hipótese “teórica”, para questionar como Mesquita Filho poderia ter “valorado” o passado que o formou. Pensar como a trajetória que fez, intelectualmente e na prática social, poderia ter levado a apostar as fichas em um lugar e não em outro. Mesmo sob risco de parecer demasiadamente “filosófico” ou meta-histórico, creio que para traduzir aquilo que refleti ao analisar determinados rastros deixados por Mesquita Filho dos quais tratarei nas próximas páginas, essa dimensão ontológica precise estar explicitada.

Ainda para mencionar o ensaio de Raduan Nassar e a amarga tensão que frequentemente se dá nos projetos de nação no Brasil, Júlio esteve de fato inquieto com temas apontados no referido ensaio. A questão de raça também foi uma das convicções mais ou menos estáveis ao longo da vida, tanto a questão dos “índios”, quanto dos “negros”. Como anotado no ensaio de Nassar, estas categorias de humanos, esquematicamente colocadas em frascos de formol com os rótulos da barbárie, “não podia atender aos discutíveis padrões somáticos dos povos brancos supostamente superiores”.

Em capítulos anteriores, encontramos palavras do jornalista paulistano alinhado epistemologicamente a esta concepção racial. Além disso, parece compartilhar de certa “nostalgia de uma geografia perdida” que tentou reconstruir intelectualmente e na prática, sublinhando como referência o tributo da origem europeia. Com esse caminho decalcado pela identidade narcísica acumulada, com os destinos que supôs para o Brasil “das bandeiras”, muitos brasis foram silenciados. Estes são presentes-ausentes ao longo do “biografema” de Júlio, cujo mais recôndito frame da imagem da nação embrionária, está a pureza de sangue e de convicções.

Retomo as questões de capítulos anteriores para esclarecer a conexão que formulei entre existência individual do personagem Mesquita Filho, e o mundo que habitou (e o habitou). O personagem como produtor e produto, como imanência /agente (pessoa humana com corpo, adesões e ações), que reagiu a certas transcendências (lugar social-familiar, derrotas que sofreu, referências intelectuais), que daí tirou valores e certezas e conclusões. Acompanharemos alguns registros de ocasiões da vida de Júlio na quais buscou compartilhar

valores, doutrinas, enunciadas do alto de um púlpito que o aureola, ora na USP falando com universitários, ora em um Liceu, falando a estudantes do ginásial.

Invariavelmente, traz a visão de história, de sociedade e de Brasil que o animava. Entre o final dos anos 1940 até o início da década de 1960, esteve na busca por transmitir legado, compartilhar valores dos quais dependia. Tais convicções – um liberalismo feito com as tinturas passadistas de um império europeu e escravista – o levaram a escrever o roteiro para o golpe de estado que instaurou a ditadura que se estabeleceu no Brasil entre 1964 e 1985.

A “Revolução” que viria, para Júlio, era um roteiro testamentado. Aliás, fincado nas trajetórias e desdobramentos das revoluções modernas-ocidentais, cuja tendência espectral Hannah Arendt define nesse trecho lapidar de *Entre o passado e o futuro*:

[...] a história das revoluções [...], que decifram politicamente a estória mais recôndita da idade moderna, poderia ser narrada alegoricamente como a lenda de um antigo tesouro, que, sob as circunstâncias mais várias, surge de modo abrupto e inesperado, para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, sob diferentes condições misteriosas. Existem boas razões para acreditar que o tesouro nunca foi uma realidade, e sim uma miragem; que *não lidamos com nada substancial, com um espectro*.⁴⁶⁰

O tesouro perdido da “revolução” de Júlio de Mesquita Filho em 1964 vinha sendo acalentado sob nomes recorrentes, como “liberalismo”, e miragens, como os fantasmas do passado, afeiçoados aos demiurgos autorizados do presente. Nesse ato, se veste da legitimidade que só o proprietário do mapa para um tesouro perdido poderia ter. E então, uma marca significativa da vida herdeiro do fundador do *O Estado de São Paulo* se esboça com nitidez: os *valores* aos quais Mesquita Filho se apegaria, para retomar Raduan Nassar, se tornam a sua prisão e obrigação de coerência. Tinha vivido demais para mudar a posição política, além do mais, não lhe interessava. A “revolução” deveria ser regressiva, instaurando outro *continuum* histórico.

A Filosofia da História de Júlio de Mesquita Filho, através da interpretação particular das “Luzes”, fundamentada pelo “Iluminismo bandeirista”, conduziu-o para a sistematização política da história. O plano de ação, como fora antes no Movimento constitucionalista em 1932, no estabelecimento da USP em 1934, se dá no plano da ação intelectual, nas atitudes políticas e prática social. Planejar é uma atitude moderna, fundada na crença de que a interpretação do mundo segundo um roteiro específico permite, de fato, construir a cultura de

⁴⁶⁰ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016. Ebook. Grifos meus.

um país. Cultura, nesse caso, sendo pensada como próximo ao sentido primordial, de lavoura, que exige plantio. O “Iluminismo” de Mesquita Filho é, tal qual o sistema filosófico moderno que o inspirou, uma Ideologia burguesa: desta feita, uma Ideologia burguesa à brasileira, ou se quisermos, à maneira paulista-bandeirista.

Assim, perseguia uma utopia: a utopia bandeirista, liberal, cuja capital espiritual era uma São Paulo nostálgica – idealizada como centro civilizatório da nação. Uma utopia regressiva, que buscava realizar no futuro o retorno glorificado de um passado forjado no mito.

Em 1962, Júlio tinha atrás de si um passado de derrotas que, como não poderia deixar de ser, gostaria de superar. Aos 70 anos, reunia o *know how* e o prestígio intelectual que motivaria a sua consulta, por parte das forças armadas que já então conspiravam contra o governo constituído, que era visto como inimigo da burguesia nacional, do liberalismo, enfim, da sociedade brasileira de primeira classe. O jornalista redigiria um “roteiro” para a “revolução”, que seria publicado no Jornal *O Estado de São Paulo* dois anos depois, nos primeiros dias do “Novo Regime”.

A evidência de que o trabalho fora levado a sério pelo seu autor está no fato de que é um dos textos integrais reunidos postumamente no livro *Política e cultura*. E neste plano prescritivo que as pistas para a culminação da crítica enunciada se fazem presentes. Mesquita Filho não desejava apenas a ruptura com o poder político daquele presente, substituindo-o por um futuro qualquer. A inquietação pelo sequenciamento histórico se dava em termos rigorosos.

Quando remeteu a 1930, a revolução da qual passou a se sentir órfão ainda no início do governo provisório que a seguiu, recordou que o incomodava a ausência de plano acerca do vácuo do poder por parte de alguns líderes. Júlio não era um homem que se dava aos acasos, possivelmente por compreender que tinha muito a perder. Não seria assim dessa vez. Passadas três décadas de acúmulo de lembranças e trabalho da memória, deixaria bem anotado um plano sequenciado, um *projeto* com teses, valores e procedimentos – endereçados às forças armadas – cuja síntese era uma paradoxal modernidade passadista: *aquele Brasil que o seu grande passado prometia*.

O exercício de imaginação política feito na ocasião exprime uma tendência na cultura política e das interpretações de Brasil que conduziram ao golpe de 1964. Além disso, verbaliza o vetor de classe presente na então anunciada revolução. Mais do que um diagnóstico da crise, o “roteiro” opera como uma peça performativa: ele convoca, orienta e

legítima a ação de força. É, em si, um ato político – e, nesse caso, um ato de golpe. A memória construída em torno da ideologia liberal, a cosmogonia bandeirista, as atuações em movimentos políticos e insurgências como 1930 e 1932, são pilares de sustentação dos apoios e conspirações. Para retomar Arendt, mesmo a memória sendo um modo de pensamento essencial, ela é “impotente fora de um quadro de referência preestabelecido”. Em outras palavras, a imaginação política de Júlio buscava elaborar um futuro, mas esta operava através de imagens calcificadas do passado. Uma herança atávica.⁴⁶¹

Esta tese vem apontando com insistência que a abordagem epistemológica de Mesquita Filho passa por uma mitologia racial e teleológica dos trópicos, sustentada nos escritos que deixou. Ao longo de décadas de atuação, a ideologia da crise, da raça, da geopolítica nacional, econômica, histórico-filosófica, foram fios condutores que o levaram na direção da política.

A política, o exercício que Júlio compreendia essencialmente como a arte de homens cerebrais, que venceram os instintos, deveria ser algo regido com parcimônia e distribuído sem prodigalidade. Apenas alguns indivíduos *extra*-ordinários poderiam, por exemplo, delinear um esboço de imaginação política, cuja equação era tão sensível. Esse raciocínio é o que parece nortear a tomada atitude que, localizada dentro da ordem de legalidade jurídico-política de 1962 – tratava-se da redação de um documento conspiracionista que se configura num ato de golpe.

O que cabe reflexão, além do contexto de época, é a cronotopia de Júlio de Mesquita Filho no ano de 1962,⁴⁶² que é marcada, mais uma vez, pela concepção de crise. Crise a ser superada. Uma ameaça do comunismo, que o assolava quando o presidente João Goulart buscava se articular, mediante pressões sociais, para sancionar reformas de base.

Mesquita Filho esteve em confronto ideológico direto com Getúlio Vargas em todo o período que este esteve como chefe de Estado, a começar no Governo Provisório pós Revolução de 1930 até 1954, quando ocorreu o desaparecimento do presidente durante um mandato para o qual havia sido eleito pelo voto popular. Um inimigo político tão longo não foi meramente uma questão pessoal. Situava-se em um nível mais profundo, de visões de

⁴⁶¹ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. Ebook.

⁴⁶² Utilizo aqui o termo "cronotopia" em sentido ampliado, inspirado na noção bakhtiniana de articulação entre espaço e tempo em discursos narrativos, mas sobretudo em diálogo com o pensamento de Reinhart Koselleck, que elaborou uma teoria da experiência histórica a partir das categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

mundo e ontologias políticas. Getúlio, para além de ser o homem que comandou o Governo que enviou Júlio ao exílio por duas vezes, era a síntese de uma ideologia anti-liberal, contra a qual se insurgia a burguesia dirigente. Essa classe, organizada principalmente em torno do partido político UDN, possuía lobby de combate a Vargas e, em seguida, àquilo que dele sobreviveu – o espectro trabalhista e o getulismo, que foi amplamente absorvido pelas esquerdas do Brasil.

Quando Mesquita Filho se colocava ombreado ao golpismo crescente no início dos anos 1960, estava acompanhado de espectros que desde a década de 1920 e 1930 o rondavam. A memória do presidente que se matara estava projetada em Jango, caracterizado de maneira paradoxal: o herdeiro político de Getúlio – notável repressor de comunistas – estaria alinhado à URSS. Havia algo nesse quebra cabeça que não encaixava plenamente, mas o espírito da época permitia desfigurações conceituais. Abusando um pouco da linguagem conotativa, sugiro que Júlio invertia a premissa de um político do Império que afirmou que nada era mais “saquarema” (conservador) do que um “luzia” (liberal) no poder: cá, ele indica que nada era mais comunista do que um trabalhista no poder. Urgia a “revolução”. As minorias, os pobres e despossuídos, carecem de leis de coerção.

Ao interpretar a história da República através do signo da crise, destacado desde 1925 nas páginas de *A Crise Nacional*, a semântica que traduzia a imaginação política elegia os protagonistas da história. A classe dirigente figura como “por quem de direito” para efetuar os signos do esclarecimento nacional. A crise que atravessa os meandros da República reflete nas características fundamentais da personagem em tela. Júlio que já cumprira ou reivindicara o papel de ideólogo antes, incorporava mais uma vez o espírito das luzes.

O seu jornal era a principal fonte de prestígio, e ciente disso, se posicionou em face à “questão social” através da diluição de si mesmo enquanto indivíduo na forma de agente da imprensa. Para chegarmos ao “roteiro da Revolução”, é importante retomar a ação política do personagem em momentos diversos da sua atuação pública, como em intervenções com discursos, que muito revelam dos imperativos éticos, intelectuais e políticos que o guiavam.

A análise de um discurso se dá do ponto de vista externo e interno. A exterioridade diz respeito às condições históricas de possibilidade da sua emergência, das configurações econômicas, culturais, políticas, “em que relações de poder e de saber o autor daquele discurso está envolvido”. A análise interna toma o discurso não como expressão de um acontecimento exterior, de um evento que se dá no fora e que seria transmitido no pronunciamento. Não apenas como um testemunho sobre algo, mas como um evento em si,

que carece ser interrogado enquanto tal. Tomar um discurso como fonte para o trabalho implica mais do que simplesmente perguntar o que ele diz sobre o passado, que informações traz desse passado, mas perguntar como esse discurso foi produzido, em qual época, por quem, em que circunstâncias políticas e sociais.⁴⁶³

II

Estamos em 1948. Júlio de Mesquita Filho fora homenageado na Faculdade de Direito de São Paulo, ocasião na qual disse as palavras que estão transcritas em *Política e Cultura* (1969). O que discursara naquela noite de 24 de novembro refletia sobre a República, ou melhor, sobre a dissidência democrática que se afirmou perante a “crise” republicana. Afirma que a sua geração conheceu o mundo “numa época que o liberalismo imperava sem contraste e o socialismo não assumira ainda o feitio agressivo, totalitário e predador”.⁴⁶⁴ Referindo-se ao mundo europeu como o centro da civilização no mundo, aponta que após 1914 e o início da Primeira Guerra, o ideal “rousseauiano” que alentava a sua geração começou a ruir. O nascimento da alternativa ao liberalismo abala até mesmo a concepção de homem, pavimentando o caminho de uma posição pessimista e especialmente conservadora:

A pretexto de implantar a justiça social no mundo, a revolução russa eliminaria pura e simplesmente classes inteiras, e para provar a excelência das lucubrações de um profeta em delírio, determinaria o extermínio de trinta milhões de criaturas! Haveis de convir, senhores, que era o bastante para que começasse a vacilar em nós a crença nos ensinamentos do pensador ilustre (Rousseau).⁴⁶⁵

E anunciava a angústia pessimista, dando razão a Freud enquanto nomeava o tormento do homem ocidental, e a Spengler e Paul Valéry quando estes decretavam a decadência e ruína do ocidente. A angústia de Júlio, traduzida na fala para os jovens que o homenageavam

⁴⁶³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

⁴⁶⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 63.

⁴⁶⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 64.

na ocasião, era o prenúncio para um ato de exortação. Era o exercício doutrinário contido em tal ato, através de jovens elites intelectuais a prosseguirem o trabalho das anteriores. Dar o exemplo era o mote da fala: mesmo em tempos difíceis, de quedas na qualidade política da humanidade, quando o ponto de vista “rousseauniano” se torna impossível e o “freudiano” se afirmou, uma “linha de conduta” pode ser tomada para planejar a história.⁴⁶⁶

A restauração ética e moral das sociedades, segundo Mesquita Filho, era catalisada por atos individuais. O recurso à expressão “linha de conduta”, que retiro da fonte, mobiliza, ao mesmo tempo, uma orientação moral e um vetor temporal, compondo aquilo que Reinhart Koselleck denomina de “campos de experiência” projetados em “horizontes de expectativa”. A narrativa de Mesquita Filho traça um lugar e um tempo da formação liberal, na qual o passado atua como valor exemplificador e o futuro é esboçado como tarefa histórica das elites cultas.

Como não era novidade na trajetória de Mesquita Filho (tal qual esbocei no primeiro capítulo), a tradição da imprensa se dá na circunscrição da própria família. Júlio Mesquita, membro fundador do *Estado*, é a referência constante. Na ocasião supracitada, de homenagem, aproveitou o ensejo para colocar-se como um farol, que faz parte de uma comunidade histórica mais ampla:

[...] desde que me vi investido na honrosa, mas delicada missão de suceder a meu Pai na cadeira que antes havia sido ocupada por vultos da envergadura moral de um Rangel Pestana ou de uma Américo de Campos, nada mais fiz do que traçar-me uma linha de conduta que me permitisse manter as tradições do velho órgão no plano elevado em que elas sempre pairaram, desde os dias remotos da sua fundação.⁴⁶⁷

Esse caminho narrativo exprime a pavimentação para um caminho de legitimidade, uma reserva moral acumulada por gerações. A política é associada ao ofício do jornalismo, afirmando a impossibilidade de falar de um sem considerar o outro. O jornalista intelectual, estando em posição de dirigente, é especialmente privilegiado em termos de elaboração de interpretações, bem como de ações sobre o mundo. Explicita essa visão em forma de perguntas retóricas: “como falar da vida de um jornal e da ação desenvolvida por um

⁴⁶⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁴⁶⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 68.

jornalista, sem aludir à política? [...] Não será [a política] a elaboração da própria história?”.⁴⁶⁸

O Estado de São Paulo teria a história intimamente relacionada à política, que representou, historicamente, a democracia brasileira no momento de consolidação. A crise republicana era remanescente da fundação, e essa leitura histórica sugere liderança, encontrando na figura de Júlio Mesquita a síntese perfeita de jornalista e político de virtudes, ao qual o filho remetia nessa solenidade:

Júlio Mesquita fora o nome por todos indicado para chefiar esse punhado de republicanos a quem a Nação deve o não se ter extinguido jamais a chama democrática no Brasil. A clava poderosa que haveriam de brandir na luta sem descanso com que se haviam iniciado na vida política seria “O Estado de S. Paulo”.⁴⁶⁹

Essas filiações históricas são também familiares, por isso atávicas. É o circuito por onde passava a tradição de liberalismo que animava as posições filosóficas de Mesquita Filho, “raízes remotas do sistema de princípios que constituíram sempre a fonte em que se inspiraram quantos se têm sucedido na direção da Folha de Júlio Mesquita”. Eis as marcas do passado histórico que serviam de base as articulações políticas, como uma liga de tradição que dava contornos ao “espírito liberal”, já presente na ancestralidade.

Ao descrever a genealogia liberal através do pai e dos fundadores do jornal, Mesquita Filho não apenas alude à ancestralidade biográfica, mas elabora uma tecnologia de filiação simbólica. A ancestralidade torna-se uma forma de transmissão da autoridade e de inscrição temporal, operando como um “lugar de memória” no qual se condensam os valores da elite paulista.⁴⁷⁰

Não consistia, contudo, em uma ancestralidade recreativa, vazia de fins práticos. O caráter memorial do culto de antepassados passava, dentro do seu raciocínio, pela aliança estreita com a “ciência”, também designada por Mesquita Filho como “a religião dos povos brancos”.⁴⁷¹ O ideal científico se faz presente como aquilo que permite construir o *continuum* da história de maneira racional. Uma das expressões mais vivas do espírito científico na

⁴⁶⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 68, grifos meus.

⁴⁶⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 72.

⁴⁷⁰ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁴⁷¹ A afirmação de Mesquita Filho segundo a qual a ciência seria a “religião dos povos brancos” ecoa uma naturalização do progresso e da razão técnica como fundamentos civilizatórios. A ciência figura, aqui, como o lastro racional de um liberalismo historicista, fundado na crença de que o passado bem-sucedido pode ser replicado empiricamente no presente.

trajetória que reivindica é o liberalismo, cujo “*mot d'ordre*” (palavra de ordem) é a experimentação e, no limite, a experiência do passado. Nada mais adequado do que uma perspectiva científica para sublinhar e referendar um passadismo, uma celebração dos personagens idos, aos quais se filia.

O Liberalismo pretendido por Mesquita Filho era, dizia ele, de “incomparável nobreza” e de “eterna atualidade”. Declarava então se insurgir contra a “guerra de extermínio” que sofre “a mais bela das doutrinas” pelo que chama de totalitarismo de esquerda e de direita. Mais uma vez lançou à plateia de estudantes a seguinte pergunta retórica: “Na luta por uma justiça melhor, seria realmente o socialismo totalitário mais eficiente do que a doutrina que levou os Estados Unidos ao seu inimaginável bem-estar e à sua incomparável pujança?”.

472

O liberalismo é a menina dos olhos da personagem em tela. A negação da visão de mundo socialista é explicitada com mais firmeza quando tratou da “questão social”. A posição manifesta é de uma afirmação do capitalismo e do liberalismo como configuração ideal para a sociedade brasileira, alegando que na medida que estes são empíricos, sólidos, amparados na experiência bem sucedida de nações inteiras, o socialismo por outro lado seria apriorista, “uma miragem falaz” do marxismo.

Ao concluir essa intervenção, apela para o espírito coletivo que a própria fala engrenava. O objetivo de converter em transcendente aquilo que falava é capturado no seguinte trecho:

Disse-vos eu, senhores, que recebia cheio de comovida gratidão os vossos aplausos, sem, entretanto, iludir-me acerca do que na realidade querem dizer. Disse-vos que me não pertencem, pois sei que visam mais alto, muito mais alto. Há neles, de toda evidência, mais que a aprovação de uma conduta individual: a afirmação de um sistema de princípios. Equivocar-me-ia se afirmasse que é por comungardes comigo no mesmo entusiasmo e na mesma confiança no liberalismo que aqui viestes, que aqui se acham líderes de quase todas as correntes em que se subdivide a opinião pública de Piratininga?.

473

Conclui essa fala de 1948 com um apelo ao espírito “paulista”, apresentando este como o sinônimo de democracia. O tom, entretanto, é personalista e remete ao mundo dos clãs familiares e aristocratas, a visão particular dessa anunciada democracia liberal a ser defendida. Recordemos que dois anos antes havia publicado os *Ensaio Sul-Americanos*,

⁴⁷² MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 64.

⁴⁷³ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 74.

estando, portanto, com a abordagem nativista em dias, alicerçada com profundidade nas fundações antigas de Piratininga.

Passamos ao ano seguinte. Em 1949, o liberalismo voltaria a ser tema central de mais uma conferência pública feita na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A recorrência da presença de Mesquita Filho nas solenidades é o reflexo direto do prestígio que gozava perante a universidade que ajudara a fundar, revelando mais uma vez a relação de continuidade entre o sujeito individual e a instituição.

Intitulou a intervenção de “contribuição brasileira ao espírito liberal”, e era feita a pretexto de Rui Barbosa, cujo centenário de nascimento motivava a efeméride. O celebrante aproveitava a ocasião para sublinhar as virtudes do liberalismo, com uma ode romântica e situando-o como a realização máxima do Espírito. Em contraste, voltava-se às formas políticas iliberais como a síntese dos vícios. O passado era objeto de disputa, especialmente os significados da República. A imaginação política, o porvir, é igualmente disputado. A modernidade que encarna através do culto ao espírito liberal é romântica e personalista, no elogio a Barbosa e ao que o “águia de Haia” produzira de contribuição ao liberalismo brasileiro no concerto das nações.

Recordemos como Júlio ilustrou mais de uma vez a forma que compreendia a história e a condição humana como um conflito entre Rousseau e Freud, decidindo a certa altura por este último e passando a compreender filosoficamente o indivíduo como o império das pulsões. Nessa dimensão, um conservador pessimista, mas que admitia a existência de personagens que encarnavam positivamente as virtudes éticas e políticas.

O liberalismo que expunha carregava na sua historicidade, ainda a esta altura, tons semelhantes àqueles que elogiava na década de 1920. Como em *A Crise Nacional*, de 1925 (analisada no primeiro capítulo), a narrativa da crise permanece quando da exposição de 1949. A dimensão pessimista cede, mais uma vez, para a exortação à intervenção de elites virtuosas. Era a estas classes dirigentes que se voltava quando dizia:

[...] Conheço suficientemente a nossa história para, diante do que já realizamos, não duvidar de que longe, muito longe iremos no caminho que traçamos. As dificuldades que temos encontrado na realização dos nossos destinos, as vicissitudes de toda sorte que vimos deparando, sobretudo desde que a Revolução de 89 pretendeu acelerar o ritmo da democratização do País, jamais me pareceram de molde a justificar a descrença no porvir da nacionalidade.⁴⁷⁴

⁴⁷⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Contribuição brasileira ao espírito liberal. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 75.

E a esse prelúdio que afirma o “apesar de tudo”, segue a inferência do signo da crise que marcou o pensamento [de Mesquita Filho] com tanta constância. A temporalidade era explicitamente projetiva. Tratou a seguir do que a classe dirigente teria de enfrentar, sem esmorecer, para que outros capítulos da história não se desdobrassem no futuro à revelia do planejamento daqueles “legítimos”:

Não desconheço a extensão e a delicadeza da crise moral que neste instante nos assoberba. Mas se não a nego, conheço-lhes as causas. Sei que é o reflexo, primeiro, de uma *crise de valores* que assoberba a humanidade toda; e, em seguida, o efeito imediato de quinze anos de uma ditadura sem raízes nas nossas tradições e sem exemplo na nossa história.⁴⁷⁵

A crise era creditada ao espírito da época, mas também ao governo prolongado de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. Quando refletira sobre a *crise* em 1925, não havia o antagonista Vargas para estabelecer o contraponto. Desta feita, contudo, o *Estado Novo* se acrescentava ao mote de crítica que esboçava. Falava de gerações, e conta o próprio contato que, juventude, tivera com Rui Barbosa. Tal contato, conta ele, teria o colocado “sem o querer” como “protagonista de primeiro plano”.

Alguns anos mais tarde, quando deu depoimento sobre o envolvimento com personagens da Coluna Prestes, como Siqueira Campos, também se colocou em posição de protagonista (*Memórias de um revolucionário*, 1954), evidenciando a recorrência das participações alegadas em eventos notáveis. Nesta ocasião em que relatava memórias aos jovens da Faculdade de Direito, Júlio referia-se a um convite da parte de Rui Barbosa, quando aquele tinha por volta de vinte e cinco anos, para compor a comitiva para a conferência em Versalhes. Conta também como teve um frêmito de orgulho público por tal ocorrido, durante um baile, e que essa manifestação de contentamento teria motivado um gesto desdenhoso do embaixador norte-americano, Edwin Morgan.

A este ocorrido, que narrava à audiência universitária, Mesquita Filho teria reagido com melindre. Negaceando com firmeza aquilo que sugeria o embaixador – que Rui Barbosa era uma relíquia do passado – teria redarguido que esse passado era o melhor que o Brasil possuía de quadros políticos e de herança intelectual. A narrativa única possibilitava a conexão daqueles presentes na USP em 1949 com Rui Barbosa, em uma espécie de rito que, para usar a expressão de Walter Benjamin, criava um “encontro de gerações”.

⁴⁷⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. Contribuição brasileira ao espírito liberal. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 75-76.

E Júlio de Mesquita Filho, além de membro fundador daquela universidade, era o demiurgo que conectava as dimensões da política, do liberalismo e do mundo intelectual. A engenhosa costura estava marcada pela mobilização de prestígio pessoal. Como elo de corrente que construía uma passagem para o espírito, conectava o melhor do passado, sintetizado em Barbosa, e promovendo a ligação com novas elites. Isso seria parte do passado que prometia um grande futuro, referido anos mais tarde, por ocasião das conspirações de 1962.

Afirmção da virtude e da transmissão de vontades e valores geracionais se faz notar como signos da crise marcava a crítica. A tal crise, apenas o passado de determinados personagens liberais, cultos e incorruptíveis, poderia se opor, como se verifica no seguinte trecho:

Disse-vos eu ao iniciar esta breve palestra nunca haver duvidado dos destinos desta nossa imensa, desta nossa incomparável Pátria. Na realidade, como duvidar de uma terra que conta entre os seus filhos um Rui Barbosa e uma juventude como vós, capaz de compreendê-lo e glorificá-lo?⁴⁷⁶

A conclusão do discurso captura bem o tipo de mensagem que buscava transmitir: a reafirmação da excepcionalidade histórica da elite paulista, articulada à produção de uma moral política forjada na figura de personagens exemplares, como Rui Barbosa, e no vínculo afetivo com a juventude universitária. À recorrência do diagnóstico de crise – agora também ancorado no antagonismo ao legado varguista – opunha-se a promessa de redenção conduzida por uma elite esclarecida e moralmente superior. Nesse gesto, Júlio de Mesquita Filho reafirmava o lugar de sua geração como portadora legítima do espírito liberal, e o da nova como herdeira de uma vocação histórica que, embora ameaçada, persistia como destino nacional.

E chegamos, então, a mais uma intervenção pública. Estamos em dezembro de 1954. Tal como nas ocasiões que relatei anteriormente, mobiliza o vocabulário geracional, doutrinário, professoral, *autorizado*. Tratava de um discurso como paraninfo do Liceu Pasteur, para os formandos no curso ginásial. Agradecendo ao convite, destaca a afinidade “de sentir e pensar” que os ouvintes tinham com ele mesmo. Destaca que a audiência deveria se interessar pela “missão de auscultar os anseios da nacionalidade”.⁴⁷⁷ Tal introdução já permite inferir a

⁴⁷⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. Contribuição brasileira ao espírito liberal. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 84.

⁴⁷⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 86.

missão autoatribuída de levar testemunho de perspectivas políticas e culturais a jovens em formação: “obedecer a uma determinação imperativa”.

A exposição prossegue, como de costume nos discursos de Júlio, com a percepção das múltiplas crises que assolariam então a República:

[...] não desconhecemos o que em nossa história possa levar ao ceticismo, a frágil contextura da comunhão nacional, as precárias condições de uma sociedade formada por elementos heterogêneos e díspares, onde se misturam, em proporções avultadas, populações de origens étnicas diferentes, de mentalidade quase sempre antagônica e cujo contato, longe de ser favorável a umas e outras, provoca, ao contrário, a degeneração psíquica de todas elas. Esse aspecto da nacionalidade, diante do qual poucos costumam deter-se, é o que explica a instabilidade político-social que se vem desenvolvendo, desde os seus primórdios, a vida republicana. A essa infra-estrutura inconsistente e ainda no período primário de miscigenação é que se pode atribuir a destruição da Monarquia e a irrupção, pela primeira vez na nossa história, dos pruridos caudilhescos de Deodoro e Floriano.⁴⁷⁸

A longa citação acima se justifica perante a síntese do argumento de Mesquita Filho que, naquele ano de 1954, ecoava as palavras que quase três décadas antes havia enunciado em *A Crise Nacional*, cujo manifesto situava em torno questões raciais o pecado original da República brasileira. A instabilidade latente que então constata para os jovens formandos está ligada ao passado, no *continuum* histórico brasileiro, presentificada permanentemente como mal de origem.

A perspectiva filosófica que dava suporte a esse raciocínio era a teodiceia brasileira, cujos personagens positivos de períodos variados são repetidos *ad nauseam*: Pedro II, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, e “sobretudo Rui Barbosa”.⁴⁷⁹ A data de 15 de novembro de 1989 figura como o evento fundador do “nivelamento por baixo”, permeado de “aventuras de baixa demagogia que até agora nos achamos de mergulhados”. O processo histórico explodia no presente. Urgia efetuar a divulgação dessa tese em toda oportunidade de fala.

A geração e a tradição intelectual à qual Júlio se conectava foi formada nas primeiras décadas do século XX, teve a ideia de “crise” como uma das questões fundamentais. Muitos estudos historiográficos, como a tese de Fernando Nicolazzi sobre o pensamento de Gilberto

⁴⁷⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 88.

⁴⁷⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 88.

Freyre, já apontam nessa direção (ver Capítulo 3).⁴⁸⁰ Nessa perspectiva, para engrenar historicamente as produções de Mesquita Filho de modo a encontrar alguma lógica entre as semelhanças e diferenças das articulações que produziu, cabe atenção à temporalidade que a fonte buscou esboçar narrativamente. Em outras palavras, toda a argumentação esboçada por Júlio de Mesquita Filho, se configura articulando um tempo homogêneo em crise, na mesma medida que sinaliza interesses. A intenção política está presente, não sendo forçoso mesmo afirmar que ocupa lugar central.

Nicolazzi mostra como os ensaístas da primeira metade do século XX, encarnavam um discurso nacional cujo intento era organizar as temporalidades. Euclides da Cunha foi um dos representantes mais paradigmáticos dessa característica. O princípio da interpretação histórica se difere. Para Euclides, foi a terra. Para Freyre, ao casa-grande. Para Mesquita Filho, como vimos, foi o bandeirismo e os personagens que afinavam com essa interpretação. A autópsia é um procedimento discursivo presente em *Os Sertões*.⁴⁸¹ Em Mesquita Filho, isso também é presente. Como o tempo republicano estava em crise pelo menos desde 1925, as reorientações temporais eram urgentes para o jornalista. Na essência do passado, estava a resposta para essa aporia.

Ainda sobre o tempo da crise, o comentário sobre “a frágil contextura nacional” e a ausência de harmonia étnica põe em evidência a vontade e a imaginação política. Em termos simples: há caos, carece ordem. Em nome de quem essa ordem deve vir? A representação era parte indispensável para a ação. Os jovens, sejam ginásiais, universitários, deveriam estar a par disso, com a intuição que lhes era natural e a experiência compartilhada por homens como Júlio.

A cronotopia esboçada nesses rituais de retórica parece ser intuitiva, fruto de um construto teórico, misturado com a experiência vivida. Vinha incluída a identificação de classe. O Liceu Pasteur, por exemplo, era um centro de formação franco-brasileiro para notáveis, de acesso exclusivo para as elites econômicas. O tipo de fala solene tinha a forma e conteúdo voltado para a formação de excelência, que implicava a formação de uma consciência histórica específica. Naquela ocasião, Júlio era apresentado como um personagem histórico fundamental, que enfrentara os sortilégios de uma vida engajada, portador de

⁴⁸⁰ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁴⁸¹ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 182.

experiência. A visão da história brasileira transmitida era a narrativa prestigiosa, disposta a refletir sobre as origens da crise, mas também afirmar os focos de virtude.

Os personagens virtuosos desse depoimento se distribuíam na época do Império, a principiar pela herança portuguesa, através da presença de D. João VI, responsável pela unidade nacional. Ainda naquele tempo histórico distante, o papel da elite branca ilustrada era pensado pelo arguidor como fundamental. A lógica de passadismo crescente se esboça, configurando as forças que permitiram a manutenção da grandeza do Brasil e a sua coesão, bem como as ameaças de dissolução que viriam daí:

Não ignorais os riscos a que se viu sujeito o Brasil, o estado de indisciplina em que a partida do primeiro imperador mergulhara o País, a desordem campeando nos quartéis e a arruaça na praça pública. Corria os mais graves riscos a unidade territorial. Ausente Pedro I, a acefalia governamental mal poderia conter a exaltação dos inconscientes. [...] Pois bem, senhores, a nação compreenderia a extraordinária delicadeza do lance que se jogava. *Enquadrada por uma sólida elite, ela se recusaria a integrar-se na desordem sul-americana.*⁴⁸²

O tom grave do honorável narrador traduzia a missão das elites, responsáveis em exercer a excepcionalidade em comandar “o povo”, aquele que, próximo ao que introduzi através de Giorgio Agamben na parte inicial do presente trabalho, está destituído da vida política. A estes, os Outros, resta a vida nua do conformismo sem alternativa, ou a arruaça sem nome, insólita, cujo destino é ser violentamente encerrada na cadeia pública. João Ubaldo Ribeiro nos fornece, em sua literatura, uma imagem vívida daquilo que representa essas histórias heroicas de elites, constantemente recitadas em sequências geracionais: “O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, apenas histórias”.⁴⁸³

O Exemplo é imagem fulgurante da pedagogia da história *Magistra vitae* (Mestra da Vida). Essa ideia sólida que caracterizou o regime de historicidade antigo, atravessa os umbrais da modernidade, deslocada, ampliada, temporalizada. Pensar os conceitos como de crise e de elite nos permite entrar em sintonia com as experiências de tempo nas quais ganharam estes significados apontados por Mesquita Filho e mobilizaram o tecido político-social.

Como discutido anteriormente através da análise de *Ensaio Sul-Americanos*, uma Filosofia da História à brasileira foi formulada por Júlio, ainda que de maneira embrionária. Foi através da Filosofia da história, cujos primeiros formigamentos se deram ainda

⁴⁸² MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 89.

⁴⁸³ RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

silenciosamente, sob o absolutismo, que a “nossa modernidade” começa a ser desenhada em seu conteúdo de ideias. Tratava-se, novamente, de uma “consciência de tempo e de futuro que se nutre de uma ousada combinação de política e profecia”,⁴⁸⁴ e a filosofia do progresso ganhou matizes emprestados do prognóstico racional e outros advindos da teleologia salvacionista. Era de salvacionismo e de profecia que o jornalista tratava. E propunha, através disso, modelos de governança.

O filósofo da História quer acelerar a chegada do futuro melhor, que agora estaria no reino dos homens. Antes da técnica permitir um campo de experiência, isto é, de vivências que fosse apropriado à aceleração da história, o pensamento em torno do planejamento temporal já germinara. Quando remete ao império brasileiro, Júlio de Mesquita Filho exerce um esforço de imaginação política retrospectiva, operado por meio de determinado formato de revolução regressiva. A força das tradições se mantém ativa em muitos pontos, como demonstrou Reinhart Koselleck.

Os prognósticos racionalistas miram a revolução de 1789, e Diderot encontrou o futuro em aberto no pós-revolução. Quando Napoleão assumiu, pegou o quadro de Altdorfer e o colocou em seu quarto de banho. Koselleck avalia que Napoleão se via em Alexandre, o Grande, na longa narrativa ocidental, mesmo que temporalizada. Assim como a missão histórica de salvar o sacro Império Romano ressurgiu – embora empalidecido – na figura de Napoleão, Império Português também concorre para compor a imagem daquilo que deveria ser a “revolução” brasileira.⁴⁸⁵ A Europa e o mundo europeizado, o celebrado centro do mundo, é a eterna referência do “atraso” brasileiro.

A propósito disso, o Segundo Reinado, cuja afinidade já fora demonstrada em *A Crise Nacional*, Júlio resume os méritos do período e reforça o panteão:

[...] é admirável e nos leva a pensar em qualidades capazes de conduzir-nos aos mais altos destinos. De resto, tendes no Segundo Império os frutos de tão profunda sabedoria. Seriam cinquenta anos de ascensão ininterrupta. O Brasil não cessa de crescer. Toda uma plêiade de estadistas faz de nossa terra uma nação sem igual entre nossas irmãs do continente. Aí estão eles formando entre os grandes da nacionalidade. D. Pedro II e o Marquês do Paraná, Marquês de S. Vicente e Paulino de Sousa, e sobretudo esse grande soldado que se tornaria o condestável da Constituição Imperial e que, por duas vezes levaria a Nação em armas aos campos da vitória. É o

⁴⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica aos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006. p. 37.

⁴⁸⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica aos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006. p. 37.

consolidador das instituições, o vencedor de Caceros e dos Chacos paraguaios: o Duque de Caxias.⁴⁸⁶

O excerto acima informa sobre a visão de história que o anima. O liberalismo que reivindicava estava conciliado com a fórmula imperial brasileira, da contenção de focos populares, e da contemporização implícita com a escravidão. Os personagens de predileção são membros da corte e o príncipe europeu. A crítica feita à República se aprofunda quando todos os significativos quadros da “política e da cultura” – como sugere o título do livro que enfeixa esses escritos – estão no enterrados no passado. E sobre esses personagens citados com devoção, cabe comentário especial sobre Caxias, a figura exemplar de homem de armas.

O elogio ao Duque de Caxias está enquadrado na visão positiva que Mesquita Filho apresentou sobre a Guerra do Paraguai, relatada em um dos ensaios contidos nos *Ensaio Sul-Americanos*. Caxias fora protagonista nesse capítulo da história caro a Júlio, e aparece como a figura de ideal de militar: “a lealdade era seu lema”. Em 1954, via no militar um tipo de salvaguarda contra o que considerava arbítrio, bem como o que chama de “elites”. Essa perspectiva fica evidente nesse trecho do discurso:

Sempre nos sentimos inclinados a ver no verdadeiro militar o tipo acabado de estadista. *E qual é, na verdade, a função de ambos, se não manobrar grandes massas?* Recordando muitas vezes a vida de um Clemenceau ou de um Churchill, não nos parecia absurdo considera-los da mesma família de um Frederico ou de um Cromwell. [...] Caxias desapareceu sem deixar discípulos. Das elites de outrora perdemos a memória. Quem, na verdade, se recordaria hoje, *sob as ruínas da República*, de que já possuímos um José Bonifácio, um Pereira de Vasconcelos, um Feijó?.⁴⁸⁷

No primeiro grifo, localizo a exaltação do militar como o sinônimo de chefe de estado, segundo o raciocínio em tela. No passado a que se referia, existia esse personagem a conter as antigas crises. O presente – conforme os grifos seguintes – se encontrava em ruínas, carente de lideranças. O apelo às forças armadas não demoraria muito a aparecer, explicitamente, pela pena de Mesquita Filho.

Um amigo da lógica formal poderia indagar como pensamentos aparentemente tão antagônicos poderiam partir do mesmo sujeito. Os raciocínios que aliam militarismo e civilismo, Império e República, no entanto, não são meras incoerências ou esquizofrenias cognitivas. Se tratam de ideias perfeitamente encaixadas na configuração da visão de mundo

⁴⁸⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 90.

⁴⁸⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 91.

que, para fazer referência a Maria Sylvia Carvalho Franco,⁴⁸⁸ estão no lugar em que foram elaboradas para estar. O que explica essa aparente assimetria não são anomalias e exceções, mas a regra do pensamento circulante que, em 1964, tornaria possível a instauração do regime autoritário.

Como acompanhamos ao longo do primeiro capítulo da presente tese, o passadismo defendido em *A Crise Nacional* coloca o liberalismo confortavelmente ajustado no Brasil escravocrata que formara a tradição familiar de Júlio. O militarismo, no caso da República, seria algum impedimento ao liberalismo anunciado pela boa nova moderna e científica? Afinal, se trata de uma nação cuja única escolha civil dos “30%” aptos a governar seria o domínio coercitivo das massas “acéfalas”, “místicas”, “caudilhas”, “bárbaras”.

A palavra de ordem no Brasil seria a da hierarquia firme e bem definida por homens de pensamento racional, de inspiração europeia – enfim, heróis civilizadores. As elites de outrora estiveram com o Duque de Caxias, e ele lhes fora leal. As elites da República, com a qual Mesquita Filho se identificava diretamente, deviam realizar alianças leais com o mundo militar, para conter finalmente a crise que “o caudilho de São Borja” instaurara sobre a nação desde 1930.

Conforme a tradição do “venerável clã dos Mesquitas” (Paulo Sérgio Pinheiro utilizou essa expressão para se referir à família Mesquita, situada no lugar agrário e também urbano, como cafeicultores e dirigentes de veículo da imprensa. Utilizo como um ponto de conexão com os debates levantados no primeiro capítulo sobre a noção de “destino” que parece se insurgir no seio da autoconsciência de Mesquita Filho),⁴⁸⁹ a ideia de revolução torna-se histórica em momentos distintos, a partir da imaginação política. Na soleira da década de 1960, a “revolução” que o notável jornalista concebia estava em consonância com a visão que tinha da “questão social”.

A “Revolução de 1930” havia sido um fracasso quando as rédeas mais significativas dos poderes da República foram, na compreensão que esboçou em “Memórias de um revolucionário”, usurpadas. A recuperação do direito à tutela passava por complexos circuitos de pensamento, geopolíticos, bem como pelo atavismo personalista que recita os recorrentes e espectrais personagens do passado.

⁴⁸⁸ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 17, p. 30–53, 1993.

⁴⁸⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

Os discursos cujos trechos acompanhamos são monumentos elaborados pelo espírito tutelar de Júlio de Mesquita Filho. Solenidades que o honram no seio de instituições notáveis – sendo que, uma delas, ele mesmo tomou parte ativa na fundação. Interrogados como busca de produção do passado e situando o uso político potencial aí contido. E voltamos a 1948, na universidade de São Paulo, quando as suas palavras derramam comoção através das páginas nas quais anotou o discurso:

[...] conheço suficientemente as minhas falhas. A minha natureza áspera e rude, o meu temperamento extremado, a facilidade com que transformo ideias em paixões, para me não enganar sobre o verdadeiro significado de vossos aplausos e de vossa solidariedade. [...] Nesta magnífica manifestação de vontade coletiva, posso representar as aspirações de um grupo, e, sobretudo, uma instituição em torno da qual uma fração ponderável da opinião pública brasileira se habituou a reunir-se para a defesa dos mesmos ideais. Essa instituição, vós todos a conheceis, é “O Estado de S. Paulo”: a ele os vossos aplausos.⁴⁹⁰

O individual com aspiração coletiva e o jornal que dirigia como uma plataforma de representação. Os termos utilizados nesse trecho são reveladores dessa autoconsciência, de que em detrimento de temperamento áspero da personagem que fala, este encarna o vetor histórico, racional, do jornal *O Estado de São Paulo*. Os estudos de Maria Helena Capelato sobre o referido jornal, já enfatizados nesse trabalho, mostram como o matutino encarnou a tarefa “coletiva” (leia-se, de uma classe em particular) de acalentar a ideologia liberal, como os *arautos do liberalismo*.

O percurso argumentativo aqui delineado vem apresentando como Júlio de Mesquita Filho articula, em sua visão de mundo, uma temporalidade regressiva que se projeta como elaboração de futuro. Seu liberalismo, longe de significar abertura democrática, ajusta-se à tradição oligárquica, à autoridade militar e à memória idealizada do Império como forma de contenção das massas e de preservação de hierarquias. Ao mesmo tempo, sua crítica à República e à suposta ausência de lideranças expressa a nostalgia por elites fundadoras e por um Estado ordenado por valores eurocêntricos. Desse modo, a figura de Caxias, o elogio à Guerra do Paraguai, a evocação do Segundo Reinado e a defesa da imprensa como instituição histórica revelam-se peças de uma mesma engrenagem ideológica: a da tutela liberal-autoritária, que busca restabelecer a ordem mediante o uso legítimo da força, orientada por uma racionalidade de classe. O mote fundamental é converter-se em razão de Estado.

⁴⁹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Manifestação de solidariedade humana. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 67-68.

Lugar social de pertencimento, trajetória intelectual, atitudes políticas, adesões históricas, uma constelação de valores associados à “civilização”: são estas as principais variáveis que permeavam Júlio nessa fase de atuação, e imprimiu na agência e imaginação política.

A antropóloga Maria Sylvia Carvalho Franco realizou a análise do liberalismo na sua dimensão ontológica, e para tanto, questiona a fórmula ideológica que viceja no texto original de Locke. Partindo de Habermas, mostra que a casca aristotélica do pensamento de John Locke é recheada pelo núcleo burguês que o compõe substancialmente. Para os estudos da ideologia liberal no jornal *O Estado de São Paulo*, Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato buscaram o auxílio da estudiosa acima mencionada para algumas definições, e por meu turno, discorro com uma breve revisita teórica para fixar o argumento.

O liberalismo tem sido utilizado como apanágio da democracia, e a crítica ao caráter classista do sistema de pensamento liberal tem sido recorrentemente interditado em favor da associação entre liberdade e o paradigma em questão. A tradição moderna ocidental, segundo Maria Sylvia Carvalho Franco, costuma apresentar como “impurezas” do liberalismo aqueles aspectos que permite contemporizar com a barbárie. A autora argumenta que na verdade o que ocorre é justamente o contrário, e aqueles que gozam da “igualdade” e da “liberdade” estão em lugares sociais – e de classe – específicos. Por isso “vale a pena retomar as cautelas sobre a imaginada inspiração democrática contida nos clássicos liberais”.⁴⁹¹

Macpherson, cuja abordagem do liberalismo clássico Maria Sylvia toma como ponto de partida para a própria análise, indagou o porquê de, no pensamento de Locke, a racionalidade ser um atributo assimétrico entre os homens. Esse problema já é possível de situar em acordo com o pensamento de Júlio de Mesquita Filho, que como esboçado nos seus comentários sobre liberalismo, muitas das posições de classe estão explícitas. Coincidentemente, a “crise” se instala no Brasil quando os ruídos de populações mais amplas começam a se fazer ouvir na República, e quando parcelas não-brancas buscam a afirmação política, verbalizando suas intenções como cidadãos. O mesmo ocorre em relação à região, situando a antropologia em contato direto e não redutível à geografia. O comentário de Sylvia Franco concorre para esclarecer esse fundamento, ou melhor, para colocar o problema da contradição liberal em seu corte de exclusão.

⁴⁹¹ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 17, p. 30–53, 1993. Acesso em: 9 abr. 2025. p. 33.

[...] (Segundo o pensamento lockeano) os homens *ao mesmo tempo são e não são livres*, racionais, equivalentes; as instituições sociais e econômicas *ao mesmo tempo são e não são* o elemento nivelado, equitativo, estável, que sustenta os indivíduos. [Assim] [...] O pensamento liberal se regenera no ardil de produzir e reconciliar esses impossíveis. Propõe os universais que o configuram – racionalidade, igualdade, liberdade, justiça – e traz em si a negação desses termos, tendo o poder de manter-se justamente por força dessas antinomias.⁴⁹²

Os humanos contemplados pelo racionalismo são, segundo esse pensamento, apenas uma elite. Júlio de Mesquita Filho deixou isso evidente em muitos discursos, e isso fazia parte do mundo dos valores arraigados ao longo de duração significativa. O liberalismo se configura dessa maneira não por alguma idiosincrasia pessoal ou singularidade absoluta da *persona*, mas pela própria característica da filiação de classe, no *ethos* histórico do grupo que afirmava representar. Tal representação se dava, também, através do jornal *O Estado de São Paulo*. A classe trabalhadora não participa do processo político, pelo menos não com o mesmo vigor que as classes dirigentes que deviam herdar a tocha dos personagens recorrentes do passado. Como legítimos “intérpretes das luzes”⁴⁹³, os representantes da burguesia paulista tinham interesses particulares que se convertiam em públicos, e não por mero bovarismo, mas por senso de missão histórica autoatribuída.

As configurações históricas da própria “revolução burguesa” brasileira não são insignificantes nesse processo. Ela se torna uma aporia, na medida em que não foi realizada de acordo com a imagem do pensamento que refletia as versões europeias. A intervenção armada contra o governo constituído ganhava contornos de urgência no início dos anos 60, e Revolução de fato era o termo que deveria utilizar, considerando a definição de que consiste em “transformação total das sociedades humanas, possível de ser viabilizada apenas pela violência política, através das armas”.⁴⁹⁴

Existe uma determinada antropologia que Mesquita Filho adota, uma forma de compreender o homem livre e politicamente apto. Garante a “naturalidade da classe”, ou, dito de outra forma, o privilégio que se naturaliza por motivos de devir histórico tão distante quanto a memória poderia alcançar (como vimos, os bandeirantes para Mesquita Filho eram os patenteadores de uma política brasileira democrática *avant-garde*). Não é possível afirmar,

⁴⁹² FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 17, p. 30–53, 1993. Acesso em: 9 abr. 2025. p. 33.

⁴⁹³ CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

⁴⁹⁴ ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília; São Paulo: Ática; Universidade de Brasília, 1988. p. 28.

diante dessas contradições postas, uma simples ambiguidade de pensamento que torna Júlio uma espécie de esquizofrênico à maneira de *O médico e o monstro*,⁴⁹⁵ que durante o domínio solar é um racionalista liberal e esclarecido, e noturnamente se converte num regressivo, tradicionalista e nativista, prestes a apoiar golpes autoritários. A vontade de verdade que se apresenta é menos tautológica e dualista, e a imaginação política se apresenta, ao modo de João Guimarães Rosa, num “mundo muito misturado”. Uma dessas misturas é o passado vigente nas formas de cada presente, conforme discuti no primeiro capítulo.

As tendências autoritárias que se manifestam nas intervenções do personagem é um esforço de conserto da nação. O pensamento pretensamente puro, conceitualmente definido, é sempre uma ficção de aspiração universalista. Quando escreveu o “roteiro da revolução”, o diretor do jornal *O Estado de São Paulo* estava plenamente seguro das convicções e valores, de tal modo que não hesitaria em publicar logo após a consolidação da “revolução” planejada.

O liberalismo enquanto conceito mobilizado nessas circunstâncias de defesa passadista evidencia o que diz Foucault, a propósito de G. Canguilhem, que a história de um conceito não é a história da sua progressão racionalista, “de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração”.⁴⁹⁶ De fato, as condições de possibilidades de emergência de um discurso se produzem dentro de determinadas regras de enunciação, e é particularmente interessante a presença de Mesquita Filho nesses espaços de prestígio que, ao longo da sua trajetória, agiu para produzir. A materialidade dos seus discursos na USP reflete, no fim das contas, a inserção do pensamento no seio das regras de produção e de legitimação. A reivindicação de ciência “experimentalista” que oxigena o liberalismo, a empiria transcendente que o dota de status autoevidente, reflete o viés de autoridade que atravessa o discurso da modernidade.

A tensão entre ciência e política remonta aos experimentos de Robert Boyle e às formulações de Thomas Hobbes sobre a razão de Estado. Para Hobbes, o saber devia estar subordinado ao poder político. Para Boyle, a ciência deveria gozar de independência. Mas o empirismo de Boyle, longe de ser neutro, ambicionava tornar-se ele próprio um poder – e, nesse movimento, transmutar-se em autoridade. A ciência experimental, ao vestir-se de neutralidade, pode operar como um discurso normativo, que reduz a complexidade da vida

⁴⁹⁵ STEVENSON, Robert Louis. *O médico e o monstro*. 1. ed. São Paulo: Principis, 2019.

⁴⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

humana àquilo que se pode quantificar. É nesse terreno que se inscreve o pensamento de Júlio de Mesquita Filho: um liberalismo científico que busca hegemonia sob a aparência empírica.

Essas tensões, por vezes recobertas por um verniz universalista, compõem o cerne da imaginação política de Júlio, que soube atualizar o ideário liberal em sintonia com os dilemas históricos da burguesia brasileira. O discurso em que liberdade, razão e progresso se entrelaçam à exclusão estrutural, ao privilégio de classe e ao autoritarismo tutelar revela, mais do que uma contradição individual, a consistência de um projeto histórico-social. Não há aí simples incoerência, mas uma racionalidade própria de classe que se expressa, entre outros meios, pela ação política e pela imprensa.

Ao escrever *O roteiro da revolução*, a ser discutido no próximo tópico, Mesquita Filho não se aparta de sua trajetória anterior; pelo contrário, reinscreve e busca nela os traços de um liberalismo excludente, que ao vislumbrar a perda do controle social e simbólico sobre o país, investe na urgência de uma ruptura planejada, dirigida e armada. Seria o itinerário único, em seu horizonte, capaz de restaurar a ordem idealizada, através da celebração da tradição. O texto, escrito à luz diáfana de um mundo que ameaçava ruir, revela a permanência da esperança tutelar: a de que elites esclarecidas, guiadas pelo sentido de missão histórica, pudessem novamente restaurar e conduzir os rumos da nação.

Até aqui, lidamos com as ideias-chave que mobilizaram Mesquita Filho nos discursos que acompanhamos, em circunstâncias públicas, angariando prestígio e autoridade. A “autoconsciência burguesa” se forma ao longo de uma trajetória de vida que se articula através de redes de prestígio, por herança – lidos como destino – e transmitidos como missão e legado. O lugar social da enunciação é particularista, mas amplificada na caixa de ressonância dos templos de saber, soa como a obra iluminada de uma classe universal com direito a tutela. A ideologia formulada se efetua através da reivindicação da autoridade que trama o futuro e a própria história. Isso é justificado pelos próprios saberes perante a heteronomia daqueles que permanecem na *menoridade*, para usar o termo elaborado por Kant no período revolucionário da França que tanto admirava.⁴⁹⁷

⁴⁹⁷ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento? In: BOBBIO, Norberto (Org.). **Os clássicos da política: de Maquiavel a nossos dias**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. v. 1, p. 91–101.

4.2 Tutela liberal para uma utopia golpista

Na condição de autor, o intelectual burguês acreditava ser também criador de autoridade.

(Reinhart Koselleck, *Crítica e Crise*, p. 160).

A utopia é sacralizada pela filosofia burguesa da história, conforme demonstrou Reinhart Koselleck em diversos textos. A mesma utopia que tomou uma grande proporção ideológica e penetrou o mundo sem conhecer fronteiras. Júlio de Mesquita Filho, ao formular uma Filosofia da História ao seu modo, pretendeu inserir a tradição histórica do bandeirantismo, à qual se julgava pertencente, num relato de modernidade ocidental que se difere da modernidade “clássica”.

Se a sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo, e buscava mergulhar o antigo em negação e ruínas, no mundo exógeno à Europa, as contradições se aprofundavam de acordo com a perspectiva de falta. Para Mesquita Filho, faltava a realização da modernidade brasileira, mas ela não vinha sempre da ruptura – tal qual Koselleck apontou ser o caso da Europa – mas da afirmação da tradição e do mito. O liberalismo mais pleno que havia se realizado, tinha se dado no Império regido por Pedro II.

O presente tópico se aproxima do final da tese. Tem como proposta, recapitular aspectos da vida do homem que buscou interpretar um Brasil que o precedia e que, ao modo de um bandeirante, buscou recriar outro Brasil (a sua imagem?), a partir de outras possibilidades históricas. A ironia contida no apoio ao golpe de 1964, expressa na carta “roteiro da Revolução”, a publicação do “instituições em frangalhos” e a censura em 1968, por ocasião do AI5. Mesquita Filho reivindica o papel de guia do futuro, que se dá em termos prefigurativos. Estabeleço diálogo com a ideia de *força da tradição*, formulada por Arno Mayer, as reflexões de Reinhart Koselleck sobre os *tempos históricos* e os postulados de Michel Foucault acerca da consolidação dos *regimes de verdade*.

Acompanharemos empiricamente, do ponto de vista qualitativo, os argumentos que Júlio de Mesquita Filho utilizou em sua esgrima para compor os quadros do poder através da “revolução”, destituindo as instituições daquele presente histórico dos líderes de então. Os empuxos históricos moveram forças que o ultrapassaram, e não pretendo afirmar que o afã de prever o futuro e controlá-lo por meio de um roteiro foi de fato eficaz. O que

acompanharemos é a reflexão sobre o significado histórico desse gesto e dessa agência, que se configura no interior de uma trajetória como a de Mesquita Filho.

Esboço a análise sobre a operacionalização de uma prática de escrita intelectual que tomou o seu ofício como uma missão de maior vulto. Nos tópicos anteriores acompanhamos Júlio muitas vezes em luta contra regras que o tempo lhe impunha, introduzindo a si mesmo nas brechas das palavras e das ações, em práticas discursivas e não discursivas. As militâncias, no geral, nem sempre tinham resultados consonantes com os desejos. Mais do que simplesmente um homem “vencido pelos fatos”, submetido ao subterrâneo das tramas de poder do mundo intelectual, ele foi um agente cujas atitudes políticas e posições públicas nunca caíram completamente no vazio ou na insignificância.⁴⁹⁸

Os esforços de produção de sentidos empreendidos por alguém que intentava, já no crepúsculo da sua vida, projetar uma ideia no tempo que vivia. É importante lembrar, contudo, que olhamos para esse presente passado com consciência do futuro que se deu após isso, do golpe, dos Atos Institucionais, da ditadura, da tortura – já que ele nos antecede. Ainda assim, as possibilidades históricas latentes em uma ruptura institucional, como a que se deu em 1964, apresentam os riscos que para Júlio eram calculados. A imaginação política também era cálculo político.

A pretexto disso, o tópico problematiza mais uma das perspectivas de época em torno do golpe militar de 1964 e seus desdobramentos. Uma ampla historiografia de qualidade já situou esse processo enquanto acontecimento na cena pública brasileira. Não é surpreendente que sujeitos, cuja vontade de intervenção na realidade histórica do país não era tímida, buscassem tomar parte desses eventos como protagonistas.

No caso presente, as considerações sobre o papel de Júlio de Mesquita Filho, com posições político-filosóficas autodefinidas como “liberal”, permitem perceber a influência de setores intelectuais como indivíduos envolvidos diretamente nas tramas do golpe e que, posteriormente, sofreram as suas consequências. O documento principal é um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “roteiro da revolução”, publicado em 12 de abril de 1964 por Júlio de Mesquita Filho, escrito a próprio punho.

Nascido na última década do século XIX, Júlio alcançava o ano de 1962, de quando data o texto *Roteiro da revolução*, com a perspectiva funesta do *memento mori*. A essa altura, já contabilizava dois exílios, consequências diretas de suas posições políticas

⁴⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 21.

“revolucionárias”.⁴⁹⁹ O presente era efervescente e a disputa institucional estava a pleno vapor. O futuro era um objeto de disputa aguerrida. Ocupando lugar central no palco dos acontecimentos está a pergunta que já vinha sendo colocada há algumas décadas: Qual regime político seria mais apropriado para o país? Mesquita Filho se propunha, mais uma vez, ensaiar uma resposta através do texto “roteiro da revolução”. Nesse caso, a reivindicada cientificidade e racionalismo do que se compreendia como liberalismo foi adotada como principal justificativa teórica do “roteiro” em questão – cuja lógica acompanhamos no tópico anterior. Esse processo, em seus desdobramentos, levaria as instituições democráticas brasileiras a colapsos reiterados.⁵⁰⁰

De certa forma, assim como o monstro criado pelo doutor Victor Frankenstein,⁵⁰¹ a tentativa do “Dr. Júlio de Mesquita Filho” no Brasil de fazer o país retomar determinado trilho voltou-se contra ele mesmo, em alguma medida. Mas não à maneira que se voltaria para aqueles que viviam na “vida nua”. O jornalista paulista, com a sua vigorosa rede de prestígios, morreria de causas naturais, e não na prisão, simulando um suicídio por asfixia. Em que pese esses desdobramentos, a concepção do regime autoritário que seguiria partiu, também, da ideia de que a dita “revolução” estava inscrita na ordem natural das coisas, respaldada por intelectuais.

Cabem alguns comentários para fixar os desdobramentos do golpe. Sugiro, também, a consulta de bibliografia especializada sobre o tema do Golpe Militar e da Ditadura. Mas, a seguir, apresento um breve esboço da leitura sobre os principais fatos ligados ao golpe em curso no início da década de 1960.

Depois de passados doze dias do golpe que derrubou João Goulart da presidência da República, o Jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial com o título de “roteiro da revolução”. Esse roteiro, que tinha sido endereçado às “altas patentes das Forças Armadas”, era a missiva escrita em vinte de janeiro de 1962, quando essas “altas patentes” teriam inquirido Júlio de Mesquita Filho – diretor d’*O Estado* –, a manifestar sua opinião acerca das conspirações que já teriam então tido início. Esse roteiro estava dividido em tópicos que, segundo seu autor, teriam a sequência das ações a serem tomadas como ideais para a

⁴⁹⁹ O primeiro exílio de Júlio de Mesquita Filho foi em 1932, por ocasião de sua participação na chamada “Revolução constitucionalista”, já tratado em redações anteriores, realizadas por mim na graduação e no mestrado; o segundo seria motivado pela oposição ao “Estado-Novo”, prolongando-se entre 1938 e 1943.

⁵⁰⁰ O texto “roteiro da revolução” está contido no livro “Política e Cultura”, sendo a transcrição literal do editorial d’*O Estado de São Paulo* de 12 de abril de 1964. Ver: ROTEIRO da revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 27.292, p. 144, 12 abr. 1964.

⁵⁰¹ SHELLEY, Mary. **Frankenstein, o prometeu moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

estruturação do Estado brasileiro. Em outras palavras, estava detalhada a receita política de estrutura linear e causal, tomando as experiências anteriores da política brasileira como parte do seu arsenal analítico.⁵⁰²

Apoiador contumaz de políticos ligados à UDN, partido que se notabilizou por enfrentar o legado da liderança de Getúlio Vargas após sua morte, podemos pensar Júlio de Mesquita Filho como sujeito alinhado às aspirações da proeminente legenda liberal conservadora. Isso não significa, todavia, que os seus anseios sejam totalmente consonantes com as aspirações dos seus companheiros. O seu lugar na sociedade da época era o da elite nacional, que vinha se mantendo em posições de privilégios há bastante tempo. Próximo do também jornalista Carlos Lacerda,⁵⁰³ comungava em parte com seus projetos, francamente golpistas. Em 1964, estavam definitivamente legitimados pela bandeira da legalidade.

A UDN, enquanto partido político, já partira no encalço de demolir a reputação de Getúlio Vargas décadas antes, esforçando-se em colar a sua figura aos ares do ditador que fora até 1945. Os correligionários do partido buscavam articular a ideia de que a metamorfose de Getúlio de ditador para democrata – por vezes alinhado à esquerda – era uma fachada populista de manipulação. Em 1954, o suicídio de Vargas sacudia a firmeza de Carlos Lacerda – “o demolidor de presidentes” – e seu partido. Quando o PSD e o PTB formaram uma coalizão, frustraram a UDN por várias vezes consecutivas. O partido conservador passou a enxergar a aliança que chamavam de “getulismo e populismo” como causa de grande parte dos atrasos do país, passando a desprezar e odiar a situação, ressoando em críticas “mal-humoradas”.⁵⁰⁴

Esse é o cenário político que se desdobrava então, e mobilizava de muitas maneiras aqueles que eram diretamente afetados. As questões envolvidas se prolongavam em muitas dimensões. Júlio, em seu caso particular, havia sido derrotado durante o movimento constitucionalista em 1932 e seguiu buscando intervir na realidade intelectual e prática, tomando frequentemente a ideia de Nação enquanto um Universal, a partir das prioridades que acompanhamos ao longo dos capítulos anteriores. Os resultados intermitentes desses esforços de significação não eram perenes, tampouco seguiam na mesma direção.

⁵⁰² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

⁵⁰³ Nas fontes obtidas no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho é o destinatário de uma vasta correspondência enviada por Carlos Lacerda, sempre em tom de amizade e proximidade. Após a morte de Mesquita Filho, Lacerda chegou a projetar a escrita de uma biografia para o amigo, todavia veio a falecer antes que conclísse a tarefa.

⁵⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999. p. 83.

Os balanços das ondas da história não costumam se adaptar aos barcos que singram por eles, e sim o contrário. O barco que for resistente aos impulsos daqueles terminam mais avariados do que os que não apresentam tantas resistências e baixam as velas. Júlio, portanto, pode ser visto em boa parte da sua trajetória como estes barcos que não estão totalmente contentes com os destinos dos ventos e tenta resistir. Nesse caso particular do seu “roteiro da Revolução”, planejava um evento cujos enigmas e ondas não seguiriam completamente os seus direcionamentos, mas que o próprio gesto de sua existência e publicação em editorial poucos dias após, revela a vontade de tutela, de estar no jogo, de ser parte de um movimento vitorioso.



Figura 9: Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e outros (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Acima (figura 9), Júlio está entre outros sujeitos que se tornaram personagens recorrentes nas histórias contadas sobre esse período, como Carlos Lacerda. No canto inferior direito da fotografia, está absorto. O microfone de rádio sobre a mesa simboliza a força de alcance que os jornalistas podiam possuir através das ondas eletromagnéticas. Não é possível dizer sobre o que falavam quando essa foto foi tirada, mas no esquema de fios que os detetives fazem em suas paredes para localizar os personagens de suas tramas, poderíamos colocar sujeitos envolvidos em níveis diversos nos caminhos políticos que o país tomaria. Afinal, o frame preto-e-branco parece tentar revelar “a presença de projetistas de Brasil”.

Nos anos 1960, a crescente votação em grupos políticos à esquerda mobilizou profundamente o espectro negativado do anticomunismo. Na perspectiva do liberal-conservador direitista da União Democrática Nacional, uma atitude urgente se fazia

necessária. Como tematizado em obras como *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo, as mistificações anticomunistas ecoavam pela sociedade brasileira.⁵⁰⁵ Júlio de Mesquita Filho era um dos mais assíduos propagadores dessa ideia, como aponta manchete do Jornal *O Globo* em 4 de dezembro de 1963: “‘Os Estados Unidos não devem permitir que haja uma segunda Cuba neste hemisfério’, disse ontem Júlio de Mesquita Filho, diretor de ‘O Estado de São Paulo, numa entrevista no Overseas Press Club’”.⁵⁰⁶ Em novembro de 1963, é noticiado no *Jornal do Brasil* que Abelardo Jurema, ministro de Jango, chegou a recomendar uma denúncia contra Mesquita Filho por “atividades conspiratórias”.⁵⁰⁷

O trabalhismo e a reforma agrária, projetos políticos que eram representados por Jango, eram vistos por muitos como a soleira da porta para o comunismo. É nesse terreno que o argumento construído em torno da “defesa da legalidade” culminaria no golpe militar de 1964, bem como adentraria mais de duas décadas, sempre alimentando essa ideia – que, a certa altura, passou a justificar a tortura e a morte de brasileiros como “mal menor”.

Em *Política e cultura*, publicado em 1969, figura a transcrição do editorial já referido. O título “roteiro da revolução” encontra um significado forte no contexto da época. A palavra “roteiro” implica um plano que manteria os desdobramentos da conspiração contra o presidente seguindo por trilhos pré-estabelecidos; “revolução”, por sua vez, é um termo de legitimidade que, na década de 1960, segundo os estudos desenvolvidos por Marcelo Ridente, encontrava-se envolto em um grande misticismo romântico.

A “Revolução” com R maiúsculo estava fincada no imaginário coletivo, não sendo exclusividade nem dos espectros políticos de direita ou de esquerda. Era comum que muitos encontrassem causas pelas quais estavam dispostos a pagar um alto preço. Ridente escreve que “[...] talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade”.⁵⁰⁸ Os intelectuais canalizam essa tradição revolucionária, passando a integrar seus escritos e engajamentos – “a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução”.

⁵⁰⁵ VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 107.

⁵⁰⁶ O GLOBO, “Júlio de Mesquita pede aos EUA que não permitam outra Cuba no hemisfério”. 4 de dez. de 1963, p. 12.

⁵⁰⁷ JORNAL DO BRASIL, “Jurema sugere a Goulart denúncia contra Júlio Mesquita por subversão”. 20 de nov. de 1963.

⁵⁰⁸ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4). p. 135.

A “revolução” que ganharia o coração e a mente de Júlio de Mesquita Filho deveria ser protagonizada pelos militares. A partir disso, pensaria ele ser um importante guia, já que os interesses a quem servia esse ponto de inflexão política eram os dos setores conservadores. Além do mais, a legitimidade que se esforçara em construir e que tematizei no tópico anterior, refletia essa tendência. O governo de João Goulart estava ameaçando bases políticas brasileiras que jaziam em voga há bastante tempo – a autocracia burguesa –, com mudanças lentas, em que muitas vezes apenas os nomes mudavam e as coisas permaneciam. Para conservar esse *status quo*, havia a necessidade de barrar as reformas que Jango e seus apoiadores pretendiam promover. A maneira vislumbrada por Mesquita Filho era a “revolução” regressiva.

Em torno dessas reformas, as alegorias anticomunistas foram criadas e compartilhadas de maneira ostensiva e mítica. Um regime socialista poderia estar a caminho, e isso era algo que aterrorizava os representantes das classes dirigentes. Essa batalha contra o comunismo possuía raízes que remontavam aos períodos que precederam o Estado Novo.⁵⁰⁹ As conspirações já estavam acontecendo pelo menos desde 1962, conforme o início do artigo publicado por Mesquita Filho.

O texto é apresentado nos seguintes termos, após detalhar que ele havia sido escrito há aproximadamente dois anos daquela data: “O Dr. Júlio de Mesquita Filho, instado por altas patentes das Forças Armadas a dar a sua opinião sobre o que se deveria fazer caso fosse vitoriosa a conspiração que já se iniciara contra o regime do Sr. João Goulart [...]”.⁵¹⁰ Em seguida, desdobra-se a transcrição de uma carta pelas próximas oito páginas, detalhando um itinerário a ser seguido para que a “legalidade” fosse restaurada.

A datação é do dia vinte de janeiro de 1962. Um “roteiro” em seis tópicos é escrito e endereçado a um incógnito destinatário, referido apenas como “meu ilustre amigo”. Os tópicos possuem os seguintes subtítulos: *Junta militar, tribunais, legislativo, Conselho Nacional, O prestígio nacional e Iniciativa privada*. O intelectual e revolucionário Mesquita Filho afluía novamente, dessa vez forjando uma receita de como proceder após o golpe de Estado a que chamava de Revolução. Após os seus dois exílios e o passar do tempo, o seu papel na revolução agora era o de pensador cuidadoso da ação. Emprestava seus saberes às forças armadas, mas não apenas: a virtude, no sentido político, era o principal trunfo.

⁵⁰⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

⁵¹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

A introdução do *roteiro* afirma que “a responsabilidade que pesa sobre as forças armadas é enorme”.⁵¹¹ Isso permite a conexão direta com o elogio ao Duque de Caxias, que analisei no tópico anterior. Essa responsabilidade atestada por Mesquita Filho aos militares aparece seguida de referências a diversas ocasiões em que o exército havia agido como poder moderador, especialmente apologético ao “belo movimento que derrubou a ditadura em 1945 e da queda de Getúlio de 1954”: elogio explícito ao golpismo do exército.

É nesse momento que se faz presente sua preocupação para o que chama de “imprudências que redundaram em fracasso”, já que anteriormente o exército teria entregado precipitadamente o poder a homens que tiveram seus espíritos formados em tempos de ditadura. O personagem dirá que uma atitude planejada e prudente se faz necessária, como se desejasse perscrutar o futuro e fornecer-lhe um plano a prova de falhas, um diagnóstico e receita de intervenções que em “no máximo três anos terá voltado o Brasil a um estado de perfeita saúde política e social”.⁵¹²

A coesão social é o tesouro da revolução que Júlio de Mesquita Filho visava nesse momento, para retomar a perspectiva de Hannah Arendt que levantei anteriormente. Um tesouro que consistia em conservar as estruturas que ora perigavam se deslocar, em virtude dos espasmos políticos da década de 1960. A fundação da razão de estado reciclada pela “revolução”, era de ordem liberal e autoritária. Tratava-se, novamente, de uma questão de ordem moral. Para que fosse legítima a intervenção no coração do devir histórico, devia estar autorizado pela moral liberal. Convicção e ação, uma dialética posta em jogo e sentida na própria carne ao longo dos anos, da Revolução de 30 da qual se apartou, e a memória disputada ao longo dos anos.

O roteiro continua, em tom de planejamento detalhado. A respeito da junta militar, ela se constituiria em três militares que fariam as vezes do executivo. Tudo isso seria ancorado na legitimidade constitucional, fundamentada na constituição de 1946 “para acalmar os espíritos e, a partir disso, promover a inadiável obra de saneamento”.⁵¹³ O chamado de “Poder Executivo revolucionário” promoveria, de dentro dos limites da constituição, uma “reestruturação administrativa e moral do Estado Brasileiro”. Não é definido, contudo, quais seriam esses limites e até onde era aceitável o esgarçamento da constituição em nome do governo “revolucionário”.

⁵¹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

⁵¹² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

⁵¹³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

Uma vez sob a bandeira da legalidade, as forças armadas desempenhariam o seu papel, posto como quase sagrado, de restaurar a moralidade, o que deveria ser feito, segundo Mesquita Filho, com prudência. Pensemos mais uma vez com Koselleck, tratando sobre os fundamentos das ideologias modernas, quem fala em nome da consciência, quer sempre alguma coisa e aí reside a pretensão de hegemonia, periclitante totalidade unilateral. Envolve ser juiz moral das ações boas e más, pois "degenera em fetiche de uma justiça em causa própria".⁵¹⁴ Para que o projeto de poder burguês se realizasse plenamente, tal qual a burguesia se afirmava no Brasil (senhorial, aristocrata, tradicional), a moral haveria de se subordinar às vontades absolutas das formas regressivas, no limite, de negação à coisa pública.

A prudência, para Júlio, consistia, principalmente, em “evitar violências desnecessárias”. Dado o tom da aquiescência apenas parcial nesse trecho da carta, é sugestivo “as forças armadas” planejavam proceder uma derrubada total dos tribunais imediatamente após a então nomeada “revolução”. O “saneamento” dessas instituições era urgente e necessário para que as sombras que tanto afirmava-se combater pudessem ser substituídas pelos faróis do Estado autocrático que estava por dominar o país.⁵¹⁵ Mais uma vez o discurso renitente da moral se apresenta com a imagem do saneamento, que põe o lixo para fora e canaliza o esgoto para um subterrâneo inescapável.

O desafio que parece ter havido foi a não existência de uma fórmula para que se efetuassem a substituição de governo. Em outras palavras, os conspiradores não tinham controle sobre quaisquer das contingências vindouras. Júlio de Mesquita Filho afirmara que o processo que levaria à queda de João Goulart já havia tido sua ignição, mas não existia um roteiro prévio. Essa previsão que desejava dar conta do futuro começara a ser discutida pelo menos desde 1962 e nem sempre encontrava unanimidade.⁵¹⁶ A consulta de intelectuais e homens ligados à imprensa – como aqui acompanhamos o caso de Mesquita Filho –, parece ter sido parte do conjunto de ações que compôs o golpe março para abril de 1964.

Júlio de Mesquita Filho pregara prudência. Assim, tornava-se um dos ideólogos e *teóricos* que ajudariam a elaborar o quadro burocrático que cobriria o futuro governo

⁵¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição da patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 30.

⁵¹⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.

⁵¹⁶ Para Reinhart Koselleck, a relação dos sujeitos históricos com as temporalidades em que habitam não é a mesma para todos os indivíduos, ao mesmo tempo que propõe o estudo da própria historicidade da categoria tempo. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 09-15.

ditatorial com a bandeira da legalidade autorizada pelos bons antecedentes de um notável apoiador. Até hoje, os desdobramentos mais sutis desse período muitas vezes permanecem velados por causa do alto grau de complexidade posto ao lado de uma renitente insistência em modelos explicativos.

Nesse caso, por exemplo, vemos o eco de como “1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos”,⁵¹⁷ consultando intelectuais e pessoas em evidência na política nacional. Essas dinâmicas são lampejos de processos subterrâneos, contudo, não menos importantes. Uma sugestão dada por Júlio de Mesquita Filho na referida carta pode ajudar a compreender como esse processo se desdobrou. Ele defendia a criação de um “Conselho Nacional” que pudesse ser consultado pela junta militar. Assim teria sido pensado tal conselho:

[...] medida que julgo de grande interesse seria a criação de um Conselho Nacional que acolhesse em seus quadros figuras de grande projeção. Este novo organismo poderia ter apenas caráter consultivo ou deliberativo, ou os dois simultaneamente. [...] A sua presença no organismo estatal viria reforçar sensivelmente o prestígio do governo revolucionário, pois com ele julgo que estaria completada a estrutura jurídico-política do País.⁵¹⁸

O Conselho Nacional é sugerido como um espaço de influência aberto para “figuras de grande projeção”, e que certamente poderia conter o próprio Mesquita Filho como um dos seus quadros. Nada mais adequado, pois a “consulta das altas patentes militares” naquela ocasião – golpistas em busca de apoio entre representantes da sociedade civil e elites – representava um gesto de deferência que Júlio gostaria de tornar permanente. O gesto da publicação da carta em doze de abril de 1964 é fortemente sugestivo dessa característica do jogo político, que é a barganha dos prestígios e da autoridade.

Os conselhos que Mesquita Filho apresentaria aos militares nessa carta, que é tornada pública após a deposição de João Goulart, defendem fortemente a restauração da legalidade, segundo os moldes da república por ele pensado. Não concebia mais que o país continuasse a se afastar dos seus projetos e, dessa vez, com o espaço muito mais limitado para negociações do que acontecera na década de 1930 e a sua penetração no terreno público. O “liberal” fazia aposta alta no exército para que o mando de campo das elites ameaçadas fosse restituído,

⁵¹⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁵¹⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 127.

numa posição paradoxal: era revolucionário em nome, inserindo-se como tal para efeito de autolegitimação, mas o futuro utópico correspondia, também, a um passado nostálgico.

O regressivo – ou uma vontade de retorno – e o revolucionário disputavam espaço em um mesmo indivíduo, o que, em última análise, tratava de um mesmo significante. O personagem pensava uma sociedade *ao seu modo*, que em outros momentos saiu dissonante dos seus desejos. É nesse ponto que a influência das tradições se faz presente, demonstrando grande capacidade de reação. Tal fenômeno encontra uma analogia histórica interessante ao apresentado por Arno Mayer sobre a permanência do antigo regime na Europa, com papel ativo da aristocracia e dos intelectuais.⁵¹⁹

No caso brasileiro, ou melhor, no caso de Mesquita Filho, o retorno é mais hegemônico, não se trata de uma mera exceção. Encontrava uma enorme aderência no tecido social das camadas médias, como evidenciado pela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que ilustra a força de penetração dos mitos anticomunistas que disputavam a moral e dominavam com eficácia a atmosfera histórica.

É possível afirmar a vontade de coerência que o fizera acreditar que possuía de fato uma capacidade profética – de alguma maneira, laica – capaz de perscrutar o futuro, ou melhor, controlar o futuro a partir de forças passadistas. Essa percepção estaria vigorosamente ancorada nas seis décadas do tempo de vida que tivera no século XX, passando a pretender a segurança dos Oráculos. Essa segurança é evidente quando afirma que caso “[...] a junta militar se mantiver dentro dos limites da política cujos traços principais são os que aí ficam, ela terá contribuído para tornar o Brasil *aquela Nação que o seu grande passado prometia*”.⁵²⁰ O passado recuperado como que por encantamento míticos, tinha a aspiração de um realismo.

Mesquita Filho seguia uma tradição de passado que, na primeira República, sujeitos como Monteiro Lobato e o seu próprio pai tinham trilhado – a de compor políticas que tinham lastro numa construção de um país grandioso, expurgando-lhe “as pragas” que o levavam à menoridade no concerto das nações. Evidências de sua saudade do “liberalismo excludente” da Primeira República, na qual vivera até próximo dos quarenta anos, aparece no texto do último tópico de sua proposta de “Revolução”. Aí entra o seu projeto liberal, construção de um país em que a “iniciativa privada” predominava sem esteios, e ao mesmo tempo,

⁵¹⁹ MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 269.

⁵²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 127. Grifos meus.

combateria qualquer vestígio de filosofias que remetessem ao socialismo. Caberia ao Estado brasileiro:

[...] combater os males que a infiltração do pensamento marxista na política brasileira provocou nesses dois últimos decênios, exacerbando até o paroxismo a intervenção do Estado na economia nacional. [...] se quisermos combater o comunismo dentro das nossas fronteiras, o próximo passo a ser dado pelo futuro governo será o que tenda a conter dentro do razoável a ingerência do Estado naquele delicado terreno estudando, ao mesmo tempo, a maneira de aliviar as responsabilidades financeiras do tesouro, devolvendo à iniciativa privada tudo quanto esta esteja em condição de gerir melhor.⁵²¹

O anticomunismo voltava, encarnando parte do clima histórico, mostrando como as dinâmicas da sociedade se canalizam nos indivíduos e como estes reagem. A iniciativa privada era defendida por Mesquita Filho como uma defesa contra o comunismo. Essa sequência de acontecimentos encontra o que afirmara Darcy Ribeiro na obra que sintetiza seu pensamento, *O povo brasileiro*. Segundo ele, o golpe militar de 1964 é reflexo de que as classes privilegiadas viviam o medo de qualquer sublevação, reagindo duramente a isso.⁵²²

O Historiador estadunidense Thomas Skidmore, nas palavras finais de seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, faz uma breve menção a Júlio de Mesquita Filho como participante ativo no golpe, embora sem mencionar o “roteiro da revolução”. Skidmore aponta o envolvimento de certos setores da sociedade no golpe, sujeitos ressentidos com mudanças recentes no *status quo* brasileiro. Novas dinâmicas que assustavam as classes privilegiadas conduziram o apoio ao golpe, devidamente laureado com o nome legitimador de “revolução”.

Skidmore anota que os militares agiram respaldados “por antigetulistas e civis de ideias neoliberais” – ambos sendo o caso de Mesquita Filho – e que esses conspiradores estavam certos de que, com a “revolução”, a incômoda herança varguista que viam encarnada em Jango finalmente se esgotaria.⁵²³ Esses apoios configuravam um *continuum* histórico institucional com outra temporalidade, ou melhor dizendo, de ruptura institucional.

Conforme a “revolução” se prolongava e ganhava indisfarçáveis tons de ditadura, os interesses individuais se bifurcavam e se tornariam conflituosos. Não exatamente por uma questão ética, pelo afastamento da democracia – já que a figura transcendente e ideal da democracia não era um signo do jogo – mas pelo fato da tutela liberal que Júlio promovia não ser seguida com rigor, de acordo com as demandas do roteiro.

⁵²¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 126.

⁵²² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 21-22.

⁵²³ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 369.

Em 1968, em editorial do *Estado*, criticou o regime que se instituíra,⁵²⁴ e o jornal passou a receber atenção da censura. O evento reflete o comentário de Jorge Ferreira sobre a latência aberta perante golpes de estado: “[...] uma vez efetivados, é frequente que abram alternativas políticas diversas” acrescentando que “[...] por isso, o que ocorre após muitos golpes de Estado foge muito do controle de muitos que o promoveram e apoiaram”.⁵²⁵ Os sujeitos de cada época possuem seus próprios projetos políticos, mas isso não implica que tudo ocorra de acordo com o “roteiro”. Mas até na censura e no perigo próprio das rupturas políticas, pode haver o amortecedor do privilégio. A blindagem de Júlio pareceu funcionar, imune aos riscos dos porões.

Se o roteiro feito para conter o avanço da suposta avalanche comunista foi aplicado, é outra questão. O mais eloquente é a existência e a celebração dessas linhas, que apontava como a solução milagrosa que levaria o país de volta aos trilhos. Esteve dentre as diversas mitologias construíram as condições de possibilidade para o nascimento desse golpe.

A literatura captura sensivelmente essa dinâmica do terror que então era construída, bem como o orgulho com se ostentava o anticomunismo, como prova de inteligência e bons sentimentos: Erico Veríssimo escreve, na voz de “um patriota” que “os inimigos já estão dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade”. O inimigo era interno, e a trajetória de Mesquita Filho esteve longamente às voltas com inimigos internos. A questão do Outro se faz evidente, ainda nas palavras de Veríssimo: “[...] fechai as vossas portas e vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente. [...] Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Prosperidade!”.⁵²⁶ Na obra ficcional de Veríssimo, essa caricata e irônica referência não estava, de maneira alguma, distante dos “patriotas” dessa época. O “roteiro da revolução”, publicado com pompa em abril de 1964 desejava revelar a adesão, a lealdade ao novo regime, sintetizando no autor o virtuosismo da “revolução brasileira”.

Para a derrubada de Goulart, não houve apenas Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho ou setores da Igreja Católica. Seja a “Pátria”, a “Família” ou a “Prosperidade”, esses discursos dramáticos e construções imagéticas através dos meios de comunicação e no senso

⁵²⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO, “Instituições em frangalhos” (notas e informações, autoria do Editor, Júlio de Mesquita Filho). São Paulo: 13 de dez. de 1968, p. 3.

⁵²⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014.

⁵²⁶ VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 141.

comum contribuíram com o golpe, que em seguida se transformaria em “revolução” nas narrativas oficiais de época.

No artigo escrito por Mesquita Filho n’*O Estado de São Paulo* e publicado em plena vigência do Ato Institucional Nº 5, o jornalista estabelece críticas ao que alguns chamaram, depois, de “golpe dentro do golpe”. O título sugestivo de “instituições em frangalhos”. À primeira vista, é uma retirada de apoio, ou até mesmo um ato de arrependimento. E é esse o sentido dado a posteriori, por vozes interessadas em defender a reputação do jornal, referendando o apreço irredutível à democracia, transcendente e universal, *conditio sine qua non* do liberalismo.

Existem, contudo, outras possibilidades de leitura desse documento, publicado com tanta ênfase quanto, quatro anos antes, o “roteiro da revolução” havia sido divulgado na seção *notas e informações*. “Instituições em frangalhos” soa como um álibi, uma carta que se escreve publicamente para destacar uma posição que permite manter determinado legado.

O texto do editorial começa por reivindicar o lugar da “sociedade civil” na revolução. As disputas pelos lugares considerados de direito em meio ao processo histórico e político aparecem na inclusão da própria agência. Não era despropositada tal pretensão, pois, como vimos, o roteiro da revolução foi apenas mais uma atuação de Júlio em meio à instauração do golpe. Ao criticar as decisões do presidente da república em 1968, afirma que “a vitória de 64 – que, embora s. exa. a considere como obra das forças armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática”.⁵²⁷

No fim das contas, sentia que mais uma vez, os devires políticos afastavam as instituições daquilo que ele mesmo desejava e havia proposto quatro anos antes. Afinal, quando questionado em 1962 sobre os procedimentos do “governo discricionário”, escreveu que o ato principal de designação da “revolução” era dissolver o que chamava de “ação corruptora” de Getúlio Vargas e seus discípulos.⁵²⁸

Esse momento faz conexão a diversos conceitos que viemos operando durante a tese. Está em tela a disputa política, formação e militância intelectual, desejo, identidade de classe e uma versão do liberalismo. Júlio de Mesquita Filho esteve em movimento e em diálogo simultâneo com forças diversas entre si e com ele próprio. O devir histórico se apresentava à revelia da atuação proposta, mas também se convertia ao seu favor. Mesquita Filho se fez

⁵²⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO, “Instituições em frangalhos” (notas e informações, autoria do Editor, Júlio de Mesquita Filho). São Paulo: 13 de dez. de 1968, p. 3.

⁵²⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 125.

ouvir de variadas maneiras, mesmo que algumas vezes tenha sido contestado ou mesmo alguns matizes do roteiro tendo se convertido em alternativa histórica não realizada.

A vidência dessa fonte que mostrou os aspectos de roteirista prestigiado dá um testemunho que não deixa de ser surpreendente a nós, que conhecemos alguns futuros que se encontravam latentes naquele passado. Quanto ao roteiro, podemos atestar a sua negação em alguns níveis, especialmente que nada ocorreu de maneira tão limpa, que a violência iria, sim, predominar a todo custo. Mas a não realização plena da aparente utopia pós “revolucionária”, que deveria se fazer presente depois da causalidade então prevista, dá margem a uma breve reflexão de ordem ética que, não sem risco, elaboro.

Nas primeiras vezes que li essa fonte, e tomei conhecimento do artigo “instituições em frangalhos” de 1968, fui imediatamente tomado por certo sentimento de empatia diante da aparente traição sofrida por Mesquita Filho. Parecia-me, há alguns anos, que a ironia da história o tornava um “filho da revolução” que fora devorado. Romanticamente, cheguei a traçar paralelos com Danton, que foi guilhotinado por Robespierre no processo revolucionário da Revolução Francesa. Agora, todavia, esses mesmos documentos parecem sugerir um pouco mais do que um simples desfecho binário, no qual um jornalista “ingênuo” e movido por sentimentos democráticos apoiou uma causa mal sucedida. Vivera muito para ser ingênuo, e a imaginação política que a trajetória esteve sempre recompondo aponta para o caminho inverso. O tesouro da *sua* revolução era uma forma de “democracia” muito particular, excludente, de acordo com a perspectiva fornecida por Maria Sylvia Carvalho Franco na seção anterior. Os exilados da história não estavam contemplados, de qualquer forma, na narrativa dos vencedores.

O tesouro perdido da revolução de que falava Arendt, para um personagem como Júlio de Mesquita Filho, tal como seus textos e sua trajetória aponta, dificilmente não seria uma ditadura. Ao menos, uma ditadura de classe, possivelmente de raça e geopolítica. O *povo*, mencionado por Agamben nos excertos que discuti na parte inicial dessa tese, jamais seria inserido no seio das virtudes políticas.

O desdobramento real, que hoje lemos nas páginas da história brasileira, só não foi exatamente a ditadura que ele planejou com o seu “roteiro”. Aliás, não foi uma ditadura que tenha alcançado, com vida, a fase mais repressiva. Mas, nascido com a República, Júlio de Mesquita Filho tornou-se, a partir do seu lugar social e de formação, um crítico mordaz de qualquer ampliação do alcance da República como “coisa pública”. O republicanismo que a sua trajetória mobiliza e sua obra comenta, tem muito de Império.

Há um caminho muito mais obscuro do que aqueles fixados nos mapas da escrita, a violência das atuações dos atores históricos envolvidos nessas contendas saía das práticas discursivas, do texto limpo e polido, para as atitudes ignóbeis e realizadas em porções não tão limpos assim. Todavia, o pensamento e a ação estavam intimamente relacionados. As angústias e desesperos de um tempo, as dores infligidas na carne dos dissidentes e insurgentes contra as práticas não discursivas que os feriam nesse tempo, tinham o tributo e contribuição dos enunciados e prescrições de sujeitos que elaboraram roteiros.

Alfredo Bosi, autor que me ajudou a pensar essa tese com o seu vasto conhecimento do Brasil, escreveu o seguinte em plena década de 1970:

A ingenuidade parece fatal em todo homem que funde na sua ação duas formas enleantes de boa consciência: a de cidadão prestigiado pela oligarquia e a de intelectual eficiente. O melhor do passado combina-se com o melhor do presente: que mais se poderia desejar? O elitismo engendra-se nesse e embala-se nesse culto da própria dignidade intelectual que lustra-se com as águas da contemporaneidade.⁵²⁹

Conecto esse trecho ao que antes supus ser algo como ingenuidade em Júlio de Mesquita Filho. Bosi segue escrevendo em tom cortante: “[...] o resultado está aí, e é triste, mas instrutivo: não temos a grande infraestrutura nacional, mas, para escarmento dos liberais, temos um estado autoritário. Foi no que deu o desenvolvimentismo cego: ele nadava com a maré, e a maré o levou para onde bem quis”.⁵³⁰ Vivia-se uma ditadura. A liberdade de pensar livremente, que é a seara do intelectual, estava barrada como que por ironia.

O caso de Mesquita Filho é particular, nesse sentido, pois a própria natureza do liberalismo senhorial que ele configurou na sua interpretação de Brasil, embebido no telurismo paulista de Piratininga, herdeiros da Europa cristã e civilizadora, a ingenuidade é improvável. Ele esteve no miolo do pensamento autoritário no Brasil. Não se resumiu, porém, a elucubrações sem lastro, pois concorreu para produzir, materialmente, autoritarismo ditatorial. O mesmo Brasil que, quando narrado na sua pena, nos soa como uma sinédoque, a substituir a “nação” pelos grupos de elite a quem o país pertence, mercedores também do privilégio de governá-lo, através de “*nobilitate probanda*”. A modernidade mestiça que trabalhou para produzir foi a mistura de categorias valorativas liberais com as inspirações coloniais, do mundo senhorial que acessava através de assombrações e imagens “ancestrais”.

⁵²⁹ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 37.

⁵³⁰ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 38.

Para retomar Raduan Nassar em *A corrente do esforço humano*, do início desse capítulo, o homem que esteve às voltas com valores, fala convictamente, proibido por si mesmo de sentir dúvidas, confortável na coerção da própria perspectiva e do discurso ao qual aderiu. Mesquita Filho, aliás, alertou os jovens contra a dúvida, como vimos no tópico anterior em suas “palavras de fé aos adolescentes”. Afinal, a dúvida poderia levar a um caminho semelhante ao de Walter Benjamin, cujos valores bambearam e o levou a abandonar a própria identidade transcendente de classe. Alguns, vejam só, cometem o pecado de questionar até o Progresso! A convicção, disse ele, é de que “[...] enquadrada por uma sólida elite, ela (a nacionalidade brasileira) se recusaria a integrar-se na desordem sul-americana”.⁵³¹ A herança vinha da tradição, e a partir dela, com cores de mitos, elaborava o seu testamento.

A inconclusão não deixa de ser melancólica. Acostumados que somos aos epílogos e à inferência taxativa da síntese, germina uma frustração: sem recorrer a psicologismos, talvez não seja possível estabelecer um comentário definitivo sobre o significado pleno da trajetória que acompanhamos. Existiu a gigantesca parcela inapreensível a qualquer olho que não seja o de Deus ou, ao menos, do anjo da história. Mas também existem alguns rastros possíveis. No final da vida de Júlio, manifesta-se algo que aprofunda o sentimento inquietante do infamiliar, para voltarmos a Freud.

A noosfera a que Mesquita Filho esteve filiado com grande insistência, era carregada de assombrações passadistas, e nas circunstâncias idealizadas que ele alimentou, a sua racionalidade parecia não encontrar realização plena no mundo. Não ter dúvidas, diante da intrepidez dos próprios *valores*, gerava a imagem angustiada da sua Cidade de Deus particular. Quando refletido no terreno da história vivida, o futuro do Brasil parecia desviante daquele que o “grande passado prometia”. Os fantasmas desejáveis dos antigos sertanistas e daqueles que vieram nas caravelas, pareciam não responder ao chamado.

Isso não significa que os espectros de Júlio de Mesquita Filho fossem vistos apenas por ele. A insurgência em *Instituições em frangalhos* (1968), além de desejar marcar distanciamento público e defensivo do que os eventos políticos então mostravam, também efetuava o protesto contra a insuficiência do projeto em curso. Apesar do *Estado* ter sido

⁵³¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969. p. 89.

censurado, a posição estava marcada, e sem consequências trágicas. A trajetória pública, fundamentada pelos valores que enunciava sem reservas, o blindava contra represálias de forças do Estado autoritário. Isso ocorre porque a legitimidade da fala pública estava sacramentada por contemporâneos que também compartilhavam dos seus fantasmas.

O título desta tese fez referência a um livro de Jacques Derrida, “espectros de Marx”. Apesar de não estar explicitamente argumentado, foi em conexão ao título que esbocei o raciocínio que fecha este último capítulo, ligando-o aos anteriores. Uma citação de Martin Hägglund, a propósito da noção de *espectro* em Derrida, é especialmente esclarecedora quanto ao sentido geral que procurei imprimir neste trabalho: “O que é importante sobre a figura do espectro, é que ela não pode estar totalmente presente: ela não tem que ser em si mesma, mas marca uma relação com o que *não mais é*, ou *ainda não é*”.⁵³² Mark Fisher, de onde retirei o trecho de Hägglund, comenta que a agência virtual do espectro é exatamente aquilo que “age sem fisicamente existir”.⁵³³ Na trajetória e na obra de Júlio de Mesquita Filho, creio ter rastreado justamente a agência do mito e da tradição memorialista para configurar uma realidade histórico-discursiva e ético-universalista. O construto fantasmático esteve entre o *não mais é* (tradição mítica) e o *ainda não é* (a restauração do mundo prometido por aquela tradição).

⁵³² HÄGGLUND, Martin. *Apud*: FISHER, Mark. **Fantasmas da minha vida**: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. Tradução de Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022. p. 33.

⁵³³ FISHER, Mark. **Fantasmas da minha vida**: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. Tradução de Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022. p. 33.

Conclusões

No trabalho que aqui concluo, tentei dar a volta final ao parafuso dessa pesquisa que durou oito anos. Ao longo deste período, me vi em momentos de aproximação e afastamento, comuns à maioria das atividades que se prolongam por mais tempo. Por mais prazerosa que possa ser a pesquisa acadêmica em história, com as leituras e redação implicadas, os momentos de saturação se apresentam em face aos prazos e às urgências da vida. Não é sem alguma dor que a pesquisa se conclui, tampouco é sem luto que a “abandonamos”. Mas ao fim do processo, temos em mãos um produto que carrega parte de nós. Nas primeiras páginas, já explicitarei as relações entre o pesquisador e a tese. Eis o resultado do encontro.

As páginas que estão entre o prólogo até aqui refletem a síntese do esforço narrativo para contar a história que liga a trajetória de um jornalista com os desdobramentos históricos e intelectuais em determinado tempo, que marquei entre 1925 e 1969. O recorte temporal, artificial como todos o são, nada mais é do que uma baliza de referência, pois as folhas do ano não são eficazes para prender a história como diques de uma barragem. A escrita fragmentária, como pode ser notada em diversos trechos, revelou a incompletude dos rastros sobre a biografia de uma personagem que a tese apenas poderia capturar “biografemas”, bastante borrados até. No esforço para que não haja reificação ou mera repetição, usei bastante o artifício das alegorias e paralelos. E é com um paralelo que inicio essas conclusões.

Em 1939, os Estados Unidos da América, potência incontestada do continente, possuíam no interior das suas fronteiras “democráticas” o regime de segregação racial, com escolas, banheiros, e até postos de gasolina separados entre *White* (“pessoa branca”) e *Colored* (“pessoa de cor”). No mesmo ano, foi lançado o filme *E o vento levou*, adaptado de obra literária homônima, que prestava tributo nostálgico à “civilização que se foi com o vento” no Velho Sul dos EUA. Naquele caso, o mundo escravocrata havia esmaecido sob os escombros da Guerra Civil Americana. A celebração de homens brancos, abnegados, lutando por esta *civilização* a qualquer custo, temperada com grandes doses de romantismo trágico, apresentava negros escravizados servindo seus senhores como um propósito de vida. A civilização liberal lutava heroicamente contra o despojo das suas propriedades felizes.

Essa obra de ficção propunha um uso político do passado.

Foi também em 1939 que Júlio de Mesquita Filho esteve de passagem pelos Estados Unidos, durante o segundo exílio. Em carta para Marina de Oliveira, citava aquele país como um vigoroso modelo civilizacional e de prosperidade. No pensamento de Mesquita Filho, de

forma análoga ao filme supracitado, no Brasil também houvera uma civilização modelo, de estirpe europeia, cujo legado civilizador a sua obra pretendeu reabilitar e recuperar como projeto de futuro. Era o mito de origem da “civilização bandeirista”, que teria encontrado na elite paulista os seus herdeiros. Muitos personagens são arrolados na esteira desse legado, e que a modéstia o impedia de colocar o seu próprio nome: mas ele estava lá, no enunciado geral.

Ele buscou esboçar o panorama do horizonte cognitivo que era mais adequado aos interesses da burguesia, classe à qual muitos desses intelectuais pertenciam ou se filiavam. Esse postulado serve de ponto de partida para pensar quais possíveis motivações sub-repticiamente habitavam as camadas de discursos de um sujeito como Mesquita Filho, para manejar um discurso científico sobre o Brasil e a cultura brasileira, no limite, flertando com determinismos e mecanicismos.

A busca pelo embrião de outra história possível, redentora, não é uma exclusividade do pensamento conservador. Walter Benjamin, por exemplo, é um dos filósofos mais notáveis a tratar o passado nesses termos, como signo – ou “centelha”. Benjamin, como tracei em paralelo a Júlio de Mesquita Filho, rompeu com a tradição burguesa que o formou. Mesquita Filho, por outro lado, buscou reificar a classe dominante na qual nasceu como um vetor de interpretação positiva para o país, a “classe revolucionária”.

Portador de um suposto destino, o assumiu narcisicamente como honorável “fardo”. A teleologia que se esforçou em consolidar era o decalque da experiência que lembrava de si mesmo, mas que de alguma maneira, o ultrapassava. Falando através de personagens do passado, engrenava a si mesmo como fio condutor dos valores ocidentais, civilizados, como um corredor de revezamento cujo bastão que cada geração recebia era um sinal de nobreza e autoridade. O tempo homogêneo, que urgia restauração urgente perante a *crise*. A própria memória era agenciada para produzir a reificação de si mesmo e do mito que propunha.

A operação de Júlio de Mesquita Filho era praticamente o reverso exato da crítica estabelecida por Walter Benjamin: o brasileiro, inspirado em bandeirantes e intelectuais representantes da burguesia europeia do século XIX, louvava a teodiceia do progresso a qualquer custo, fundado no mito da excepcionalidade ocidental; o alemão, inspirado simultaneamente em Nietzsche e em Marx, buscava desmascarar as fissuras e extermínios latentes nas Filosofias burguesas. Aquele buscou as origens da história do triunfo da classe dominante e a melhor maneira de instituí-lo no presente como Verdade e Moral (liberal, culta,

civilizada). Este, tentou auscultar o sussurro angustiado dos construtores anônimos da Tebas de cem portas (o suor inglório, a fome não saciada, a dor não apaziguada).

Genealogicamente, é possível elaborar um mapa aproximado dos formigamentos de um começo do Brasil contemporâneo, aquele mesmo que se faz presente no corpus cultural que muda de representação conforme os desejos de cada *atual*. Nas posturas críticas e de proposição de uma imagem do tempo, é possível compreender as intensas disputas que concerniam. Publicações de diversas espécies através da imprensa podem ser manifestações de sonhos de Brasil. Tratar mais detidamente de algumas das suas proposições e combates é uma maneira de cravar a atmosfera da época de então, no caso específico de São Paulo e a sua produção cultural que visava conectar o mundo ao Brasil ao mesmo tempo que consolidava um ser brasileiro.

O personagem que motivou este estudo ajuda a organizar e afunilar reflexões e intuições legadas por Florestan Fernandes, citadas diversas vezes ao longo do texto. Não que devamos ser teleológicos e, à maneira de Júlio de Mesquita Filho, aderir a Filosofias da História transcendentais; mas não nos impede de notar que se tratam de histórias cruzadas, que partem de lugares sociais distintos, antagônicos em certos sentidos. Surpreendente, por exemplo, a inferência de que as classes dominantes sempre conseguiram se articular para resolver as suas questões em particular, intramuros, a partir de recomposição de forças e reelaboração de estratégias. Mas, claro, não imaginemos que existe aí alguma onipotência: apenas a fabricação do monopólio da virtude, organizado em torno da própria consciência de classe.

Elaborei o enunciado da tese a começar pela dimensão tradicional que atravessou a própria trajetória de Júlio de Mesquita Filho, cuja família possui conexões aristocráticas, políticas, corroborando para a constituição de um personagem com afinidades burguesas – nos moldes que a burguesia se constituiu no Brasil – dedicando-se a zelar do legado, adotando-o de certa maneira como um destino.

A pretensão dogmática de Júlio de Mesquita Filho é espelhada na visão de República que a vida e obra expressa. *A Crise Nacional* é um documento que configura o cerne do pensamento conservador-regressivo, aspirante a revolucionário. Conservadorismo e revolução não são, neste caso, conceitos antitéticos ou contradição em termos: a revolução de Mesquita Filho é conservadora, em alguns pontos, regressiva. O projeto pretendido é o de exclusão sistemática das heranças do cativo, e dos resíduos da escravidão que se tornariam estruturantes e “fascistas” ao longo do século XX.

Os herdeiros dos bandeirantes injetam a civilização branca por meio dos “focos de renovação do pensamento paulista”, expressos de maneira mais significativa no projeto original da USP. A disputa política se deu pelas armas, em projetos intelectuais e em elaborações de memória.

O progresso do Brasil se dá nesse tempo homogêneo vazio que conecta as colônias dos sertanistas ao mundo contemporâneo, através da Filosofia da Histórica progressista e nativista, sistematizada em *Ensaio Sul-Americanos*. Antes dos *Ensaio*, os espectros já se moviam sob a pena de Júlio. As ações ao lado de Armando Sales de Oliveira representam a visão familiar e atávica do projeto de Brasil, um trabalho nacional que devia ser levado a cabo entre poucas mãos – mãos autorizadas, cultas, nobres.

Os conceitos que Mesquita mobiliza são razoavelmente coerentes, sempre revisitando o próprio passado, refletindo a coerência que o seu jornal buscava emular do ponto de vista editorial: uma linearidade liberal. De *A Crise Nacional a Política e Cultura*, a visão de sociedade brasileira, de cultura e civilização está presente como ideal, e apresenta os contornos de uma ideologia excludente, que inevitavelmente produz e perpetua a “vida nua”.

O antagonismo com Vargas não pode ser lido meramente como uma oposição por causa dos regimes antiliberais. Em *A Europa que eu vi*, Júlio se mostra condescendente até com os altos escalões do fascismo italiano. A resposta para este desafio político, que se deu a partir do Governo provisório, é mais verossímil através do caminho da antipatia regional, do “laço e do gibão”.

1964 foi a oportunidade “revolucionária” final para Júlio. Numa época de grande fervor revolucionário, como escreveu Marcelo Ridenti, Mesquita Filho encontrou vazão para o espírito sequioso de estabelecer o seu projeto: daí a escrita de “o roteiro da revolução”, além do apoio autorizado ao golpe militar, através do *O Estado de São Paulo*.

Para sintetizar as conclusões que a pesquisa permitiu, algumas inferências são razoáveis. Júlio de Mesquita Filho foi agente histórico que atuou às voltas de setores do poder político por toda a sua vida adulta. Teve como posição teórica e política reivindicada, o liberalismo. Busquei responder, em primeiro plano, como o personagem se constituiu enquanto tal, quais as suas adesões históricas e como elas se justificam na dinâmica dos eventos. Assim, a tese defendeu a forja de uma perspectiva teleológica, brincando com a ideia de destino, que Mesquita Filho aderiu ao longo da vida de bom grado. A teoria implícita que propus foi a do desejo, das formas da vontade pessoal como motor da ação política e da memória como forma de organização do passado.

Simultaneamente a essa reflexão sobre notas biográficas, ensaiei a análise dos matizes de *como se configurou historicamente o seu liberalismo*. Isso foi possível a partir da análise conjunta de notas autobiográficas de “anamnese”, da década de 1960, e o ensaio *A Crise Nacional* de 1925. Aliado aos documentos, a fortuna crítica e bibliográfica passa pelo pensamento filosófico, sociológico e historiográfico: Agamben, Florestan Fernandes, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz. A principal consideração é que o liberalismo – como ideologia política – desde o início da trajetória intelectual e política de Júlio, foi tomada como ferramenta legitimadora. A autoevidência liberal blinda as críticas, protege as castas sociais que historicamente se configuraram no Brasil de maneira geral e em São Paulo em particular.

O segundo foco de interpretação da tese, umbilicalmente ligado ao primeiro, foi construção de uma Filosofia da História de justificação da forma política que propunha, no caso, principalmente, a celebração do bandeirismo. Tal postura é trabalhada em duas perspectivas: na construção da Universidade de São Paulo, cujo projeto teve participação ativa de Júlio de Mesquita Filho e sua família; e na escrita dos *Ensaio Sul-Americanos*, que estabelece a visão intelectual e ensaística do personagem sobre os sertanistas e o legado que considerou precioso.

Em momentos de conflito, nos processos históricos vividos pela personagem, como exílios, esse vislumbre nativista se adensa e o antagonismo cresce em termos de que São Paulo passa a ser tema de reflexão em crescendo, cujo lugar seria o de motor da “civilização brasileira”, ou da “mística nacional”. Esse é o ponto mais intenso de reflexão intelectual de Mesquita Filho, na posição de ensaísta, buscando estabelecer uma máquina interpretativa e epistemológica. O projeto intelectual se condensa ao patrocínio da USP e na produção ensaística com motes políticos. Apresento duas frentes do processo intelectual: em sua dimensão institucional, como instrumento de legitimação do discurso, e na lógica interna do Ensaio como forma retórica e panfletária.

O terceiro foco narrativo é situado novamente no plano das memórias, sendo que uma parte menor se passa na dimensão do processo histórico, dos eventos em si. A parte mais significativa, que percorreu a disputa das ideias, na materialidade do discurso efetivamente apresentado, se faz visível nos argumentos de textos publicados, especialmente *Memórias de um revolucionário*. Júlio se dedica a disputar a memória sobre a “Revolução de 1930” e os eventos que a antecederam, justamente por compreender o caráter politicamente fértil desses períodos e narrativas.

Na trilha de personagens, eventos e motivações, acompanhei o processo de batalha pela Moral e o Sentido de tais empresas, quando elege antagonistas e os indícios de adjetivação do Outro. Isso se conecta aos mitos nativistas anteriormente discutidos, e torna possível compreender melhor como tais discursos são interessados a ponto do seu enunciador se engajar por uma plataforma de divulgação, como a Universidade de São Paulo.

A tese culmina com o quarto e último foco narrativo. Propus, inicialmente, uma retomada da leitura diacrônica sobre a ideia de liberalismo que Mesquita Filho mobilizou, bem como as implicações na justificação de tutela que argumentou. Outra parte se localiza no evento que marca a tentativa de consolidação e realização dessa condução oligárquica, que foi o golpe de 1964. Envolvido em conspirações que deram contornos a então chamada “Revolução”, a remissão a um futuro governado pelo passado esteve explícita na documentação, acalentada pelos personagens imperiais, invariavelmente da história dos vencedores, mesmo quando eventualmente perdiam dentro do enredo proposto.

A construção moral da virtude segue lado a lado à construção da infâmia de outros personagens, e mesmo quando o personagem da tese foi silenciado pelo regime de força que contribuiu para erigir, foi ele a ser homenageado postumamente, pela Revista de História da Universidade de São Paulo, em 1971. Outros personagens da “mística nacional” são espectros que Júlio deseja afugentar em favor dos seus próprios “espíritos de luz”. Bandeirantes, imperadores remanescentes de monarquias ibéricas, o Duque de Caxias, o “águia de Haia” Rui Barbosa, os Mesquitas, e todos aqueles herdeiros do mundo europeu do Atlântico Norte que chegaram ao Brasil com os elementos exógenos e capazes de plantar a civilização branca nos trópicos. Contra estes, os “índios”, e mesmo os jesuítas incapazes de contemporizar com a carnificina dos sertanistas. Não esqueçamos dos negros, mulatos nordestinos, cujo veneno pré-moderno deveria ser mantido longe das instituições nacionais, do poder político e dos templos do saber – especialmente os paulistas. O esboço de um Brasil que se faz à revelia da própria multidão interna.

Nas operações intelectuais de Mesquita Filho, de *A Crise Nacional* aos textos de *Política e Cultura*, a civilização é apresentada como sinônimo do que ele chama de “raça branca”. A seta do tempo é nítida, e os civilizados/civilizadores de direito, são herdeiros do sangue ibérico. Distante do “envenenamento” dos descendentes dos ex-escravizados, os personagens que deveriam patrocinar a democracia brasileira são herdeiros dos “Feijós”, do Duque de Caxias, do Imperador “liberal” Pedro II e dos “clãs” bandeirantes.

Todos esses personagens são apresentados com algo em comum: são os que fizeram o Brasil grande e são de herança europeia e branca. Nada mais justo, diz ele ao longo da sua obra, do que os que reivindicam a herança desses personagens do passado terem o direito de narrar a História do Brasil. Das suas memórias serem as hegemônicas e tornadas oficiais. De guiar as instituições de acordo com as suas prerrogativas, fazendo da República uma moradia para os ancestrais.

Júlio de Mesquita Filho situou a ambiência dos textos em temporalidades distintas entre si, variando de acordo com os objetos e personagens de que trata: quando escreve sobre os bandeirantes, os coloca como agentes da modernidade brasileira *avant la lettre*, embrionários do mundo democrático que encontraria a metonímia em São Paulo. Eles estão no passado, mas conforme o mito construído, são dignos de serem presentificados e incorporar o projeto de futuro. Com estes, ele compartilha a memória e o espírito. São partes do mesmo *continuum* histórico.

Quando trata de negros e indígenas, por outro lado, são postos como personagens sem história ou fora da história, cujo merecimento de presença na contemporaneidade da civilização é interditado. Quando o objeto é o Nordeste, a temporalidade é passadista, com um tom euclidiano, do sertão em confronto com o litoral, reduto da miséria e de “anacronismos” com o presente. Às populações deste espaço, cabe o auxílio da civilização, quase como uma caridade, um fardo para a nação. São representações de personagens racializados, à margem da seta do tempo. A locomotiva para reorientação da temporalidade era o mito nativista.

Apesar de ultrapassar em largas décadas o recorte temporal do estudo, recordemos mais uma vez que o devir histórico não é estanque. Isso é notável quando lançamos o olhar para as significativas transformações sociais no Brasil da década de 2000. Os avanços no terreno da consolidação de uma democracia brasileira inclusiva e de avanço no sentido do bem-estar social encontram ressonância em formas de pensar o Brasil. Apesar de forma limitada, e contraditória, fez-se a crítica e o enfrentamento a modelos como os de Júlio de Mesquita Filho, do ponto de vista da educação, dos critérios políticos e das formas de pensar a historicidade do país. Do mesmo modo, o contra-ataque não foi insignificante. Os atavismos dos fantasmas senhoriais insistem em retornar, especialmente sob o signo da condescendência intelectual e da legitimidade em narrar a verdade histórica.

Um pensamento com os matizes que acompanhamos através do personagem Mesquita Filho, não foi enterrado com ele, pois não era obra de autor único. Verbalizava tendências que o ultrapassavam, de maneira supraindividual. Por isso, apesar de o quadro ser diverso daquele

tematizado no filme *Maioria Absoluta*, de 1964, que citei na introdução, a reação conservadora abalou o ecossistema político do Brasil na década de 2010. A forte participação midiática d'*O Estado de São Paulo* nesse processo, sugere que os anseios do antigo diretor permaneciam insepultos. Os valores que consolidou não eram meros solipsismos: os jogos de influência, bem como os maquinários de produção de discursos *legítimos*, continuam ocupados em produzir críticas sobre o presente e disputar o direito das prefigurações do porvir. Agem para sublinhar o prestígio de determinados personagens e tendências políticas, enquanto fazem o oposto em relação a outros modos de representação.

Em virtude do caráter permeável da temporalidade na qual essas ideias e cosmovisões navegam, ganham lastro e se materializam, concluo com a questão metodológica apresentada nas partes introdutórias. Se o esforço foi bem-sucedido, o leitor terá percebido que, de fato, não se tratou de elaborar uma biografia nos moldes convencionais. Abordei a trajetória e principais ideias de um operador de sentidos históricos, de um agente social e ensaísta que construiu e mobilizou a própria memória como forma de ação política. A leitura crítica em torno do personagem Júlio de Mesquita Filho pretende ser menos uma palavra definitiva ou derradeira, e mais um chamado à crítica contínua das tradições às quais se filiou e da mitopoeia que procurou instaurar como verdade histórica e discurso merecedor do poder.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia:

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. in: Gabriel Cohn (org.), **Theodor Adorno**. São Paulo: Ática, 1986.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. O que é um povo? In: _____. **Meios sem fim:** notas sobre política. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015. Ebook.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Hora da Estrela: história e literatura, uma questão de gênero? In: _____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 43-51.

_____. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Edições MMM, 2012.

_____. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 12-23, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/>>.

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos de Medeiros e; MIGUEZ, Leopoldo. Hino da Proclamação da República. **Diário Oficial**, 21 jan. 1890. Letra de Albuquerque; música de Leopoldo Miguez. Estabelecido como Hino da República por Decreto n.º 171, de 20 jan. 1890.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil, a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: São Paulo, 2010.

ALIMONDA, Héctor & FERGUSON, Juan. “Imagens desertos y memoria nacional – as fotografias da campanha do exército argentino contra os índios, 1879”. In: **Anais eletrônicos do III Encontro da Anphlac**. São Paulo, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Lisboa: Presença, 1974.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. **Pauliceia desvairada**. São Paulo: Global Editora, 2008.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília; São Paulo: Ática; Universidade de Brasília, 1988.

_____. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASCHET, Jérôme. **Corpos e almas:** uma história da pessoa na Idade Média. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1)

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina:** males de origem. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira:** pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um País. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração.** Trad. Maria Lúcia Machado. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Debates).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CALDEIRA, Jorge. **Júlio Mesquita e seu tempo:** o jornal de prelo, locomotores da república. São Paulo: Mameluco, 2015.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

CASA GRANDE & SENZALA, (Capítulo I – Gilberto Freyre, o Cabral Moderno) Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 2000, son., color., 58 min. Disponível em: <<https://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3167>>, acesso em: 19 de jun. 2025.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem,** e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Portugal: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____.; ROCHA, André (Org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Conformismo e resistência: escritos de Marilena Chauí**. Organização de Homero Santiago. 1. ed. – Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coleção Escritos de Marilena Chauí, v. 4).

CANNONE, Helio. Entre a crítica do iberismo e a adesão ao desenvolvimentismo: a interpretação da história pelos liberais da República de 1946. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 876-900, set./dez. 2023.

CAMPOS, Álvaro de (heterônimo de Fernando Pessoa). Ultimatum. In: PESSOA, Fernando. **Livro de Versos**. Edição crítica de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Estampa, 1993. p. 89-93.

CAMPOS, Aline da Silva. **Partilhas carolineana e morrissiana: história e memória transnacional das relações de mulheres negras de 1960 a 1980**. 2025. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CIDADÃO Kane. Dir. Orson Welles, P&B, 119 min. Estados Unidos, 1941.

CONRAD, Sebastian. **O que é a história global**. Lisboa: Edições 70, 2019.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Tradução de Anamaria Amêndola e Cristina de Peretti. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FISHER, Mark. **Fantasmas da minha vida: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos**. Tradução de Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FITZGERALD, F. Scott. **O grande Gatsby**. Tradução Vanessa Barbara. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 17, p. 30–53, 1993.

FREUD, Sigmund. **O Infamiliar [Das unheimliche]**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, 8).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Lúcia Helena (org.). **Mulher negra: política governamental e a mulher**. Brasília: CEDI, 1984.

GOMES, Angela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Orgs.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jürgen. “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização”. Em: **Novos Estudos Cebrap**, 43, pp. 87-101., 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HARTOG. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWM, Eric J. Os intelectuais: papel, função e paradoxo. In: _____. **Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX**. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KALIL, Luís Guilherme Assis. A invenção de um passado para a América e os americanos a partir da viagem do apóstolo Tomé ao Novo Mundo. In: ARAÚJO, Rafael. KALIL, Luís Guilherme Assis. SCHURSTER, Karl. **Trajetórias americanas: volume 1 (séculos XV-XIX)**. Recife, PE: Edupe, 2022.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento? In: BOBBIO, Norberto (Org.). **Os clássicos da política: de Maquiavel a nossos dias**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. v. 1, p. 91–101.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição da patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado:** contribuição semântica aos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LAFARGE, Paul. **O direito à preguiça.** Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O leopardo.** Tradução de Lúcia Miranda. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARROSA, Jorge. **Carta aos leitores que vão nascer.** Texto traduzido por Ana Isabel Pasztor Moretti, com copidesque de Maíra Libertad Soligo Takemoto e Rosaura Soligo e revisão final de Tereza Barreiros. s/d.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio, uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica:** a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964). 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018. Disponível em:

<https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2018/Hist%C3%B3ria_2018/Francisco_Adrino_Leal_Mac%C3%AAdo.pdf> . Acesso em 08 de agosto de 2024.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. A ideologia da cultura brasileira nas universidades. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 198-212, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/11953>> Acesso em 24/07/2024.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Seduções tropicais:** Júlio de Mesquita Filho entre intérpretes e ideólogos do Brasil. 2021. 194 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

MAIORIA ABSOLUTA. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1964, son., P&B, 20 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-iWyTrjcCY&ab_channel=omedianero%28JuanGon%C3%A7alves%29>, acesso em: 27 de mar. 2023.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYER, Arno. **A força da tradição:** a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.)

Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MORAES, Denis de. **Prestes com a palavra:** uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

_____. **A ideia de revolução no Brasil e outras ideias.** São Paulo: Globo, 2008.

_____. **História e contra-história:** perfis e contrapontos. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974):** pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

NASSAR, Raduan, A corrente do esforço humano. _____. **Obra Completa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio: sobre casa grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OPPO, Ana. Socialização Política. In: Bobbio, Norberto; Mateucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Ed. UNEB, 1998.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

PINTO, Manuel da Costa (Org.) **Camus, o viajante:** antologia de textos de Albert Camus sobre o Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social, In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

QUARTIN DE MORAES, João. **A Esquerda Militar no Brasil (Vol.1).** São Paulo: Siciliano, 1991.

QUINTANA, Mário. **Caderno H.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Ebook.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4).

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. A terceira margem do rio. In: **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: Política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz Editora, 2009.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SARR, Mohamed Mbougar. **A mais recôndita memória dos homens**. Tradução de Marília Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein, o prometeu moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Priscila Elisabete. **Um projeto civilizatório e regenerador**: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1945). São Paulo: s.n., 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLENES, Robert W., Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In (org.). RÉMOND, René. **Por uma história política**. (Org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro**. 1. ed. São Paulo: Principis, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Tradução de Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Tradução de Sérgio Bath. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

VERÍSSIMO, Erico. **O tempo e o vento** (7 tomos). São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. **O arquipélago**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

WITTE, Bernd. **Walter Benjamin**: uma biografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ZELDIN, Theodore. **Uma história íntima da humanidade**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

Fontes:

Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbetes disponíveis em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>>. Acesso em fevereiro de 2024.

AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem**: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ASSIS, Machado de. História de quinze dias, 1876. Compilado por: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em 09 de agosto de 2024.

BARRETO, Plínio. Do Jornalismo ao ensaio. In: MESQUITA FILHO, Júlio de. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Martins Fontes, 1946.

BILAC, Olavo. O caçador de esmeraldas. In: **Antologia Poética**. Porto Alegre: L&PM. 2018.

DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. Paulo Duarte II (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

DUARTE, P. Julio Mesquita; Estado de S. Paulo (16/3/1927); Estado de S. Paulo. Suplemento do Centenário 1975; Folha da Manhã SP (16/3/1927); RIBEIRO, J. Chronologia; SILVA, E.; EWIGKEIT, J. Precusores. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>>. Acesso: 09 de ago. 2023.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Santiago, Chile, 13 a 16 de julho de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. A bordo, a caminho de São Paulo, 26 de abril a 4 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 12 a 18 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho, datada de 04/06/1941, interceptada pela censura sobre a mudança na Interventoria paulista: Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201941.06.04/2&pagfis=2393> Acesso em 02 de setembro de 2024.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho à família, Buenos Aires, 17 de março de 1942. Acervo Ruy Mesquita Filho.

ENTREVISTA realizada por Carlos Lacerda a Marina Vieira de Carvalho Mesquita. Acervo particular de Ruy Mesquita Filho.

FERREIRA, Tito Lívio. “Portugal e a civilização Romana”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 de julho de 1973.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Global: São Paulo, 2013.

JORNAL DO BRASIL, “Jurema sugere a Goulart denúncia contra Júlio Mesquita por subversão”. Rio de Janeiro, 20 de nov. de 1963.

LACLETTE, Jorge. **Campos, Siqueira**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Siqueira%20\(1\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Siqueira%20(1).pdf)> Acessado em 04 de março de 2024.

LAPA, José Roberto do Amaral. Resenha de: O século dos descobrimentos. **Revista de História**, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 564–566, 1962.< DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121666](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121666). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121666>>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

MARTINS, Renato (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MESQUITA FILHO, Júlio de. “Um empreendimento científico”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 de maio de 1920.

_____. de. **A comunhão paulista**. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922.

_____. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de Obras do Jornal O Estado de São Paulo, 1925.

_____. **Cidades universitárias**. 10 de novembro de 1939. Arquivo Ruy Mesquita Filho.

_____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Martins Editora, 1946.

_____. Documento autobiográfico obtido no Arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, em folhas datilografadas, de autoria de Júlio de Mesquita Filho. Consulta em versão digitalizada. s/d.

_____. **A Europa que eu vi**. São Paulo: Martins Editora, 1953.

_____. **“Memórias de um Revolucionário”**: notas para um ensaio de sociologia política. São Paulo: Editora Anhembi, 1954.

_____. **Nordeste**. São Paulo: Anhembi, 1963.

_____. São Paulo e a Revolução. In: _____. **Política e Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. A mística nacional. In: _____. **Política e Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. A rebelião juvenil abala as estruturas. In: **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. Contribuição brasileira ao espírito liberal. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. Palavras de fé aos adolescentes. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. Manifestação de solidariedade humana. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. O roteiro da revolução. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. Índios, jesuítas e bandeirantes. **Revista de História**, São Paulo, v. 42, n. 86, p. 463–473, 1971. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.130699](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.130699). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/130699>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MILLIET, Sérgio. A Margem dos ensaios sul-americanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de maio de 1946.

O ESTADO de São Paulo. “Ensaio sul-americanos”. São Paulo, 03 de setembro de 1947.

O ESTADO de São Paulo. “Obra de jornalista é enaltecida”. São Paulo, 19 de abril de 1970.

O ESTADO de São Paulo. “Lygia Fagundes Teles, acadêmica paulista”. São Paulo, 02 de maio de 1982.

O ESTADO de São Paulo. “Roteiro da revolução”. São Paulo, 12 abr. 1964, p. 144.

O ESTADO DE SÃO PAULO, “Instituições em frangalhos” (notas e informações, autoria do Editor, Júlio de Mesquita Filho). São Paulo: 13 de dez. de 1968, p. 3.

O GLOBO, “Júlio de Mesquita pede aos EUA que não permitam outra Cuba no hemisfério”. 4 de dez. de 1963, p. 12.

O SÉCULO DOS DESCOBRIMENTOS. — (Biblioteca de "O Estado. de São Paulo"), Anhembi, São Paulo, 1961. 157 págs.

PRADO, João Fernando de Almeida. Ensaio Sul-americanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 de setembro de 1946.

RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro, MEC/serviço de documentação, 1956.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p.

VIANNA, Oliveira. A comunhão paulista. **Revista do Brasil**, 1923, anno VIII, v 23, n 92. p. 43. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26317> >.